

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Consumo, política e engajamento: uma análise sociológica do  
consumo contestatório vegano no Brasil e Canadá**

Felipe da Luz Colomé

Porto Alegre

2018

FELIPE DA LUZ COLOMÉ

**Consumo, política e engajamento: uma análise sociológica do consumo contestatório vegano no Brasil e Canadá**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Professor Dr. Marcelo Kunrath Silva

## CIP - Catalogação na Publicação

Colomé, Felipe da Luz  
Consumo, política e engajamento: uma análise  
sociológica do consumo contestatório vegano no Brasil  
e Canadá / Felipe da Luz Colomé. -- 2018.  
300 f.  
Orientador: Marcelo Kunrath Silva.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,  
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. consumo contestatório. 2. veganismo. 3.  
engajamento político. 4. gramáticas. 5. justificações.  
I. Silva, Marcelo Kunrath, orient. II. Título.

FELIPE DA LUZ COLOMÉ

**Consumo, política e engajamento: uma análise sociológica do consumo contestatório vegano no Brasil e Canadá**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada *com louvor* pela banca examinadora em Porto Alegre, 28 de março de 2018.

Banca Examinadora

---

Professor Dr. Marcelo Kunrath Silva (Presidente)  
(PPGS-UFRGS)

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Cinara Lerrer Rosenfield  
(PPGS-UFRGS)

---

Professor Dr. Ricardo Mayer  
(PPGCS-UFSM)

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Teresa Cristina Schneider Marques  
(PPGCS-PUCRS)

## **Agradecimentos**

O presente trabalho não seria possível sem a atenta orientação do prof. Marcelo Kunrath Silva. Sou muito grato pela generosa orientação e paciência ao longo do percurso do doutorado. Muito Obrigado!

Agradeço ao prof. Ricardo Mayer pelo incentivo para eu cursar o doutorado, bem como pelas suas contribuições ao presente trabalho, pela sua participação no exame de qualificação e pelo aceite em compor a banca examinadora.

Sou grato à prof<sup>a</sup>. Cinara Lerrer Rosenfield pelas contribuições à presente tese, pela sua participação no exame de qualificação e igualmente pelo aceite em compor a banca examinadora.

Agradeço à prof<sup>a</sup>. Teresa Cristina Schneider Marques pelas contribuições ao presente trabalho e pelo aceite em compor a banca examinadora.

Sou grato à CAPES pela bolsa de doutorado que permitiu que eu me dedicasse, de forma exclusiva, ao curso de doutorado, bem como pela bolsa de doutorado sanduíche, que foi essencial para a minha formação como pesquisador e para a realização das entrevistas no Canadá.

Agradeço à prof<sup>a</sup>. Dietlind Stolle pela ótima recepção no Centre for the Study of Democratic Citizenship (CSDC), Department of Political Science, McGill University. Agradeço também pela sua orientação durante a realização da pesquisa no Canadá e pelas contribuições ao presente trabalho.

Agradeço aos colegas do CSDC pelos momentos compartilhados e pela ajuda na minha chegada ao Canadá e auxílio na tramitação do meu projeto de pesquisa na McGill University.

Sou grato também aos colegas do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE) pelos momentos compartilhados e pelas contribuições à presente pesquisa.

Agradeço aos colegas da turma de doutorado pela parceria, conversas e contribuições à presente tese.

Agradeço à secretaria do PPGS-UFRGS pela atenção e auxílio administrativo,

em especial à Regiane Accorsi, pela sua solicitude e paciência para a resolução de eventuais questões burocráticas.

Agradeço aos amigos, no Brasil e Canadá, pelo apoio e amizade, que foram importantes durante a jornada do doutorado.

Agradeço à minha família por todo o suporte e auxílio para eu cursar o doutorado. Agradeço ao meu irmão Marcelo pela ajuda à distância. Agradeço aos meus pais, Salete e Antônio, pelo apoio e incentivo. Agradeço à minha esposa Eliana pelo apoio, companheirismo e pela leitura e contribuições realizadas ao trabalho.

Por fim, sou imensamente grato a todas as pessoas entrevistadas ao longo deste trabalho, no Brasil e Canadá, sem as quais essa investigação não seria possível. Muito obrigado!

## Resumo

A presente tese aborda o fenômeno do consumo contestatário. Ele designa as práticas e discursos que se utilizam do consumo para a contestação política, direta ou indireta, dos mercados, convenções sociais e que engloba diferentes estratégias e práticas que potencialmente transbordam os limites entre individual e coletivo, esfera pública e privada. Nestes termos, investigam-se as práticas e discursos relacionados ao consumo contestatário vegano. Na medida em que as práticas de consumo realizadas pelos adeptos do veganismo são compreendidas por eles enquanto ações de cunho político frente à exploração dos animais, questiona-se: Estas ações indicam mudanças de forma e de conteúdo da ação política no cenário contemporâneo? Em face disso, busca-se responder, respectivamente, em que medida o consumo contestatário vegano pode ser interpretado como expressão da ascensão de uma *lifestyle politics* e quais são as gramáticas do consumo contestatário vegano. Desse modo, seguindo a orientação teórica e metodológica da sociologia pragmática, em especial os aportes de Boltanski e Thévenot, a presente investigação objetiva compreender como o consumo contestatário expressa um modo mais individualizado de ação política, mediado, principalmente através das relações de consumo. Portanto, a investigação realizada focalizou as justificações e críticas que conformam esse modo de engajamento. O universo empírico da pesquisa é composto, principalmente, por entrevistas com veganos realizadas em dois contextos, no Brasil e no Canadá. Em relação aos procedimentos metodológicos, o estudo se baseia na abordagem qualitativa. Os dados foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo de tipo categorial (não apriorística). Com base nas análises dos dados e discussões realizadas ao longo da tese, foi possível identificar que o consumo contestatário vegano expressa a ascensão de formas mais individualizadas de ação política. Assim, ele denota uma forma de intervenção política em favor da não exploração animal que se utiliza, principalmente, de ações a partir da esfera privada. De outra parte, as análises realizadas apontam que a gramática que confere sustentação ao consumo contestatário vegano baseia-se, por um lado, em argumentos que apontam para inadequação da exploração animal em termos sociais, econômicos, mercantis e ambientais, e por outro, em argumentos baseados em uma gramática própria, que buscam estabelecer um novo vínculo político, de forma a incluir os animais na esfera de consideração moral.

**Palavras-chave:** consumo contestatário; veganismo; engajamento político; ação política; gramáticas; justificações.

## Abstract

The present thesis addresses the phenomenon of contestatory consumption. This term denotes the practices and discourses that, directly or indirectly, resort on consumption for political contestation, to contest markets, social conventions and encompassing different strategies and practices that potentially overflow the boundaries between individual and collective, public and private sphere. Accordingly, this thesis seeks to investigate the practices and discourses related to vegan contestatory consumption. Given that the consumption practices carried out by the adepts of veganism are understood by them as political actions towards the exploitation of animals, it is questioned: these actions indicate changes in the form and the content of political action in the contemporary scenario? As a result, we seek to respond, respectively, to what extent the vegan contestatory consumption can be interpreted as an expression of the rise of a lifestyle politics and what are the grammars of vegan contestatory consumption. Thus, following the theoretical and methodological orientation of the pragmatic sociology, especially Boltanski and Thévenot's contributions, the present investigation aims to understand how the contestatory consumption expresses a more individualized way of political action, mediated, mainly through consumption relations. Therefore, the research carried out focused on the justifications and criticisms that constitute this mode of engagement. The empirical universe of research is composed mainly of interviews with vegans carried out in two contexts, in Brazil and in Canada. Regarding the methodological procedures, the study is based on qualitative approach. The data were analyzed using categorical content (*non-a priori*) analysis technique. Based on the analysis of the data and discussions throughout this thesis, we found that the vegan contestatory consumption expresses the rise of more individualized forms of political action. Thus, it denotes a form of political intervention in favor of non-animal exploitation that is mainly resorted on actions at the private sphere. In another direction, the analyzes carried out indicate that the grammar which gives support to the vegan contestatory consumption is based, on the one hand, on arguments that point to the inadequacy of animal exploitation in social, economic, mercantile and environmental terms, and, on the other hand, in arguments based on a proper grammar, which seeks to establish a new political bond, so as to include animals in the sphere of moral consideration.

**Keywords:** contestatory consumption; veganism; political engagement; political action; grammars; justification.



## Sumário

|   |            |
|---|------------|
| <b>Introdução.....</b>  | <b>11</b>  |
| <b>1. Definições teóricas e metodológicas.....</b>  | <b>27</b>  |
| 1.1. Os aportes teóricos e metodológicos da sociologia pragmática para o estudo do consumo contestatório.....                               | 27         |
| 1.2. Como a sociologia pragmática pode ser útil para compreender as novas formas de engajamento caracterizadas pela lifestyle politics..... | 45         |
| 1.3. Metodologia.....   | 50         |
| <b>2. Consumo contestatório, passado e presente.....</b>  | <b>61</b>  |
| 2.1. Raízes históricas do consumo contestatório.....  | 61         |
| 2.2. Boicotes, buycotts e o consumo como estratégia para ação política.....   | 71         |
| 2.3. O consumo contestatório na contemporaneidade.....  | 78         |
| 2.4. Ascensão de formas não tradicionais de participação e a ampliação da noção de participação e ação política.....                        | 82         |
| 2.5. Consumo contestatório e novos repertórios para ação política: a emergência da lifestyle politics.....                                  | 90         |
| <b>3. O consumo contestatório vegano: conversão ao veganismo, modo de vida, ação política e a pluralidade dos repertórios.....</b>          | <b>95</b>  |
| 3.1. Conversão ao veganismo e modo de vida.....   | 96         |
| 3.1.1. Pré-afiliação.....   | 104        |
| 3.1.2. Afiliação.....   | 113        |
| 3.1.3. Conversão.....   | 125        |
| 3.1.4. Confissão.....   | 131        |
| 3.2. Modo de vida e a pluralidade dos repertórios e estratégias do consumo contestatório vegano.....  | 139        |
| 3.2.1. O modo de vida vegano como uma forma de ação política e comprometimento com a causa animal.....                                      | 141        |
| 3.2.2. Engajamento via modo de vida e articulação da esfera privada e pública.....  | 150        |
| 3.2.3. Boicotes e buycotts.....   | 159        |
| 3.2.4. Disseminação do veganismo via redes sociais e redes sociais digitais.....  | 171        |
| <b>4. Críticas e justificações do consumo contestatório vegano: novos valores em ascensão?.....</b>   | <b>185</b> |
| 4.1. Justificações e críticas baseadas na lógica mercantil.....   | 189        |
| 4.2. Justificações e críticas baseadas nas lógicas de eficiência técnica e econômica.....   | 195        |
| 4.3. Justificações e críticas baseadas na noção do interesse geral e solidariedade.....   | 200        |
| 4.4. Justificações e críticas baseadas na preocupação ambiental.....  | 206        |

|   |            |
|---|------------|
| 4.5. Justificações baseadas em uma grandeza animalista?.....  | 217        |
| 4.5.1. Condições de possibilidade da conformação de uma grandeza animalista dentro do regime de justificação..... | 218        |
| 4.5.2. As metafísicas políticas da gramática animalista.....  | 226        |
| 4.5.3. Momentos críticos: Críticas e compromissos com as ordens estabilizadas.....                                | 232        |
| 4.5.4. Modelização da grandeza animalista.....  | 245        |
| 4.5.4.1. Princípio de julgamento e hierarquia dos seres no mundo animalista.....                                  | 248        |
| 4.5.4.2. Definição da natureza do mundo animalista.....   | 258        |
| 4.5.4.3. Justiça no mundo animalista.....   | 262        |
| <b>Conclusão.....</b>   | <b>271</b> |
| <b>Referências bibliográficas.....</b>  | <b>280</b> |
| <b>Apêndice A.....</b>  | <b>293</b> |
| <b>Apêndice B.....</b>  | <b>295</b> |
| <b>Apêndice C.....</b>  | <b>297</b> |
| <b>Apêndice D.....</b>  | <b>298</b> |
| <b>Anexo 1.....</b>   | <b>299</b> |
| <b>Anexo 2.....</b>   | <b>300</b> |

## Introdução

Veganismo. Esta ainda pode ser uma palavra um tanto quanto desconhecida para muitas pessoas no Brasil. Contudo, é perceptível um contingente crescente de pessoas que têm se engajado no veganismo ao rejeitar o consumo de produtos de origem animal. O veganismo pode ser compreendido, inicialmente, enquanto um conjunto de práticas e uma ideologia que tem como prescrição a abstenção do consumo de qualquer produto ou serviço que implique na exploração de animais. Não obstante sua característica mais marcante pela abstenção de produtos de origem animal na alimentação, o veganismo vai muito além dela, visto que abrange a adoção de um estilo ou modo de vida que implica desde o vestuário até o consumo de produtos de beleza, cosméticos e farmacêuticos não testados em animais, sem nenhum tipo de matéria-prima de origem animal ou ainda outras atividades que envolvam a exploração de animais para diferentes fins.

No contexto brasileiro sua constituição é recente, entretanto, diversos grupos intitulados veganos estão organizados e realizam campanhas de forma articulada, pautados por um discurso de libertação animal<sup>1</sup> que defende que é necessário abolir e combater o consumo de alimentos e produtos de origem animal, bem como a utilização de animais não humanos nas demais atividades econômicas e científicas. Contudo, é perceptível um contingente importante de adeptos ao veganismo que não faz parte de grupos organizados.

Dito isto, como compreender um fenômeno em que os seus adeptos, em sua maior parte, não integram grupos organizados<sup>2</sup> (CHERRY, 2006), que não se

---

1 Este discurso, utilizado por Singer (2013), realiza um paralelo entre o racismo e o especismo, este último termo é utilizado por ele para definir o preconceito dos seres humanos em relação às demais espécies. Conforme o filósofo tais preconceitos seriam similares na medida em que se baseiam em aparência exterior, portanto se o ser em questão não possui aparência igual a do discriminador, não tem seus interesses atendidos do ponto de vista moral.

2 De acordo com Cherry (2006) é perceptível que a maior parte dos veganos nos Estados Unidos, por exemplo, não fazem parte de grupos organizados: "With an estimated 1.7 million vegans in the USA, and with vegan movement organizations counting their memberships in the tens of thousands, there are arguably more practicing vegans in the USA than there are members of vegan organizations." (p.156).

enquadrariam nos termos das lógicas de engajamento da ação coletiva, mas que, entretanto, estão engajados em um movimento que denota forte contestação social ao denunciar a exploração, em suas diferentes formas, dos animais pela humanidade. Trata-se então de um fenômeno muito interessante para explorar os limites teóricos e práticos do engajamento político contemporâneo, visto suas características, que se não são únicas, denotam um ativismo que é elaborado nas fronteiras entre o espaço privado e o espaço público.

Um caminho possível para investigar esse fenômeno pode ser encontrado nos estudos sobre o engajamento político através das práticas e discursos sobre o consumo, visto que o veganismo parece materializar parte das lógicas de engajamento que diz respeito ao fenômeno conceituado por parte da literatura como consumerismo político. O consumerismo político tem sido descrito como um fenômeno histórico caracterizado principalmente pela utilização das práticas de consumo como estratégia de intervenção nos mercados e na política (HILTON, 2003). No entendimento de Micheletti (2003) o consumerismo político representa as ações pelas quais as pessoas têm de realizar escolhas entre produtores e produtos com o objetivo de modificar condutas ou práticas de mercado(s), portanto, com o objetivo de interferir politicamente nos mercados. Assim, suas escolhas são motivadas por atitudes e valores em relação à justiça, equidade e ainda sobre questões não estritamente econômicas que dizem respeito ao bem estar familiar e a avaliação das bases políticas e éticas das práticas das empresas e governos. Portanto, para a autora os “consumidores políticos” seriam as pessoas que se engajam em práticas de consumo desse tipo, podendo agir de forma individual ou coletiva. Por fim, suas escolhas nos diferentes mercados refletem uma compreensão de que os produtos materiais então inseridos em um complexo contexto social e normativo (MICHELETTI, 2003, p.2).

Em consonância, Stolle e Micheletti (2013) consideram que o consumerismo político pode ser formalmente definido como a utilização, por parte dos consumidores, do mercado(s) como uma arena para a política onde estes atores visam modificar práticas institucionais e de mercados percebidas como eticamente,

ambientalmente ou politicamente reprováveis. Assim, as tentativas consumeristas expressariam a percepção dos mercados como arenas para a contestação política na qual seus agentes não enxergam fronteiras fixas entre as esferas econômicas e políticas, problematizando, por fim, o papel dos mercados na política e vice versa.

De outro modo, Sassatelli (2006) utiliza o termo consumo crítico para interpretar o fenômeno, compreendendo-o como um conjunto de discursos heterogêneos suscetível de justificar as práticas de consumo de potenciais agentes políticos e morais. Desta forma, a sua conceituação está mais orientada em relação aos valores sociais que engendram as práticas e discursos contemporâneos que utilizam o consumo para contestação social e política. Este seria o caso, por exemplo, das iniciativas de *slow food*, de alimentação orgânica, eco-rotulagem, campanhas para o consumo crítico, de Economia Solidária, e o próprio veganismo, que encerram em seus discursos a compreensão das práticas de consumo como espaços para a expressão de valores, éticas e moralidades (SASSATELLI, 2006).

Nestes termos, percebe-se que o fenômeno da utilização do consumo enquanto estratégia para a intervenção política, social e econômica tem sido conceituado de diferentes formas. Como consumerismo político, consumo político, consumo crítico, consumo ético, consumo socialmente responsável, ativismo do consumidor, entre outras formas. Na minha trajetória<sup>3</sup> de pesquisa tenho optado pela utilização dos conceitos de consumerismo político, o qual em termos globais tem sido mais empregado pela literatura e consumo crítico, este último utilizado com o objetivo de enfatizar o consumo engajado em relação a valores e à política, bem como para tentar evitar ambiguidades e confusões terminológicas, visto que em português, o termo consumerismo é utilizado para caracterizar os movimentos em

---

3 Em minha trajetória de pesquisa tenho investigado o fenômeno da utilização do consumo como uma forma de intervenção e engajamento político. Dessa forma, na minha dissertação de mestrado investiguei as práticas de consumo alternativo desenvolvidas no âmbito da Economia Solidária. Nesse trabalho, realizado com base em pesquisa de campo desenvolvida na Feira de Economia Solidária de Santa Maria, RS, foi possível identificar a composição de três éticas que justificam e dão sustentação às práticas de consumo desenvolvidas neste ambiente: a saber: a ética do cuidado; a ética da autenticidade e a ética da solidariedade (COLOMÉ, 2013a). Nesse sentido, a presente tese pode ser percebida como uma continuidade dessa trajetória e materializa um esforço investigativo dedicado à compreensão da utilização das relações de consumo para o engajamento político contemporâneo.

prol dos direitos do consumidor<sup>4</sup>.

Além disso, ele pode gerar compreensões inadequadas, visto que etimologicamente ele carrega uma espécie de contradição interna na medida em que o termo “*consumerism*” também pode designar o consumo exacerbado, o consumismo, como é o caso da sua utilização nas críticas realizadas ao consumo de massa. Por outro ângulo, o termo consumerismo, em sua acepção original na língua inglesa, também designa as políticas de proteção ao consumidor ou “*the protection or promotion of the interests of consumers*” (OXFORD DICTIONARIES, 2013).

Em virtude disso, propomos a utilização de um novo termo com vistas a tentar definir conceitualmente de forma mais precisa e menos ambígua o engajamento através das práticas de consumo, o conceito proposto é o de consumo contestatório. O uso do termo é ao mesmo tempo uma proposição para o avanço sobre a teorização acerca das práticas plurais de engajamento e contestação através das práticas de consumo e uma tentativa de elaboração de um termo conciso e suficientemente claro para designar as práticas e discursos que se utilizam do consumo para a contestação política, direta ou indireta, dos mercados, convenções sociais e que engloba diferentes estratégias e práticas que potencialmente transbordam os limites entre individual e coletivo, esfera pública e privada, que tradicionalmente balizaram as discussões sobre o engajamento político contemporâneo. Além disso, o conceito busca também dar lugar e enfatizar a dimensão do conflito, visto que a utilização do consumo como estratégia de ação política é historicamente relacionada com relações assimétricas de poder e associada com diversas revoltas populares ao longo da história (TRENTMANN, 2001; HILTON, 2003; BREEN, 2004; GLICKMAN, 2009)

De outra parte, é uma tentativa de propor um conceito claro o suficiente que possa abarcar conta da pluralidade de justificações para os engajamentos dos atores em suas práticas e discursos sobre o consumo, que materializam concepções morais, valores e éticas. Portanto, busca-se sintetizar conceitualmente o que

---

<sup>4</sup> Para maiores detalhes sobre as diferentes terminologias, ver Littler (2009), Sassatelli (2006), Hilton (2003), Micheletti (2003).

queremos dizer quando estamos a tratar das diversas formas pelas quais o consumo tem sido utilizado para a intervenção política nas diferentes esferas do mundo social. Por fim, objetiva-se propor um termo que consiga designar os diferentes modos pelos quais o consumo pode ser utilizado como uma estratégia para a contestação política, mas não somente política, em termos estritos, mas que pode ser utilizado para a contestação e intervenção social em *lato sensu*, para contestação das práticas, dos valores e moralidades que sustentam os diferentes mundos, sejam eles relacionados à política, ao mercado, à cultura, ao direito ou às práticas sociais cotidianas, como é o caso da alimentação.

Desta forma, daremos preferência para a utilização do termo consumo contestatório por considerar que, além de evitar possíveis ambiguidades, ele parece ser mais adequado também para designar o engajamento dos veganos, visto que não obstante este possuir dimensões que se enquadram nos marcos interpretativos da ação coletiva, como é o caso dos veganos engajados em grupos e coletivos organizados, de forma geral, o veganismo evidencia-se como um movimento de ideais plural, que parece materializar as diferentes formas e estratégias pelas quais a mobilização e intervenção (social e política) via consumo tem sido descritas pela literatura.

Deste modo, o veganismo pode ser percebido como um exemplo do consumo contestatório contemporâneo ao caracterizar-se como uma forma fluida de engajamento que se utiliza largamente das estratégias de boicote e *buycott*<sup>5</sup>, e que ainda é marcado por um engajamento que implica na adoção de hábitos e práticas de contestação que perpassam os hábitos mais comezinhos, como é o caso da alimentação, e que ao mesmo tempo traduz uma forma de intervenção social e política que diz respeito à noção de bem comum, em uma imbricação profunda entre a esfera privada e a esfera pública.

---

5 Essas duas formas básicas de uso do consumo como estratégia política são marcadamente diferentes. Os "*boycotts*" (consumo negativo) implicam a negação dos consumidores em adquirir determinados produtos como forma de protesto. Já através dos "*buycotts*" estes agentes buscam adquirir certos produtos para incentivar práticas de produção, distribuição e consumo consideradas mais justas e éticas.

Como será demonstrado em maior detalhe no primeiro capítulo, o consumo contestatário é um fenômeno histórico controverso e multifacetado que tem engajado pessoas através das mais variadas práticas e discursos sobre o consumo. Desta maneira, as formas de engajamento através do consumo traduzem insatisfações sobre a política, sobre as transações econômicas, bem como materializam posições identitárias, posições morais e éticas sobre justiça e equidade. Em face disso, o consumo tem sido um meio recorrente de intervenção em relações percebidas como assimétricas, sendo os boicotes e *buycotts*, as estratégias mais utilizadas em diversas situações ao longo da história nos últimos séculos. Assim, como será demonstrado, o consumo contestatário foi utilizado para contestação social, política e econômica em diferentes contextos, como é o caso da utilização na luta abolicionista no contexto norte-americano, na Inglaterra pelos movimentos de trabalhadores sob o slogan do consumo ético, através de campanhas para o boicote de produtos, os quais sua produção contribuía para degradar a dignidade humana, na luta pela independência indiana através do boicote aos tecidos ingleses, bem como pela sua larga utilização pelos movimentos cooperativos na Europa do século XIX e movimentos de trabalhadores nos Estados Unidos da América (EUA) no século XX, entre outros exemplos históricos.

Contemporaneamente a literatura sobre o fenômeno tem percebido que as estratégias que se utilizam do consumo para contestação social têm se consolidado, principalmente nas democracias avançadas, onde um crescente número de cidadãos tem utilizado o mercado para expressar preocupações políticas e morais, principalmente por meio dos boicotes e *buycotts*. Assim, os achados do *World Values Survey* (WVS) em comparação com os resultados do *Political Action Survey* (BARNES; KAASE, 1979) de 1974, que compreende o período entre a metade dos anos de 1970 e 2010, indicam um crescimento do engajamento em práticas de boicote nos oito países pesquisados nesse período:

There is a rise in boycott action – from 4.7 percent in 1974 to an average of 15.2 percent in 2000 and about 13 percent in 2006/10. In these eight Western countries boycotting was more than three times as likely in 2000 compared to 1974. (STOLLE; MICHELETTI, 2013, p.49).



Em contextos fora das democracias avançadas, como é o caso do Brasil, apesar da escassez de estudos semelhantes, alguns indicam que este tipo de engajamento pode ser percebido, principalmente entre os jovens (BARBOSA, 2012). Além disso, no cenário brasileiro é perceptível a existência de movimentos, como é o caso da Economia Solidária, que se configura como um espaço de contestação dos valores relacionados à economia de mercado, onde os seus participantes buscam construir alternativas de produção e de consumo, tentando atrair consumidores identificados com valores contra hegemônicos (COLOMÉ E MAYER, 2016). Ademais, outras iniciativas que enfatizam a agência dos consumidores, como os movimentos de comércio justo e *slow food*, certificação de produtos orgânicos, são observadas nos países em desenvolvimento.

Estas iniciativas e movimentos que questionam os padrões de produção e consumo hegemônicos, pautando-os a partir de diferentes valores e compreensões sobre suas relações com aspectos sociais, ambientais e políticos, materializam formas de contestação social e política que se utilizam do consumo no contexto contemporâneo (WILKINSON, 2007; GENDRON ET AL, 2006; COLOMÉ E MAYER, 2016, CLARKE ET AL, 2008; GOODMAN, 2004; LE VELLY, 2004; PORTILHO, 2005).

Esta interpretação coincide com dados que indicam um crescente interesse de compra de “produtos éticos” pelos consumidores localizados em países em desenvolvimento:

A broad survey of consumers conducted in 2008 indicates that 87 percent of respondents in Latin America and 73 percent in the Asian Pacific region. Were interested in purchasing ethical products in order to contribute to social or environmental causes – this compared to 59 percent of respondents in Europe and 57 percent of those in North America (Nielsen 2008). (STOLLE; MICHELETTI, 2013, p.271).

Mesmo que o florescimento do consumo contestatório no sul global ainda esteja longe dos patamares dos países centrais, visto que esse interesse na compra de “produtos éticos” pode não se materializar em práticas de *buycott* por diversos fatores nos países em desenvolvimento, como pelo fator de nível de renda e poder

de compra, o crescimento de iniciativas de comércio justo, de economia solidária, evidenciam a existência de cidadãos dispostos a se engajar e investir seus recursos na compra dos produtos provenientes destas iniciativas. Portanto, na ótica das autoras, seria possível identificar um contingente crescente de pessoas nesses países que tem percebido suas compras como uma forma de intervenção nas esferas econômicas e políticas.

Neste sentido, alguns autores têm indicado que os países em desenvolvimento estariam construindo sua própria versão do consumo contestatório (STOLLE e MICHELETTI, 2013). Conforme Mascarenhas (2007) o desenvolvimento, por exemplo, do comércio justo no Brasil apresenta uma versão própria, na qual sua especificidade se deve ao seu caráter participativo na construção de um sistema nacional de Comércio Justo e Solidário, envolvendo atores públicos e privados e à negociação com movimentos sociais convergentes. Esse processo resultou na incorporação de princípios da Economia Solidária, da agroecologia, sistemas mais participativos de garantia e a opção por produtores familiares como público-alvo do movimento.

Tal convergência é notável no caso do Brasil, onde o movimento de agroecologia e economia solidária têm se destacado como espaços de construção de mercados alternativos, principalmente na forma de feiras, que buscam atrair consumidores identificados com valores relacionados à solidariedade, justiça, equidade, cuidado (com as pessoas e o meio ambiente), autenticidade e com os discursos críticos aos mercados convencionais (COLOMÉ e MAYER, 2016).

Com base neste entendimento, sobre a ascensão de diferentes movimentos e iniciativas que se utilizam do consumo para a contestação social e política, a presente tese identifica o veganismo como um caso importante do consumo contestatório no cenário atual, dado o seu crescimento e centralidade do consumo como um repertório de ação. Além disso, ele parece materializar, por meio desse repertório, críticas aos valores e práticas sociais associados à utilização de animais pelas sociedades humanas.

Neste sentido, o primeiro desafio é como explicar teoricamente os fatores que têm contribuído para o crescimento do consumo contestatório no Brasil, e em especial o veganismo, visto que ele desafia em parte as teorias e interpretações que têm sido utilizadas para explicar o desenvolvimento desse fenômeno nos países do norte. Este é caso das teorias que dizem respeito à ascensão de novos valores e de novas formas de engajamento, tais como os derivados das teorias de Beck (1997) e Giddens (1996) que centram sua teorização nos países ocidentais desenvolvidos. Esses autores consideram que seria possível observar no contexto das sociedades ocidentais novas formas de participação política não institucionalizadas. Tais formas seriam o resultado de transformações no cenário da política moderna, centrado no estado, nos partidos políticos e sindicatos. Assim, seria possível observar a ascensão de formas de participação mais individualizadas e caracterizadas pela reflexividade em torno da vida cotidiana.

A aplicação dessa teorização em países em desenvolvimento, como o Brasil, já foi problematizada por autores como Guivant (2001) e Costa (2004). Estes autores ponderam sobre a dificuldade de empregar estas teorias para compreender o processo de modernização da sociedade brasileira, que ainda está atravessada por problemas de escassez, na qual a distribuição altamente desigual da riqueza entre as classes sociais coexiste com os problemas sociais que não estão presentes nos países do norte global. Portanto, levando-se em conta a especificidade da modernização brasileira, que potencialmente pode apresentar áreas muito distintas internamente, com locais que podem apresentar, por exemplo, maiores índices de reflexividade social, nos termos de Giddens (1996), como é o caso das capitais localizadas nas zonas de maior desenvolvimento socioeconômico, é necessário precaução na compreensão e explicação mais geral sobre a ascensão do consumo contestatório em uma nação marcada por fortes contrastes.

Não obstante, em face da ascensão do consumo contestatório em diferentes contextos, Bennett (2004), Stolle, Hooghe e Micheletti (2005) consideram que este expressa a emergência de novas formas de participação que tensionam as fronteiras da ação política contemporânea. Desta maneira, o surgimento de formas de

participação não-tradicionais poderia ser interpretado como expressão de um novo tipo de engajamento, a *lifestyle politics*, que se caracteriza por significativas diferenças qualitativas em relação aos padrões observados na ação política tradicional, baseados na lógica da participação cívica e da ação coletiva, atinente aos movimentos sociais. Este argumento, proposto por Bennett (1998, 2004), considera que, de forma alternativa ao que pode ser percebido como um declínio da participação e ação política no cenário ocidental, novas formas de participação e ação política estão ganhando espaço e convivendo com as formas convencionais de participação.

Nesse sentido, é preciso esclarecer os pressupostos dessa discussão sobre a hipótese de ascensão de novas formas de ação política que implicam uma crítica à tese de um declínio na participação política proposta por Putnam (1995), com base em investigações sobre o engajamento político no contexto norte-americano. A tese de Putnam considera que estaríamos diante de um cenário marcado pelo declínio das formas de participação política, principalmente aquelas caracterizadas pela participação através de partidos e sindicatos e organizações de base. Assim, notadamente no cenário norte-americano, mas também perceptível em outras democracias ocidentais, os cidadãos não estariam somente abstendo-se de votar e de participar em partidos políticos, mas também estariam participando menos ativamente em vários tipos de associações voluntárias e outras organizações sociais e políticas locais (BLAIS ET AL, 2004; DALTON E WATTENBERG, 2000; PUTNAM, 1995; WATTENBERG, 2002.).

Conforme Putnam (1995), os estratos mais jovens da população estadunidense, socializadas em prósperas condições econômicas, dos anos 1960 em diante, estariam menos inclinados para engajarem-se tanto na vida comunitária quanto na vida política. Em sua perspectiva, comparando-se com as gerações anteriores, nascidas entre 1910 e 1940, que são retratadas como gerações mais engajadas nestes aspectos, seria possível observar um processo de decadência no engajamento cívico dos grupos mais jovens da população, bem como de declínio do capital social na sociedade americana.

Desta forma, na análise do autor, as gerações marcadas por um maior engajamento cívico estariam sendo substituídas por estratos jovens marcados por um crescente déficit de participação política e comunitária, assim, o estoque de capital social das comunidades norte-americanas estaria lentamente diminuindo. Os indicadores utilizados por Putnam (1995) para realizar este diagnóstico são diversificados: medições de comparecimento dos eleitores nas votações, participação em sindicatos de trabalho, associação de pais e professores, o comparecimento em reuniões de clube, confiança generalizada (nas instituições e governos), o número de jantares em família corriqueiros, o número de jogos de carta jogados, e até mesmo o respeito às regras de trânsito. Todas estas atitudes e comportamentos demonstrariam uma queda significativa do engajamento cívico da população estadunidense (STOLLE E HOOGHE, 2004).

Assim, com exceção dos grupos de autoajuda e de apoio e particularmente dos movimentos sociais e ambientais, Putnam identifica uma tendência muito clara de retraimento na participação e engajamento dos cidadãos. Entretanto, o autor considera que o crescimento ou manutenção na participação atual em movimentos sociais de base nas últimas décadas seria pouco para compensar o contínuo declínio nas formas consideradas convencionais de participação política. Nestes termos, o autor, que é tido como uma das vozes mais proeminentes da tese da erosão do engajamento cívico público nas sociedades democráticas ocidentais, postula que estaríamos diante de uma crescente deterioração da participação política, onde o caso norte-americano constituiria um exemplo claro de uma decadência cívica e de capital social, que também seria visível em outras sociedades democráticas ocidentais.

Contudo, o diagnóstico de um declínio no engajamento cívico e nas formas tradicionais de participação política encontrou diferentes críticas na literatura, que contestam, a partir de distintos enfoques, suas conclusões. Uma das críticas principais diz respeito à possibilidade de que os promotores da tese do declínio da participação nas democracias ocidentais capturam apenas uma face de um complexo processo social, visto que eles focalizariam exclusivamente o

desaparecimento das formas consideradas tradicionais de participação, negligenciando as formas de participação e repertórios que estariam substituindo as convencionais (GUNDELACH, 1984; STOLLE, HOOGHE E MICHELETTI, 2005).

Em virtude disso, diversos autores têm argumentado que não se trataria necessariamente de um declínio na participação e engajamento político, mas da ascensão de novas modalidades de participação, nas quais, principalmente as gerações mais jovens, tem preferido participar. Esse seria o caso da participação dessas gerações em organizações e redes menos formais e hierárquicas, que estão relacionadas também com estilos de vida e mobilizações esporádicas, bem como de sua menor inclinação para se engajar em associações convencionais que foram historicamente marcadas por distinções raciais e de gênero (BENNETT, 1998, 2004; SKOCPOL, 2003, STOLLE E HOOGHE, 2004; ELIASOPH, 1998).

No contexto brasileiro, por exemplo, conforme Frey (2003) seria possível levantar pelo menos duas objeções às premissas que articulam a teoria do capital social de Putnam, que considera que é a vida social, os contatos face a face, as relações comunitárias e cotidianas, que mantém unidos e engajados civicamente os cidadãos, e que, por fim, conduziriam a uma maior participação política e não através dos mecanismos de participação dos movimentos sociais. Desse modo, não obstante Putnam (2000) perceber os movimentos sociais como tendências contrárias ao declínio do capital social nos Estados Unidos, ele considera que existe uma diferença importante referente à qualidade do engajamento em comparação com as formas de participação tradicionais, visto que os movimentos sociais ou organizações do terceiro setor não forneceriam nem a conectividade entre os seus membros, nem o engajamento direto pautado pela lógica cívica do dar e receber. A objeção do principal do autor contra os movimentos sociais como fontes primordiais para a geração de capital social se baseia na sua suposição de que os laços e obrigações que unem os membros desses movimentos seriam mais fracos do que nas organizações tradicionais (FREY, 2003).

A primeira objeção refere-se aos exemplos de movimentos sociais, como o

Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST) ou organizações não-governamentais como a Pastoral da Criança, que contrariando as premissas de Putnam, não são desconectados de sua base social, nem os laços entre os seus membros são mais fracos. De forma contrária, estes seriam exemplos que evidenciam que tais experiências podem não apenas renovar os laços sociais com suas comunidades, mas também seriam capazes de promover novas formas de participação política. A segunda objeção coincide com o que já foi apontado preliminarmente: o possível declínio das organizações civis convencionais não precisa ser necessariamente interpretado como um declínio geral do engajamento cívico, em oposição, isto poderia representar o reconhecimento da necessidade de reinventar as formas usuais de ativismo e engajamento político em sociedades crescentemente complexas e pluralistas, que passam a exigir novas formas de organização política e comunitária (FREY, 2003).

Nesta ótica, estas novas formas de participação não implicam necessariamente uma substituição das formas tradicionais, mas podem significar uma ampliação do que pode ser conceituado como participação e ação política no contexto contemporâneo. O consumo contestatório, portanto, pode ser percebido como um fenômeno que indica e materializa essas profundas mudanças nas formas de participação política contemporâneas. Em virtude disso, o veganismo apresenta-se como um caso pertinente para investigar essas possíveis mudanças que se plasam em práticas e discursos que contestam e criticam a utilização de animais pela humanidade.

Nestes termos, a presente tese parte do seguinte problema central: *As práticas de consumo realizadas pelos adeptos do veganismo são compreendidas por eles enquanto ações de cunho político frente à exploração dos animais. Estas ações, compreendidas sob o conceito de consumo contestatório vegano, indicam mudanças de forma e de conteúdo da ação política no cenário contemporâneo? No que se refere à forma, em que medida o consumo contestatório vegano pode ser interpretado como expressão da ascensão de uma lifestyle politics? No que se refere ao conteúdo, questiona-se, quais são as gramáticas do consumo*

*contestatório vegano? Em que medida elas expressam inovações nas gramáticas da ação para os processos de engajamento e expandem a lista dos seres implicados com a justiça e o bem comum?*

Nesses termos, a hipótese que orienta a presente tese é de que o consumo contestatório vegano expressa modificações nas formas e possibilidades de engajamento contemporâneas. Portanto, cogita-se que a forma de engajamento relacionada ao veganismo expressa a ascensão de formas mais individualizadas de ação política na medida em que a sua característica central é relacionada à conversão a um modo de vida orientado por uma causa, bem como pelos seus repertórios básicos se utilizarem das práticas de consumo. Além disso, postula-se que ele expressa inovações nas gramáticas que orientam os processos de engajamento na medida em que seus adeptos requerem a ampliação da comunidade moral, de modo a incluir os animais na esfera da justiça.

Com base nesse problema central, o objeto empírico desta pesquisa é constituído a partir de entrevistas com adeptos do veganismo, no Brasil e Canadá, englobando aqueles que participam em grupos ativistas e ainda os adeptos que não integram tais grupos. Além disso, o veganismo - e as suas práticas - configura-se como um caso interessante para analisar e comparar o fenômeno do consumo contestatório em realidades distintas, visto a possibilidade de o engajamento de seus membros compartilharem gramáticas comuns, mas que se desenvolvem em contextos potencialmente distintos em termos de níveis de engajamento político e desenvolvimento econômico e democrático.

Portanto, é possível investigar sobre como o veganismo desenvolve-se em uma realidade muito distinta do contexto canadense, que é caracterizado como uma das nações desenvolvidas que apresentam características propícias ao consumo contestatório. A literatura sobre o tema indica a disposição e participação da população canadense em práticas, tais como boicotes, *buycotts*, compras de produtos certificados, de comércio justo, bem como a forte presença de atuação de organizações que advogam pela causa animal, como é o caso da People for the



Ethical Treatment of Animals (PETA) que têm forte atuação na América do norte e Europa (INGLEHART, 1997; STOLLE, MICHELETTI, 2013; INGLEHART, WELZEL, 2005).

Desta forma, estima-se que o presente estudo possibilitará novos olhares e reflexões sobre o consumo contestatório em geral, e especificamente sobre o consumo contestatório vegano, na medida em que o estudo, a partir da análise de dois casos (consumo contestatório vegano no Brasil e no Canadá), pode contribuir para a compreensão da ascensão de novos modos de engajamento marcados por um processo de individualização, a partir de dois contextos distintos.

### **Estrutura da tese**

A estrutura da presente tese está organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo é destinado para as definições teóricas e metodológicas do trabalho. Dessa forma, no capítulo busca-se apresentar o aporte teórico e metodológico, que é baseado na sociologia pragmática francesa, e sua pertinência para o estudo do objeto da tese. Já o segundo capítulo é destinado para a apresentação e discussão do consumo contestatório e sua historicidade. O capítulo aborda as origens do consumo contestatório e sua conformação contemporânea, de modo a fazer um contraste entre o passado e o presente. No terceiro capítulo abordam-se as formas do consumo contestatório vegano. Desse modo, o capítulo parte da discussão sobre o processo de conversão ao veganismo como um modo de vida através da análise da gramática dos motivos e justificações aduzidas das falas dos atores, para logo em seguida analisar como esse modo de vida pode ser entendido como uma forma de engajamento cotidiano, que se enquadra nos termos do conceito de *lifestyle politics* e pode ser contrastado com as formas de engajamento relacionadas ao consumo contestatório no passado. Por fim, o capítulo aborda como essa forma de engajamento é articulada por uma pluralidade de repertórios e estratégias que indicam mudanças nas formas de participação contemporâneas. O último capítulo da tese aborda as críticas e justificações do consumo contestatório vegano. Desse

modo, partindo da discussão sobre os valores e princípios que orientam e permeiam o engajamento dos atores no veganismo e informam as ações e repertórios do consumo contestatório vegano, neste capítulo esses valores e princípios são modelizados na forma de gramáticas. Dessa forma, são sistematizadas as justificações aduzidas das falas dos atores na forma das ordens de grandezas já estabelecidas, conforme a perspectiva de Boltanski e Thévenot (1991). Contudo, levando-se em conta que uma parte considerável e fundamental dessas gramáticas não podem ser modelizadas nos termos e princípios das grandezas referidas, discute-se a possibilidade de ascensão e modelização de uma nova ordem de grandeza baseada em um princípio superior comum próprio. Nesses termos, o capítulo discute a possibilidade da ascensão de uma ordem de grandeza *animalista* que confere sustentação argumentativa aos engajamentos dos atores nas práticas e discursos do consumo contestatório vegano.

## **1. Definições teóricas e metodológicas**

O presente capítulo tem como objetivo central demonstrar a pertinência dos aportes teóricos e metodológicos da sociologia pragmática para o estudo do consumo contestatário e para o objeto da tese, o consumo contestatário vegano. Portanto, o objetivo é apresentar a sociologia pragmática e demonstrar como essa perspectiva teórico-metodológica pode contribuir para a compreensão de novas formas de engajamento que colocam em questão os limites da ação e compreensão da ação política contemporânea.

Em face disso, busca-se evidenciar como essa perspectiva pode colaborar para uma compreensão rica do fenômeno estudado, partindo-se do pressuposto fundamental acerca da reflexividade e capacidade crítica dos atores sociais. Por fim, a última seção é dedicada à apresentação da metodologia utilizada, de modo a descrever os procedimentos e definições metodológicas adotadas em consonância com a orientação teórica da pesquisa.

### **1.1. Os aportes teóricos e metodológicos da sociologia pragmática para o estudo do consumo contestatário**

Conforme já foi apontado, a emergência de novas formas de participação, como parece ser o caso do veganismo, que podem ser preliminarmente enquadradas no conceito de *lifestyle politics*, tem levantado questionamentos sobre como analisar um fenômeno relativamente novo e pouco estudado. Para Stolle, Hooghe e Micheletti (2005) o caso do consumo contestatário, que se configura como um típico exemplo de *lifestyle politics*, onde as decisões de compras cotidianas adquirem um significado político, implica uma maior dificuldade para avaliar o caráter político desses atos:

Political consumerism offers a typical example of “lifestyle politics,” in which the ordinary, day-to-day decisions of citizens acquire a political meaning (Giddens, 1991). Lifestyle politics inevitably blurs the distinction between the public and the private realms, rendering it much more difficult to determine the prevalence, the importance, and the political character of these acts. Of course, political consumerism and even traditional political participation behavior might be motivated by personal or private concerns (STOLLE, HOOGHE e MICHELETTI, 2005, p.254)

Nesta perspectiva, as pessoas que se engajam nas formas de participação que podem ser percebidas como *lifestyle politics* tendem a orientar e ver suas vidas pessoais como uma forma de posição política, um projeto e forma de agir politicamente. Isto denota um engajamento cotidiano em ações que potencialmente diluí as fronteiras do público e do privado, visto que exige dos seus participantes um comprometimento com determinados valores e ideais, em especial no caso das práticas de consumo, em seus hábitos mais prosaicos como é o caso da alimentação e vestuário, que passam a ser politizados. Desta forma, este tipo de engajamento pressupõe que os indivíduos, de forma consciente e reflexiva, realizam suas escolhas sobre o que consumir com base em um compromisso com princípios escolhidos, que se expressam na forma de valores e atitudes (MICHELETTI E STOLLE, 2010).

Com base neste entendimento, o conceito de *lifestyle politics* e o fenômeno abordado em questão parecem exigir um direcionamento teórico-metodológico que atente para como os indivíduos justificam e exercitam este tipo de engajamento cotidiano fortemente vinculado com a construção identitária e ao *self*, bem como constroem críticas ao que consideram injusto e que por fim se traduzem em formas de engajamento, individual ou coletiva, em determinadas circunstâncias. Portanto, conforme será discutido, as formas de engajamento que denotam que os indivíduos de forma reflexiva e consciente, modificam e adotam hábitos do que consumir ou do que evitar, a partir de determinados princípios e valores, requerem uma abordagem compreensiva sobre a sua intencionalidade e os possíveis sentidos, entre eles, por exemplo, um sentido político, o que demanda a investigação de uma gramática da

ação, que conforme será discutido, tem um duplo sentido, o sentido axiológico e o praxeológico, que não devem ser dissociados.

Além disso, de acordo com a literatura sobre o tema, estas novas formas de participação têm se evidenciado um desafio em termos teóricos e metodológicos, pois elas desafiam, por exemplo, muitas das abordagens utilizadas para o estudo dos movimentos sociais, visto que uma das suas características principais é o fato de serem potencialmente menos coletivas e mais individualizadas. Além disso, em diversos casos, como por exemplo, do ativismo realizado através da rede mundial de computadores, estas novas formas de participação apresentam-se de forma fluída e organizadas de maneira muito diferente dos modos de participação “tradicionais”. Assim, os seus participantes podem engajar-se nestas novas formas sem necessariamente serem orientados por grupos, ou participarem em reuniões face a face (BENNETT, 2004, STOLLE E HOOGHE, 2004).

Em virtude disso, seguindo a abordagem de Sassatelli (2006), uma das alternativas promissoras para o enfrentamento destes desafios teóricos e metodológicos pode ser localizada na abordagem da sociologia pragmática francesa. De acordo com a autora, os discursos morais e políticos que definem o enquadramento do consumo contestatório podem ser analisados a partir da noção de justificação, conceituada por Boltanski e Thévenot (1991):

The moral and political discourses which define the frame of critical consumerism play with different orders of justification. They can be conceptualized as drawing on repertoires of evaluation or ‘orders of worth’ and ‘justification’ which exist prior to the individual and are available across situations, even if they are realized, made salient and transformed by individuals in particular settings and circumstances. Critical consumerism is intrinsically oppositional. Organized through practices and episodes of contestation, it reveals how these repertoires work and attain wider relevance. Whether successful or not, these discourses make explicit what in normal circumstances is implicit and taken for granted. Critical consumerism may thus be seen as a multi-level phenomenon which involves different classification processes – some of which are identified as practical, others as discursive (SASSATELLI, 2006, p.231).

Nestes termos, a proposição de práticas de consumo nas quais os seus integrantes se abstêm, de forma consciente, de qualquer tipo de produtos de origem

animal pode ser problematizada/analizada a partir da perspectiva da sociologia pragmática francesa, em especial dos aportes teóricos oferecidos por Boltanski e Thévenot (1991,1999). A teorização dos autores, formulada a partir de divergências aos pressupostos da “sociologia crítica” de Bourdieu propõe uma “sociologia da crítica” afeita à observação de como os atores, em determinadas situações recorrem a diferentes “ordens de grandeza” (*cités*) como um sustentáculo normativo que preside e confere legitimidade às suas operações críticas e justificações em momentos de disputas ou momentos críticos<sup>6</sup>.

Conforme os autores, o principal problema da sociologia crítica consiste em sua inabilidade para compreender as operações críticas empreendidas pelos atores. Portanto, uma sociologia que visa estudar estas operações, que se debruça sobre a crítica como o seu objeto de estudo específico, deveria abandonar (mesmo que temporariamente) a postura crítica, a fim de reconhecer os princípios normativos que dão sustentação à atividade crítica das pessoas comuns (1999, p.364). Neste sentido, Boltanski e Thévenot (1991) ressaltam que se quisermos levar a sério as reivindicações dos atores quando estes criticam as relações de poder existentes, denunciam injustiças sociais, ou desvelam as razões ocultas de seus opositores, é necessário concebê-los como dotados de uma habilidade para diferenciar maneiras legítimas e ilegítimas de construir e apresentar críticas e justificações.

Desta forma, nos termos da abordagem proposta pelos autores citados, seria precisamente esta competência que caracteriza o sentido ordinário de justiça que as pessoas cumprem nas disputas de que participam. Em virtude disso, a teorização

---

6 Conforme Boltanski e Thévenot (1999, p.367) “O momento crítico é precisamente o momento em que uma discordância acerca do estado de grandeza das pessoas se manifesta. Alguém, por exemplo, fará a seguinte crítica: “O melhor computador não foi destinado ao melhor programador”. Ou, em outra situação: “O filho mais velho, aquele que tem direito às terras recebidas como herança, na verdade não é o que possui as qualidades morais requeridas para administrá-las.” A manifestação desta discordância cria uma incerteza acerca da grandeza relativa dos seres envolvidos, o que produz inquietude. A fim de resolver esta incerteza, um juízo, enraizado na situação, é necessário. Para entender como este juízo se consuma, devemos prestar atenção às condições pragmáticas de atribuição de grandeza a uma pessoa. Alcançaremos então a questão acerca dos objetos e da relação entre seres humanos e coisas. Para analisar o caso do programador cuja competência profissional foi posta de lado, ou o do primogênito cujas qualidades morais foram refutadas, temos que investigar as correlações entre as pessoas e uma pluralidade de objetos, materiais ou não, tais como máquinas, programas de computador, regulamentos, credenciais, leis de herança, atributos do solo, etc.”

pragmatista visa descrever o senso de justiça dos atores, ou de maneira mais acurada, o seu senso de injustiça, e ademais construir modelos de competência com os quais os atores devem estar equipados para o enfrentamento de situações críticas comuns. Conforme os autores, esta abordagem pretende se afastar da tarefa da filosofia moral, que consiste em descobrir alguns procedimentos e eixos normativos que conduzem à justiça, não obstante seja possível construir um modelo normativo de justiça a respeito do senso de justiça do ator (BOLTANSKI E THÉVENOT, 1999).

Portanto, esta abordagem pressupõe que os atores sociais são dotados e agem conforme um modelo de competência e de capacidade reflexiva a fim de responder às críticas que dizem respeito às suas práticas e discursos que as precedem. Nestes termos, de acordo com Corcuff (2001, p.173), Boltanski e Thévenot em *De la Justification* (1991) tomam como objeto as disputas comuns que ativam a crítica, bem como a justificação das pessoas situadas em espaços públicos, potencialmente sob o olhar e solicitações de explicação dos demais membros da coletividade. Desta forma, eles formulam a hipótese de que, sobre tais debates públicos, pesam fortes constrangimentos sobre a legitimidade e a generalidade dos argumentos utilizáveis que levam as pessoas envolvidas à superação da situação particular no interior da qual elas estão engajadas.

Em consonância, Vandenbergue (2006, p.326) considera que na abordagem de Boltanski e Thévenot (1991) busca-se observar os litígios, as disputas e contendas, em outras palavras, as discórdias de todo tipo, nas quais a grandeza relativa das pessoas é, publicamente, posta em causa. Em virtude disso, com o intuito de analisar as operações críticas observadas em situações concretas de disputa e submetidas ao imperativo da justificação, os autores construíram um modelo pragmático arquitetado na competência do julgamento que permitiria compreender como os atores manifestam seus desacordos sem recorrer à violência, bem como justificam suas pretensões à justiça, fazendo referência a valores gerais (*Cités*) e se apoiando em objetos comuns (*Dispositifs*). Assim, o ponto de partida de construção do modelo de economias de grandeza é direcionado para a análise dos

diferentes tipos de argumentação utilizados pelos atores sociais nas situações de disputas, controvérsias, de crítica, de denúncia, entre outras, para convergir ao acordo. Desta forma, o postulado forte desse modelo reside no fato de que no curso dessas situações os atores devem se justificar, se explicar ou clarificar para fazer valer os seus pontos de vista, de modo a tornar os seus argumentos aceitáveis para os seus interlocutores. Dessa forma, eles mobilizam seu senso moral e colocam à prova os princípios de justiça que eles julgam adequados à situação (NACHI, 2009).

Neste entendimento, cabe explicitar, mesmo que sucintamente, os diferentes regimes que conformam, segundo a abordagem discutida, as ações dos atores. A noção de regime pode ser compreendida como “um conjunto de características das lógicas de discurso, de ação e estados assumidos pelos atores em determinada situação” (WERNECK, 2009, p.62). Neste sentido, o modelo proposto pelos autores parte da ideia de que existe uma pluralidade de regimes de ação, e que os atores se movem entre os regimes de disputa (nos quais os princípios são disputados) e os regimes de paz (nos quais não são disputados princípios), sendo que cada um desses regimes é baseado em uma diferente gramática da ação (WERNECK, 2009; BOLTANSKI E THÉVENOT, 1991,1999).

Assim, esta abordagem pressupõe a existência por um lado de dois regimes de paz: o regime de ajustamento (*justesse*), onde a paz é estabelecida pelas ações padronizadas dos seres humanos, a partir de pressupostos que são previamente incorporados por eles, em outras palavras, seriam as ações que não concedem espaço para a disputa de princípios (um exemplo seria o hábito de entrar em uma fila sem discutir se o seu lugar no final dela é justo ou não); e o regime de amor (*ágape*): a paz seria estabelecida a partir da noção de ágape, o amor desinteressado, em que as ações seriam estabelecidas em torno de uma impressão de fraternidade, sem a reflexividade da ideia de bem (por exemplo, quando alguém perdoa outra pessoa no âmbito das relações amorosas). Por outro lado, postula-se a existência de dois regimes de disputa: o regime de violência, no qual as grandezas e conseqüentemente as ações se estabelecem a partir de uma diferenciação de força, sendo que a disputa conduz ao conflito, à ruptura e por fim, à destruição das



relações mesmas; já o segundo regime de disputa nomeia-se como o regime de justiça, nele as ações devem ser justificadas, ou seja, devem ser justificadas através de princípios superiores comuns aos atores envolvidos. Este último regime é o que corresponde ao imperativo da justificação e é nele que se desenvolvem as ações críticas (WERNECK, 2009, p.62,63).

Portanto, de acordo com estas definições, as ações humanas (dentro do regime de justiça) repousam sobre o imperativo da justificação na qual os atores devem recorrer a valores, como o ideal de justiça ou de bem comum, para justificar seus engajamentos e construções críticas operadas na vida social. Assim, a constituição de um imperativo da justificação vai orientar as ações dos indivíduos e como eles se comportam nas disputas em diferentes instâncias sociais:

The one who criticizes other persons must produce justifications in order to support their criticisms just as the person who is the target of the criticisms must justify his or her actions in order to defend his or her own cause. The justifications have to follow rules of acceptability. We cannot say, for instance: 'I don't agree with you because I don't like your face.' There are no reasons to think that these rules of acceptability would be different for the one who criticizes and for the one who must be able to tackle with the same tools the criticisms of any social or situational order as well as the justification of the current one. (BOLTANSKI E THÉVENOT, 1999, p.360)

Para a compreensão das operações críticas (partindo do cenário ocidental) Boltanski e Thévenot (1991) propõem a construção de um modelo que dê conta, em linhas gerais, das gramáticas utilizadas pelos atores nestas operações. Desta maneira, os autores, enfocando as operações de justificação e de crítica onde as pessoas envolvidas devem ser dotadas da habilidade de se transportar de uma forma de justificação a outra, ou seja, de utilizar diferentes justificações em cada situação, partem da ideia da existência de um modelo comum (*modele de cité*) compartilhado por todas as ordens de grandeza e que poderia explicar esta possibilidade de deslocamento de uma a outra.

Nestes termos, o modelo de economias de grandeza (*economie de la grandeur*) proposto pelos autores identifica inicialmente seis modos de justificação (*cités*) aos quais os atores recorrem axiologicamente para conformar suas

operações críticas em determinadas situações. Esses modos de justificação referem-se a princípios, aos quais as pessoas fazem referência em suas ações para justificá-las, para julgar outrem, para criticar ou qualificar determinadas situações, bem como os objetos pelos quais os atores contam para estabilizar certas interpretações (CORCUFF, 1998). Conforme Vandenbergue, Boltanski e Thévenot (1991) introduzem esses modos de justificação, as *cités* “como mediações simbólicas e axiológicas que permitem constituir a situação como um conjunto bem ordenado de interações vividas entre as pessoas e os objetos que os atores encontram em seu ambiente imediato” (2006, p.331).

Desta forma, em *De la justification* (1991), Boltanski e Thévenot apresentam a composição de seis modos de justificação (*cités*) que seriam suficientes para descrever as justificações que funcionam na maior parte das situações ordinárias, ponderando que estas *cités* são construções históricas e que algumas delas seriam cada vez menos capazes de fundamentar justificações, enquanto outras estariam emergindo, como seria o caso de uma grandeza ambiental, ou uma comunicacional (BOLTANSKI E THÉVENOT, 1999). As seis *cités* em questão podem ser compreendidas, portanto, como quadros de referências comuns pelos quais os atores se orientam e legitimam os seus discursos e ações. Para a construção dessas *cités* os autores se valeram de textos clássicos da filosofia política. Os textos serviram de base para a construção de diferentes gramáticas sobre o bem comum, assim os autores recorreram aos textos de Santo Agostinho (*A cidade de Deus*), de Bossuet (*Politique tirée des propres paroles de l'écriture sainte*), Hobbes (*Leviatã*), Rousseau (*Do contrato social*), Adam Smith (*A riqueza das nações*) e Saint Simon (*Du système industriel*) para então retirar seis Cidades: a cidade inspirada, a cidade doméstica, a cidade de renome, a cidade cívica, a cidade mercantil e a cidade industrial. Dessa obras os autores extraíram um princípio superior comum diferente que fundamenta cada cidade. O princípio superior comum, de acordo com os autores, é o princípio através do qual o qual os atos, as coisas e as pessoas são julgados em dada cidade. Assim, cada cidade conta com um princípio superior próprio. Conforme Vandenbergue, bem entendido, Boltanski e Thévenot não

sugerem que os atores leram esses livros:

Seu argumento consiste em dizer o que os atores dispõem, por metafísica infusa, de um conhecimento tácito de seus conteúdos, os quais eles mostram ao se referirem à inspiração e à graça, à lealdade e à tradição, à opinião e ao reconhecimento, à igualdade e à solidariedade, à competitividade e à marcha ou à eficácia e à competência técnica para assentar um acordo ou sustentar um litígio (VANDENBERGUE, 2006, p 336).

Nesta perspectiva, levando em conta que as operações críticas dos atores seriam alicerçadas com base em um intrincado regime de justificação que vai presidir e legitimar as suas ações e julgamentos - possibilitando a distinção entre comportamentos adequados ou inadequados, bem como avaliar os comportamentos e atitudes de outrem - as práticas que dizem respeito ao consumo contestatório, e os seus discursos e orientações, poderiam ser pensados como alicerçados a partir de uma gramática moral que permite o engajamento dos atores sociais em suas práticas e discursos, justificando-os.

Partindo da literatura que versa sobre o fenômeno do consumo contestatório anteriormente discutida, ele poderia ser pensado a partir da noção de regime de justificação alicerçado em diferentes noções: de justiça social e econômica, de referência a valores e éticas, como é o caso das justificações alicerçadas nas crenças religiosas, e ainda justificações realizadas para expressar valores e ideologias críticas ao consumismo ou à sociedade de consumo. Neste sentido, os valores que presidem as lógicas sociais do consumo contestatório poderiam, por exemplo, como evidencia Sassatelli (2006), atualmente relacionar-se com os ideais norteadores dos movimentos alter-mundialistas que catalisaram, principalmente a partir dos protestos contra a organização mundial do comércio no ano de 1999, os discursos que buscam politizar as práticas diárias de consumo.

Tendo por base este entendimento é possível problematizar o consumo contestatório vegano a partir do aporte teórico oferecido por Boltanski e Thévenot (1991): quais as gramáticas morais que presidem os engajamentos dos veganos? Quais são as suas críticas e contestações ao que consideram injusto em relação à

exploração dos animais pela humanidade? Nesta ótica, a teorização da sociologia pragmática, com destaque para os aportes de Boltanski e Thévenot (1991), constitui-se em uma profícua perspectiva para a investigação das diferentes gramáticas morais que legitimam as justificações e permeiam as ações e os engajamentos dos atores com tais práticas, bem como podem informar os valores utilizados por tais iniciativas para a manutenção discursiva (crítica) destes engajamentos, e ainda para o engajamento de novos atores às suas práticas.

Partindo desta abordagem teórico-metodológica, que ressalta a importância da composição de um sistema de grandezas que orienta as críticas e as justificações dos atores nas práticas sociais, ou seja, de uma racionalidade axiológica, é possível considerar que os engajamentos dos atores nas práticas de consumo contestatório vegano podem ser justificados pelos atores a partir da articulação de diferentes ordens de grandeza nas diferentes situações e operações críticas. Contudo, as possibilidades de pensarmos em um regime de justificação nos moldes iniciais propostos pelos autores, como um sistema de grandezas já definidas, as *cités*, poderiam implicar na restrição da modelização a um número finito. Deste modo, propõe-se a adoção de um modelo de análise mais flexível a fim de dar conta das especificidades do objeto focalizado e que ao mesmo tempo possa problematizar a abordagem utilizada, bem como possibilitar a modelização de uma gramática fora do esquema inicial dos autores.

Levando em conta o contexto em que são desenvolvidas as práticas e discursos sobre o veganismo investigadas, bem como pelo fato de que os praticantes do veganismo constroem críticas não somente aos padrões vigentes de consumo que se utilizam largamente de insumos animais, mas também (e principalmente) à sustentação moral dos hábitos comuns da alimentação contemporânea baseada no consumo de alimentos de origem animal e da utilização em outras esferas como a do vestuário, de bens de consumo, do setor farmacêutico, parece evidente que os atores em questão articulam gramáticas morais que escapam do modelo original de *cités*, proposto por Boltanski e Thévenot (1991, 1999).

Como exemplo da possibilidade da ascensão e articulação, por parte dos atores que serão focalizados, de novas gramáticas morais que sustentam as práticas e críticas realizadas pelos adeptos do veganismo, é possível pensar na possibilidade de referência a uma grandeza ambiental ou ecológica, na esteira da proposta de Lafaye e Thévenot (1993), bem como na articulação de uma *cité* que possa reconstituir a ordem de grandeza que diz respeito ao interesse geral, ou seja, a *cité* cívica, visto que o discurso crítico dos veganos propõe uma recomposi o radical da no o de direito, que passaria incluir a no o de direitos animais como um novo princípio normativo que deve nortear o direito e as a o es humanas de forma geral.

Portanto, levando em conta a necessidade de flexibiliza o do modelo de inicial *cit s*, que pode não dar conta de um arranjo plural de justifica o es que escapam de seu quadro explicativo, propôs-se a utiliza o do conceito de gramática de modo complementar. Assim, esse conceito   útil para organizar inicialmente as justifica o es na forma de gramáticas, que podem ou não, ser posteriormente modelizadas dentro do regime de justifica o proposto por Boltanski e Thévenot (1991). Partindo da no o proposta por Lemieux (2009) que considera a gramática como um conjunto de regras a seguir para ser reconhecido em uma comunidade, como saber agir e julgar corretamente, as opera o es críticas dos atores em questão podem ser sustentadas e justificadas como uma gramática<sup>7</sup>:

Une grammaire est ce qui permet aux membres d'une communauté de juger correctement, c'est- -dire de lier correctement   des discontinuit s survenant dans le monde (corps, objets, matériaux, gestes, paroles ...) des descriptions et d' prouver vis- -vis de certaines de ces descriptions un sentiment d' vidence (LEMIEUX, 2009, p. 21-23).

Pressupor a existência de uma gramática da a o o   admitir a ideia pela qual as dificuldades de julgamento e de coordena o da a o o obedecem às restri o es cognitivas e às regras gramaticais que o sociólogo deve levar em conta. De acordo

---

7 Outros autores já se valeram da no o de gramática para suas teoriza o es:   o caso de Ferdinand Braudel, que a utilizou em sua "Gramática das civiliza o es" (2004), bem como de Axel Honneth (2003), que também recorreu a este conceito para analisar, contemporaneamente, as lutas por reconhecimento como uma nova gramática moral do conflito social.

com Nachi, a noção de gramática pode ser definida como um conjunto de regras que permitem aos atores fazerem convergir os seus julgamentos e ações a partir de suas experiências e sua relação à experiência: *“est constituée d’un ensemble de règles permettant aux acteurs de faire converger leurs jugements et leurs actions en partant de leurs expériences et du rapport qu’ils entretiennent à l’expérience”* (2006, p. 46).

Portanto, as regras gramaticais interferem nas competências dos atores durante a coordenação de suas atividades, determinando a ação que mais convém à sua definição em determinada situação. Com isso, as regras gramaticais se assemelham, mas não são idênticas ou se confundem com os atores, é o que outros autores referem como saber tácito ou convenção, cuja função é precisamente dar aos atores a capacidade cognitiva de julgar a situação, de se colocar no lugar dos outros, a antecipar suas escolhas, reações ou julgamentos, ou ainda para corrigir as suas palavras e ações, em uma palavra, para coordenar suas ações. Em virtude disso, a noção de gramática pode ser compreendida como o conjunto de regras que regulam a ação coordenada, tendo em vista os demais atores, ou seja, são as regras gramaticais que informam os atores na coordenação de suas ações, considerando-se adequação de sua definição para cada situação (NACHI, 2006).

Essa conceituação de gramática em um sentido forte<sup>8</sup> irá presumir, portanto, o seu uso para a caracterização de um tipo específico de ação social e a sua respectiva forma de legitimação. Em face disso, as ações são coordenadas e definidas levando-se em conta o contexto de sua realização, bem como as regras tácitas compartilhadas entre os atores em relação à situação vivida, ou seja, a capacidade de apreensão do “modo gramatical” mais adequado a cada situação. Não obstante, a existência de uma determinada gramática que vai regular a ação -

---

8 A noção de gramática no seu sentido forte “torna possível a articulação entre uma sintaxe através da análise da estrutura actancial da ação; ou seja, trata-se da análise de uma relação social buscando-se revelar as relações que existem entre os participantes da relação, isto é, entre os chamados actantes. Essa última noção (“actante”) pretende dar conta das capacidades de agir dos agentes sem hipostasiar as suas identidades ou substancializar os seus atributos e qualidades. A premissa é que as qualidades de um indivíduo não podem ser vistas como algo que lhe é imanente, mas baseiam-se antes em qualificações sempre referidas a situações determinadas. Essa dimensão sintática da ação, pode ser articulada ainda com uma semântica (o sentido e significado da ação social) e uma pragmática (a justificação da ação social segundo o contexto de sua realização) (COLOMÉ; MAYER, 2016, p.574).

em suas dimensões axiológicas ou deontológicas preestabelecidas - não significa que a sua execução será determinada ou determinante. Portanto, as ações são objeto de constantes avaliações e qualificações dentro de um campo de possibilidades, que dependem, por sua vez, das interpretações realizadas pelos atores no contexto da situação vivida. No curso de uma ação situada é possível que os atores redefinam o seu sentido por meio de revisões, retificações e mesmo através da própria criatividade ou engenho. Desse modo, trata-se de um processo recíproco de conjectura e validação que tornará possível que se estabeleça acordos e consensos entre os atores sobre a qualificação adequada dos seres e objetos aos quais eles são confrontados (COLOMÉ; MAYER, 2016).

Nestes termos, seguindo a abordagem pragmatista de Lemieux (2009), os autores citados ponderam que essa forma de caracterizar a gramática social do agir presume três características fundamentais:

(...) ela é, a um só tempo, relacional, pluralista e realista. Ou seja, a análise das lógicas do social confere uma prioridade às relações constitutivas dos fenômenos sociais porque, ontologicamente, somos plasmados por processos de socialização e, assim, tanto a forma, quanto o conteúdo das gramáticas às quais recorreremos para agir e julgar é de natureza intersubjetiva; é plural porque um mesmo indivíduo pode ver-se face a vários regimes de engajamento, várias formas de cognição e várias gramáticas de julgamento que podem ser adotadas consecutivamente conforme as situações por ele vividas; e, por fim, é realista dado que a própria materialidade do mundo com os seus acontecimentos e eventos pode confirmar ou invalidar as conjeturas, representações e definições elaboradas por nós mesmos (COLOMÉ; MAYER, 2016, p. 575).

Portanto, as ações situadas são engendradas por julgamentos, avaliações e qualificações sobre as grandezas dos seres e objetos que estão inscritos nos mundo social e natural. Assim, nesta ótica estamos a tratar de ações caracterizadas por operações de ordem cognitiva nas quais colocamos à prova as diferentes hierarquias de valor socialmente partilhadas, dito de outro modo, é através das provas que os atores sociais testam e avaliam de forma contínua as justificações aduzidas pelos seus pares para sustentar as suas representações acerca dos mundos sociais nos quais estão inseridos, bem como em face das eventualidades e ocorrências do mundo natural que se abatem sobre eles (COLOMÉ; MAYER, 2016).

Nesses termos, a noção de prova pode ser percebida como um conceito fundamental desse “estilo sociológico”<sup>9</sup>. De acordo com Boltanski (1990), em efeito, “a noção de prova permite articular o ideal de justiça, no qual as pessoas inseridas em nossa sociedade constroem sentido, e que está disposto na axiomática da  *cité* , com as situações de disputa sobre o que é justo, na qual esse ideal é colocado em prática”<sup>10</sup> (BOLTANSKI, 1990, p 97). Para Boltanski e Chiapello (2009) a crítica e prova são estreitamente conectadas, a crítica conduz à prova visto que ela coloca em xeque “a ordem existente e fazer a suspeita recair sobre o estado de grandeza dos seres em questão. Mas a prova - especialmente quando encerra pretensão à legitimidade - expõe-se à crítica que desvenda as injustiças suscitadas pela ação das forças ocultas.” (p.67).

De acordo com Nachi (2009) a noção de prova (*épreuve*), de forma semelhante à importância de conceitos emblemáticos para outras perspectivas teóricas, como seria o caso do conceito de *habitus* para a sociologia de Bourdieu ou do conceito de agir comunicativo para a perspectiva de Habermas, resumiria o espírito do estilo da sociologia pragmatista. Para a compreensão do conceito, a distinção entre uma prova de força e uma prova legítima, como será demonstrada, é fundamental. Além disso, o autor considera que é necessário colocar em evidência as três principais dimensões da prova, a saber: a legitimidade, a reflexividade e a estabilidade. É possível visualizar tais dimensões na figura 1, a seguir:

---

9 Nesse sentido, dada a importância desse conceito, essa perspectiva sociológica também é denominada sociologia das provas.

10 Tradução livre realizada pelo autor.



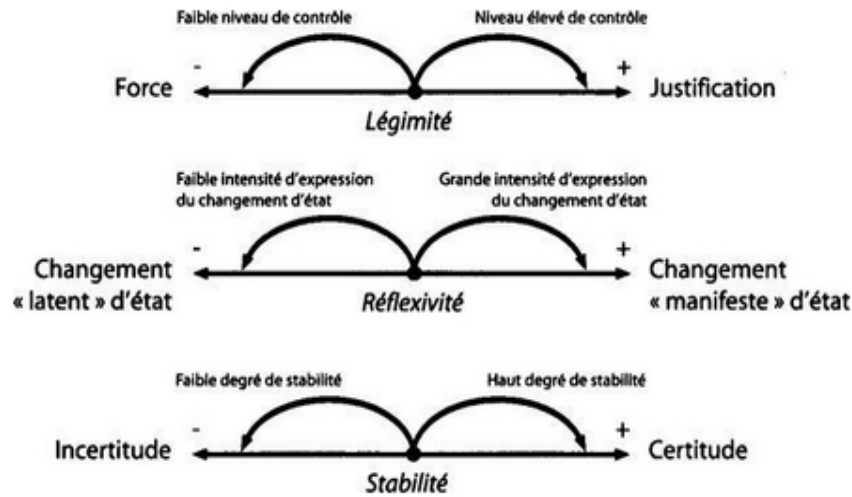


Figura 1: Três dimensões da prova. Fonte: NACHI (2009).

Nos termos de Boltanski e Chiapello (2009) a distinção entre a prova de força e a prova legítima é importante para a compreensão das disputas no curso da ação. Enquanto a primeira (prova de força) não está sujeita a injunções justificativas, ou seja, a atribuição de uma determinada força irá definir a situação, um estado de coisas, sem nenhuma coloração moral, a segunda (prova legítima) é norteada por um juízo sobre a grandeza respectiva das pessoas. Desta forma, a prova legítima “supõe um juízo referente não só à força respectiva dos seres em questão, mas também ao caráter justo da ordem revelada pela prova” (p.65). Portanto, de acordo com os autores, dentro da lógica da prova de força as forças se confrontam e estão postas em movimento sem nenhum outro limite que não a resistência de outras forças, já na prova legítima<sup>11</sup> a lógica do que é justo é imperativa, ela traduz um sistema axiológico e só será considerada justa se colocar em jogo forças de mesma natureza. Dessa forma, não é possível, por exemplo, utilizar a arte para interpelar a força do dinheiro ou lançar mão do dinheiro para interpelar a força de uma reputação.

Dito isso, é possível considerar que dentro do imperativo da justificação as únicas provas aceitáveis para definir dada situação, serão as provas legítimas. Não

11 Também denominada prova de grandeza.

obstante Boltanski e Chiapello (2009) considerarem que estes dois tipos de provas não devem ser percebidas como uma oposição pura, mas como um *continuum* - visto que as provas podem ser vistas como mais ou menos justas, bem como seria possível desvendar a incidência de forças subjacentes<sup>12</sup> que podem contaminar uma prova que se pretenda legítima - a atenção centra-se primordialmente nas provas que podem ser consideradas legítimas.

Em virtude disso, a noção de prova está vinculada de forma estreita com as noções de indeterminação e incerteza, ela sustenta a ideia de um ator livre em seus movimentos, que é capaz de ajustar as suas ações de acordo com as situações. Mas, ao mesmo tempo, este conceito leva em conta - não obstante a liberdade posta à disposição do ator - a sua margem de manobra para agir, visto que ele deve lidar com determinados constrangimentos inerentes à situação, a fim de poder ajustar suas ações da melhor forma possível e coordená-las com os outros, ou seja, agir em comum. Nestes termos, a prova configura-se como um momento de incerteza e indeterminação, durante o qual as "forças" no curso da ação podem ser reveladas. Assim, é durante os momentos de prova que são mobilizadas as competências para agir, qualificar, julgar ou justificar alguma coisa ou alguém (NACHI, 2009).

Consequentemente, a noção de prova é fundamental para a compreensão das ações e justificações e da conseqüente dimensão da reflexividade dos atores no curso das situações. Desse modo, ela pode revelar nível de reflexividade dos seres engajados em dada prova. Conforme Boltanski e Chiapello (2009) qualquer mudança de estado de um ser deixa um vestígio, mas pode ocorrer de este passar quase despercebido ou, de forma oposta, ser identificado por alguém que o perceba, deixando claro que algo mudou<sup>13</sup>. Portanto, a prova configura-se como o momento

---

12 Como pode se perceber, por exemplo, "na evidenciação das vantagens e desvantagens sociais que pesam sobre os resultados das provas escolares, sem que os examinadores as levem em conta explicitamente" (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 66)

13 De acordo com os autores a manifestação de uma mudança de estado pode assumir "formas diversas e intensidades desiguais, apresentando, num dos polos, provas cujo vestígio tenha deixado fraca impressão (pode tratar-se de uma preocupação passageira: "Por que X não me olhou quando falei com ele no elevador?"; "Por que não fui convidado para a festa de despedida daquele colega transferido para outro departamento?") e, de outro, provas nas quais a possibilidade de mudança de estado se expresse de um modo que possa ser entendido por qualquer um, o que supõe certo número de condições que satisfaçam critérios de imparcialidade e

crucial para a qualificação dos seres e, por conseguinte, para a mobilização das formas de justificação com referência à determinada ordem de legitimação (grandeza), com vistas a definir os critérios de generalização que irão prevalecer em uma dada situação (NACHI, 2009), de forma a legitimar e tornar possível um acordo sobre o que é justo:

Nos regimes de prova baseados na categorização, ou seja, em provas de grandeza, os seres não se acham implicados em todos os aspectos na prova, de modo que se garanta sua permanência durante a passagem por provas sucessivas. Nesse caso, a prova é, por excelência, o momento de criação de correspondência entre uma ação e uma qualificação, tendo em vista uma justificação que pretenda uma validade geral. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 341)

Dessa forma, nos momentos de prova seria possível observar a correspondência entre a ação e as formas de justificação acionadas pelos atores para a definição da situação com base em princípios universalizáveis, relativas a dada ordem de legitimação. Assim, a noção de prova constitui-se também como um recurso metodológico, visto que os momentos de prova tendem a tornar visíveis os critérios e princípios de avaliação utilizados pelos atores durante o curso da ação (CORRÊA; DIAS, 2016)

De outra parte, a necessidade da prova de grandeza estar articulada por uma justificação que se pretenda uma validade geral é imperativa. Desse modo, os momentos de prova operam com base no princípio de dessingularização. Ele significa um procedimento de generalização das formas de justificação que são acionadas para legitimar um argumento, uma interpretação ou de uma avaliação que visa relacionar um julgamento a uma ideia de bem comum vinculada, ao seu turno, a determinada ordem de legitimação ou grandeza. Dessa forma, trata-se de uma operação que vai do singular ao universal, implicando na definição do maior denominador comum às posições que demandam por justificação, considerando a sua adequação às ordens normativas e a perspectiva da sua legitimação em relação à dada hierarquia axiológica (COLOMÉ; MAYER, 2016).

---

estabilidade (como ocorre com os exames ou com os testes de recrutamento)” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 337).

Por outro ângulo, uma das particularidades da noção de prova é que ela supõe a mobilização de objetos, de todo tipo, para assegurar equivalências e garantir certa estabilidade para os julgamentos. Assim, ela se baseia em diferentes dispositivos para melhor assegurar a sua legitimidade e estabilidade. Portanto, uma prova de grandeza, ou seja, uma prova que se conforma a um modelo de justiça, vai pressupor dispositivos<sup>14</sup> que permitam controlar a natureza e a pluralidade das forças empregadas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Na ótica de Boltanski (1990), os objetos seriam estabilizadores porque estabelecem as equivalências por meio de arranjos, onde os mesmos estão inseridos, sendo difíceis de desfazer: *“Nous ne remettons pas en question à chaque instant les mesures des êtres qui nous entourent: le temps, l'écartement des rails du métro, la largeur des portes, etc.”*<sup>15</sup> (p. 141). Assim, recorrer aos objetos, se apoiar sobre eles para a realização de qualificações, constitui-se como operações incorporadas às provas para conferir às mesmas mais estabilidade e legitimidade, tendo em conta os critérios necessários para a constituição de um acordo legítimo (NACHI, 2009).

Portanto, os momentos de prova envolvem pessoas e objetos inscritos em complexas relações de oposição e apoio mútuo, onde esses dispositivos são fundamentais tanto para a sua estabilidade (da prova), quanto para as possibilidades de conformação das críticas realizadas pelos atores durante as disputas. Desse modo, a noção de objeto(s) na problemática do vínculo social permite uma análise transversal entre os níveis micro e macro social, visto que os objetos, mesmo quando situados, estão inscritos nas equivalências gerais, conferindo lhes estabilidade e solidez. Em virtude disso, os objetos são os suportes que estabilizam

---

14 Conforme os autores é possível ilustrar “esse processo de organização da concorrência social por meio de múltiplas figuras extraídas, por exemplo, da história da evolução do sistema escolar, com a introdução do anonimato nos concursos ou com o mapa escolar, que limita as possibilidades de escolha em termos de estabelecimento; tais figuras também podem ser extraídas da história econômica, com as leis anti truste ou a instauração de comissões de fiscalização das operações em Bolsa; também podem ser extraídas da implantação da democracia eleitoral, com a proibição da inscrição, numa mesma lista municipal, dos membros de uma mesma família, o que tem em vista proteger a grandeza cívica da parasitação por parte de forças provenientes do mundo doméstico. Mas também é possível encontrar exemplos no caso da prova esportiva que, como bem viu A. Ehrenberg (1991), constitui por certo um dos paradigmas dos quais se alimenta a nossa concepção de prova justa.” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 334).

15 Em tradução livre: “Nós não questionamos, a todo instante, as medidas das pessoas que nos rodeiam: o tempo, a distância entre os trilhos do metro, a largura das portas, etc”.

as ações e sua coordenação entre os atores (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; CORRÊA; DIAS, 2016; DODIER, 1993).

## **1.2. Como a sociologia pragmática pode ser útil para compreender as novas formas de engajamento caracterizadas pela *lifestyle politics***

Partindo das definições realizadas na seção precedente, a noção de prova é um conceito teórico e recurso metodológico fundamental para modelização da gramática (moral) da ação que preside o engajamento dos atores quando eles criticam, interpretam e julgam o que consideram justo ou injusto, visto que ela oferece a compreensão de uma dupla dimensão, a saber, a axiológica e a praxiológica, que pode ser percebida na correspondência entre as formas de justificação acionadas e a ação. Nesse sentido, a sociologia pragmática pode ser útil para a compreensão das formas de engajamento caracterizadas por um caráter mais individualizado e pessoal, que pode conformar estilos ou modos de vida em relação com determinados valores e causas (BENNETT. 2004).

De acordo com essa perspectiva, a coordenação da ação dos atores sociais significa uma constante articulação destas dimensões, de modo que a reflexão que antecede a ação não deve ser percebida sociologicamente a partir de uma oposição entre as atividades práticas e as atividades reflexivas. Conforme Barthe et al. (2016) esse estilo de sociologia “postula que é impossível isolar, na análise da ação, um plano em que as retomadas reflexivas do ator sobre sua ação e as dos outros estejam totalmente ausentes.” (p.100). Para os autores, a recusa em dissociar a análise das práticas e a análise das formas de reflexividade que as acompanham procede da constatação de que uma ação, seja qual for, nunca é desprovida de razões. Desse modo, as razões que motivam os atores se tornam descritíveis no decorrer das ações, adquirindo, portanto, uma forma de materialidade e de observabilidade.

Nessa perspectiva, as razões para a ação configuram-se, de forma indissociável, como suporte necessário para a descrição sociológica torná-la inteligível. Isso não significa que os sociólogos pragmáticos postulam que os atores têm sempre plena consciência das razões que motivam a sua ação e estariam prontos, caso se faça necessário, a enunciá-las de forma clara para si mesmos e para os outros. Essa perspectiva considera que a relação reflexiva que os atores mantêm com sua ação, bem como com a ação alheia, deve ser considerada em graus. Na extremidade superior dessa gradação estão situadas as formas compreendidas como de reflexividade máxima, como é o caso das situações públicas<sup>16</sup>, em que elas assumem a forma de justificativas que se opõem a terceiros. Assim, considera-se que estas formas implicam que os atores estão a agir sob fortes imposições de publicidade. Não obstante, seria um erro considerar que eles agem em todas as situações nesse grau de reflexividade máxima. Em face disso, esta perspectiva teórica não visa extrair da análise dessas formas de ação caracterizadas por um alto grau de reflexividade um modelo geral da ação. Já na extremidade inferior dessa gradação estão situadas as formas compreendidas de reflexão mínima, como seria o caso das situações que não se inscrevem no formato de ação pública, mas que se inscrevem em regras similares às noções de “prática” ou “rotinas”. Em virtude disso, não considera-se que as ações dos atores nessas situações carecem de reflexão, no sentido de que seriam desprovidas de razões. Dessa forma, a relação reflexiva seria marcada por formas mínimas, frequentemente não verbais e por vezes observáveis somente pelos detalhes: uma hesitação, um reajuste do corporal, um olhar furtivo, entre outros, que podem indicar certo desalinhamento, mesmo que tênue e efêmero, da ação em relação a si mesma (BARTHE et al., 2016).

Nesse sentido, essa perspectiva não ignora que em inúmeras situações a ação dos atores sociais pode ser caracterizada por uma baixa reflexividade<sup>17</sup>. Não

16 De acordo com os autores é perceptível “que a sociologia pragmática se debruçou inicialmente sobre esse tipo de situação, pelo interesse que demonstrou em seus primórdios pelas contendas, durante as quais as razões de agir dos participantes se tornam objeto de uma explicitação coletiva que exige um nível elevado de distanciamento (BARTHE et al., 2016, p. 101).

17 Conforme os autores alguns sociólogos inscritos nessa perspectiva, tais como Boltanski, 2004, Rémy, 2005 e Lemieux, 2009, “tentaram até mesmo reinvestir, de um ponto de vista pragmático, a

obstante, a sociologia pragmática contesta a noção de que uma prática, seja qual for, possa ser desprovida de qualquer grau de reflexividade. Em função disso, conforme Barthe et al. (2016, p.102), ela se distancia da compreensão de que as práticas mais “empíricas” seriam procedentes de um ajuste mecânico em relação aos outros atores sociais e ao ambiente que os cerca. Essa compreensão e concepção da prática, que situam a ação com base na regularidade do hábito, vão, portanto, impossibilitar a correta compreensão das dinâmicas interacionais que permitem e acionam nos atores um aumento de reflexividade. Desse modo, de forma oposta, a perspectiva da sociologia pragmática busca considerar “as razões em que se apoiam os atores quando agem, e do próprio fato de que agem” (p.102), o que permite ao sociólogo preencher o hiato entre as categorias sociológicas de “prática” e de “reflexividade”, substituindo-o por uma hipótese continuísta conforme a qual as situações são caracterizadas por graus variáveis de intensidade reflexiva. Portanto, nessa ótica, é somente através da consideração de que as ações menos reflexivas, ou mais “intuitivas” possuem razões que é possível analisar o fato de que elas podem, em determinadas circunstâncias, como, por exemplo, durante uma entrevista sociológica, passar por um processo de aumento de reflexividade.

Com base nessa perspectiva teórica e metodológica é possível considerar que a ação pode estar relacionada a diversos graus de reflexividade que podem variar em face da situação e do tempo, e da própria elaboração e reelaboração dos atores sobre uma ação pretérita, repercutindo em um aumento de reflexividade. Nesse sentido, essa perspectiva não parte de um pré-julgamento do nível de reflexividade dos atores, visto que faz da determinação desse nível, bem como de suas variantes temporais em uma mesma pessoa, o objeto mesmo de suas investigações. Em consequência disso, não é possível considerar que os atores atingem permanentemente o nível máximo de suas capacidades reflexivas coletivas, mas tampouco pode-se admitir eles que permanecem sempre em um nível mínimo, que poderia ser compreendido, em uma escala, como um grau zero de reflexividade (BARTHE et al., 2016).

---

noção de inconsciente ou, mais exatamente, explorar a ideia de que toda ação, como todo julgamento, comporta necessariamente uma parte inconsciente (BARTHE et al., 2016, p. 102).

Tais noções são importantes para pensar sobre a problemática da ação orientada por um determinado regime axiológico que pode se traduzir em diferentes formas e práticas de engajamento com determinada causa, como parece ser o caso de novas formas de engajamento que se utilizam do espaço privado e sua intersecção com o espaço público e são orientadas pelo alinhamento com determinados valores e causas públicas. Desse modo, através da percepção da existência de diferentes graus de reflexividade durante o curso da ação, seria possível perceber formas não usuais de ação política que penetram, por exemplo, a vida privada dos atores e se materializam em práticas que poderiam ser percebidas sem uma razão ou intencionalidade de intervenção política, social, entre outras intencionalidades.

Portanto, trata-se de uma articulação e mobilização de uma gramática da ação implicada em novas formas de engajamento que pode ser expressa pelos atores por meio de diferentes formas, uma recusa (ou desconforto) a um determinado alimento, por exemplo, poderia ser percebida como uma simples questão de gosto, ou estranhamento, mas também pode significar uma forma de engajamento cotidiano pela recusa ao consumo de produtos elaborados com ingredientes de origem animal, o que denota um alto grau de reflexividade em um ato prosaico e sua conexão com uma causa, em seu sentido público e político.

Em consonância, conforme já foi previamente definido, o conceito de prova também é fundamental para a identificação das possíveis formas de ação empregadas pelos atores quando estes estão a agir com base em algum princípio de justificação, visto que é durante os momentos de prova que pode ser percebida a correspondência entre a ação e a qualificação, tendo em conta o seu alicerce em justificações legítimas. Nesses termos, estes conceitos se traduzem em um aparato teórico e metodológico que permite não somente a descrição e compreensão das gramáticas da ação mobilizadas pelos atores engajados em determinada causa, mas também sua tradução em formas possíveis de agir em cada situação e momentos de provas. Dessa maneira, pode-se enunciar quais são as gramáticas da ação implicadas em práticas carregadas de um pleno sentido moral, de razões para



agir.

Nesse sentido, compreende-se que esta perspectiva possibilita a percepção e descrição de uma continuidade, ou encadeamento, das formas de engajamento que se utilizam da esfera cotidiana, privada, para a ação em relação a uma causa, no qual, por exemplo, ações aparentemente privadas de consumo podem ser percebidas e significadas pelos atores como ações motivadas por ideais de justiça e bem comum, com as formas mais coletivas e que tradicionalmente se utilizam do espaço público para a ação. Uma perspectiva continuísta, concebe, portanto, uma utilização, de acordo com a situação, de diferentes formas de ação, que são orientadas por uma gramática da ação comum.

Em face disso, seria possível observar a utilização de diferentes formas de agir dos atores com base na situação à qual eles se defrontam. Assim, por exemplo, os atores podem se utilizar de práticas cotidianas para buscar intervir em favor de determinada causa, e ao mesmo tempo e com as mesmas razões, buscar articular tais práticas de forma coletiva, ou em espaços públicos, de maneira que uma prática que seria individual, ganhe um status de um posicionamento pessoal em face à uma causa pública. Dessa forma, seria possível pensar não em termos dicotômicos, entre o espaço público e o privado, mas em como os atores se utilizam dessas arenas de forma complementar e ainda perceber determinadas formas de ação que operam em sua interseção, como parece ser o caso de formas de ação que se utilizam do consumo, da internet e das redes sociais digitais.

Com base nestas definições, é possível analisar quais são as gramáticas da ação que governam o engajamento dos atores engajados nas práticas do veganismo, seu conteúdo e sua forma, através do que os atores dizem sobre o que eles fazem. E ainda, pode-se discutir a possibilidade da ascensão e articulação de novas gramáticas morais que sustentam tais práticas e críticas realizadas pelos adeptos do veganismo aos padrões vigentes de produção e consumo em diferentes mercados. Além disso, com base na orientação teórica e metodológica da sociologia pragmática, pode-se investigar em que medida o veganismo expressa inovações

nas gramáticas da ação para os processos de engajamento, materializando, portanto, novas formas e concepções para o engajamento político e social. Nestes termos, conforme será demonstrado, os atores focalizados ancoram seus argumentos em defesa do veganismo, justificando o engajamento, com críticas que contestam os mercados, mas que também estão imbricadas com julgamentos morais sobre o que consideram justo, ou injusto. E por fim, tais atores sustentam críticas que buscam questionar também o lugar ocupado pelos animais na sociedade, contestando valores sociais enraizados que não apreendem os animais como indivíduos detentores de direitos.

### **1.3. Metodologia**

Levando em conta o problema de pesquisa e a perspectiva teórica adotada, compreende-se o método qualitativo como o mais adequado, no intento de responder a questão proposta. Neste sentido, partindo da noção da pesquisa qualitativa enquanto um conjunto de atividades interpretativas, que não privilegia uma única prática metodológica em relação à outra (DENZIN & LINCOLN, 2006), o método escolhido de acordo com o objetivo deste trabalho visa privilegiar uma análise rica do fenômeno social estudado, buscando, na medida do possível, utilizar de forma pertinente as diferentes metodologias e técnicas na execução desta investigação.

Desta forma, o percurso metodológico consistiu no uso de abordagens metodológicas que possibilitem um processo de interação e reflexão contínua acerca das práticas, ações e seus significados para os agentes sociais estudados, buscando analisar quais são as gramáticas da ação relacionadas ao veganismo, seu conteúdo e sua forma. Em face disso, foram realizadas entrevistas com adeptos do veganismo, englobando aqueles que participam em grupos ativistas e ainda os adeptos que não integram tais grupos, em dois contextos, no Brasil e Canadá.

A escolha da realização de entrevistas no contexto canadense foi possível a partir da realização de estágio doutoral na McGill University. Desse modo, levando em conta o que já foi previamente apontado, sobre as diferenças percebidas pela literatura sobre o consumo contestatório nos países desenvolvidos e nas nações em desenvolvimento, sendo mais presente no âmbito dos primeiros, optou-se pela realização de entrevistas nesses dois países em função da possibilidade de ganhos analíticos para a compreensão desse fenômeno. Em uma primeira dimensão, consideramos que o estudo do fenômeno do consumo contestatório vegano, a partir de dois contextos distintos, pode enriquecer a análise em virtude das possíveis diferenças sociais e culturais, e em uma segunda dimensão, pode-se observar o alcance e disseminação de formas de engajamento mais individualizadas e personalizadas, aqui entendidas nos termos do conceito de *lifestyle politics*. Contudo, ainda cabe ressaltar que a presente tese não é uma pesquisa comparativa, visto que se vale do estudo do mesmo fenômeno em dois contextos distintos para uma compreensão mais rica e plural do mesmo.

As entrevistas em profundidade foram realizadas com 18 pessoas no Brasil e 15 no Canadá. Em relação ao perfil dos entrevistados no Brasil, com exceção de dois entrevistados (que cursam o Ensino Médio), todos possuem nível superior de escolaridade, sendo que três deles possuem pós-graduação. Em relação aos entrevistados no Canadá, a maior parte possui nível superior, sendo que quatro entrevistados estão cursando o mesmo nível e três deles possuem pós-graduação. Em relação ao gênero, no caso do Brasil foram entrevistados nove mulheres e nove homens. No Canadá foram entrevistadas onze mulheres e quatro homens. Em relação à faixa etária, no Canadá oito entrevistados estão na faixa entre vinte e trinta anos, e sete estão na faixa entre trinta e quarenta anos. No Brasil, dois entrevistados estão na faixa etária entre quinze e vinte anos, três estão na faixa entre os vinte e trinta anos, seis estão na faixa entre trinta e quarenta anos, cinco estão na faixa entre os quarenta e cinquenta anos e por fim, dois entrevistados estão na faixa entre os cinquenta e sessenta anos. Em relação à ocupação, a maior parte dos entrevistados no Brasil trabalha no setor privado, sendo que três atuam no serviço

público e dois são estudantes. Já no Canadá, a maior parte atua no setor privado, sendo que dois são funcionários públicos e seis entrevistados são estudantes. No que diz respeito à renda, a maior parte dos entrevistados nos dois países pertence à estratos médios. Em relação ao pertencimento a grupos ou organizações que militam em prol do veganismo ou direitos animais, a maior parte dos entrevistados, em ambos os países, não possui vínculo organizativo. Por fim, em relação à filiação religiosa, a maior parte dos entrevistados brasileiros se declara ateuista ou agnóstica, sendo que três se filiam a religiões cristãs. Entre os entrevistados no Canadá, a maior parte se declara ateuista ou agnóstica, três declararam não possuir credo, e uma entrevistada se declara budista. O quadro 1, a seguir, sintetiza o perfil dos entrevistados.

Quadro 1: Descrição dos entrevistados.

| <b>Pseudônimo</b> | <b>Idade (anos)</b> | <b>Vínculo organizativo</b> | <b>Profissão</b>  | <b>País</b> |
|-------------------|---------------------|-----------------------------|-------------------|-------------|
| Mariana           | 33                  | Não possui                  | Servidora pública | Brasil      |
| Márcia            | 30                  | Não possui                  | Microempresária   | Brasil      |
| Luciana           | 29                  | Não possui                  | Maquiadora        | Brasil      |
| Isadora           | 40                  | Não possui                  | Redatora          | Brasil      |
| Roberto           | 43                  | Não possui                  | Designer gráfico  | Brasil      |
| Leonardo          | 27                  | Vegs e Aliados              | Desenvolvedor web | Brasil      |
| Maurício          | 41                  | Vanguarda abolicionista     | Jornalista        | Brasil      |
| Fabício           | 34                  | Princípio Animal            | Professor         | Brasil      |
| Elaine            | 57                  | Não possui                  | Psicóloga         | Brasil      |
| Pedro             | 18                  | Não possui                  | Estudante         | Brasil      |

|           |    |   |  |        |
|-----------|----|---|--|--------|
| Renato    | 37 | Não possui  | Fotógrafo                              | Brasil |
| Fabiana   | 36 | Vanguarda Abolicionista                                   | Bióloga                                | Brasil |
| Diego     | 35 | Não possui  | Publicitário                           | Brasil |
| Paulo     | 48 | Pró Animal  | Historiador                            | Brasil |
| Marília   | 29 | Não possui  | Microempresária                        | Brasil |
| Fernanda  | 42 | Movimento de Defesa Animal do Rio Grande do Sul           | Microempresária                        | Brasil |
| Carolina  | 50 | Não possui  | Técnica em radiologia                  | Brasil |
| Rafael    | 16 | Não possui  | Estudante                              | Brasil |
| Michelle  | 32 | Não possui  | Consultora de pesquisa                 | Canadá |
| Mary      | 29 | Canadian Society for the Prevention of Cruelty to Animals | Representante de serviço ao consumidor | Canadá |
| Derick    | 35 | Não possui  | Técnico em Tecnologia da Informação    | Canadá |
| Amelie    | 25 | Não possui  | Advogada                               | Canadá |
| Jean      | 30 | Não possui  | Estudante                              | Canadá |
| Brigite   | 21 | Não possui  | Estudante                              | Canadá |
| Christian | 36 | Não possui  | Administrador de sistemas              | Canadá |
| Simon     | 30 | Não possui  | Estudante                              | Canadá |

|          |    |  |                |        |
|----------|----|--|----------------|--------|
| Beth     | 22 | Não possui   | Estudante      | Canadá |
| Samantha | 22 | Não possui   | Estudante      | Canadá |
| Paul     | 35 | Mercy for animals  | Bibliotecário  | Canadá |
| Beatrice | 20 | Vegan and vegetarian club (organização de universitários veganos e vegetarianos) | Estudante      | Canadá |
| Rose     | 29 | Não possui   | Produtora web  | Canadá |
| Camile   | 25 | Não possui   | Fisioterapeuta | Canadá |
| Sylvie   | 39 | Mercy for animals/<br>Canadian Society for the Prevention of Cruelty to Animals  | Veterinária    | Canadá |

Fonte: elaborado pelo autor.

As entrevistas realizadas foram transcritas e tratadas com a técnica de análise de conteúdo categorial<sup>18</sup> (não apriorística), seguindo a abordagem de Bardin (2011). Portanto, foi realizada uma operação de “classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (p.46), de forma a permitir a condensação e representação simplificada dos dados brutos encontrados e posterior modelização na forma de gramáticas. Além desse corpus principal, a pesquisa se valeu da análise de materiais de divulgação textual e visual sobre o veganismo e sua proposta, divulgados por grupos organizados de veganos e organizações nacionais ou internacionais, bem como reportagens em jornais, revistas, impressos e publicados em sites da internet, que tratem do veganismo e

<sup>18</sup> As entrevistas foram analisadas e posteriormente categorizadas a partir de seu tratamento informacional com o software RQDA (HUANG, 2016).

suas diretrizes. Por fim, a pesquisa se valeu de obras, principalmente na área da filosofia, que versam sobre a questão animal, que podem oferecer argumentos para a crítica à exploração de animais, principalmente em termos de ética e moralidade, de forma a auxiliar na modelização gramatical das justificações dos atores.

A orientação metodológica desta tese alinha-se à noção basilar da sociologia pragmática francesa que defende que os atores comuns são dotados de capacidade crítica. Em virtude disso, considera-se que é necessário atentar para as diferentes gramáticas morais às quais os atores focalizados recorrem quando justificam suas práticas e críticas ao que consideram justo ou injusto, mobilizando diferentes repertórios para os seus engajamentos. Nesta ótica, busca-se examinar os princípios normativos que sustentam as práticas e discursos dos atores focalizados e como estes princípios se traduzem em suas ações.

Com base nessa orientação a primeira etapa da análise consistiu na investigação do processo de adesão ao veganismo, que aqui será compreendido como um processo de conversão (moral), na qual os atores adotam um novo sistema de valores relacionado ao veganismo que vai justificar e dar sentido ao que será compreendido como a conversão a um novo modo de vida. Além disso, nessa etapa inicial buscou-se compreender os diversos fatores relacionados à conversão através da construção de um modelo de análise do processo de conversão, com base na proposta de Gooren (2012).

Desse modo, parte-se da possibilidade do veganismo ser caracterizado como uma forma de engajamento organizado com base na construção de um modo de vida que implica um engajamento pessoal/individualizado com a causa animal. Assim, ele se enquadraria nos modos e formas de engajamento percebidas sob o conceito de *lifestyle politics*, onde a esfera da vida privada torna-se um lócus para expressão política, articulando-se com causas públicas e coletivas. Em face disso, investiga-se a dimensão da forma do engajamento do consumo contestatório vegano para o contraste com os precedentes históricos do ativismo via consumo.

Nesse sentido, a análise da forma das gramáticas da ação do veganismo, em

outras palavras, as formas pelos quais os atores conformam e realizam as suas ações, suas práticas situadas, repertórios e objetivos, também foi analisada(s) através de três dimensões diferentes da ação: o espaço privilegiado de ação; o objeto da ação e o agente.

A primeira dimensão refere-se ao espaço privilegiado da ação, em outras palavras, trata-se do espaço utilizado pelos atores no curso de sua ação em relação à determinada causa. Levando em conta que, de acordo com Micheletti (2002, 2003) existem diferenças qualitativas relacionadas às formas de engajamento do consumo contestatório contemporâneo e os seus antecedentes históricos, postula-se que atualmente ele está menos relacionado com ações coletivas e mais calcado na esfera da vida privada e cotidiana, denotando uma faceta mais individualizada. Dessa maneira, o espaço privilegiado da ação revela-se como uma dimensão fundamental para caracterizar e contrastar as possíveis mudanças nas formas de participação contemporâneas relacionadas ao consumo contestatório que estariam emergindo e ampliando as formas consideradas legítimas de ação política.

Nesse sentido, as possíveis mudanças relacionadas a estas novas formas de participação e engajamento indicam uma mudança no espaço privilegiado da ação em direção à um engajamento político caracterizado pela ênfase em ações individuais. Assim, o espaço privilegiado da ação se desloca em direção às ações situadas em espaço privado, implicando, por exemplo, mudanças de hábitos e costumes, com fins de intervenção social, política, econômica ou cultural, sendo menos relacionadas, portanto, à ações coletivas (STOLLE E MICHELETTI, 2013). Esse seria o caso de pessoas que se engajam em práticas de consumo para contestar relações percebidas como injustas em termos sociais, econômicos ou ambientais, o que denota a utilização de espaços privados para ação e uma crescente politização do cotidiano.

A segunda dimensão diz respeito ao objeto da ação, ou seja, ela refere-se ao objeto pelo qual historicamente os movimentos sociais vinculados ao consumo contestatório e atores têm realizado as suas lutas. A partir da segunda metade do



século XX, mais precisamente a partir do final dos anos 70, a literatura sobre movimentos sociais indica uma mudança qualitativa no objeto de muitos movimentos sociais que, conforme já foi apontado, se desloca das questões relacionadas ao sistema econômico-industrial para as questões culturais e identitárias (MELUCCI, 1989). Dessa forma, essa dimensão é importante não só em termos comparativos, mas para analisar como o veganismo e seus praticantes articulam a busca por modificações em hábitos e práticas que se utilizam de animais - legitimadas socialmente e legais em termos jurídicos – em termos coletivos, como através da mudança de leis, denúncias de práticas econômicas e culturais, e em termos individuais, através da exigência de que os seus adeptos não façam nenhum tipo de utilização e consumo de produtos (com ênfase para os produtos alimentícios) e serviços baseados na exploração dos animais.

Por fim, a terceira dimensão diz respeito ao agente da ação. Conforme já foi apontado, uma das características centrais dos processos de engajamento percebidos como *lifestyle politics* diz respeito ao caráter mais individualizado ou personalizado do engajamento. Portanto, em conexão com as dimensões anteriores, essa dimensão diz respeito ao tipo de agente que desenvolve a ação, se é um agente coletivo ou individual. Esse é um ponto fundamental em relação às possíveis inovações relacionadas à *lifestyle politics*, visto que conforme discutido, essa forma de engajamento implica uma individualização ou personalização da ação, onde a esfera privada e da vida cotidiana são postas em relação com causas públicas e coletivas, sendo elas mesmas um *locus* para intervenção e participação política.

Em virtude disso, na identificação das formas de ação utilizadas pelos atores, a dimensão do agente é importante para perceber como essas formas mais individualizadas de ação política denotam um caráter mais pessoal para a conformação da ação, e por fim como elas podem ser contrastadas com as formas mais tradicionais de participação e contestação social pautadas pela lógica da ação coletiva. Além disso, através da análise dessa dimensão é possível observar as mudanças em relação à ação situada e as possíveis mudanças estratégicas sobre o agente preferencial da ação, em outras palavras, é possível identificar em quais

circunstâncias e situações os atores podem fazer uma alternância do agente da ação, de uma agência individual, para uma coletiva, tendo em vista a característica de fluidez dessa forma de ação que em determinados momentos pode se articular com formas e repertórios da ação coletiva.

Por fim, a última etapa metodológica consistiu na modelização das gramáticas da ação mobilizadas nas justificações dos atores. Dessa forma, essa etapa significou a modelização e teste dessas gramáticas a partir das gramáticas legitimadas e modelizadas na forma de ordens de grandeza ou *cités*, às quais os atores recorrem para justificar suas ações dentro do regime de justificação (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991).

Por meio desse processo, também foi realizada a modelização das gramáticas da ação aduzidas das justificações dos atores que escapam ou transbordam as ordens de grandeza já estabelecidas. Assim, foi realizada a discussão sobre a possibilidade de ascensão de uma nova grandeza relacionada ao veganismo e à causa animal. Neste sentido, foi construído um quadro dos léxicos argumentativos e das gramáticas morais que os atores se utilizam para justificar seus engajamentos nas práticas e discursos do consumo contestatório vegano, comparando em que medida estas gramáticas se relacionam com os argumentos fundamentais de obras da filosofia sobre a questão animal. Com isso, busca-se construir um quadro de referência geral ao qual os atores recorrem em suas operações críticas.

Portanto, em relação à dimensão do conteúdo, o procedimento adotado, conforme já foi definido, parte da modelização das gramáticas morais que orientam e sustentam o engajamento dos adeptos do veganismo, ou seja, foram modelizados os princípios gerais aos quais os atores se utilizam para justificar as suas práticas, críticas e ações. Dessa forma, partindo dessa modelização, buscou-se contrastar as gramáticas do veganismo com as gramáticas que historicamente orientam o engajamento dos atores nos diferentes movimentos que se utilizaram do consumo contestatório para intervenção política, de forma a perceber inovações nas mesmas

e a possível ascensão de novos valores sociais relacionados ao veganismo e de formas mais individualizadas de engajamento.

Amparado nestas técnicas de geração de dados, buscou-se compreender através dos suportes teóricos elencados, como as práticas do consumo contestatório vegano podem ser percebidas como críticas aos padrões hegemônicos de consumo baseados na utilização de animais, na qual seus agentes, propondo um novo tipo de relacionamento entre os seres humanos e os não humanos, percebem que através de suas escolhas poderiam influenciar nas decisões de empresas e nas políticas governamentais que concernem aos direitos dos animais.

O fenômeno abordado, conforme foi discutido, configura-se como um desafio teórico e metodológico para as pesquisas que se dedicam a investigar os limites e configurações da participação e ação política que se desenvolvem sob novas formas, como é o caso do consumo contestatório. Percebido como um possível exemplo do que vem sendo considerado como *lifestyle politics*, o consumo contestatório exige uma definição, para fins metodológicos, do que será considerado como um comportamento motivado politicamente. Por exemplo, a compra de um produto considerado “vegano” poderá ter um significado político ou não, visto que dependerá das motivações de quem está realizando a compra e das consequências do ato.

Portanto, seguindo a abordagem de Stolle, Hooghe e Micheletti (2005) serão levadas em conta três condições para as práticas e discursos de veganos serem consideradas como de consumo contestatório: comportamento, motivação e frequência. A primeira condição, que se refere ao comportamento, levará em conta que tendo por base a premissa de que os atores em questão podem comprar ou boicotar certos tipos de bens ou serviços, as pessoas que não realizam ou não podem realizar decisões sobre o que comprar, como as pessoas que são dependentes de outras, não podem ser enquadradas nesta forma de comportamento. A segunda condição diz respeito à motivação. É possível que pessoas que frequentem restaurantes veganos ou vegetarianos o façam por

motivações outras, como por gosto, preço ou questões estritamente relacionadas à saúde. Desta forma, para os fins desta pesquisa, o conceito de consumo contestatório foi aplicado para as práticas de consumo de veganos motivadas por considerações éticas ou políticas, ou que de algum modo sejam motivadas por aspectos sociais e ambientais. A terceira condição se refere à frequência e hábito. Para os fins desta pesquisa, foram consideradas veganas as pessoas que realizam escolhas de consumo baseadas na escolha de produtos de origem não-animal de forma frequente e cotidiana, ou seja, que envolvem padrões habituais e não esporádicos de engajamento com tais práticas. Deste modo, estas condições foram levadas em conta para a maior clareza conceitual e precisão teórico-metodológica para escolha dos possíveis entrevistados.

## **2. Consumo contestatório, passado e presente**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar um panorama geral do fenômeno do consumo contestatório. Nesse sentido, o capítulo busca também delinear as características dos movimentos históricos relacionados ao consumo contestatório, para mais adiante fazer um contraste com as características desse fenômeno na atualidade e suas possíveis modificações, como é o caso dos processos de personalização do ativismo que se utilizam de uma articulação das práticas de consumo através de uma articulação entre a esfera pública e privada. A primeira seção é destinada para a apresentação e contextualização das raízes históricas do consumo contestatório. Já a segunda seção visa discutir as estratégias empregadas neste tipo de engajamento no passado e no presente. A terceira seção do capítulo aborda como o consumo contestatório se relaciona com as reconfigurações na ação política contemporânea. Na quarta seção discute-se sobre a ascensão de formas não tradicionais de participação e a ampliação da noção de ação política. Por fim, o capítulo problematiza a possibilidade da emergência de novos repertórios para a ação política através do conceito de *lifestyle politics*.

### **2.1. Raízes históricas do consumo contestatório**

O consumo contestatório tem sido descrito pela literatura como um fenômeno histórico controverso e plural<sup>19</sup> no qual as pessoas têm se engajado através das práticas e discursos em torno do consumo. Assim, esse fenômeno tem historicamente plasmado formas e repertórios de engajamento e contestação política que se utilizam das práticas e bens de consumo como estratégias para intervenção social, nos mercados e na política. Um exemplo histórico dessas estratégias é a

---

<sup>19</sup> Para Sassatelli (2006) o fenômeno também plasma diferentes moralidades sobre o que se considera injusto ou justo nas relações econômicas.

utilização de boicotes<sup>20</sup> a bens de consumo, com destaque especial para contexto europeu e norte-americano dos séculos XVIII e XIX (MICHELETTI, 2003; HILTON, 2003; SASSATELLI, 2007; DUBUISSON-QUELLIER, 2009a).

De acordo com Hilton (2003) e Sassatelli (2007) o consumo tem sido utilizado historicamente para a protesto social e política, bem como para afirmação identitária em contextos sociais marcados pelo desequilíbrio na relação de forças entre países ou no interior das nações entre diferentes estratos sociais. Além disso, as estratégias de intervenção e protesto social através do consumo materializam diferentes moralidades e éticas sobre justiça e equidade.

Portanto, a conexão entre as práticas de consumo e o protesto político não é um fenômeno recente, visto que o consumo tem se constituído historicamente em um meio recorrente pelo qual as pessoas podem expressar o descontentamento e insatisfação acerca de relações julgadas injustas e assimétricas, principalmente em relação às transações econômicas.

Nesta perspectiva, as práticas de consumo contestatório têm se configurado historicamente como uma espécie de mola propulsora para a constituição de associações, organizações sociais e políticas, às quais se utilizavam do consumo, principalmente através de boicotes ou *buycotts*, como estratégia central para a sua atuação. Esse é o caso da constituição de cooperativas de consumo e associações de consumidores no cenário inglês e francês do século XIX. Nesse sentido, as origens da utilização do consumo como estratégia política podem ser notadas em diversos contextos sociais nos quais os bens de consumo foram utilizados de alguma maneira para interferir e alterar as relações de poder percebidas como injustas em termos sociais, políticos e econômicos (HILTON, 2003; SASSATELLI, 2007; DUBUISSON-QUELLIER, 2009b).

Para Micheletti (2002), não obstante a conexão do consumo e o protesto

---

20 A etimologia da palavra “boicote” remonta à reação dos camponeses irlandeses que se organizaram contra à exploração e abusos praticados por um administrador de terras da nobreza chamado Charles Cunnigham Boycott (1832-1897) em 1880. O protesto camponês consistiu em não mais negociar e/ou trabalhar para C. Boycott relegando-o a uma espécie de “ostracismo social” (Dubuisson-Quellier, 2009a).

político ser destacada contemporaneamente, principalmente nos países do chamado norte global, este não é exatamente um fenômeno novo. Conforme a autora, em diferentes nações e contextos históricos, as pessoas têm percebido suas escolhas de consumo enquanto uma forma de expressão de sentimentos políticos, principalmente nas ocasiões nas quais as suas demandas não eram atendidas pela política institucionalizada.

Este é o caso do processo de independência dos Estados Unidos, e posteriormente, do movimento pelos direitos civis no mesmo país, do processo de independência da Índia, dos protestos internacionais contra o apartheid na África do Sul, nos protestos contra a guerra do Vietnã nos EUA, entre outros casos históricos nos quais os bens materiais desempenharam papéis centrais (MICHELETTI, 2002, p.2). Portanto, o consumo contestatório foi utilizado como repertório para a ação política em inúmeros eventos no passado, principalmente por parte das pessoas e grupos excluídos de outras formas de participação.

Um caso exemplar de como o consumo foi utilizado como uma estratégia importante para a ação política é o protesto dos colonos norte-americanos contra as importações dos produtos britânicos. De acordo com Dubuisson-Quellier (2009a), a resistência dos colonos americanos às importações dos produtos britânicos, após a votação e aprovação do Stamp Act em 1765 e do Townsend Act em 1767<sup>21</sup>, configura-se como uma das primeiras formas de mobilização em torno do consumo conhecidas. Entre essas ações, a mais célebre foi a campanha contra o chá inglês, mais conhecida como *Boston Tea Party* em 1773, durante a qual os colonos jogaram o chá Inglês na baía de Boston. Além disso, a autora ressalta que a rejeição em massa aos produtos ingleses exerceu um papel muito importante na construção da nação estadunidense, permitindo a edificação de uma identidade comum perante o ocupante inglês. Em virtude disso, a partir desse momento o mercado aparece como um espaço para a atuação política para diferentes causas. Assim, as práticas de consumo adquirem uma nova dimensão simbólica relacionada à elaboração e

---

21 Foram leis aprovadas pelo parlamento da Grã-Bretanha, sendo a primeira a exigir que todos os documentos legais seriam sujeitos à tributação, e para a segunda referia-se ao pagamento de um imposto sobre as importações de certos produtos, como chumbo, vidro ou chá.

conformação de novas solidariedades que sintetizam as aspirações coletivas que se esboçavam naquele período histórico (BREEN, 2004).

Nestes termos, é no século XIX que este tipo de estratégia se consolida, datando deste período as primeiras grandes mobilizações em torno do consumo. Este tipo de estratégia de intervenção política também desempenhou um papel relevante no âmbito da luta abolicionista pelos movimentos antiescravagistas. Tais movimentos, ao rejeitarem os produtos fabricados pelo trabalho escravo e encorajar a venda de produtos do trabalho livre, forneceram uma estrutura para a mobilização dos consumidores na década de 1820, e politizaram as práticas de consumo. Um exemplo disso pode ser encontrado nos grupos de Quakers e abolicionistas do período, que repetiram as estratégias de boicote implementadas pelos britânicos na década de 1790 contra o açúcar produzido por escravos e abriram caminho para outras formas de ação, criando em 1826 a primeira loja de produtos “livres”, que não eram frutos do trabalho escravo na cidade de Baltimore, nos Estados Unidos (DUBUISSON-QUELLIER, 2009a).

Desta forma, diferentes movimentos de protesto que utilizaram o consumo como estratégia para intervenção social e política se disseminaram neste período: na Inglaterra, por exemplo, foram realizadas manifestações populares contrárias à *Corn Law*, uma lei, vigente entre 1815 e 1846, que passou a proibir a importação de grãos para proteger os grandes proprietários rurais ingleses. Em consequência, esta lei elevou consideravelmente o preço de um produto básico como o pão, ocasionando revoltas populares (POLANYI, 2001, p.144; HILTON, 2003, p.34).

Ainda na Inglaterra, o movimento sindical realizava campanhas em torno da consigna do consumo ético, na qual se destacou a atuação da militante feminista Clementina Black (1854-1922), que buscava politizar o consumo promovendo campanhas de boicote a produtos cujo processo de produção não respeitasse a dignidade humana (HILTON, 2003; DUBUISSON-QUELLIER, 2009a).

Em virtude disso, Hilton (2003) considera que o consumo tem sido historicamente um meio importante pelo qual as pessoas têm conformado sua



consciência política em períodos históricos marcados por um grande peso na relação entre trabalhadores e capitalistas. Deste modo, no contexto britânico do século XIX, “as políticas do consumo” se ofereceram enquanto um interessante meio para o desenvolvimento de processos de engajamento e contestação para além das instituições formais do estado, sendo o cooperativismo<sup>22</sup> e o associativismo exemplos disso.

Já no início do século XIX é possível observar a organização de cooperativas de consumo que objetivavam vender mercadorias a preços acessíveis com uma dupla finalidade: proporcionar para as famílias pobres o acesso a produtos de boa qualidade, e também envolver os cooperados diretamente na gestão dessas atividades comerciais.

A mais conhecida dessas cooperativas foi, conforme Dubuisson-Quellier (2009a), a experiência dos chamados Pioneiros Equitativos de Rochdale, que são considerados os fundadores do movimento cooperativo britânico. Esta iniciativa constitui-se como uma das experiências mais exitosas de consumo cooperativo, tornando evidente o seu potencial político e econômico para as associações de trabalhadores. A história desta iniciativa inovadora iniciou-se em 1844 pela reunião de operários do setor têxtil da cidade inglesa de Manchester, um grande polo industrial no período, na forma de uma cooperativa de consumo (FAVREAU, 2005). Esta iniciativa tinha o objetivo de gerar alternativas ao comércio vigente, que era dominado por “intermediários parasitas”, na visão dos cooperados.

Em face disso, a iniciativa dos Pioneiros de Rochdale significou o empenho de operários para a criação de alternativas em um cenário de pauperização crescente das suas condições de existência. Portanto, estas iniciativas materializavam o desejo dos operários da época de criar alternativas através da cooperação entre “iguais”, em um contexto de acirramento das relações entre os

---

22 De acordo com Dubuisson-Quellier (2009a) “Les origines du mouvement coopératif se fondent sur deux traditions, l'une anglaise et l'autre française[2]. Robert Owen est considéré comme le père fondateur de la première. Autodidacte et dirigeant de l'une des plus grosses filatures de coton à Manchester, il développe de nombreuses œuvres sociales à la fin du XVIIIe siècle et s'associe à Jeremy Bentham pour travailler à l'amélioration de l'accès à l'éducation des jeunes enfants.”

trabalhadores e os capitalistas, com vistas a melhoria de acesso a produtos básicos para sua sobrevivência. Além disso, estas iniciativas inauguraram novos repertórios para a intervenção nos mercados através da configuração de um regime de cooperação entre seus membros, estabelecendo um conjunto de princípios que serviram de inspiração e modelo para outras experiências associativas em diferentes países, e por fim, constituindo-se como a matriz da declaração dos princípios fundamentais da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) (FAVREAU, 2005, p.19).

Portanto, a partir das primeiras iniciativas do cooperativismo, como a dos Pioneiros de Rochdale, em 1844, observa-se a formação de uma consciência mais coerente, por parte de seus membros, relacionada às relações de produção e consumo. Além disso, destaca-se a utilização das relações de consumo enquanto uma ferramenta para interferência nos mercados e na política, principalmente pelas mulheres em um cenário de forte desigualdade de gênero (FAVREAU, 2005, DUBUISSON-QUELIER, 2009a; HILTON, 2003). Dessa forma, Hilton (2003) considera que um dos principais agentes, senão o mais importante, que possibilitou que as mercadorias e as relações de produção e consumo pudessem ser percebidas como estratégias nas relações sociais, foi o movimento cooperativista.

Contudo, para Hilton (2003), o objetivo central não se direcionava para que consumidores pudessem controlar as relações econômicas, mas para que eles agissem como fornecedores de capital. Assim o objetivo principal era de libertar os trabalhadores das relações de exploração capitalistas. Portanto, a mudança no cooperativismo de uma mentalidade do “produtor” para uma “consumerista” data, de acordo com este historiador, da década de 1870, quando a *Cooperativa Wholesale Society* (CWS) iniciou um trabalho de coordenação e distribuição de suprimentos, juntamente com a *Co-operative Union*<sup>23</sup>. Apesar deste fato, esta mudança no movimento cooperativo, no sentido de considerar o tema do consumo como um tema relevante, constituiu-se de forma gradual, e não sem controvérsias<sup>24</sup>.

---

23 Estas cooperativas estabeleceram o Congresso Anual, que ocorreu pela primeira vez na primavera de 1869. Já no fim desta década, estas organizações contavam com mais de meio milhão de participantes, contabilizados em mais de um mil cidades (HILTON, 2003, p. 36).

24 Para maiores detalhes ver Hilton (2003).

Deste modo, as iniciativas mencionadas, apesar de suas grandes limitações e particularidades, já evidenciavam a importância das relações de consumo para a intervenção na política e nos mercados, nestes casos, com vistas às melhorias das condições de vida dos trabalhadores daquele período (COLOMÉ, 2013a). Conforme Hilton (2003), foi a partir da ascensão do tema no cenário cooperativo europeu, que as relações de consumo foram destacadas e problematizadas para o desenvolvimento da luta operária. Neste contexto se destacaram as figuras de T. W. Mitchell e posteriormente de Beatrice Webb. Mitchell, que ocupou o cargo de presidente da Cooperativa Wholesale Society (CWS) e foi um firme defensor dos princípios de Rochdale, percebia que o movimento (consumerista) tinha sido muitas vezes menosprezado pelas cooperativas de produtores e que o melhor meio de proporcionar o crescimento do movimento cooperativo seria na extensão e desenvolvimento da cooperação através das relações de consumo. Já B. Webb ponderava que os benefícios do cooperativismo deveriam ir para os consumidores e não somente aos produtores do movimento:

Webb explained that the movement gradually came round to his views, realising 'the most essential element in the creation of "value" in the economic sense is neither labour nor capital, but the correspondence of the application of labour with actually felt specific desire'. Co-operation resulted therefore in 'production for use' rather than 'production for profit' (HILTON, 2003, p.38).<sup>25</sup>

Partindo da contribuição de Mitchell, o papel de Webb foi proeminente para a colocação da questão do consumo, com um maior peso, na pauta do movimento cooperativo. Em seu livro publicado em 1891, onde criticava a falência contínua dos experimentos cooperativos, Webb, relacionava o seu fracasso em parte à falta de comunicação e mútua ignorância entre as cooperativas de produção e de consumo, visto que, por um lado, as cooperativas de produção ignoravam os consumidores em seu auto-interesse em perseguirem ganhos mais expressivos e, por outro lado, as cooperativas de consumo ignoravam os trabalhadores em sua busca por preços

---

25 Tradução livre da citação: "Webb explicou que o movimento gradualmente se voltou para seus pontos de vista, percebendo que "o elemento mais essencial na criação do "valor" no sentido econômico não é nem o trabalho nem o capital, mas a correspondência da aplicação do trabalho com determinado desejo específico. A cooperação resultou, portanto, em 'produção para uso "ao invés de" produção para o lucro "(HILTON, 2003, p.38).

mais baixos. Neste sentido, Webb, buscou introduzir medidas para proteção dos trabalhadores, bem como atentando para as necessidades dos consumidores, equacionando a questão da seguinte forma: “Os cidadãos organizados como consumidores, e os trabalhadores organizados como produtores” (HILTON, 2003, p.38). Nesta perspectiva, os consumidores, tendo o potencial de controlar a indústria, teriam uma “obrigação moral” de se preocupar com os produtores dos bens comercializados nos estabelecimentos cooperativos. Em última análise, ela esperava que “as pessoas organizadas como consumidores e os trabalhadores organizados como profissionais pudessem rapidamente se tornar uma potência irresistível”, com os dois interesses, aparentemente separados, reconhecidos como um: “seu objeto comum era o de garantir para si e seus descendentes rendimentos de capital outrora recebidos por outras classes” (HILTON, 2003, p.39).

Para Hilton, a maior parte dos historiadores está de acordo com o impacto de Beatrice Webb no movimento cooperativo, considerando que suas ideias ajudaram a estabelecer a União Cooperativa (Co-operative Union) como um ramo integrante de um movimento mais amplo de trabalho. Embora a entrada formal do movimento cooperativo na política não tomaria lugar até o final da Primeira Guerra Mundial, Webb provocou laços mais estreitos com os sindicatos, o Partido Trabalhista e o pensamento socialista antes de 1914. Portanto, é perceptível que as potencialidades para a ação política e interferência nos mercados foram destacadas no âmbito do desenvolvimento do cooperativismo no contexto europeu, o que contribuiu para a percepção social de que as relações de consumo ofereciam espaços para contestação social e política, principalmente por parte dos grupos sociais desfavorecidos economicamente (COLOMÉ, 2013a).

Nesta perspectiva, é possível observar como as estratégias de intervenção política via consumo se constituíram como um lócus importante para o engajamento e organização de mulheres em um momento histórico de forte restrição à sua participação na política. Assim, em 1903, por exemplo, milhares de mulheres se reuniram no Free Trade Hall, na cidade britânica de Manchester, para protestar contra as tarifas sobre produtos básicos. Reunidas sob os auspícios da Women’s

Co-operative Guild (WCG) este encontro de massa foi parte de um movimento que derrotou uma reforma tarifária de autoria de Joseph Chamberlain e preservou o sistema de livre comércio britânico (HILTON, 2003; TRENTMANN, 2001). Conforme Trentmann, esta luta representou os benefícios materiais de produtos de primeira necessidade acessíveis, bem como o crescimento dos direitos de cidadania, responsabilidade democrática e as associações relacionadas à revogação das leis do milho de 1846 (p.139, 2001).

Em forte contraste com o cenário europeu, no qual as associações e cooperativas eram majoritariamente norteadas pelos aspectos produtivos, visto que os sindicatos desempenhavam um papel importante na melhoria das condições dos trabalhadores, no contexto norte-americano o movimento socialista e o dos trabalhadores não eram bem-sucedidos. Assim, os sindicatos de trabalhadores não encontravam partidos fortes para representar seus interesses. Em virtude disso, conforme Micheletti (2003), as associações de trabalhadores nos Estados Unidos eram forçadas a utilizar o consumo como um método potencialmente efetivo para suas lutas políticas.

Desta maneira, as experiências norte-americanas que se utilizavam do consumo como uma ferramenta política, seja através de boicotes ou associações de consumidores, ocupavam um espaço importante, principalmente através da participação de mulheres em grupos de ação coletiva que buscavam pressionar empresas e governos em relação a produtos, sobre a injustiça dos altos preços dos alimentos, estando preocupadas também com a nutrição e saúde de suas famílias<sup>26</sup>.

Para além dos contextos da Europa e América do Norte, é possível encontrar exemplos históricos que demonstram a utilização das relações de consumo para interferência política e econômica. Apesar da escassez de estudos históricos sobre o tema na América do Sul, é possível observar que o surgimento de cooperativas de crédito materializa as primeiras experiências nesse sentido. Esse é o caso da primeira cooperativa de crédito fundada no Brasil em 1902 pelo Padre Theodor

---

<sup>26</sup> Para maiores informações consultar Micheletti (2003).

Amstad, no Estado do Rio Grande do Sul, que demonstra que o consumo foi utilizado como uma estratégia para interferência em relações econômicas desiguais neste contexto. Ao ser enviado da Europa para o sul do Brasil na condição de missionário, este religioso inaugurou o primeiro empreendimento do gênero na América Latina, sendo denominada inicialmente como Caixa de Economia e Empréstimos Amstad e posteriormente de Caixa Rural de Nova Petrópolis (SANTOS, 2005). Este tipo de iniciativa replicava, para este cenário, algumas ideias e empreendimentos desenvolvidos pelo cooperativismo europeu que percebiam o consumo como uma importante estratégia política e econômica para os trabalhadores.

Já no contexto oriental, Bayly (1991), através de uma perspectiva antropológica, demonstra o papel desempenhado pelo consumo nas grandes mudanças sociais que ocorreram no contexto indiano no começo do século XX, no qual a questão das importações de tecidos ingleses para a Índia e a subsequente destruição de sua produção artesanal de tecidos, converteu-se na questão central do nacionalismo indiano. Investigando os significados culturais das vestimentas tradicionais do contexto hindu, Bayly revela como o consumo dos tecidos locais foi utilizado enquanto uma tática política, com vistas a dar apoio às decadentes indústrias têxteis domésticas indianas (*swadeshi*), e como o boicote aos produtos ingleses foi utilizado como forma de expressão política (COLOMÉ, 2013b). Desta forma, de acordo com o autor, a partir do entrelaçamento desta tática com noções de patriotismo, boa vizinhança, sacrifício e pureza, formaram-se ideologias unificadoras mais fortes do que qualquer petição isolada de independência (BAYLY, 1991, p. 353).

Desta forma, as considerações sobre o lugar central que o consumo ocupou como uma estratégia política na luta pela independência indiana revelam, para além dos boicotes, como o consumo contestatório é capaz de engendrar e aglutinar movimentos políticos mais amplos, revelando que os objetos, neste caso os tecidos e vestes indianas, plasmavam e traduziam as qualidades dos indivíduos que as fabricavam e vestiam:

Si el esclavismo constituye un ejemplo de la forma en que las personas pueden convertirse en "cosas", la historia textil de la India muestra la manera en que las cosas pueden conservar las cualidades de los individuos que las fabrican e intercambian, incluso en el marco de una economía cabalmente monetizada. (BAYLY, 1991, p.354).

Portanto, conforme os casos discutidos, pode-se perceber que os usos políticos do consumo já estavam presentes no contexto moderno, no ocidente e fora dele, sendo exemplificados em diversos acontecimentos de destacada importância. Além disso, Micheletti (2002, 2003) reforça que um dos resultados gerais mais importantes revelados pelos estudos históricos sobre o tema em lume é que a participação política via mercado tem engajado mulheres e aberto um espaço político onde elas podem trabalhar seus assuntos e pautas, proporcionando ferramentas para o exercício de poder político em períodos históricos nos quais os homens dominavam a pauta política.

## **2.2. Boicotes, buycotts e o consumo como estratégia para ação política**

A partir das experiências históricas mencionadas na seção anterior, é possível observar a disseminação de estratégias para intervenção nos mercados e na política, principalmente através dos boicotes que se solidificam como resultado tanto de uma acumulação das experiências prévias, quanto pelo surgimento de organizações de consumidores que se utilizam do consumo como estratégia central. Conforme foi exposto, a utilização de estratégias de boicote, que consistem na denúncia e rejeição à aquisição de determinados produtos como forma de protesto coletivo, relacionada a questões políticas, sociais e econômicas, foi uma estratégia largamente utilizada em diversas ocasiões históricas.

Contudo, as estratégias de consumo contestatório não se limitavam a ela, sendo utilizada também a estratégia de *buycott*, que significa a estratégia de um "consumo positivo", visto que consiste em encorajar as pessoas a adquirir

determinados bens como forma de intervenção econômica e política com base em determinados critérios, como é o caso do incentivo para a compra de produtos provenientes de formas de produção consideradas mais justas e éticas.

Nestes termos, já na virada do século XIX, nos Estados Unidos, por exemplo, é possível localizar iniciativas que se utilizavam de estratégias de *buycott*, como é o caso da National Consumer League (Liga Nacional de consumidores) que promovia um tipo de listas brancas. Estas listas consistiam em uma espécie de sistema de rotulagem que objetivava realizar uma listagem nacional das empresas que tratavam seus empregados de forma justa (McGOVERN, 2006). Assim, esta iniciativa utilizava de forma complementar as duas estratégias, de boicote e *buycott*, visto que incentivava os consumidores a adquirirem os produtos das empresas presentes em suas listagens e ao mesmo tempo boicotar as empresas que estavam fora dessas listas.

Diferentes exemplos, de uma série de mobilizações que compreendiam o consumidor como um ator político, podem ser destacados, principalmente a partir do último quartel do século XIX e início do século XX. No início do século XX, por exemplo, os movimentos em defesa dos direitos civis das comunidades negras nos EUA se utilizavam de estratégias de mobilização de consumidores para as suas lutas. Assim, as campanhas que se tornaram famosas pelos slogans “Não compre onde você não pode trabalhar” e “Gaste o seu dinheiro onde você pode trabalhar”<sup>27</sup> se utilizavam fortemente de estratégias de boicote e *buycott* em muitos estados localizados no sul do país durante os anos 1920 e 1930, consolidando, portanto a utilização do consumo como uma estratégia pelos direitos civis e mais largamente, para interferência política e econômica no contexto norte americano (DUBUISSON-QUELIER, 2009a).

Ainda nesse período, conforme McGovern (2006), organizações como a *Consumer's Research* contribuíram, em última instância, para a politização das relações de consumo no contexto estadunidense do início do século XX, ao

---

<sup>27</sup> No original “Don't buy where you can't work” e “Spend your money where you can work.”



contrapor e desafiar as concepções liberais, expressas na descrição dos consumidores como “eleitores” de uma democracia de mercado, materializadas, por exemplo, no discurso midiático propagado pelos “anunciantes nacionais”. Além disso, esta associação, que inicialmente realizou esforços para proporcionar informações científicas sobre os produtos, juntamente com sua posição contrária à pressão por um constante incremento de vendas, proporcionou a geração de uma alternativa significativa ao “*ethos* consumidor” construído pelos publicitários no período (COLOMÉ, 2013b).

Em face disso, conforme McGovern (2006), durante a grande depressão de 1929 e, posteriormente, durante o primeiro *New Deal*, a *Consumer’s Research* forjou um programa econômico, social e cultural que objetivava a articulação e promoção de campanhas em favor dos interesses dos consumidores. Assim, buscando constituir comunidades de consumidores e alcançar uma audiência nacional engajada, esta associação perseguiu um caminho que contribuiu para o engajamento político e o ativismo no cenário norte-americano. Por fim, o autor pondera que, não obstante este programa, destinado aos interesses dos consumidores, ter alcançado um número muito inferior se comparado às agendas de empresas, meios de comunicação e publicidade, ele obteve sucesso ao problematizar o capitalismo americano, impactando nos debates públicos realizados nos EUA na década de 1930.

Este caso, destacado por McGovern (2006), pode ser pensado como um exemplo que explica, pelo menos em parte, o desenvolvimento de uma crítica consumerista às relações de consumo que foram naturalizadas pelo liberalismo. Tais relações, materializadas nos discursos publicitários que salientavam os consumidores enquanto agentes autônomos e soberanos que deveriam exercitar sua participação na democracia através do “voto pela carteira”, consistiam em uma visão problemática da democracia (COLOMÉ, 2013b). Ao romper com esta visão, a *Consumer’s Research* (CR) enfatizou continuamente a necessidade de os consumidores conhecerem melhor os produtos e a publicidade (*merchandising*), e de serem mais conscientes de suas necessidades e de sua força efetiva dentro do

mercado. Embora seus objetivos declarados fossem de melhores informações sobre produtos e mais opções para os consumidores, esta organização também tentou redefinir o que significa ser um consumidor, repensando as relações de pessoas, de mercadorias, de marketing e de consumo (McGOVERN, 2006).

Apesar de possuir o mérito de ter se constituído enquanto uma posição alternativa ao discurso publicitário estabelecido no período, a organização subestimou a importância cultural do consumo e, por sua vez, dos significados que as pessoas atribuem aos bens. Deste modo, ao focalizar muito mais a importância das propriedades físicas e o desempenho dos bens, esta associação perdeu de vista o importante papel social desempenhado pelo consumo e pelos bens produzidos em massa e, como resultado disso, acabou descartando a importância da ligação das pessoas com as coisas (McGOVERN, 2006). Na falta deste entendimento, McGovern (2006, p. 197) considera que a organização nunca conseguiu perceber as formas pelas quais o consumo de massa foi remodelando o estilo de vida norte-americano, e tampouco informou os consumidores sobre os aspectos não técnicos do consumo. Ademais, negando os fatores humanos e mobilizadores do consumo e a sua conexão com as relações de produção, terminou por obstruir o seu potencial enquanto alternativa útil e relevante frente às definições e construções corporativas sobre os bens (COLOMÉ, 2013b).

Neste sentido, esta organização também foi palco de desacordos internos por parte de membros que se opunham a este escopo que se limitava a aspectos técnicos do consumo, defendendo que a CR também deveria fazer lobby em favor de reformas nas condições de trabalho, conectando, portanto as lutas dos consumidores com as dos trabalhadores. Como resultado, por volta de trinta trabalhadores que atuavam na CR e divergiam das decisões que limitavam o escopo desta organização, fundaram sob a liderança de Arthur Kallet uma nova organização chamada de Consumers Union Inc. (CU). Esta organização buscava unir as causas dos trabalhadores e consumidores e era bem mais que um grupo que se desmembrou da CR:

CU was more than a breakaway faction of CR and was premised on a strikingly different diagnosis of the problems facing the consumer. The organization's founders believed a watchdog guarding consumers could not merely provide scientific, impartial, and objective information to them to make rational purchasing decisions. Instead, the CU's founders defined the consumer as a worker concerned with the standard of living and not just a rational actor seeking to get the best value for his or her money. The problem facing consumers was not one of variety and deceptive advertising, it was also one of wages and income (RAO, MORRILL e ZALD, 2000, p.270)

Em virtude disso, esta organização, diferentemente da CR, era orientada não somente para prover os consumidores com informações científicas e imparciais para as suas escolhas no mercado, mas era orientada para uma visão mais global que conectava o consumo com as lutas políticas dos trabalhadores. Portanto, a CU, em contraste com a definição liberal do consumidor como um ator racional, que buscava a melhor relação custo benefício, definia o consumidor como um trabalhador preocupado com o padrão de vida, dessa forma, definindo-o como um ator político. Assim, esta organização percebia o consumo como um ato que exigia responsabilidade social, incentivando os seus membros ao boicote e a protestar contra lojas que se posicionavam contra os sindicatos, bem como solicitava que os consumidores usassem as condições de trabalho como um critério importante no processo de compra.

Além disso, esta organização se posicionava de forma crítica contra as empresas que exploravam os seus trabalhadores, englobando em suas análises sobre os produtos não somente seus aspectos técnicos, mas também os ranqueando pelas condições de trabalho relacionadas à sua produção. Desta forma, esta organização, diferentemente da CR, enfatizava as relações intrínsecas entre as pautas dos consumidores e trabalhadores, forjando uma luta em comum através da identidade de consumidores como trabalhadores<sup>28</sup> (RAO, MORRILL e ZALD, 2000).

Nestes termos, apesar das limitações destes casos na América do Norte, visto que nos anos subsequentes a própria CU acabou se afastando da agenda

---

<sup>28</sup> No original *consumers-as-workers*.

trabalhista devido a diferentes pressões no cenário estadunidense por parte de atores que relacionavam as pautas trabalhistas como subversivas e anti-nacionais<sup>29</sup>, estas organizações materializaram uma crescente tendência<sup>30</sup> de mobilização de pessoas em torno da questão do consumo, seja para a intervenção política na busca por direitos, ou para a intervenção econômica para a melhoria na oferta e qualidade dos produtos, principalmente em relação ao consumo doméstico.

Nesta perspectiva, a ascensão de diversas organizações em defesa dos direitos dos consumidores, principalmente nos contextos da América do Norte e Europa da metade do século XX, mesmo que parcialmente divorciadas das pautas trabalhistas, denotavam uma crescente utilização dos boicotes e *buycotts* como estratégias centrais para estas organizações.

No contexto inglês, de acordo com Trentmann (2001), é possível perceber uma mudança na configuração da relação entre consumo e cidadania cem anos depois da rejeição da *Corn Law* de 1846. Assim, no ano de 1946 a questão do racionamento de pão estava presente, mas não a do livre comércio:

On the one hand, some former Liberals supported anti-rationing campaigns by Conservatives and organized housewives' campaigns, but here the meaning of consumption had narrowed to a defence of individual 'choice', divorced from earlier societal and international ideals. On the other hand, the co-operative, Labour, and progressive women's movements – the former heart and soul of radical Free Trade – now embraced a vision of consumption and citizenship which demanded regulated, not unregulated, trade. The standard of living was no longer guaranteed by 'cheapness' and the market but by state-sponsored entitlements and 'fair', 'steady' prices. The 'necessary' foodstuff central to this new mode of consumer politics was no longer the cheap white loaf, but 'clean' free milk (TRENTMANN, 2001, p. 139-140).

Nestes termos é possível observar uma modificação em uma primeira dimensão que significou uma redução do significado do consumo em direção à defesa da escolha individual, em contraste com os ideais coletivistas anteriormente presentes, bem como em uma segunda dimensão na demanda por regulação nas

---

29 Para maiores informações consultar Rao, Morrill e Zald (2000).

30 Além destas organizações, outras surgiram principalmente na esteira da CU, como é o caso da League of Women Shoppers (1935), the High Cost of Living Conferences (1935) e a Milk Consumers Protective Committee (1939).

relações comerciais e as pela ênfase maior na qualidade dos produtos de primeira necessidade e menos em preços baixos. Não obstante tais modificações, a utilização do consumo como uma estratégia para intervenção social estava presente em diferentes espectros políticos, desde os conservadores até os movimentos progressistas de mulheres. Isto denota que nesse contexto tais estratégias já estavam consolidadas, sendo, portanto parte dos repertórios de contestação e protesto político utilizados por uma pluralidade de atores sociais.

Assim, a partir da década de 1950, a percepção social de que os consumidores seriam, mesmo nos estreitos preceitos do liberalismo econômico, atores econômicos e políticos, consolidou no ocidente a disseminação de organizações e iniciativas que tinham nas relações de consumo a sua estratégia central. Mais tarde, a partir da década de 1970, é possível perceber a ascensão de outros movimentos que concebiam a figura do consumidor como um sujeito econômico e político capaz de influenciar políticas governamentais e empresas, bem como pelas críticas aos padrões de consumo nos países desenvolvidos realizadas pelos movimentos ambientalistas, que trazem o consumo para o centro do debate.

Nesse sentido, conforme será discutido na próxima seção, diversos movimentos e iniciativas, que em parte são herdeiras dos movimentos de boicote e *boycott* das décadas anteriores, passam a questionar algumas interpretações sobre a própria figura do consumidor dentro dos preceitos do liberalismo, principalmente no caso da América do Norte, e a reconectar as relações de consumo com as relações de produção.

### 2.3. O consumo contestatário na contemporaneidade

Para alguns autores existem diferenças marcantes entre estes exemplos históricos abordados nas seções anteriores e as iniciativas e estratégias do engajamento através do consumo no cenário contemporâneo. Para Micheletti (2002, 2003), por exemplo, o consumo contestatário parece envolver mais tipos de pessoas e assuntos relacionados às questões globais, articuladas às questões privadas, em um movimento mais profundo de reconstituição dos modos pelos quais a participação política pode ser realizada. Assim, na contemporaneidade, o engajamento via consumo tem conformado repertórios menos relacionados a ações coletivas, como foram os casos históricos de movimentos sociais que organizaram grandes boicotes em relação à demandas específicas, e mais relacionadas a engajamentos individualizados através de práticas cotidianas de *buycotting* para influenciar empresas e governos.

Nestes termos, é possível notar a ascensão de diferentes iniciativas e movimentos sociais que consideram as relações de consumo como um importante aspecto de suas lutas. Este é o caso do movimento ambientalista, que, principalmente a partir da década de 1990 passou a enfatizar a necessidade de uma redução do consumo de bens visando à preservação ambiental. Dessa forma, a proposta de “consumo sustentável” ou “consumo verde”, enfatizam a figura do consumidor como um sujeito ativo capaz de influenciar empresas para a produção de produtos ecológicos, bem como de modificar os seus padrões de consumo para a mitigação dos impactos ambientais (PORTILHO, 2005).

Na ótica de Halkier (1999), juntamente com a ascensão da questão ambiental como problemática global, as práticas de diárias de consumo têm sido crescentemente politizadas. Assim, tem se atribuído aos padrões de consumo, principalmente do norte global, uma parte significativa da responsabilidade sobre a crise ambiental. Portanto, as iniciativas de implementação de soluções políticas na *kitchen table*<sup>31</sup>

31 A abordagem de Halkier (1999), “utiliza a expressão “politização do consumo” para descrever a exigência política para que as práticas de consumo se tornem “ambientalmente amigas”, processo

*agenda* dos consumidores podem ser percebidas como alternativas na busca por soluções em face da crise ambiental. Em virtude disso, é perceptível a utilização de estratégias políticas via consumo por parte dos movimentos ambientalistas. Como consequência disso, as práticas cotidianas de consumo passam a ser percebidas pelos atores sociais como espaços potenciais para a implementação de políticas ambientais, demandando que tais práticas se tornem “ambientalmente amigas”.

Não obstante as críticas realizadas relacionadas às possíveis limitações da utilização de estratégias via consumo para a questão ambiental, como as realizadas por Portilho (2005)<sup>32</sup>, as organizações e movimentos sociais que militam pela questão ambiental têm enfatizado o importante papel dos consumidores como agentes políticos, sendo isso visível em diferentes campanhas<sup>33</sup> em prol de um “consumo consciente”. Em face disso, o movimento ambientalista é um caso exemplar de como as estratégias<sup>34</sup> que se utilizam do consumo para intervenção social, política e econômica tem se disseminado, fazendo parte dos repertórios de ações de movimentos sociais contemporâneos.

Outro movimento que pode ser citado pela utilização de estratégias de consumo contestatório é o Comércio Justo (*Fair Trade*). Na ótica de Goodman (2004), o comércio justo tem como uma de suas metas principais reconectar produtores e consumidores, economicamente e politicamente através da criação de

---

crescente na Europa. Neste processo, as pessoas comuns passam a ser estimuladas e cobradas a considerar o aspecto ambiental como parte das preocupações e experiências da vida diária, através de negociações do que escolher e como agir, ou seja, estabelecer uma *Kitchen table agenda*. Apesar dessa postura não existir de forma institucionalizada em países como Brasil, podemos utilizar a abordagem de Halkier para a análise e compreensão do crescente fenômeno do deslocamento das políticas ambientais para a esfera do consumo” (PORTILHO, 2005, p.213).

32 Segundo a autora, “A ambivalência das políticas de consumo nos leva a reforçar a asserção de que ações individuais não seriam a estratégia mais adequada para o enfrentamento dos problemas ambientais. Ao contrário, mudanças mais profundas devem ser produzidas através de ações políticas elaboradas por organizações sociais e instituições eleitas democraticamente” (2005, p.223).

33 Esse é o caso de uma campanha do Greenpeace que apela aos consumidores para incentivar tecnologias limpas e padrões de produção e consumo sustentáveis. Para maiores informações consultar: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/greenpeace-apela-a-consumidore/>

34 Cabe ressaltar, que mesmo com as críticas, Portilho sublinha que as estratégias de “consumo verde” e “consumo sustentável para ampliar o sentimento de pertencimento na sociedade, “uma vez que os consumidores podem perceber o significado de suas próprias ações em relação aos efeitos no meio ambiente e em outros grupos sociais.” (2005, p.223).

uma economia moral transnacional. Para o autor esta reconexão seria mediada por processos de comoditização material e semiótica que produz as *commodities* do comércio justo. Para ele, a produção semiótica destas *commodities* e seu tráfego em “imaginários político-ecológicos” é essencial para a formação das ligações da “produção e consumo éticos”.

De acordo com Goodman (2004), a economia moral do comércio justo repousa na tensão entre as relações éticas que ele promove e a necessidade de determinados requisitos, como poder de barganha em negociações, requeridos das empresas na construção de redes de comércio internacionais (p.891). Não obstante Goodman destacar e problematizar as diversas questões que cercam o processo pelo qual essa economia moral é constituída, e mais especificamente, suas implicações políticas, éticas e espaciais de conexão do comércio justo com as lutas pela subsistência às escolhas de estilos de vida, ele salienta a importância da politização das relações de consumo e sua conexão com o imaginário construído sobre a produção e os produtores deste movimento (COLOMÉ, 2013a).

No entendimento do autor, a construção dos produtos do comércio justo - e seu imaginário social, especialmente no que concerne aos produtos alimentares - sustenta-se através da constituição de discursos e narrativas visuais, que saturam estes produtos com significados políticos e éticos destinados a proporcionar uma leitura extensa por parte dos consumidores. Em virtude disso, a economia moral do Comércio justo é escrita nas *commodities* transportadas de uma parte do mundo à outra, ou seja, a comoditização do comércio justo vai facilitar um “salto em escala” material e discursivo que, com efeito, pode carregar os consumidores para os mesmos lugares e lutas de subsistência da produção através de redes discursivas enraizadas eticamente e politicamente (COLOMÉ, 2013b).

Desse modo, de acordo com Goodman (2004), para a compreensão dos alimentos do comércio justo, são necessárias pelo menos duas percepções: a primeira é a de que o consumo não é somente o término das capacidades produtivas de alimentos e das redes de *commodities*, mais que isso, nos processos de consumo são



destacadas as capacidades (muitas vezes baseadas em classe) de trabalhar e re-trabalhar as identidades dos seus agentes por meio dos significados mobilizados por tais práticas, constituindo em uma forma de engajamento. Desta forma, o consumo de alimentos pode ser um local de participação política, ainda que difusa e diferente das formas tradicionais de luta política (COLOMÉ, 2013a; COLOMÉ e MAYER, 2016). A segunda percepção se refere à produção e migração de várias formas de conhecimento pelas quais as redes de *commodities* que formam um elemento fundamental para a sua criação e funcionamento. Neste sentido, a produção de conhecimento nas redes de *commodities* destinadas aos consumidores através do processo de commoditização e produção de significados auxilia na politização de tais práticas, exemplificados em uma contextualização dos alimentos pelos consumidores, constituindo um imaginário sobre as origens e biografias dos alimentos.

Com base nessa compreensão, o comércio justo apresenta-se enquanto um movimento que politiza as relações de consumo, a partir da construção de um imaginário político-ecológico que penetra o dia a dia de seus consumidores com discursos moralizadores, buscando engajá-los no movimento. Nesta ótica, o comércio justo compreende estes atores enquanto agentes políticos que necessariamente ocupam um espaço na disputa e construção de sentidos. Em face disso, ele convoca os consumidores para se posicionarem, em uma escala global, sobre questões econômicas e sociais, de responsabilidade e justiça, a partir de suas escolhas de consumo (COLOMÉ, 2013b). De forma similar Sassateli (2006), afirma que as estratégias discursivas, como as encontradas no comércio justo e outras iniciativas transnacionais<sup>35</sup> e locais, têm sinalizado, apesar das possíveis contradições<sup>36</sup>, que as relações de consumo têm sido problematizadas e pensadas a partir de novos repertórios políticos.

O movimento conhecido como *Slow food*, originário da Itália, é um caso exemplar de como o consumo tem sido utilizado politicamente para criticar grandes conglomerados empresariais, como é o caso das críticas dirigidas à rede

---

35 Como é o caso do consumo alternativo, comida orgânica e *slow food*, que se utilizam de diferentes discursos sobre o consumo.

36 Como a exemplificada pela autora em relação ao comércio justo, no qual o respeito e o senso de justiça humanitária pelas tradições locais podem entrar em conflito com os seus protocolos, os quais podem trabalhar como uma hegemonia cultural e dominação econômica.

*Mcdonalds*. Esse movimento, ao resgatar tradições culinárias locais em oposição às práticas de consumo de *Fast Food* disseminadas globalmente por multinacionais, como a rede citada, busca criticar e construir alternativas a essa forma de consumo considerada massificada.

Esses exemplos demonstram as diversas formas pelas quais as relações de consumo têm sido utilizadas contemporaneamente por diversos movimentos sociais e iniciativas. Longe de esgotar os diversos exemplos atuais que poderiam ser citados, estes casos apontam para possíveis modificações nas formas de participação e protesto política contemporâneas, que em parte se relacionam com o engajamento político via consumo. Sassateli (2006) considera que nos últimos vinte anos, especialmente a partir de 1999<sup>37</sup>, é possível notar a presença de uma variedade de discursos sobre os deveres e responsabilidades dos atores sociais nominados por “consumidores”. Para a autora, estes discursos têm se consolidado dentro de uma atraente e convincente narrativa. Deste modo, as pessoas têm sido convocadas, de forma explícita, para compreender o ato de comprar como o ato de votar.

Nesse sentido, no que se segue será discutido sobre as conexões e imbricações do consumo contestatório com possíveis reconfigurações nas formas de participação política contemporânea. Desta forma, será abordado como o engajamento via consumo pode estar articulado com novas formas de engajamento.

#### **2.4. Ascensão de formas não tradicionais de participação e a ampliação da noção de participação e ação política**

Conforme já foi enunciado, a emergência de formas consideradas não tradicionais de participação tem recebido crescente atenção da literatura e desafiado

---

<sup>37</sup> Quando ocorreram os protestos em Seattle contra a Organização Mundial do Comércio (World Trade Organization), que funcionou como um catalisador e guarda-chuva de diversos tipos de movimentos sociais e políticos envolvidos com o consumo “crítico”.

as interpretações sobre a natureza da ação política. Assim, de acordo com Stolle, Hooghe e Micheletti (2005) esta emergência também têm despertado debates sobre a própria definição da noção de política e em consequência as definições do que pode ser compreendido como participação e ação política.

Tais debates têm conformado, portanto, desafios teóricos e empíricos sobre como definir o que pode ser compreendido sob o termo de participação política e ademais como medir e avaliar empiricamente estas novas formas de engajamento que seriam caracterizadas pela conexão com estilos de vida, por redes não hierarquizadas e esforços esporádicos de mobilização (BENNETT, 2004; STOLLE E HOOGHE, 2004; MICHELETTI, 2003). Deste modo, estas novas formas de participação e ação política carregam consigo o questionamento sobre a pertinência da própria noção de engajamento, construída para pensar o envolvimento associativo de longo prazo, para apreender ações que, conforme a literatura, tendem a se caracterizar pela individualização e fluidez.

Parte destes desafios tem sido enfrentada por autores que se dedicam ao estudo dos movimentos sociais, como é o caso daqueles que têm incorporado novos modelos analíticos e focalizado aspectos antes não problematizados pela literatura, como é o caso do papel das emoções na ação política e na composição de novos repertórios (GOODWIN, JASPER E POLLETA, 2001; BENNETT, 2004).

Conforme os autores que têm se debruçado sobre estas modificações, o cenário atual estaria colocando em xeque as formas usuais de engajamento e compreensão sobre o que pode ser considerado enquanto político ou apolítico, a dicotomia público versus privado começa a ser questionada na medida em que a transposição de demandas oriundas da vida cotidiana se imiscuem com questões globais, engendrando dialeticamente um processo de compreensão mais ampliado sobre a participação política (BENNETT, 1998, HILTON, 2003, GIDDENS, 2002, MICHELETTI, 2003, STOLLE, HOOGHE E MICHELETTI, 2005).

Conforme Littler (2009), as modificações de percepção sobre as possíveis fronteiras entre a esfera pública e privada, que coincidem com a ascensão

contemporânea de discursos e práticas “consumeristas”, como é o caso das práticas de “consumo ético” por ela abordadas, poderiam evidenciar uma espécie de crise na teleologia política contemporânea, impulsionada pela ascensão do capitalismo de acumulação flexível e dos riscos de catástrofe ambiental. Portanto, na ótica da autora, a presença de tais discursos poderia revelar tanto as falências e problemas presentes na contemporaneidade (aquecimento global, pobreza, desigualdade de acesso à riqueza) quanto à escala da falência coletiva para lidar com os problemas estruturais do capitalismo. Nesta compreensão, a autora considera que a proeminência de discursos e práticas percebidas como de “consumo contestatório”, pode ser compreendida como um sinônimo ou sintoma da erupção de um movimento mais amplo e profundo de reconfiguração e tratamento da moralidade na política e de sua ampliação de sentido.

Já de acordo com Canclini (1996), no atual cenário da globalização a noção tradicional de participação política estaria paulatinamente perdendo sentido para os indivíduos, que estariam se sentindo muito mais como consumidores de marketing político do que como cidadãos na medida em que as campanhas eleitorais estariam se deslocando dos comícios para televisão e na qual a persuasão ideológica daria lugar às pesquisas de marketing. Neste diagnóstico, o referido autor ressalta que estaria a ocorrer:

(...) uma reestruturação geral das articulações entre o público e o privado que pode ser percebida também no reordenamento da vida urbana, no declínio das nações como entidades que comportam o social e na reorganização das funções dos atores políticos tradicionais (CANCLINI, 1996, p.29).

Assim, de acordo com os estudos desenvolvidos pelo autor no contexto latino-americano, neste cenário de mudanças socioculturais as formas de participação na esfera pública, consideradas tradicionais - participação pelos partidos, sindicatos, associações de base - estariam tornando-se pouco atrativas para os indivíduos, que ao seu turno direcionariam suas atenções e reivindicações para, por exemplo, as práticas de consumo, visto que através destas eles sentem que participam da vida coletiva.

Nestes diagnósticos, a fronteira da participação e ação política é frequentemente avaliada através do binário esfera pública e esfera privada (COLOMÉ, 2013a). Esta problemática da articulação da esfera pública e privada para a ação política já foi abordada por Hirschman (1983), que também explorou as conexões entre o consumo e a participação política. Este autor investigou os possíveis ciclos de participação na esfera pública e desocupação da mesma, quando os indivíduos retornam suas atenções à esfera privada. A partir deste objetivo, ele centrou sua análise nas relações de consumo que funcionariam como marcadores destes ciclos. Deste modo, Hirschman a partir de uma “fenomenologia dos engajamentos e decepções” busca explicar “as oscilações entre os interesses particulares e a ação pública e vice-versa” (1983, p.12).

Conforme este autor, as mudanças de engajamento no ciclo público-privado são norteadas pelas oscilações dos interesses dos indivíduos, que por sua vez, são influenciados pelas suas experiências de satisfação e decepção. Portanto, nesta perspectiva, quando os indivíduos sentem-se frustrados com os resultados, ou a falta destes em suas ações na esfera pública, bem como a participação através de movimentos sociais, eles voltariam seus interesses para a esfera privada, através, principalmente, das práticas de consumo. Posteriormente, a partir das decepções vivenciadas através de uma (possível) busca da felicidade pelo consumo, ou mesmo por insatisfações em relação às imperfeições próprias do mercado (problemas com fornecedores, por exemplo), os indivíduos retornariam suas atenções novamente para a esfera pública.

Entretanto, neste ciclo, as reações que são derivadas da decepção nas práticas de consumo podem ir além de um simples distanciamento do mercado, que têm sido, segundo Hirschman, negligenciadas pela análise econômica tradicional: “eles podem manifestar-se e acabar engajando-se em várias ações, que vão desde reclamação estritamente individual (pedido de devolução de dinheiro) à ação popular de interesse geral” (1983, p.71). Portanto, as atividades consideradas “privadas” de consumo podem relacionar-se às ações coletivas, articulando um retorno para a participação na vida pública. Nessa ótica, na medida em que um consumidor

descobre que um determinado produto não é seguro (em termos de saúde ou ambientais) será o interesse público que estará em jogo, possibilitando assim que sua reação possa se transformar em uma manifestação pública.

Conforme Micheletti (2002), esta dicotomia, esfera pública/privada, deve ser problematizada, bem como a definição usual de participação política:

Political scientists are often rather surprised when they first hear that shopping can be participation in politics. We react this way because we are taught that the political system is the focus of citizen involvement in politics. Our definitions of political participation reflect this understanding: "those voluntary activities by which members of a society share in the selection of rulers and, directly or indirectly, in the formation of public policy" (MICHELETTI, 2002, p.218).

Esta perspectiva aproxima-se da consideração de Hirschman (1983), sobre a força que as práticas de consumo podem carregar para transformar questões privadas em públicas com mais vigor, em alguns, do que a participação tradicional. Contudo Micheletti (2003) diverge do autor na contraposição entre o público e o privado. Para a autora, esta dicotomia torna-se um impeditivo para uma compreensão apurada destas novas formas de ação política que ofuscam tais fronteiras. Em face disso, os engajamentos que partem da esfera do cotidiano podem ter grande potencial para movimentar e engajar pessoas em novos movimentos sociais que rompem com a interpretação usual da Ciência Política sobre a participação política. Assim, conforme esta ótica, o consumo e suas práticas têm sido percebidos atualmente por muitos indivíduos como possibilidades para a ação política mediada pelo mercado que transcendem o binômio público versus privado. Nestes termos, muitas pessoas estariam engajadas ou estão considerando tornarem-se engajadas em atividades de boicote<sup>38</sup>, bem como muitos indivíduos têm percebido o mercado enquanto local para ações políticas (MICHELETTI, 2003).

Partindo desta discussão, Micheletti (2003) propõe-se a repensar conceitualmente a conformação de um novo tipo de ação política, que expressaria mudanças profundas nas formas pelas quais os indivíduos podem participar

---

38 No original *boycott activities*.

politicamente, principalmente através de suas escolhas de consumo, em outras palavras, como eles podem participar politicamente a partir da esfera doméstica, de suas práticas corriqueiras de consumo para a interferência na arena pública, ou política. Conforme a autora, com a ascensão de modificações estruturais nas formas pelas quais as pessoas se relacionam com a política institucional nas sociedades ocidentais, identificadas por autores como Giddens (1997) e Beck (1997), como a emergência da política de vida ou da subpolítica, nos termos do segundo autor, seria possível repensar as fronteiras analíticas sobre a participação e ação política nas sociedades contemporâneas.

Giddens (1996) sustenta que as diversas instâncias da vida social passam a ser reconfiguradas pelos movimentos relacionados à modernização reflexiva<sup>39</sup> e sublinha a possível perda de sentido da política tradicional. De acordo com o autor uma das razões para esta possível perda de sentido relaciona-se ao fato de que a constituição da política tradicional não estaria voltada para as demandas da chamada política de vida. Para o autor, a política de vida, bem como as disputas e conflitos a ela associadas, “tratam de como deveríamos viver em um mundo onde tudo que costumava ser natural ou tradicional, agora tem de ser, em algum sentido, escolhido ou decidido” (GIDDENS, 1996, p.106). Desse modo, a política de vida configura-se como uma política da escolha e da identidade, sendo elaborada e reelaborada a partir do *self*.

Com base nessa compreensão, os possíveis novos campos de ação, que não são observados pela chamada política tradicional, dizem respeito às questões políticas “que fluem a partir dos processos de autorrealização em contextos pós-tradicionais, onde influências globalizantes penetram profundamente no projeto reflexivo do eu e, inversamente, onde os processos de autorrealização influenciam

---

39 Conforme o autor a modernização reflexiva “tem suas origens nas profundas mudanças sociais que precisam ser explicadas mais detalhadamente agora: o impacto da globalização, as mudanças que ocorrem na vida cotidiana e pessoal e o surgimento de uma sociedade pós-tradicional. Essas influências decorrem da modernidade ocidental, mas agora afetam o mundo como um todo – e se revertem para começar a remodelar a modernização em seu ponto de origem.” (GIDDENS, 1996, p.95).

as estratégias globais” (GIDDENS, 2002, p.197). Em face disso, nos termos do autor, as questões atinentes às novas demandas originadas dos processos de autorrealização devem ser compreendidas dentro de um contexto geral de profunda reestruturação das relações coletivas e privadas que surgem como problemática importante da alta modernidade.

Nessa ótica, a política de vida (e os seus interesses políticos) culmina no rompimento das tradicionais dicotomias entre público e privado, e mesmo entre esquerda e direita, e impõe novos desafios à atuação dos atores e instituições e, por fim, à implementação de projetos políticos. Em virtude disso, a política de vida, ao estruturar-se enquanto uma política das decisões de vida, que parte das escolhas pessoais que se relacionam com a própria constituição identitária, está também, ao seu turno, em conexão com as influências globalizantes que penetram a esfera da intimidade e que dizem respeito às problemáticas planetárias, como é o caso dos riscos artificiais<sup>40</sup> provenientes da modernidade (GIDDENS, 2002).

Em relativa sintonia com a ótica de Giddens, Beck (1997) salienta que “na sociedade de risco, o reconhecimento da imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial exige a autorreflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da racionalidade”(p.19). Em consequência disso, os indivíduos são impelidos a tomar suas decisões e escolhas de vida com base em um intrincado processo reflexivo acerca das inúmeras incertezas geradas pelo progresso técnico e industrial moderno. Assim, para o autor, as convicções na ciência e tecnologia sofrem um desencantamento na medida em que estas instâncias, no atual estágio, terminam por gerar mais dúvidas sobre como devemos viver, do que certezas.

A partir do diagnóstico de uma reestruturação geral das relações sociais que

---

40 De acordo com Giddens (1996) “o risco artificial (*manufactured risk*) é um resultado da intervenção humana nas condições da vida social e da natureza. As incertezas (e oportunidades) que ele cria são bastante novas. Não se pode lidar com elas com remédios antiquados; muito menos elas respondem à receita iluminista de mais conhecimento igual a mais poder. Em termos mais precisos, os tipos de reações que elas atualmente poderiam evocar dizem respeito, com frequência, tanto a controle de danos e reparações como a um processo interminável de controle crescente” (p.12).



passa a afetar, de maneira geral, os diferentes contextos sociais, locais e globais, reconfigurando decisivamente a política e seus projetos alicerçados nos ideais modernos de progresso, de intervenção controlada na sociedade e na natureza, e outros pressupostos racionalistas, Beck (1997) destaca que novas movimentações políticas surgem como consequência de todas estas transformações. Nesses termos, para o autor, tais movimentações só poderiam ser bem compreendidas através de novas lentes, que não são aquelas da política tradicional da modernidade: “Qualquer um que olhe a política de cima e espere resultados está negligenciando a auto-organização do político, que – pelo menos potencialmente – pode movimentar “subpoliticamente” muitos ou até todos os campos da sociedade” (p.29).

Como consequência deste processo complexo e contraditório, emerge a subpolítica. Ela representa, na ótica do autor, a luta por uma nova dimensão da política (BECK, 1997). Desse modo, a possibilidade de individualização dos conflitos sociais - como uma característica importante da modernidade reflexiva, nos termos do autor - e dos interesses políticos, não devem ser percebidos, necessariamente, como desengajamento, “democracia da pesquisa de opinião” ou esgotamento da política. Na perspectiva de Beck, este processo deve ser compreendido enquanto um tipo de engajamento que é múltiplo contraditório:

(...) surge um engajamento múltiplo contraditório que mistura e combina os pólos clássicos da política de forma que, se pensarmos nas coisas em relação à sua conclusão lógica, todo mundo age como um direitoista ou um esquerdistista, de maneira radical ou conservadora, democrática ou não democraticamente, ecológica e antiecológicamente, política e não politicamente, tudo ao mesmo tempo. Todos são pessimistas, pacifistas, idealistas e ativistas em aspectos parciais do seu ser. Entretanto, isso só significa que as clarezas atuais da política – direita e esquerda, conservador e socialista, retraimento e participação – não são mais corretas ou efetivas. (BECK, 1997, p.33)

Em comum, estes diagnósticos consideram que é possível observar nas sociedades ocidentais industrializadas um conjunto de transformações que modificam o panorama da política considerada moderna, tutelada pelo Estado-nação, pelos partidos políticos e sindicatos, destacando que é necessário atentar

para as movimentações que classicamente eram consideradas apolíticas, ou seja, aquelas movimentações que, pelo julgamento valorado pelos atores da política moderna, não se enquadrariam nas formalidades institucionais: movimentos de minorias étnicas, identitárias, de gênero, entre outros. Portanto, na perspectiva destes autores, a emergência destas novas formas pode representar uma luta por uma ampliação de sentido do que é compreendido socialmente como participação e ação política.

## **2.5. Consumo contestatório e novos repertórios para ação política: a emergência da *lifestyle politics***

Em sintonia com a compreensão de profundas modificações relacionadas à participação e ação política contemporâneas, Bennett (BENNETT, 1998, p. 744) considera que a ascensão de novas formas de engajamento é uma das características marcantes das modificações na participação cívica contemporânea. Divergindo da tese de Putnam sobre o declínio no engajamento cívico, o autor pondera que a cultura cívica não estaria morta, mas pode ser encontrada sob novas identidades, sendo possível notar que, ao mesmo tempo em que os modos de participação convencionais decaem, os processos de engajamento no âmbito de uma “política por outros meios” crescem.

Desta forma, um dos pontos mais notáveis, e que contrariam a tese do declínio do engajamento cívico, refere-se ao que Bennett (1998), em semelhança a Giddens, destaca a emergência de diferentes tipos de *lifestyle politics*, tanto nos EUA, quanto em outras nações democráticas. Conforme o autor, este conceito refere-se às mudanças substantivas nas motivações e estruturação do engajamento político, onde se observa a crescente importância de elementos pertencentes à esfera privada, à vida cotidiana, em suma, de aspectos referentes aos diferentes “estilos de vida” e de identidade que passam a ter forte implicação nas formas pelas quais os indivíduos se engajam politicamente:

In this view, individuals increasingly organize social and political meaning around their lifestyle values and the personal narratives that express them. For increasing numbers of citizens – particularly younger generations who have born into the global experience (roughly, since 1970) – politics in conventional (collective, government-centered, electoral) forms has become less salient. Insofar as politics matters at all to many younger citizens, it makes sense within the personal life considerations of job, recreational, shopping, entertainment, fashion sports, self-improvement, family, friends, and the community involvements that can be scheduled around these things (BENNETT, 2004, p.105).

Nesse sentido, a perspectiva do autor se aproxima em parte da ótica de Melucci (1989), sobre a percepção de uma politização do cotidiano, da esfera privada, como uma característica dos processos políticos contemporâneos. Melucci considera que no contexto das sociedades capitalistas pós-industriais os conflitos sociais migram do tradicional sistema econômico-industrial para as arenas culturais, como resultado, eles afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, bem como a motivação e os padrões culturais da ação individual. Para Melucci os conflitos revelam uma mudança mais profunda na estrutura dos sistemas complexos e novas contradições surgem, afetando sua lógica fundamental: “Por um lado, sistemas altamente diferenciados produzem cada vez mais e distribuem recursos pela individualização, pela auto-realização, por uma construção autônoma das identidades pessoais e coletivas” (MELUCCI, 1989, p.58).

Contudo, diferentemente de Melucci, que focaliza sua discussão sobre como esta politização da esfera privada e a migração dos conflitos para o campo cultural irão impactar na construção da ação coletiva, Bennett (1998, 2004) enfatiza sua análise nos processos de personalização. Dessa forma, o autor destaca a ascensão da *lifestyle politics*, que denota um caráter mais pessoal e individualizado relacionado às formas pelas quais as pessoas têm se engajado e agem politicamente. Para Bennett, esta ascensão é perceptível em distintas sociedades ocidentais e está conectada a uma miríade de modificações sociais e econômicas associadas com o processo de globalização, tais como as transformações nos mercados de trabalho, na proliferação de novos modelos familiares, no

deslocamento de organizações da sociedade civil, como sindicatos, igrejas e grupos cívicos, bem como o colapso de grandes ideologias que faziam oposição ao reinado da crença neoliberal nas “democracias de mercado”.

Logo, este conceito desenvolvido por Bennett (1998, 2004) focaliza as novas ou criativas formas de ação política que estariam ocorrendo fora dos domínios da política convencional e através de modos alternativos e mais individualizados de expressão. Assim, ele postula a emergência de um processo de crescente individualização do ativismo nas sociedades contemporâneas, que tensiona o foco quase exclusivo da literatura na ação coletiva. Exemplos de *lifestyle politics*, citados pelo autor, estariam conectados à moda, música, alimentação, identidade profissional e estilos de vida. Nestes termos, o processo de construção identitária em sociedades consideradas cada vez mais fragmentárias, tem implicação direta na constituição da *lifestyle politics*. Portanto, em um cenário marcado por profundas mudanças sociais - que reorientam a constituição do self, que tem parte de suas fontes deslocadas dos laços comunitários, passando a ter maior impacto o núcleo doméstico, direcionando o processo de autorrealização pessoal - a *lifestyle politics* configura-se sobremaneira como uma política da identidade.

Em virtude disso, nesta compreensão a constituição do que é politizado está relacionado estreitamente com as identidades individuais e não mais coletivas, nos moldes da política tradicional. Para o autor, um dos desdobramentos destas mudanças diz respeito ao papel das escolhas diárias de consumo que passam a ser cada vez mais politizadas e que se constituem como um caso exemplar de *lifestyle politics*. Segundo Bennett (2004), o âmbito do consumo contestatório têm se expandido muito em anos recentes, para além de bem estabelecidas formas de boicotes, *buycotts*, e “consumo responsável”, onde se torna cada vez mais difícil estabelecer uma distinção clara entre os papéis de consumidor e cidadão na vida pública. Neste contexto, o consumo contestatório, no sentido de uma forma menos coletiva e mais personalizada de ação política, estaria se tornando o centro de relacionamentos entre os cidadãos, os representantes e os governos na política eleitoral em diferentes nações (SCAMMELL, 2000; BENNETT e ENTMAN, 2001;

BLUMLER e KAVANAGH, 1999).

Através deste entendimento, o crescimento do consumo contestatório, pensado como um caso possivelmente emblemático de *lifestyle politics*, que parece materializar mudanças qualitativas nas formas de participação política e em sua ampliação de sentido, tem promovido tensionamentos sobre a pertinência de restringir ou ampliar as definições sobre a política e a participação e ação política. Parece claro que as tentativas de conceituar novas formas de participação (VAN DETH, 2014), que ofuscam os limites entre as esferas pública e privada, como é o caso do conceito desenvolvido por Bennett, contribuem para um aprofundamento analítico sobre as práticas ligadas ao consumo contestatório e as demais novas formas de engajamento, e ampliam o limite da compreensão sociológica sobre a participação.

Em virtude disso, os estudos destas novas formas de participação têm contribuído para uma reconsideração sobre onde localizamos a ação política e qual é sua substância. Segundo Stolle, Hooghe e Micheletti (2005), mesmo em revisões recentes da literatura sobre a participação política, o governo e o estado ainda são vistos como as metas finais para ação política (DALTON, ET AL., 2004). Contudo, a crescente busca pelos indivíduos por novas arenas para a participação tem salientado a importância de se atentar para a dimensão política de formas de ação anteriormente desprezadas pela literatura sociológica. Assim, o caso do consumo contestatório, do ativismo on-line, *culture jamming* (uso do humor e imagens simbólicas do mundo corporativo para criticar seu poder) entre outros, podem ser percebidos como exemplos de repertórios de ações políticas que contornam os canais tradicionais de participação política para interferir nos mercados e nas empresas, de forma direta.

Nesta perspectiva, o caso do consumo contestatório deixa claro que os indivíduos utilizam valores e metas políticas para interferir nas práticas de empresas, organizações internacionais, ou mesmo em causas públicas amplas. Portanto, o estudo do consumo contestatório e outros repertórios de ação emergentes, que se

enquadram no conceito de *lifestyle politics*, nos forçam a expandir o número e tipos de alvos políticos e formas que os indivíduos e grupos escolhem para os seus engajamentos (BENNETT, 1998; VAN DETH, 2014; STOLLE: MICHELETTI, 2013, DE MOOR, 2017; HAYDU; KADANOFF, 2010).

### **3. O consumo contestatário vegano: conversão ao veganismo, modo de vida, ação política e a pluralidade dos repertórios**

O presente capítulo tem como objetivo central discutir como o consumo contestatário vegano pode ser percebido como uma forma de ação política que se enquadra nas novas formas de engajamento descritas no capítulo anterior. Tais formas de engajamento têm como premissa básica a utilização do estilo ou modo de vida para expressão política. Desse modo, além de atentar para as especificidades do consumo contestatário vegano, busca-se contrastar seus repertórios e formas de engajamento associadas à uma *lifestyle politics* com os repertórios de movimentos que se utilizaram do consumo como uma estratégia política no passado.

Nesse sentido, seguindo os pressupostos da sociologia pragmática, busca-se compreender como os atores percebem as suas práticas relacionadas ao veganismo (e as diferentes formas pelas quais suas ações podem ser compreendidas) como posicionamentos morais e políticos ao que consideram injusto. Dessa forma, esse capítulo objetiva, inicialmente, discutir o processo de conversão ao veganismo a partir das entrevistas realizadas, de forma a reconstruir esse momento, atentando para os valores mobilizados pelos atores e como eles justificam a sua adesão ao veganismo. Além disso, busca-se discutir sobre a adoção de um novo modo de vida relacionado ao veganismo e suas implicações, sob diferentes aspectos, na vida cotidiana e relacionamentos das pessoas ouvidas. Dessa forma, essa seção é orientada para perceber como os atores reconfiguram diferentes aspectos de sua vida com base em novos valores e ideais.

Nas seções subsequentes o objetivo é discutir sobre o modo de vida e pluralidade dos repertórios do consumo contestatário vegano. Dessa forma, a seção focaliza a discussão nos repertórios e estratégias relacionados ao consumo contestatário vegano, problematizando suas especificidades, para, por fim, contrastá-lo com as estratégias e repertórios, relacionados ao consumo contestatário, utilizados por diferentes movimentos no passado. Portanto, busca-se

discutir como o consumo contestatório vegano materializa e expressa mudanças nas formas de ação políticas contemporâneas que seriam marcadas pela utilização de espaços privados e modos de vida para a expressão de posicionamentos políticos.

### **3.1. Conversão ao veganismo e modo de vida**

De acordo com a definição atual de uma das mais longevas sociedades veganas, a The Vegan Society, fundada em 1944, o veganismo é definido como “uma forma ou modo de vida que busca excluir, na medida do possível e praticável, todas as formas de exploração e crueldade dos animais para alimentação, vestimenta ou qualquer outro propósito.” (THE VEGAN SOCIETY, 2018). Nesse sentido, a adoção de um modo de vida vegano implica em grandes mudanças na vida dos seus adeptos, visto que se busca evitar o consumo e utilização de qualquer produto ou serviço que esteja relacionado com a chamada exploração animal. Assim, esse processo significa profundas modificações em hábitos prosaicos, como é o caso da alimentação, bem como uma revisão e refutação de qualquer hábito ou prática relacionada com a utilização de animais. Desse modo, os seus adeptos contestam a exploração de animais nas suas diferentes formas, protestando contra a sua exploração para fins de divertimento, como é o caso de circos, zoológicos, touradas, entre outras práticas, bem como contra a sua utilização para fins científicos, como a vivisseção ou testes em animais (CELKA, 2012; GARNER, 2002; HERZOG, 1993; MUNRO, 2005).

Conforme será demonstrado, as pessoas entrevistadas indicam que o veganismo implica um processo de conversão e adoção de novos valores que significa o rompimento e crítica de práticas legitimadas socialmente. Tais práticas socialmente legitimadas, como é o caso da utilização de animais para a alimentação, que parece sua faceta mais visível, são contestadas através de um processo de crítica ao que se considera injusto em termos morais e éticos. Tal processo requer a adoção de um novo sistema de valores para a conversão ao veganismo e suas



práticas. Assim, é possível inicialmente investigar as linhas gerais desse processo de conversão, atentando para as justificações aduzidas pelos atores para passar a refutar práticas e discursos arraigados historicamente, em diferentes sociedades, que legitimam a exploração animal e fazer a defesa de um “modo de vida vegano”.

O conceito de conversão, aqui utilizado, baseia-se na proposição de Gooren (GOOREN, 2010). A definição do autor, que foi concebida para investigar o processo de conversão religiosa, parece útil para pensar o processo de conversão ao veganismo, visto que a sua adoção implica um processo de mudança pessoal e identitária com base em novos valores e visões de mundo. Portanto, parte-se, em consonância com a pesquisa de Herzog (1993), da existência de similaridades<sup>41</sup> – no nosso caso principalmente relacionada à uma mudança radical da visão de mundo – entre a adesão ao veganismo e a conversão religiosa. Dessa forma, o conceito de conversão utilizado inspira-se na seguinte definição realizada pelo autor:

I define conversion as a comprehensive personal change of religious worldview and identity, based on both self-report and attribution by others. These others obviously include people from the same religious group, but may also include significant others who are not members (GOOREN, 2010, p. 3).

Nestes termos, não obstante o veganismo não se tratar de uma crença religiosa e poder ser interpretado como uma ideologia (CELKA, 2012), este conceito é pertinente para pensar a adoção do veganismo como um processo de conversão que implica a adesão à um sistema de valores que passa a moldar diferentes

41 Conforme Herzog (1993), ao passo que as crenças religiosas desempenham um papel minoritário no engajamento e pensamento dos ativistas da causa animal por ele entrevistados, é possível traçar muitos paralelos entre o envolvimento no movimento e a conversão religiosa: “First, most activists experienced a change in fundamental beliefs, shifting to a worldview which several of the participants referred to as a “new paradigm.” Second, dramatic lifestyle changes accompanied this shift in thinking. Third, there was an evangelical component to the involvement of almost all of the activists—a mission to spread their message. Fourth, many activists seemed to experience a sense of sin. For most, this was not the result of personal guilt, though some were troubled when their behavior did not measure up to their ideals. Rather, they seemed to experience a kind of collective guilt that stemmed from the transgressions of nature caused by the ascendancy of 20th-century technology. They spoke of the evils of intensive agricultural practices, diseases that result from unhealthy (i.e., animal fat) diets and lifestyles, and of the hubris of modern science. Finally, as with religious fundamentalists, many of the activists were quite convinced that their perspective was correct and their cause just. They had discovered Truth. As Gina said. “I definitely have the sense that what I am doing is right, and if you argue with me I’m not going to listen because I know I am right.” (HERZOG, 1993, p. 177)

aspectos da vida daqueles que se tornam veganos, com impactos na construção identitária de seus adeptos. Ainda de acordo com Gooren (2010), o processo de conversão é motivado por diferentes fatores, tais como: individuais, fatores culturais e sociais, institucionais e ainda fatores de contingência. Além disso, ele pode ser percebido por meio de determinados “indicadores” que evidenciam o processo de conversão, sendo o indicador mais importante o relacionado com mudanças nos entendimentos e discursos dos indivíduos, na medida em que eles se engajam em uma reconstrução biográfica: “reconstruindo o seu passado de acordo com o novo universo do discurso e a sua gramática e vocabulário de motivos” (p.4).

Não obstante a existência de modelos de análise dos processos de engajamento, como é o caso do modelo de análise desenvolvido por Silva e Ruskowski (SILVA; RUSKOWSKI, 2016), que tem como objetivo “explicar as formas de ativismo sociopolítico que envolvem a atuação continuada ao longo de tempo em defesa de uma determinada causa, as quais tendem a expressar-se empiricamente por meio da identificação e da inserção organizativa.”(p.226), opta-se pela adaptação do modelo de Gooren em virtude do caso em questão prescindir da identificação e inserção organizativa. Portanto, a opção por este modelo de análise deve-se ao fato do processo de adesão ao veganismo, por um lado implicar a conversão a um modo de vida com base em um sistema de valores e por outro lado pelo entendimento da ausência de algumas características relativas aos processos de engajamento militante, visto que um de seus pressupostos básicos é relacionado à adesão a grupos organizados de forma coletiva, bem como, conforme apontado, de algumas similaridades com o fenômeno da conversão religiosa.

Portanto, com base nessas definições, é possível investigar o conteúdo gramatical relacionado ao processo de conversão ao veganismo e como os atores realizam uma reconstrução biográfica e identitária com base nos valores e práticas associados a ele. Além disso, conforme será discutido, a ideia de conversão ao veganismo relaciona-se de forma estreita com a noção do veganismo como um modo de vida que vai propiciar, de acordo com os atores entrevistados, o estabelecimento de uma forma distinta de viver baseada na busca pelo fim da

exploração animal. Assim, conforme será demonstrado, esse modo de vida vegano significa uma reflexão profunda dos diferentes hábitos e práticas que estariam associados à exploração animal, implicando, portanto, a adoção de um conjunto de práticas e discursos que passam a nortear uma grande parte de suas vidas.

Nesse sentido, a compreensão do processo de conversão, com base no conceito proposto com Gooren (2010), é articulada com os pressupostos básicos da teoria da justificação na medida em que ela postula a constante referência à uma gramática moral à qual os atores fazem referência no curso de suas ações. Dessa forma, das suas justificações relacionadas ao processo de conversão ao veganismo seria possível, por um lado, descrever os possíveis fatores decisivos para a sua conversão, bem como pensar a conformação de um sistema de valores que sustenta o que os atores referem como um novo modo de vida, na forma de uma gramática moral. Portanto, o processo de conversão pode indicar as linhas básicas da gramática do consumo contestatório vegano. De outra parte, a proposta do autor, conforme será discutido mais adiante, apresenta a possibilidade de identificar os diferentes episódios relacionados ao processo de conversão, de forma a possibilitar a análise da interação dos diferentes fatores entre os indivíduos, redes de relacionamento, grupos e instituições, bem como o contexto social e cultural mais amplo.

Em linhas gerais, o fenômeno do veganismo parece estar presente de forma similar nos dois contextos estudados, no Brasil e Canadá. Não obstante a falta de dados gerais sobre a adoção do veganismo nesses dois contextos é possível inferir que um número significativo de pessoas nesses dois países tem aderido a um modo de vida vegano. Em uma das poucas pesquisas conduzidas no Brasil sobre a percentagem da população brasileira que se declara vegetariana, realizada pelo instituto Ibope (2012), a estimativa é de 8%. No Canadá, em uma pesquisa encomendada pela Vancouver Humane Society (2015), o percentual de pessoas que se declaram também é de 8% da população, demonstrando, portanto uma grande similaridade entre os dois contextos. Na falta de dados sobre o percentual de pessoas que se declaram veganas, é possível a realização de uma inferência com

base em pesquisas realizadas em outros países. Levando em conta a pesquisa realizada nos Estados Unidos, intitulada “Vegetarianism in America” (VEGETARIAN TIMES, 2008), que estimou que entre a população que se declarou vegetariana (3,2%), por volta de um milhão de pessoas se declaram veganas (0,5%), seria possível inferir que no cenário brasileiro e canadense por volta de 1,25% da população de ambos os países seria vegana.

Estes dados e inferências apontam que o veganismo tem se tornado mais proeminente no contexto sociocultural desses países. Além disso, tais dados e inferências evidenciam que a despeito das possíveis diferenças em termos sociais, culturais e econômicos, a ascensão de valores relacionados com o vegetarianismo e o veganismo é bastante similar nesses dois países. Portanto, é possível compreender o veganismo como um modo de vida que tem despertado interesse em uma parcela crescente da população no Brasil e Canadá.

De acordo com Greenebaum (GREENEBAUM, 2012), a maior parte das pesquisas acadêmicas têm sido baseada em amostras da população vegetariana, com veganos tanto incluídos, quanto excluídos dessa categoria. Além disso, uma parte considerável das pesquisas focadas exclusivamente em veganos tem investigado as razões e motivos pelos quais eles adotam uma dieta vegana. Tais estudos indicam motivações relacionadas com direitos animais, saúde e preservação ambiental (FOX E WARD, 2008; LARSON ET AL., 2002; KALOF ET AL., 1999). Contudo, principalmente na última década, alguns estudos que investigam a causa animal e o veganismo têm demonstrado um maior peso para o engajamento no veganismo das motivações relacionadas com princípios éticos e valores relacionados à defesa e libertação animal (FERRIGNO, 2012; VILELA, 2013; PEREIRA, 2014; FRANCO, 2015).

Não obstante, é perceptível a falta de estudos que investiguem o processo de adesão ao veganismo - aqui entendido como de conversão – como um modo de vida que pode incluir ou não pessoas que fazem parte de grupos organizados em defesa da causa animal, ou seja, que se declaram ativistas da causa animal. Dessa forma,

uma grande parte desses estudos aborda o veganismo como uma parte da identidade de ativistas da causa animal, bem como uma condição para participação em determinados grupos, como é o caso dos grupos abolicionistas ou libertários e que ainda pode ser percebido como uma forma de repertório, e não pelo ângulo de um modo de vida propriamente dito (VILELA, 2013; PEREIRA, 2014).

Antes de prosseguir é preciso definir o que se compreende aqui como modo de vida. Em face da polissemia e variantes desse conceito<sup>42</sup>, sua definição é importante para a correta compreensão no presente trabalho. Dessa forma, o conceito aqui utilizado é baseado na definição realizada por Foucault:

Um modo de vida pode ser partilhado por indivíduos de idade, estatuto e atividade sociais diferentes. Pode dar lugar a relações intensas que não se pareçam com nenhuma daquelas que são institucionalizadas e me parece que um modo de vida pode dar lugar a uma cultura e a uma ética (FOUCAULT, 1981).

Com base nessa definição, o conceito aqui utilizado é compreendido em seu caráter relacional e não é definido a priori por pertencimento de classe, idade ou atividade social, sendo o modo de vida vinculado à determinada ética ou visão de mundo. Nesses termos, essa conceituação alinha-se tanto com a perspectiva teórica adotada, que não pressupõe uma predeterminação estrutural ligada ao pertencimento de classe, quanto com os dados empíricos da presente pesquisa, visto que os atores entrevistados, conforme será discutido mais adiante, quando defrontados com questões relativas ao entendimento sobre o veganismo, o termo modo de vida foi o preferido dos atores para designar as suas práticas.

Seguindo a proposta de Gooren (2012), é possível delimitar algumas etapas ou episódios fundamentais do processo de conversão ao veganismo. Conforme previamente apontado, o autor propõe a definição de diferentes episódios do processo de conversão com vistas a possibilitar a compreensão da interação dos diferentes fatores relacionados ao processo de conversão. Assim, o autor define diferentes níveis ou fases de engajamento, em suas palavras, como os vários níveis

---

<sup>42</sup> Para um maior aprofundamento sobre as diferentes variantes desse conceito, ver Braga; Fiúza e Remoaldo (2017)

de crescente participação religiosa:

Preaffiliation is the term used here to describe the worldview and social context of potential members of a religious group in their first contacts to assess whether they would like to affiliate themselves on a more formal basis.

Affiliation refers to being a formal member of a religious group. However, group membership does not form a central aspect of one's life or identity.

Conversion, used here in the limited sense, refers to a (radical) personal change of religious worldview and identity. It is based both on self-report and on attribution by others. These others can be people from the same religious group, but also outsiders.

Confession is a term from theology for a core member identity, describing a high level of participation inside the new religious group and a strong "missionary attitude" toward nonmembers outside the group. People thus use the testimony they have of their conversion experience to engage in evangelizing activities.

Disaffiliation refers to a former involvement in an organized religious group. This category may include various relationships with institutionalized religion. It can refer to an idiosyncratic personal religiosity, for example, New Age. But it can also stand for an unchurched religious identity: either an apostate rejecting a former membership or an inactive member who still self-identifies as a believer. In the last case, the difference between affiliation and disaffiliation can be very small (GOOREN, 2010, p. 48–49).

Com base nessas definições, para o estudo do processo de conversão ao veganismo, elas foram adaptadas com vistas a proporcionar uma compreensão mais adequada do nosso caso de estudo. Cabe ressaltar que o autor pondera que esse processo não é rígido ou estático, podendo não seguir cronologicamente a ordem sugerida, conforme a figura 2:

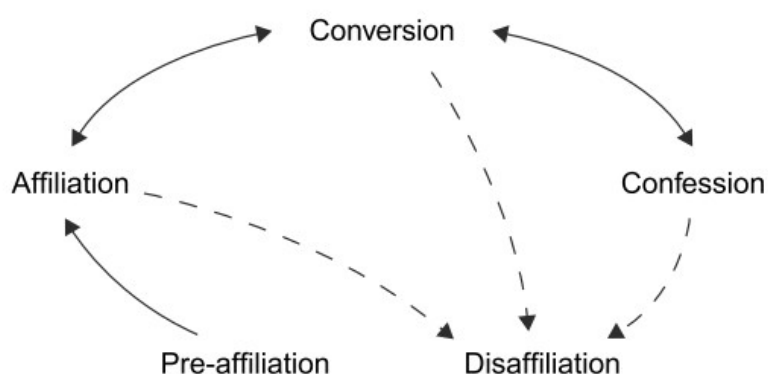


Figura 2: Movimento entre os diferentes níveis de engajamento. Fonte: Gooren (2012).

O primeiro nível, que corresponde ao de pré-afiliação, será compreendido como a fase na qual os atores relatam contato com as ideias sobre o veganismo. Conforme será discutido, nessa fase o contato com o vegetarianismo aparece como um marcador importante para a pré-afiliação, visto que a maior parte dos veganos entrevistados era vegetariana. Assim, o vegetarianismo funcionaria como uma espécie de porta de entrada pela qual muitos adeptos do veganismo têm contato com suas ideias e princípios.

A afiliação será compreendida como um momento de transição pelo qual as pessoas decidem adotar o veganismo. Esse momento é percebido aqui como uma sub-etapa ou fase inicial da conversão. Assim, seria uma fase de teste e adaptação de rotinas e práticas com vistas à conversão completa ao veganismo. Nesse momento o veganismo ainda não é percebido como um modo de vida em toda a sua extensão e ainda não é um aspecto importante da identidade dos atores.

Já a conversão é compreendida em termos muito similares à proposição do autor e significa uma mudança (radical) ao nível pessoal da visão de mundo e da identidade. Esse é o momento no qual a decisão de tornar-se vegana se concretiza através da mudança de hábitos e práticas. Assim, a pessoa adota os princípios básicos do veganismo através da recusa do consumo ou utilização de qualquer alimento, serviço, produto ou demais atividades relacionadas com a exploração animal. Nesse momento, o indivíduo passa a se afirmar como vegano e pode ser identificado por outras como vegano ou vegana.

A confissão é aqui compreendida como o momento ao qual o processo de conversão se assenta e é incorporado tanto em termos identitários, quanto pela rotinização das práticas e discursos relacionados ao modo de vida vegano. Nesse momento o veganismo torna-se uma parte importante da vida e do *self* dos indivíduos e significa a possibilidade de um veganismo engajado no sentido político. Esse engajamento refere-se à uma atitude de intervenção no meio social no qual os indivíduos estão inseridos e pode ser percebida através do ato de divulgar o veganismo sob diferentes formas. Desde a sua divulgação por meio de práticas,

demonstrando que é possível ser vegano e verbalizando as razões desse modo de vida, através da divulgação de conteúdos sobre o veganismo e causas correlatas, bem como pelo engajamento em eventos “veganos”, tanto de socialização, quanto de mobilizações esporádicas e ainda por meio da participação em grupos organizados que tem o veganismo como uma de suas pautas.

Por fim, a desfiliação se refere à situação daqueles que não se declaram veganos ou foram veganos. Dessa forma, no primeiro caso podem ser incluídas as pessoas que de alguma forma refutam uma identidade vegana. Além disso, essa etapa poderia incluir aqueles indivíduos que se declaram veganos, mas que possuem uma concepção idiossincrática de veganismo que não é aceita ou não se enquadra nas definições mais utilizadas pela maior parte dos veganos. Assim, poderia ser o caso daqueles indivíduos que se declaram veganos, mas não são reconhecidos pelos seus pares, por, a título de exemplo, utilizarem alimentos de origem animal.

### **3.1.1. Pré-afiliação**

Com base nas definições realizadas, o processo de conversão ao veganismo pode ser descrito e analisado em conjunto com os fatores preponderantes que podem ser identificados em cada etapa. Conforme preliminarmente apontado, foi observado que o processo de pré-afiliação ao veganismo, em grande parte das trajetórias dos entrevistados, está relacionado com o fato de muitos serem anteriormente vegetarianos:

Eu conheci após me tornar vegetariana, eu fui introduzida através de livros de culinária. Eu adquiri alguns, no início é muito difícil você parar com tudo, deixar de ser um onívoro, como eu era e partir para o veganismo, eu comprei alguns livros e daí automaticamente seguindo aquelas receitas eu fui mudando, no início pela culinária



mesmo, e após entrando em contato pela internet com diversos sites, com diversas pessoas, e através da revista vegetarianos também que eu assino desde essa época, então tem muita coisa legal, então a partir disso que eu entrei em contato e me tornei vegana (Mariana).

I started with being a vegetarian, when I was 15 years old, I did a research for an English class on PETA, the group and I decided after viewing some footage in slaughter houses and I had to stop consuming animals products and I was a vegetarian for 6 years and I had on and off, depending on the partner that I was with and then I took up veganism, like a vegan mother of one of my friends who said, oh you're vegetarian now, so try looking into it, and she was sending me articles and it was a very friendly way of putting it, so that's how I became vegan. I was reading about it from a friend that was giving me information and I just expanded from there. One article leads to another and then you get more and more informed, so I've being vegan officially for two years now (Camile).

Esses extratos de entrevistas demonstram um traço muito comum a quase todos os entrevistados nos dois contextos estudados. Quase em sua totalidade todos os entrevistados declararam que foram vegetarianos. Esse fato indica que o vegetarianismo, de acordo com os relatos dos atores e conforme percebido por outras pesquisas, funciona como uma porta de entrada para o veganismo, bem como para o engajamento em movimentos relacionados à causa animal (FERRIGNO, 2012; HERZOG, 1993). Desse modo, é possível afirmar que existe um relacionamento claro entre a adoção de uma dieta vegetariana e a posterior conversão ao veganismo.

O vegetarianismo é bem mais antigo que o veganismo e se caracteriza, principalmente, pela abstinência do consumo de carnes. O vegetarianismo já era referido e defendido na antiguidade por filósofos como Pitágoras, que ao seu turno influenciou a conformação de um movimento vegetariano no contexto da Inglaterra do século XVIII. Nesse cenário, influenciados tanto pela leitura do filósofo referido,

bem como pela crescente preocupação em relação ao sofrimento animal e com a morte dos animais para a alimentação, indivíduos urbanos das classes médias e altas aderiram a dietas vegetarianas (THOMAS, 2010).

De acordo com Thomas (2010), é possível perceber já no século XII a conformação de argumentos centrais tanto para a defesa da adoção de uma dieta vegetariana com base na ideia de evitar o sofrimento e a morte de animais sensíveis, quanto para a conformação dos movimentos de defesa dos animais nos séculos subsequentes. Assim, no século seguinte, por volta do ano de 1790, já era possível identificar um movimento vegetariano muito articulado. Nesse sentido, diferentes argumentos eram utilizados em meados do século XIII, principalmente relacionados à necessidade de compaixão para com as criaturas “irmãs”.

Diversos pensadores e filósofos na época defendiam a necessidade da adoção do vegetarianismo em termos morais, como é o caso de Joseph Ritson, que se converteu ao vegetarianismo através da leitura de Bernard Mandeville (sobre o abate de animais em *The fable of the bees*) e publicou a obra Ensaio sobre a abstinência de comida animal como um dever moral (*An essay on abstinence from animal food as a moral duty*, 1802), do escocês radical John Oswald, autor da obra O clamor da natureza (*The cry of nature*, 1802), entre outros. No mesmo período o filósofo David Hartley afirmava que “tirar a vida de animais, a fim de convertê-los em comida faz grande violência aos princípios de bondade e compaixão” (THOMAS, 2010, p.417). Conectado a essa compreensão, o processo de abate de animais era percebido como degradante, tendo um efeito brutalizador sobre o caráter humano, bem como o consumo de carne faria mal à saúde. Além disso, outros argumentos em favor do vegetarianismo seriam relacionados à percepção de que o consumo de carne não era natural e tornava os homens cruéis e ferozes, além de infligir um grande sofrimento aos animais. Já no final do mesmo século (XIII) tais argumentos foram complementados por um fundo econômico: a criação de animais era uma forma dispendiosa de agricultura se comparada ao cultivo de terra, que produzia muito mais alimento por acre (THOMAS, 2010, p.418). Desse modo, de acordo com o autor, todos argumentos que viriam a embasar o vegetarianismo moderno já

estavam presentes no final desse século.

Nesse sentido, historicamente a adesão ao vegetarianismo é bastante marcada pela recusa ética, estética e moral ao consumo de carnes. Portanto, é possível conceber o vegetarianismo como um antecedente histórico importante do veganismo, visto que ele fornece alguns argumentos comuns ao veganismo, relativos à preocupação com a vida dos animais.

Em face disso, o contato com o vegetarianismo tende a favorecer a posterior afiliação ao veganismo, sendo que muitos veganos, ao refletirem sobre esse processo de mudança do vegetarianismo para o veganismo, indicam motivações prévias relacionadas com a questão animal e a posterior necessidade de conversão ao veganismo tanto como uma continuidade (do vegetarianismo), quanto pela identificação de uma incoerência em suas práticas vegetarianas:

I've been vegetarian for 17 years and in that entire time it was always my plan to eventually go vegan and as a lot of vegetarians do, sometimes you come up with excuses, you come up a narrative with allows to continue to consume eggs and dairy and not necessarily be restricted about the use if animals, animal exploitation and eventually just became the hypocritical nature of being vegetarian and knowing that I wanna to be a vegan it was overwhelming, and so I decided, it's never going to be a time where I suddenly found myself ready, so I just had to go into it (Derick).

É, em 2002 eu acho, eu tinha uma ex-namorada que na época estudava nutrição e se tornou vegetariana. E ai eu ajudando ela a fazer os trabalhos assim. E já perto de 2004, mais ou menos, perto dela fazer o trabalho de conclusão de curso dela, e era sobre vegetarianismo e tinha uns textos sobre veganismo também, mas era a questão nutricional, e a minha mãe tinha acabado de passar por um câncer de estômago e eu tinha virado vegetariano. É (...) depois de pouco tempo, sei lá, oito meses, nove meses, eu assisti um documentário chamado terráqueos, que questionava uma série de

coisas que, algumas delas eu já tinha feito questionamento, outras não. E eu vi que não fazia sentido, eu ser ovo-lacto-vegetariano, e ai desde então, deve ter sido, faz uns 10 anos já (Diego).

(...) porque uma parte das pessoas adere ao ovolacto, eu também aderi ao ovolacto, mas por detalhe, porque o leite eu já não tomei, e comer ovos diretamente eu já não comia, mas era mais ou menos assim, era um certo capricho meu, porque se de repente aparecesse um bolo, eu comeria o bolo, eu comeria o bolo, eu não pensaria que ali teria ingredientes como ovos e leite, mas diretamente eu já não estava me alimentando de leite e ovos, eu acho que muitas pessoas foram assim, estava descaracterizado o animal ali, hoje em dia isso ainda é assim, por isso que a gente tem uma maioria de ovolactovegetarianos. Mas até por uma falta de informação suficiente, porque em um primeiro momento tem aquela informação de que o animal é morto, é a carne né, porque a carne caracteriza, claro que dignidade é um conceito para humanos, mas ela caracteriza uma moralidade naquele animal, então tu olha para a carne, o corpo, e tu, bom isso é errado (Fabrício).

When I initially went vegan, was by that point easy, because its was another step for being a vegetarian, I think the initial shock of being vegetarian, I had one of with my Italian family and my mother is from El Salvador, Latin culture, Italian culture, very centered on meat, in cuisine, so they were worried about it for a while, but after a year they saw that I was still healthy and going vegan it was a logical next step, that I made when I moved out. I want to do it with my own interference, having a freedom to prepare my own meals, so I would say that was perfectly fine, my friends were always very supportive too (Paul).

Seguindo a definição de Gooren (2012) a conversão ao veganismo pode ser percebida inicialmente como um processo de mudança de visão de mundo e percepção em relação aos animais. Dessa forma, a adoção prévia do

vegetarianismo fornece alguns elementos importantes para a posterior afiliação e conversão ao veganismo, na medida em que aqueles que adotam o vegetarianismo em razão da preocupação em não causar sofrimento e morte de animais para a alimentação já demonstram um alinhamento a valores relacionados à uma reflexão moral e ética sobre a utilização de animais.

Por outro ângulo, outros elementos podem ser apontados como fatores importantes da fase de pre-afiliação. Esse é o caso das redes de sociabilidade às quais estão inseridos os atores entrevistados. Diversos relatos apontam para a importância do círculo familiar, de amizades e relacionamentos através dos quais tiveram contato com ideias, argumentos e práticas relacionadas ao vegetarianismo e veganismo:

I have a lot of friends who were vegans, when I was a young teenager, I guess it was something that a lot of people were interested when we are punks and young, and it became (...) The most of my friends they already had been vegan, I've been vegetarian, a very brief period, before being vegan, so they are like, absurd that you are being vegetarian and not vegan and so when I told my mom she was kind of, like ok, wherever you want, I think I was 16 or something, I was working full time and pretty much independent at that point, so wasn't like I have to learn how to cook all over again (Michelle).

Quando eu pensei em virar vegetariano, eu fiz uma coisa por mim, eu sozinho não fui atrás de internet na época, de nada, mesmo sendo usuário da internet na época eu não fui atrás disso, eu comecei o que eu achava, por conta, o que eu deveria fazer, fui progredindo nesse pensamento até virar vegetariano. Ao virar vegetariano, eu procurei informações sobre vegetarianismo já morando aqui em Porto Alegre, procurei informações e descobri que tinha na época um almoço chamado almoço vegetariano da Sociedade Vegetariana de Porto Alegre uma vez por semana, em alguns restaurantes tinha almoço normalmente em lugares que tinham opções veganas e nesse

primeiro almoço eu conheci algumas pessoas, fui num segundo almoço depois desse segundo almoço tinha marcado um ato de ativismo com o extinto GAE que era o Grupo de Abolição ao Especismo aqui de Porto Alegre (Renato).

A importância dessas redes de relacionamento para o processo de conversão ao veganismo indica que as mesmas podem contribuir para o contato inicial com as práticas e discursos relacionados ao veganismo. De forma similar ao processo de engajamento em movimentos sociais, as redes de sociabilidade também parecem ser um fator ou mecanismo importante do processo de conversão ao veganismo. De acordo com Passy (2003) as redes de sociabilidade são fundamentais no processo de participação individual nos movimentos sociais:

Many of the African-Americans activists involved in the civil rights movement during the 1950s and later were members of Baptist churches before they devoted their time and energy to the fight against racial discrimination in American society (McAdam 1982; Morris 1984). The young students who worked on the Freedom Summer Project in 1964 enjoyed social links which greatly facilitated their commitment to that risky campaign (McAdam 1988a,6). Most of the women, who contributed to the emergence of the women's movements in the United States, and probably in other countries as well were socially embedded in dense networks, mainly on the radical left (e.g. Freeman 1973) (PASSY, 2003, p. 21).

Desse modo, não obstante as possíveis diferenças nos processos de engajamento relativo aos movimentos sociais e o veganismo, visto que esse último não implica a necessidade de uma participação em grupos organizados e parece ser melhor compreendido como um modo de vida, ou nos termos de um movimento cultural difuso (CHERRY, 2006), as redes de sociabilidade prévias parecem ser um fator importante para o processo de conversão ao veganismo. Nesse sentido é possível seguir a compreensão de Passy (2003). De acordo com a autora as redes de sociabilidade, nas quais os atores se inserem e interagem, transmitem significados, como é o caso de rituais, símbolos e narrativas, de forma a construir e solidificar suas identidades, bem como formatam os seus “quadros cognitivos”.

Dessa forma, essas redes de sociabilidade permitem que os atores interpretem a realidade social e definam um conjunto de ações que os envolvem.

Assim, uma vez que os indivíduos estão integrados em redes formais ou informais, eles estão inseridos em uma espécie de “estrutura interativa” que possibilita a redefinição dos seus quadros interpretativos, facilitando, portanto, os processos de construção identitária e a criação ou fortalecimento de uma consciência política alinhada com determinado tema de contestação. Os trechos a seguir demonstram a importância dessas redes de sociabilidade para o processo de conversão:

A Alemanha já é maior né, aonde tu vai tu encontra, e o povo alemão eu acho que daqui a alguns anos a maioria vai ser vegana, porque ele tem assim o meio ambiente, tudo que a França não tem né, a França não tem, a França não liga para o meio ambiente, o francês não liga pra isso, mas existem movimentos que já na época que eu fui pra lá existiam movimentos fortes em relação ao veganismo, com relação aos maus tratos aos animais, as experiências e eu comecei a entrar nesse universo, foi na França mesmo que se deu em 1991, muito tempo faz, me lembrando assim, conheci uma bailarina que começou a me apresentar esse universo assim que eu não tinha conhecimento, aí ficou fácil, sim porque eu comecei (...) é tem vários movimentos lá, lá não é assim, é muito coeso, o grupo pode não ser enorme, mas são muito coesos. Lá assim na França, na época era um grupo pequeno se tu for comparar, mas sem essa diferença daqui, essa coisa de liderança lá não tinha, quer dizer o realmente interesse era o bem estar animal, e isso até na dança meio que me direcionou, porque eu comecei a trabalhar com companhia que a maioria era vegetariana, e daí a gente começou a ver a sapatilha de dança, ah essa aqui tem couro essa aqui não tem, daí eu comecei a olhar meu sapato também, minha roupa também, entendeu?! Então foi assim, o marco para o o veganismo foi em 1991, o meu filho nasceu em 1996, e foram 7 anos, porque lá foi mais fácil do que aqui, acho que eu sozinha não teria tido esse link sabe (Carolina).

Gradually, very gradually, I had a few vegetarian friends and then my boyfriend has vegetarians cousins, and he bought vegetarian cooking lessons and he went quicker and he was like, my god its so good,

because everybody always think that's all we eat its like salads and he, always liked to cook and personally I always like to cook vegetarian foods, I never enjoyed cooking meat anyway (...) and we did cooking lessons also together and it was vegetarian and then I became very interested in vegetarianism and what it means in how do you get all your proteins and everything, to me was very, very hard to cut cheese and then, like six months ago, I became fully vegan. I was vegetarian and eating cheese, then I cut like six months ago, that's good and also around the same time as the cooking lessons I became acquainted with zero waste, zero waste movement and seems to fit like perfectly with this menu, eat like fruits and veggies you can come close to everything that you don't use and so it became like a all lifestyle, it's get very gradually (Amelie).

Em consonância com essa perspectiva, que aponta a importância fundamental das redes de sociabilidade para os processos de engajamento, a pesquisa de Cherry (2006) identifica similaridades no caso do veganismo. Partindo da compreensão do veganismo como um movimento cultural, a autora investigou o engajamento de veganos não pertencentes a grupos organizados, buscando compreender a sua participação. Dessa forma, ela investigou a participação de adeptos do veganismo com base em dois grupos distintos, um grupo formado por indivíduos inseridos na subcultura punk e outro grupo formado por indivíduos não punks, de modo a investigar como eles definem e praticam o veganismo de formas distintas. Nesse estudo, a autora indica a inserção na subcultura punk como um fator importante na adesão e manutenção do engajamento dos indivíduos no veganismo. Conforme Cherry (2006), as redes de sociabilidade estabelecidas entre os atores inseridos na subcultura punk contribuem para criar um repertório discursivo que auxilia os veganos punks a moldar o seu “mundo social”, dando suporte ao seus engajamentos. Destaca-se ainda o fato de que todos os punks veganos entrevistados pela autora eram punks antes de serem veganos.

Nesses termos, tendo em vista a fase de pré-afiliação, não obstante as



diferenças entre os entrevistados da pesquisa da autora, e os da presente pesquisa, visto que a menor parte dos veganos ouvidos faz parte de grupos punks ou anarquistas antes de se tornarem veganos, o fator relacionado às redes de sociabilidade configura-se como uma parte importante para a adesão ao vegetarianismo e a posterior afiliação e conversão ao veganismo. Desse modo uma parcela significativa relatou o contato com o vegetarianismo e veganismo através da rede de amigos e familiares, que parece oferecer, em consonância com o trabalho de Cherry (2006), apoio e argumentos para o processo de conversão no seu sentido amplo.

### **3.1.2. Afiliação**

Conforme definido, a afiliação configura-se como o momento inicial de conversão ao veganismo, de transição, reflexão e adaptação de rotinas e práticas. Além disso, o veganismo ainda não é uma parte importante da identidade dos indivíduos. Nesse caso, ele significa para a maior parte dos entrevistados a transição inicial das práticas e discursos relacionados ao vegetarianismo para o veganismo. Nessa fase podem ser localizados alguns fatores relacionados ao momento de decisão do indivíduo tornar-se vegano, podendo ser desencadeado de diversas formas, desde uma longa vivência e prática do vegetarianismo, que pode levar a uma reflexão sobre a ampliação da abstinência de produtos de origem animal para além da dieta, eventos marcantes que podem desencadear determinadas emoções, participação em grupos organizados e redes de sociabilidade, entre outros.

Com base nos extratos de entrevistas das páginas precedentes é possível aduzir que a fase da afiliação em muitos casos foi um processo contínuo de uma reflexão e racionalização relacionada à questão animal. Dessa forma, pode-se

observar pelo menos duas questões morais que parecem ser comuns ao momento de decisão de se tornar vegano: a culminação de ideia de um dever moral para com os animais e a noção de um imperativo moral de coerência na vida cotidiana através do seu alinhamento com determinados valores.

Essas questões morais, se em parte podem ser relacionadas a um processo de racionalização e reflexão, de outra parte também podem se relacionar, de forma não binária ou oposta, à sentimentos morais e emoções. Fassin (2012) considera que os sentimentos morais têm se tornado uma força importante na política contemporânea:

Moral sentiments have become an essential force in contemporary politics: they nourish its discourses and legitimize its practices, particularly where these discourses and practices are focused on the disadvantaged and the dominated, whether at home (the poor, the immigrants, the homeless) or farther away (the victims of famine, epidemics, or war). By “moral sentiments” are meant the emotions that direct our attention to the suffering of others and make us want to remedy them (FASSIN, 2012, p. 11).

Nesses termos, de acordo com o autor, os sentimentos morais articulam emoções com valores - sensibilidade com altruísmo - e ainda determinados valores podem ser derivados de emoções, como é o caso da experiência de empatia que vai preceder o sentido do bem. Assim, por exemplo, a compaixão vai representar uma combinação aparentemente paradoxal entre emoção e razão, portanto a simpatia sentida pelo infortúnio do próximo gera a indignação moral que pode levar a ação para por fim a tal situação:

Eu me formei em biologia. Trabalhei um tempo como bióloga, dando aula, mas não cheguei a seguir a profissão, assim, um pouco porque quando cheguei no final do curso eu acabei não concordando assim, com coisas a ver as explorações dos animais e tal e aí eu acabei largando a profissão e também cansei de dar aula e tal e acabei focando só no ativismo, e aí eu trabalho em uma ONG de direito do consumidor, não tem muito haver, mas é legal assim. E ai, eu tenho 36 anos e sou vegana, logo que eu, logo eu, foi assim, eu fui convidada para ver o Terráqueos e aí eu achei que era um filme, sei

lá, quem me convidou vamos ver o terráqueos, bah, achei que era um filme qualquer assim, e aí quando eu fui lá eu vi do que se tratava, assim e eu já era feminista, bem informal eu lia de vez em quando era muito revoltada com questões de exploração do trabalho e tal, e aí bah, vi aquilo e fechou com tudo que eu já era bem revoltada e bom virei vegana e aí é isso assim. Eu acho que a primeira coisa na época do filme, eu acho. Primeira foi revolta assim, tipo, eu sempre fui muito revoltada, então a primeira motivação foi a revolta, sabe, como que existe a crueldade que se faz com seres, ninguém tem o direito de fazer isso, e até agora eu fiz, sabe. Foi imposto isso para mim, tipo, e eu fiz, entende? Eu não sei, mas acho que foi a principal motivação, foi revolta. É injusto, sabe. É violento, não existe direito sabe, a gente não tem direito de fazer isso com eles, né. Não sei se a palavra certa é "não é certo", "não é ético sabe". Acho que a primeira motivação é a revolta (Fabiana).

Dessa forma, a decisão de um indivíduo se tornar vegano pode ser informada por sentimentos morais relacionados à percepção do sofrimento e exploração dos animais, visto que os veganos entrevistados ressaltam a percepção de que a sua conversão ao veganismo está muito relacionada com a identificação do sofrimento animal como uma questão moral central. Tal compreensão pode ser aduzida dessas falas:

Tá, okay. Então assim, bom, para a gente que tinha uma postura já anterior de não comer animais, então é quase que assim uma ... como é que eu vou dizer, é uma sequência, vamos dizer assim né. Se tu tem essa primeira fase, tipo assim né. Então (...) porque até então não se tinha conhecimento, se achava assim que, bom, tirar a vida do animal, não vou contribuir para isso, basta eu não contribuir com a morte dos animais né. Mas a questão não é só morte, a questão também é sofrimento. E o veganismo vai então, ele aprofunda mais essas questões, porque tu envolve também o modo como os animais são tratados, a produção. Quer dizer, aí tu vai ver que a questão do leite, da vaca, é muito mais sofrido até que o

animal de corte, o gado de corte, daqui a pouco esse gado de corte vai durar menos tempo de vida e tal, mas em compensação ele vai ter um sofrimento menor, no curto tempo né. Do que adianta ter uma vaca que vai viver mais, mas vai viver mais pessimamente né, sofrendo e tal. Então nesse sentido, como é que vou dizer, é uma transição que é muito óbvia em termos de argumento. É claro que na prática eu acho que todas as pessoas acabam tendo esse (...) essas dúvidas que surgem quando tu vai tomar uma decisão, mesmo hoje (Paulo).

The answer is too fold, the first part was that I was introduced to the idea of speciesism in a philosophy class, when I was in college, and the idea of discrimination based on bias towards other life that is not with our own species, to me seems unfair, it seems unjust, especially when we consider how we already have so much discrimination in our society towards the other sex, other races, other economic classes, so to me this is just one more level of discrimination in our society that we need to realize within ourselves and around us, the way we can move pass this and as well my other realization was how when I turned vegetarian, three years before going vegan I did have rabbits, very close animal companion, he had been in my life for a year and I remember feeling very conflicted because we were eating on a regular basis since my grandmother's every Sunday and occurred me why would one rabbit be special but the other be ok to eat, so it didn't make sense to me anymore at that point (Paul).

Esses trechos, que são representativos do conjunto das entrevistas, indicam que os sentimentos morais, nos termos de Fassin (2012) - entendidos como as emoções que direcionam a atenção dos atores ao sofrimento dos outros (nesse caso dos animais) em um processo de solidarização que os fazem querer agir em prol daqueles que sofrem – são uma parte importante da fase de afiliação.

Nesse sentido, é possível fazer uma breve incursão sobre o papel das emoções para os processos de engajamento. Partindo da contextualização e

identificação de como as emoções vem sendo abordadas<sup>43</sup> ou excluídas da explicação sociológica sobre a ação coletiva, Goodwin, Jasper e Polletta (2001,p.7) evidenciam a sua importância para os processos de engajamento.

Com base nesta percepção, sobre o enfoque das emoções e a sua falta na explicação sociológica sobre os processos de ação coletiva nos últimos quarenta anos, Goodwin, Jasper e Polletta (2001, p.10) vão então abordar alguns desafios para a incorporação das emoções nas análises sociológicas. Inicialmente, o primeiro obstáculo diz respeito à grande diversidade de “coisas” agrupadas sob a rubrica das emoções, onde sentimentos como amor ou ódio, são muitas vezes colocadas no mesmo nível de reações transitórias.

Nesta ótica, os autores propõem duas distinções primárias. A primeira dimensão é relativa à duração dos sentimentos. Assim, a primeira categoria inclui sentimentos de longa duração como amor ou raiva, confiança ou respeito, estas em geral estão conectadas a relações sociais. A face oposta desta categoria diz respeito às respostas de curto prazo a eventos e informações. Um exemplo desta distinção seria a realizada por Jasper (1997) que buscou marcar tais diferenças conceituando emoções reativas versus afetivas. Já a segunda dimensão contrasta os sentimentos sobre objetos específicos frente a sentimentos mais gerais sobre o mundo que transcendem objetos específicos. Humores que não se direcionam diretamente a um determinado objeto, podem ser longos ou curtos em sua duração. Enquanto exemplos, os autores mencionam ataques de pânico, que comparados à depressão e à resignação, diferenciam-se pela duração, concluindo que esses quatro tipos de

---

43 De acordo com os autores as emoções eram abordadas de forma pejorativa por uma parte significativa da literatura sociológica. Assim, as emoções eram sinônimo de comportamentos irracionais provocados pela inserção dos indivíduos em turbas, quando estas ativavam uma mentalidade de grupo, que resultaria em violência e de outra parte interpretações positivas, de menor impacto na academia, que entendiam que os indivíduos e grupos agiriam racionalmente com fins instrumentais para melhoria de suas condições de vida, como é o caso de algumas interpretações marxistas. Em síntese, os autores buscam demonstrar, como as modificações ocorridas na academia, de uma teorização geralmente negativa do papel das emoções nos processos de engajamento, juntamente com um déficit empírico, podem ter contribuído para uma mudança iniciada a partir da década de 1970, que, por sua vez, retirou as emoções de suas explicações, compreendendo tais processos através, principalmente, das abordagens que compreendiam os indivíduos e organizações orientados por diretrizes racionais. Desde então, de acordo com os autores, as emoções não vem desempenhando quase nenhum papel nas teorias dos movimentos sociais e da ação coletiva (Goodwin, Jasper e Polletta, 2001, p.7).

emoções são claramente relevantes para a ação política. Em virtude disso, as emoções seriam parte de um pano de fundo que conecta as pessoas umas às outras e o mundo ao seu entorno. As emoções poderiam ser percebidas também enquanto lentes que conferem cor para todos os nossos pensamentos, ações, percepções e julgamentos.

Para os autores, as emoções mais relevantes<sup>44</sup> para os processos de engajamento, dizem respeito à face mais construída, mais cognitiva desta dimensão. Portanto, os sentimentos e emoções como os de ultraje moral, a vergonha relativa à deterioração de identidades coletivas ou o orgulho de participar em movimentos em busca de sociedades mais justas, entre outros, seriam exemplos de emoções que não são respostas automáticas, mas sentimentos e emoções construídos e relacionados a questões morais, de obrigações e direitos que são culturalmente e historicamente variáveis.

Portanto, tanto com base nessa compreensão, quanto na perspectiva de Fassin (2012), é possível pensar a dimensão da emoção para os processos de engajamento de forma articulada com questões morais e em termos não antagônicos com os processos de racionalização. Nesse sentido, os processos de reflexão e ponderação sobre a situação dos animais se articulam com sentimentos morais e emoções que impulsionam os atores a adotarem o veganismo como um modo de vida que não compactua com a exploração e o sofrimento infligido aos animais. Percebe-se tal nexos nos trechos a seguir:

Eu acho que a minha motivação primordial, assim, é a ética animal assim, né, é não causar sofrimento, não causar dor, nem participar de nenhum tipo de indústria que usa os animais como mercadoria ou como alimento, enfim. Essa é primordial assim, e eu acho que seja a única, na verdade, porque as outras são coisas que vem junto, são consequências, são benefícios que, enfim, talvez as pessoas, puxam

---

44 Goodwin, Jasper e Polletta (2001) afirmam que é por esta razão que a abordagem por eles utilizada, para a investigação das emoções envolvidas nas manifestações políticas, se afasta de muitos trabalhos na sociologia das emoções, que de maneira geral, tentam a concentrar seus esforços em configurações e relacionamentos afetivos duradouros, bem como do trabalho experimental em psicologia que objetiva investigar as emoções mais "instintivas".

muito para questão de uma dieta mais saudável né. Eu acho que mesmo que a dieta vegana não fosse a mais saudável eu continuaria optando por ela. Não é uma questão só de dieta, na verdade, vai muito além disso, né. São hábitos que abrangem outras coisas. Então, mas eu acho que é isso. É a preocupação, né, com os animais, assim, com o direito que eles tem, ou que deveriam ter, de habitar esse planeta, do mesmo jeito que a gente né, sem serem explorados ou confinados, enfim (Marília).

In secondary I was really interesting in ecology and biology and this interest came back in the last years and I have my understanding of how this was working, how the nature was working in all these different cycles we are living inn, veganism seems to me to be the only rational way to act, because when we have the facts about how the animals are treated, that's not something I want to participate (Jean).

O papel dos sentimentos morais e das emoções para os processos de adesão ao veganismo e aos movimentos de direitos e proteção dos animais já foi identificada em diferentes pesquisas (FRANCO, 2015; HERZOG, 1993; HERZOG; GOLDEN, 2009; JASPER, 1997; RUBY; HEINE, 2011; SHERRY, 2009). De acordo com Jasper (1997), em consonância com Thomas (2010), as emoções e sentimentos morais relacionados aos animais são fruto de um processo histórico de sensibilização em relação aos animais.

Conforme Jasper (1997), as relações estabelecidas pela maior parte das pessoas com os animais há cerca de duzentos anos atrás podem ser descritas em termos estritamente utilitários: utilização de cavalos para locomoção, animais silvestres para caça; criação de animais domésticos para a alimentação ou para algumas tarefas, como proteção, caso dos cães; outros com menos sorte, como os gatos, eram visto como somente um pouco “melhores” dos que os roedores que eles devoravam, sua maior utilidade (no caso dos EUA) era para os festivais e eventos políticos onde eles eram colocados em sacos e incendiados (o seus terríveis gritos

eram uma atração); utilização de animais para “divertimento” por meio de rinhas (de cães, galos, macacos, touros). De acordo com o autor os animais estavam por toda a parte, mas não era preciso pensar sobre eles, já que eles não teriam alma e, além disso, conforme os ensinamentos bíblicos, teriam sido criados para a humanidade utilizá-los conforme a sua vontade.

Nesse sentido, não obstante alguns pensadores terem se debruçado sobre a questão animal nesse período, condenando sua exploração, a maior parte dos filósofos defendiam que eles não tinham sentimentos e argumentavam que os animais se retorciam e gritavam como reações automáticas, não porque sentiam dor como os humanos. Mesmo que sentissem dor, não haveria problema, visto que eram apenas animais. De outra parte, aqueles que se preocupavam com sofrimentos dos animais eram percebidos como loucos ou insanos (JASPER, 1997).

Em contraste, em diversos contextos sociais na atualidade, como no caso do Brasil e do Canadá, a compreensão de que os animais, de forma geral, seriam apenas recursos a serem explorados e utilizados pelos humanos perdeu espaço para uma compreensão dos animais como seres com os quais compartilhamos mecanismos biológicos básicos, como os sentidos e as capacidades de sentir dor e prazer, e que possuem capacidades mentais próprias. Não obstante a dualidade ainda persistente, relacionada ao tratamento distinto aos animais, visto que com alguns deles mantemos na condição de animais de estimação, criando laços afetivos e outros são explorados como recursos, para alimentação, vestuário, lazer e ciência, é possível visualizar uma mudança histórica na forma como percebemos os animais, que é plasmada nas modificações dos sentimentos morais em relação a eles.

Dessa forma, identificam-se diferentes fatores relacionados a tais modificações. De acordo com Thomas (2010) um desses fatores é relacionado ao processo de urbanização e presença crescente de animais domésticos<sup>45</sup> nos lares urbanos. Conforme o autor, é possível conectar o processo de urbanização à uma

---

45 De acordo com Thomas “ É no quadro dessa tradição de estima pelos animais que devemos estudar, como aumenta, no início do período moderno, a tendência de cientistas e intelectuais a romper a rígida fronteira que os teóricos anteriores procuraram construir entre animais e homens.”(2010, p.173).



nova percepção da natureza e dos animais com base no contexto da Inglaterra nos séculos XIII e XIX. Nesse cenário, a ascensão e demonstração de sensibilidades em relação aos animais eram mais visíveis nos estratos mais elevados da população, que afastados do campo, eram mais propensos a considerá-los como animais de companhia. Assim, esse processo, que se acentuou nos séculos seguintes no contexto europeu e encorajou as classes médias a formar uma visão otimista da inteligência animal, “fez surgirem inúmeras anedotas sobre a sagacidade dos bichos; estimulou a ideia de que os animais podiam ter caráter e personalidade individualizados; e deu fundamento psicológico à tese de que alguns animais, pelo menos, mereciam consideração moral” (THOMAS, 2010, p.170).

A esse processo de sensibilização e conformação de sentimentos morais em relação aos animais também estão relacionados outros fatores, como é o caso das mudanças de atitudes e costumes relacionados ao que Elias (1994) conceituou como o “processo civilizador”. Este processo também implicou mudanças relativas à forma de apresentação à mesa dos animais que serviam de alimento, sendo cada vez mais descaracterizados enquanto animais através da remoção da cabeça, por exemplo, e significava a mudança de um padrão de sentimentos. Assim, de um padrão de sentimentos segundo o qual a vista e trincho de um animal morto disposto na mesa eram coisas agradáveis, ou que pelo menos não eram percebidos de forma negativa, “o desenvolvimento levou a outro padrão pelo qual a lembrança de que o prato de carne tem algo a ver com o sacrifício do animal é evitada a todo o custo” (1994, p.128). Dessa forma, a visão (e ligação) da carne à morte de um animal passa a ser um fato incomodo e desagradável, denotando, portanto, uma forma de ruptura com as origens do alimento, por meio de uma desconexão dos processos de transformação dos animais em alimentos nos contextos dos países industrializados.

Por fim, conforme já definido, a fase da filiação também significa um momento de transição e adaptação ao que será compreendido como um novo modo de vida. Dessa forma, nessa fase, os atores buscam adaptar suas rotinas com base em uma nova visão de mundo que começa a direcionar as suas práticas e discursos. Desse modo, essa etapa significa diferentes rupturas, tensões internas e externas (em

relação a outras pessoas), visto que a afiliação ao veganismo vai implicar na mudança de hábitos prosaicos e possui o potencial de causar uma desestabilização na vida dos indivíduos. Esse é o caso, por exemplo, de tensões e estranhamentos relativos à adoção de novas práticas alimentares por parte daqueles que compõem a rede de relações dos atores em questão. Os seguintes extratos demonstram essa questão:

Tá, bom assim é, como toda essa atitude, no começo ela é meio assim conflituosa né, mais a questão de aceitação. Tu imagina há vinte e oito anos atrás né. Então realmente eu acho que (...) a questão familiar é a primeira que te afeta né, e que tu tem que no mínimo "ah, não estou mais afim disso e tal", então tu, se tu ainda depende né de (...) tu estás lá numa fase de adolescente que tu depende ainda de que um pai ou uma mãe façam as tuas refeições e tal, isso gera conflito né, porque daqui a pouco a tua mãe lá não vai ter paciência para fazer coisinha separada para a pessoa né, isso falando em veganismo né. Sendo ovo-lacto é bem mais fácil. Na minha época foi supertranquilo, nesse sentido não gerava um grande conflito. Apenas se tu não pega carne, não se serve e tá pronto né. Tirando comer carreteiro que aí não tem como mesmo, daí a gente não fazia né, eu já não me servia disso, mas na questão ovo-lacto, aí é mais fácil. Agora, aí depois tem a questão social, do círculo de amizades também né. Mas eu acho que tu tem que explicar, mostrar né: olha, é assim agora, eu adotei a postura tal. Nos, sei lá, churrascos (...) se essa pessoa vai ter um encontro que vai ter carne ela vai ter que dizer: olha. Ou leva alguma coisa (...) né. Tem pessoas que optam por não se misturar mais né, o que pode se tornar um anti-social. Isso vai de cada um né, tem pessoas que não querem saber de um ambiente que vai ter né, fumaça fedendo de cadáver né: bah, não quero nem compartilhar nisso. E isso é muito individual assim, cada um sabe como é. Outros não, outros veem uma oportunidade. "Não, vou mostrar que tem pratos saborosos, saudáveis e vou levar um prato assim, para mostrar às pessoas que

é possível comer bem, saborosamente, nutricionalmente bem, sem envolver crueldade animal". Né, então tem essa possibilidade também né. Mas eu acho que é uma das coisas que possam assim atrapalhar um pouco no começo de quem adota o veganismo (Paulo).

I mean, it's was a transition, for my parents, because when I go to see them, my mom has to think, I can't cook this or that, they have to think about me, what I eat, so sometimes I just cook in advance, whereas before I would just like come and eat the same as everybody, so for my parents I think it was more adjustments, for friends I think it's great, we used to eat at the same restaurant all the time and now we like try new places, like last week I went to a vegan sushi restaurant and, because I never eat fish, anyways I don't like fish, so I never really liked sushi all that much, because of that it was like, all this flavors and marinades and like spices and blends, everything, so it's very interesting, because you always research more about food and where comes from, and day today life its harder, I find, because before I used to just grab like a croissant, I run laboring thing (...) for that its kind harder and I eat more at home too, so it's cool because you spend I lot less money, and you learn to cook, that's good, but it's very different, we used go to restaurant like every day (Amelie).

Olha, (...) eu acho que rola uma fase de adaptação, né. Essa fase de adaptação é normalmente um pouco mais difícil, tem várias fases, tem o lance de tipo, primeiro uma preocupação em uma não aceitação, depois tem as fases das piadinhas e tal, mas (...) sei lá acho que é tudo tão pequeno, perante a causa né, perante a quantidade de vacas que estão separadas dos seus bezerras. Tudo isso tipo eu chego a dar risada, de quando eu lembro que eu achava que isso era um problema, assim, e não é querer desmerecer, quem tá tentando fazer uma mudança, mas eu realmente acho que, esse tipo de dificuldade, tipo, é muito mesquinha perante o benefício que

you are bringing, for the animals, for the planet, finally (Diego).

Yes, absolutely, I didn't really give them a choice, but I'm not talking to my father, because my father is really conservative, sexist and racist person, my mother is coming to my place, sometimes, but she always, yeah, I gonna bring my dinner because I don't like the vegan taste, that's not taste, this isn't like Chinese food, can taste whatever do you want, anyway, she is just thinking that she doesn't like Indian, so she is thinking vegan is like a savor, like a flavor, that's kind of funny, and she don't really understand, sometimes she's get a bit frustrated because I am not allowing her too like, bring meat to my place (...) so bring salad or I will make you something, most of the time I felt like I hand up to make a hard dinner, she is really having a hard time to say is good, I know she likes, she don't cook a lot, and, my father is a bodybuilder, so they are really into the protein, meat, but they don't drink milk anymore, and that's really cool, but they really thinks that is a dangerous thing, my father come once and like stop feeding your child with soy, you gonna poison him, and I like, do you research rather and come back, sorry, so because they are really about gluten, and they really think that gluten is poison, there is some people who are allergic or intolerant, like peanuts, it's a kind of a trend. I just don't get it, because gluten it's not a bad thing for us, anyway, so yes. With my brother is a special relation because he is really into nutrition, but they are not really well educated, so they just following a feel energy drinks sponsor who is publishing really not nice content, really not scientific, it's poor content, so they are not really well educated (...) so and then all of my boyfriend family, they are really open to it, they try a lot of vegan, they bought some vegan recipe cookbook and every time we go there we never need to bring lunch, because (they say) no, no ,no, don't bring lunch, we will make something that's right for everyone, so they do vegan deserts for us, they do a full vegan menu for us, it's really really nice, I really appreciated, they are really more open than my family, but there is always a few members picking on us, but I don't care, it's not a big

deal. We tell everyone, because, anyway, we have to see them, so we are not like, making a secret, or we will not gonna hate meat for any reason, there is no good reason for that, we can, like, sometimes close our eyes, if there is a chicken broth, there is a few things that we just like, ok you get a burger (Rose).

Tais relatos evidenciam as grandes tensões relativas à fase da afiliação ao veganismo, principalmente em relação ao círculo familiar. Desse modo, essa etapa pode interferir de uma forma direta no processo de conversão, visto que, dependendo do grau de dependência do sujeito em relação ao núcleo familiar ou da força dos laços familiares, as críticas enfrentadas pelos atores podem dificultar o processo de conversão. Não obstante, tais relações podem contribuir tanto para a desestabilização do processo de conversão, principalmente de jovens que vivem com os pais, quanto para a possibilidade de facilitação, conforme discutido, daqueles que possuem uma rede de sociabilidade “vegetariana” ou “vegana”.

### **3.1.3. Conversão**

Conforme já definido, a fase seguinte à afiliação é a conversão. Ela diz respeito a uma mudança radical ao nível pessoal da visão de mundo e da identidade. Em face disso, a decisão de tornar-se vegano se concretiza pela mudança dos hábitos e práticas e o indivíduo passa a se identificar como vegano, sendo também identificado por outras pessoas como tal. Portanto, essa fase implica a adoção de um sistema de valores e visão de mundo que significa o modo de vida vegano e sua recusa ao consumo e utilização de qualquer alimento, serviço ou produto, que são relacionados à exploração animal. Esse é o aspecto fundamental dessa fase. Em virtude disso, a fase de conversão requer o engajamento dos indivíduos à uma nova visão de mundo que passa a considerar os animais enquanto seres implicados com a moral e a justiça.

Para os veganos entrevistados a conversão ao veganismo se relaciona, portanto, com uma nova concepção e visão sobre os animais e as relações entre eles e a humanidade. De acordo com atores esse modo de vida implica a rejeição dos valores e práticas convencionados socialmente que legitimam a exploração dos animais:

Eu acho que o veganismo é um posicionamento político contra a exploração de animais, mas que também afeta o teu estilo de vida e a tua filosofia de vida, porque, é (...). Esses dias uma amiga minha falou uma coisa que é verdade. O veganismo não é uma causa que tu pode comprar e não colocar na prática. Por exemplo, tu pode te dizer feminista e não (...) aquilo ali não vai afetar a tua vida, né, de uma forma assim (...) não vai trazer grandes mudanças. Por mais que tu te envolva com a luta e com a causa. Agora, o veganismo tu tens que levar para dentro de casa. O sabonete que tu usas no banho vai mudar, a roupa que tu usas vai mudar, a comida que tu faz em casa, ou vai comer na rua. Enfim, é todo um processo de mudança, né. Não é só tu falar da causa, né, não é uma causa só teórica, digamos assim. É uma causa que existe na prática, né, então é muito mais difícil, então eu acho que é por isso exatamente que é difícil de as pessoas adotarem também, né, por que falar é fácil, mas, então (...) Eu acho que quem entra realmente na causa, quem não é só da boca pra fora, porque existe muito isso, eu acho que ou tu muda radicalmente a tua vida, né. Porque a gente vive numa sociedade que é em prol da exploração, né, ou então tu não consegue fazer aquilo na prática. Então pra mim é isso, é uma mudança radical de vida. Que não é uma coisa ruim, eu não vejo como uma coisa ruim, não é algo assim, muito radicalismo, muita mudança. Não, eu acho uma coisa boa. Assim, como eu disse né, conheci pessoas através disso, né. Meu trabalho hoje em dia gira em torno disso. Assim, não era o objetivo principal quando a gente abriu a empresa, mas enfim, eu ganhei dinheiro com isso, também, né. Então assim, pra mim a causa não trouxe nenhuma perda. Eu não perdi, eu não abdiqueei de coisas (Fernanda).

Nesse sentido, é possível focalizar a discussão sobre as bases que constituem a visão de mundo que informa e significa as práticas e discursos relacionados ao modo de vida vegano. Parece claro que o veganismo compartilha uma visão de mundo comum aos movimentos e grupos relacionados à causa animal, em especial o que ficou conhecido como Movimento de Direitos Animais (MDA). De forma similar ao que já foi apontado por Herzog (1993), os veganos entrevistados demonstram que a maior mudança em relacionada a essa nova visão de mundo é relativa a percepção de uma igualdade fundamental entre os seres humanos e as demais espécies de animais. Tal visão de mundo tem implicações, portanto, tanto em termos morais e políticos, quanto em termos comportamentais, visto que essa visão de mundo contesta valores e práticas que legitimam a utilização de animais para diferentes fins, bem como o próprio estatuto dos seres que não se inscrevem na noção de humanidade.

Conforme já discutido, o processo de conversão ao veganismo articula dimensões relacionadas a sentimentos morais e emoções que não são postas em contraposição ou de forma diametral a uma dimensão “racional” e reflexiva. Nesses termos, o processo de conversão é conformado por uma gramática moral que se coaduna tanto por emoções, que se traduzem na forma de sentimentos morais, informando determinados valores, como a compaixão, quanto com a reflexão sobre a correção das ações dos sujeitos com base em determinados princípios e valores baseados, por exemplo, nas noções de justiça e ética:

É aí que tá, porque quando você pergunta para mim o que é veganismo, a minha primeira resposta foi, é um movimento de boicote à indústria da crueldade, ou um movimento de justiça, eu acho que é onde dá para chegar mais perto do conceito de veganismo, movimento de justiça, se a gente tiver entendendo como veganismo a libertação animal e não somente algumas motivações que a gente vê hoje em dia quando a gente liga a televisão, a atriz fulana de tal se tornou vegana porque ela diz que a pele melhorou,

isso acontece muito hoje em dia, aí claro, tu vai pegar uma rede de divulgação vegana, que vai divulgar muito isso, bom o ator fulano se tornou vegetariano e daí claro, o pessoal replica, diz ó que bacana, isso em lógica a gente aprende, apelo à autoridade, isso é muito bom para o movimento, um movimento carente, mas a motivação se tu for analisar, quase sempre não é em relação aos animais, quase sempre não é pelo princípio ético (Fabrício).

Veganism is a life style, at first, because I think it's more, when you are in veganism, you have at first the awareness, i think even if you eat cheese, or even if you have like a, is used to harming for something that you are no allowed to, there is no such thing as the law to be vegan, I think it's just like, you know what it is, you know how it's make, how the world is functioning right know, how bad the impact it will be, so you take all the action, if we are thinking really large, we should stop, breathing and living, if you really want that we have no pollution and preserve all the animals, human race, it's kind impossible not pollute, I think veganism is the fact that you are working against animal cruelty, and you take action, you put action in it, I'm not really serious about all the action and details, for me veganism it's just someone whose heart is there and mind is there and spreading the words, helping people getting good information about what's happening with animals (Rose).

Tais relatos evidenciam alguns aspectos e componentes que compõem a visão de mundo relacionada ao modo de vida vegano. Nesses termos, conforme já previamente apontado, os valores e princípios relacionados ao consumo contestatório vegano são compartilhados e fazem parte da mesma gramática moral relacionada ao movimento de direitos animais. Dessa forma, essa visão de mundo compartilhada tem em seu núcleo determinadas noções fundamentais que denotam algumas das modificações históricas na percepção social sobre os animais, bem como conceitos e posições derivadas em grande escala de algumas obras importantes da filosofia animalista.



Nesse sentido, a obra libertação animal, de Peter Singer, que é referenciada por muitos como a bíblia do moderno movimento pelos direitos animais (VARNER, 1998), fornece alguns dos argumentos fundamentais dessa visão de mundo, como é o caso da noção de especismo. Outro autor do campo da filosofia, Tom Regan, posteriormente também contribuiu com a complexificação do debate, com um acento sobre a questão dos direitos animais, fornecendo alguns elementos importantes para a conformação dessa visão de mundo. De forma não exaustiva<sup>46</sup>, é possível apresentar os contornos gerais dessa visão de mundo a partir dos argumentos mobilizados pelos veganos ouvidos e sua articulação com os conceitos dos autores<sup>47</sup> citados.

Partindo dessas definições é possível identificar que alguns dos pressupostos fundamentais das obras e conceitos dos autores constituem uma parte importante da visão de mundo dos veganos entrevistados. O conceito de especismo, por exemplo, que de acordo com Singer (2013) “é o preconceito ou atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros da própria espécie, contra os de outras.” (p.11) é acionado nas argumentações dos veganos ouvidos, constituindo um elemento importante de sua visão de mundo:

I think for me veganism is making an act of choice to reject the concept of speciesism and more than anything it's a sort of feeling back at the devalue of the idea that for some reason the lives of animals does not matter or don't matter at the same level as it does for human beings and I think once to start to question that for me veganism opens the door to seem that a lot of assumptions we make about how things have been, starts to become clear, things that had been don't necessary have to be. So making a personal choice to

---

46 A conformação de uma gramática moral que confere sustentação argumentativa ao consumo contestatório vegano, e ao próprio veganismo, será explorada no capítulo seguinte com maior profundidade através da modelização das justificações dos atores. Dessa forma, seus argumentos serão modelizados tendo em conta as ordens de grandeza já legitimadas, bem como será discutida a possibilidade da conformação de uma grandeza animalista que sustenta os argumentos centrais relacionados ao veganismo.

47 Gary Francione também parece ocupar um lugar importante na filosofia animalista que orienta as justificações dos atores. Não obstante, a presente pesquisa, seguindo a compreensão de Varner (1998), considera que Singer e Regan foram os autores mais influentes para o MDA.

refrain from eating or wearing, using animal products, it shows that this it's possible to imagine a world were that's not something you just take from granted. For me is a sort, touches on animal rights, touches on the environment, touches on the idea of giant corporative farm, things like that, it's sort of, it's all-encompassing a world view (Derick).

De forma similar, o emprego da noção de direitos animais, que é o foco da discussão realizada por Regan (1983), é muito comum nas justificações dos atores. Portanto, a noção de que os animais são sujeitos de direitos é um componente igualmente importante da visão de mundo do modo de vida vegano:

Para mim é uma coisa ligada, o veganismo e o direito dos animais é uma coisa que é sinônimo da outra, para mim o veganismo existe porque é em defesa, para mim é todo o veganismo, é a verbalização do direito dos animais, entendeu, praa mim é isso, a única coisa que é a voz daquilo que os animais deveriam ter como vida é o veganismo, tu não usa nada que é testado em animal, tu não promove matança, eu acho (Carolina).

Dessa forma, em consonância com as pesquisas que já indicaram a importância desses autores do campo da filosofia para os ativistas do movimento de direitos animais, visto que eles fornecem argumentos percebidos pelos ativistas como racionais para a justificação de suas posições e da própria causa (GROVES, 2001; MAURER, 2002; FERRIGNO, 2012; VIVELA, 2013; PEREIRA, 2014; FRANCO, 2015), é possível identificar que eles também são fundamentais para a configuração da visão de mundo dos veganos ouvidos e ainda para a justificação<sup>48</sup> dos seus engajamentos. Nesses termos, conforme exposto, percebe-se nas falas dos veganos entrevistados diferentes argumentos que fazem referência direta ou indireta aos conceitos dos autores. Isso reafirma, portanto, a importância de tais conceitos na conformação de uma visão do mundo com uma coerência interna que

---

48 Além disso, de acordo com Groves (2001) as discussões realizadas pelos autores da filosofia que se debruçaram sobre a questão animal fornecem aos ativistas formas mais impessoais e aceitáveis para abordar a questão animal, possibilitando um afastamento da percepção de que o movimento de direitos animais seria composto, por exemplo, por pessoas que amam animais de estimação, mas como um movimento intelectual de justiça para todos os animais

vai informar o modo de vida vegano.

#### **3.1.4. Confissão**

Conforme previamente definido, a etapa seguinte à conversão é compreendida como confissão. Ela é o momento no qual o processo de conversão se solidifica e é incorporado à identidade dos sujeitos, tornando-se uma parte importante de suas vidas. Além disso, essa etapa significa o engajamento dos atores nas práticas e discursos do veganismo em sua dimensão política. Ela implica uma atitude de intervenção social nas redes nas quais os atores estão inscritos, através, por exemplo, da divulgação do veganismo de diferentes maneiras, como a sua divulgação por meio de práticas, demonstrando que é possível ser vegano e verbalizando as razões desse modo de vida, pela divulgação de conteúdos sobre o veganismo e causas correlatas, bem como através do engajamento em eventos “veganos”, tanto de socialização, quanto de mobilizações esporádicas e a participação em grupos organizados que tem o veganismo como uma de suas pautas.

Tendo como ponto de partida essas definições, é possível observar como os atores em questão incorporam a identidade vegana e como o veganismo passa a compor uma parte importante de suas vidas, sendo percebido, portanto, como um modo de vida:

O veganismo na minha concepção é uma maneira de viver, que elimina o máximo possível, qualquer produto ou ação que esteja relacionado a exploração animal (Diego).

Olha, a meu ver assim o veganismo, ele é um modo de vida mais assim, aprofundado para se defender os animais. É aquela corresponsabilidade, aquela coisa individual que o sujeito, ao tomar aquela decisão ele está beneficiando animais que não vão estar

diretamente ligados a ele, próximo a ele. Tipo assim, como os de estimação, que tu protege e tal. Tu está dando um carinho à distância, tipo assim, dando uma proteção à distância ao não contribui com o sistema que escraviza, que explora animais e tal. Então tu está de certo modo adotando o bezerrinho lá na fazenda tal, na granja tal, tu está contribuindo por menos sofrimento de galinhas em granjas, enfim, eu acho que é interessante isso. Mas ainda acho que, como eu falei antes e assim, por si só ele ainda precisa ser, como é que vou dizer, melhor compreendido no sentido também de não virar, profissão de fé, tipo assim religião, sabe. Porque as vezes acontece isso, as vezes a pessoa, tornei-me vegano, agora estou no céu, né. Então, no entanto as vezes a conduta em relação às pessoas com quem ela se relaciona não é nada amigável. Então não basta só também tu só pegar um (...) ele não pode virar rótulo né. E acontece as vezes o cara assim: bah - é o acontece com as religiões né - eu sou da religião tal, pentecostal não sei da onde, já estou no céu né. E o cara tem uma conduta de vida que não (...) em relação a se relacionar com as pessoas que não é nada ética muitas vezes, então por si só não pode ser um rótulo, né (Paulo).

I see it, it's a life style, it's a matter of being conscious of your actions vis-a-vis a non-human life, specifically animals, other animals, sentient beings, if we want to be specifically, so I see it as a life style where you are living according to the values, you have power, so much power, comparing to so many other life forms on this planet and it's just a matter of using that power responsibly in a day to day basis (Paul).

Esse modo de vida, conforme os atores ouvidos, traduz uma mudança de perspectiva sobre os animais que implica na adoção de práticas coerentes com essa visão de mundo. Portanto, uma dimensão fundamental é a exigência de uma consistência moral cotidiana relacionada a um modo de vida informado com os ideais e princípios do veganismo. Em sintonia com o que já foi discutido por Herzog (1993), isso significa que esses princípios não podem ser isolados de suas práticas,

implicando, portanto, um esforço constante de alinhamento de hábitos corriqueiros, como os de alimentação, com os discursos sobre os animais:

Eu acho que é o tipo de filosofia de vida que te obriga a ter um estilo de vida, porque diferente de outras coisas, em que é fácil tu ter um discurso separado da prática, por mais bem intencionado que seja, seja na política, ou aquela coisa que todo mundo faz, eu me preocupo com nas criancinhas que estão passando fome, com a Amazônia, com os idosos no abrigo e tal, ponto, mas tu leva a tua vida da mesma maneira, e eu acho que no caso do veganismo é diferente, talvez seja por isso que é uma grande diferenciação entre outras coisas, é que não tem como tu separar a teoria da prática. Ao contrário, virou até uma coisa jocosa né, as pessoas que a gente conhece, fulano é vegano, mas faz tal coisa, fulano é vegano mas come não sei o que, tudo vira uma anedota que nem aqueles caras, eu não fumo e tal, e aí tu vê o cara fumando, eu não fumo, só de vez em quando em uma festa, tá mas então tu fuma, e aí é uma coisa que tem que ser sempre, alimentação, vestuário, ritmo de vida, hábitos, até os lugares que tu frequenta, então eu acho que tem essa coisa assim, é uma filosofia de vida que te praticamente impõe, ou pressupõe uma maneira de viver e não tem como tu escapar disso, ainda bem que a sociedade atual está tendo facilidades, e se não tivesse tudo bem, talvez não teria tanta gente. Quando eu comecei em 95 não tinha porra nenhuma, tu ia ao supermercado e não tinha nada, hoje tu vai no supermercado, hoje nós estamos aqui em um *fast food* vegano, tu pensar isso há vinte anos atrás, a facilidade hoje tu pega o telefone e pede uma pizza, *delivery* tu pede mil coisas, lata de atum vegano, agora tem queijo, eu comprei o queijo, então quer dizer, não tem como escapar disso, tu te obriga a ter uma prática bem dentro daquilo que na teoria tu fala e sabe e diferente das outras não tem um ganho pessoal e eu acho que é por isso que muita gente se incomoda, que tu não tem como separar essa teoria, não dá para tu dizer eu sou um democrata, tu pode falar o que tu quiser, eu sou um grande apoiador das causas e tu não faz porra nenhuma e aí no

caso do veganismo não dá (...) (Maurício).

I think veganism differs from being vegetarian, it's more about, thinking about all the environment in which we lives, all the clothing, all the domestic products, the aesthetic products, so we all take care of buying those stuff to be a cruelty free for sure, non-tested on animals, and not toxic, it's also really important, and being a vegan it's not just about cruelty free stuff, it's about ecologic stuff, so when we buy domestic products, it's always like a stock, (...) you know, always oriented to action, to do the most ecological possible, it's not just about the animal, because caring about animals, caring about their habitats too, it's a holistic point of view, I hate this word (Rose).

Eu acho que depois de um tempo que tu é vegana, aquilo ali já está meio que faz parte da tua vida. Assim, no início é bem complicado. Até porque tu não sabe, tu não tem aquele conhecimento, né. Eu digo assim: a gente (...) eu noto assim, por exemplo: eu tenho formação de jornalista. Até então eu não tinha conhecimento nenhum de química, de biologia. Então assim, são conhecimentos que tu tem que trazer para a tua vida. Tu tem que ler um rótulo e saber que um estearato pode ser de origem animal ou não. Tipo, nunca estudei isso na minha vida, né. Então são coisas que tu tem que aprender, mas que com o tempo aquilo está tão, né, absorvido que não é mais tão difícil. Acho que o início é mais difícil né. E depois vai se tornando parte do teu cotidiano. É uma coisa normal tu pegar um rótulo. É automático no supermercado tu pegar e ler. Aí se tu fica em dúvida tu não compra, ou tu vais pesquisar na internet. E acontece de empresas do dia para a noite, serem compradas por empresas maiores que testam, por exemplo. E aí tu: ai, até ontem comprava esse chocolate e agora não posso mais comprar. Mas enfim, eu acho que é isso. Pra quem é, como eu digo, pra quem ja é macaco velho já é um (...) meio que faz parte da tua vida (Fernanda).

Sim, (...) é a forma de ação política que eu acredito mais assim, não desprezo todas as outras, eu acho que as pessoas têm que gritar,

tem que levantar bandeira, tem outras formas de agir, mas eu acho que a ação política que funciona assim, que é a real mesmo, massiva, é a transformação cotidiana de cada pessoa, é como tu age o tempo todo né, eu acho que isso é o principal, não adianta essas pessoas estarem lá no movimento político gritando por uma coisa e chega lá e fazer outra, então ele não, politicamente ele não tá agindo como ele tá, está em desacordo, em desarmonia, o que ele tá falando, o que ele tá agindo naquele partido político com o que ele tá fazendo no seu íntimo né, na sua intimidade, vamos dizer assim, então eu acredito que a forma efetiva de ação política é a transformação cotidiana (Mariana).

Tal exigência de coerência também gera conflitos e dilemas. Esse é o caso de algumas situações que podem ser percebidas como situações limite. Nessas situações os atores são confrontados com dilemas (éticos) e tem de tomar algumas decisões que podem se chocar frontalmente com os princípios seguidos. Esse é o caso, por exemplo, dos veganos que possuem animais de estimação e precisam alimentá-los com rações de origem animal:

Ah, mas hoje (...) particularmente o que mais me causa desconforto assim, é essa nossa relação com os animais domésticos. O que fazer, em relação a isso. Nós temos duas gatas, eu sempre gostei mais de gato do que cachorro, é uma preferência bobá, mas enfim, sempre me senti, ter mais afinidade com gato do que com cachorro. Ah, e a gente sabe que cachorros são onívoros, são como os humanos, eles podem ter uma dieta vegana tranquila assim, eles vão estar bem alimentados, mas os gatos não, os gatos tem sistema digestivo carnívoro assim, e eles têm que consumir carne, né. E a gente tá passando por um dilema assim, bem grande, atualmente, que a gente dá uma ração seca para os nossos gatos, que tem carne, né, mas é como se ela tivesse mascarada, né, porque a gente não tem que manipular, tem um cheirinho ali, que a gente já se acostumou, mas é uma ração seca que é feita com carne, que a única coisa que a gente consome em casa que tem algum produto de

origem animal porque é necessário para as gatas. Mas ai nós fomos confrontados, a pouco tempo assim, por um veterinário, que nós fez pensar muito sobre isso, "olha vocês são veganos, mas os gatos não e essa alimentação que você dão para elas, não é a mais adequada. Elas precisam comer comida húmida, eles tem que comer proteína animal e as rações secas elas são ricas em amido para ter aquela consistência, né, de ser crocante, mas elas tem mais de cinquenta por cento de amido e isso é muito ruim pro gato porque ele não tem, não consegue absorver todos os nutrientes que ele precisa, que ele come mais na ilusão de que ele vai absorver os nutrientes e ele pode, muito provavelmente desenvolver problemas renais, depois, porque ele não ingere líquido, né". E dai o que ele nos disse nos fins das contas assim, bem duramente é que a gente tinha que dar, que a gente não podia só dar sachê também, porque o sachê não era suficiente, ele é um *snack*, e que a gente tinha que complementar alimentação delas. Que a gente poderia fazer a escolha de dar alimentação molhada mesmo, né, ou fazer em casa. E ai quando ele disse isso a gente ficou assim, como assim, a gente vai ter que cozinhar carne na nossa casa, que puta contradição, né, que puto dilema assim, pensamos. E dai tu tem um carinho, tu tem um amor por aqueles animais que tu adotou, que estavam na rua, enfim, tu é tutor deles e tu quer o melhor para eles, mas ao mesmo tempo que tu deu o melhor para eles, tu precisa contribuir com essa indústria da carne né, porque é disso que eles vivem né, no final de contas. Então assim, é um problema (...). É um dilema vegano assim, porque na verdade o que a gente tá fazendo, nós estamos sendo especistas nesse momento, né. Porque a gente, o que vale mais é as nossas, é o bem estar e a saúde, é a boa saúde das nossas duas gatas ou esses animais que a gente tá ajudando a abater para alimentar elas, entende. Então hoje nesse momento a gente tá fazendo essa escolha do que é mais importante, né, que são as nossas gatas, em detrimento desse monte de animais, a gente vai ter que ajudar a abater para alimentar elas. Ah, então o que a gente faz, a gente continua dando a alimentação seca (...). Nesse momento uma das



saídas, a conclusão que a gente acabou chegando é que bom, então depois que essas gatas se forem a gente não tem mais animais. Esse seria o correto assim, né, dentro desse pensamento. Mas aí a gente volta para aquele *looping*, tá, mas o gatos abandonados, o que a gente faz se a gente acha um na rua, né (Marília).

Outro dilema muito comum enfrentado pelos veganos ouvidos é em relação à utilização de medicamentos que foram testados em animais ou que possuem ingredientes de origem animal. A maior parte dos veganos ouvidos afirma que o equacionamento desse dilema passa pela questão da falta de alternativas, assim, em uma situação limite, de uma doença, eles se obrigam a utilizá-los:

Assim, eu acho que é meio relativo assim, para produtos que talvez não tivesse uma saída, tu realmente precisa trabalhar com ele, de repente se a tua profissão precisa do alimento em específico, alguma coisa que faça parte né, se aquele produto vegetariano estrito não for testado em animais, eu acho ok, se tu tiver a opção, porque o veganismo também é sobre opções né, porque quando tu tem, por exemplo, até não havia falado isso antes, é interessante falar, por exemplo assim, quando falamos em alimentos, tudo nós temos substitutivos né, mas por exemplo medicamentos as vezes a gente não tem e aí o vegano ele vai morrer para não tomar o medicamento testado em animais, não né, ele vai tomar, embora ele continue lutando contra, que nem quem é contra o capitalismo, não é porque tu vive no capitalismo, porque a gente faz parte dele, ele nos engoliu digamos, que a gente concorde com ele, mas a gente faz parte dele, agora viver algo não é concordável, então por exemplo eu posso tomar aquele soro, aquele remédio que foi testado em animais mas não concordar que foi testado, só que é mais útil um ativista vivo do que o cara morrer teimando né, morrer dizer ah eu não vou tomar, então eu posso tomar e continuar lutando contra os medicamentos testados em animais, isso não vai fazer de mim um hipócrita, eu só vou precisar naquele momento, realmente eu não tinha escolha, não tinha opção, que nem a história que as vezes falam da ilha né, tá só

tu numa ilha com uma vaca, geralmente colocam uma vaca na ilha, o que tu vai fazer, se tu não tiver escolha tu vai ter que matar a vaca para sobreviver, a não ser que tenha frutas e tal, daí é outra coisa, que normalmente em uma ilha teria né, mas o pessoal gosta de botar só uma vaca né, mas quando tu não tem escolhas, quando tu não tem uma escolha ética tu vai ter que apelar, tipo remédio, o remédio por exemplo não tem escolha, não tem um remédio que não seja testado em animais, só tem aquele, eu preciso tomar senão eu vou morrer, eu vou tomar. Agora se eu não preciso tomar o remédio, eu não vou tomar, entendeu, então é a mesma coisa que eu estava dizendo do alimento agora, se uma empresa faz um alimento, uma coisa que eu preciso, acho difícil né porque tudo é dispensável, sempre tem alguém que faça alguma coisa alternativa, daí usaria se não for testado em animais, mas sempre tem uma empresa mais justa, sempre tem uma empresa, não digo vegana, uma empresa que não testa em animais, sempre tem alguém que não testa em animais, então porque não fazer uso dele, a não ser que seja um produto ah trabalha com alguma coisa que aquela coisa, aquele ingrediente lá tá em todas e não como e faz testes em animais, ou sabe alguma coisa assim, e aí eu compro um produto vegetariano estrito deles, aí acho que é aceitável porque eu não tenho escolha, mas veganismo é sobre escolhas né (Leonardo).

Em face disso, o processo de conversão ao veganismo tem implicações profundas na vida dos sujeitos, nas suas escolhas cotidianas relacionadas ao seu modo de vida e ainda na sua constituição identitária. Esse modo de vida, que se solidifica na fase de confissão, pode ser percebido como uma forma de engajamento quotidiano com uma causa que exige dos sujeitos um elevado nível de coerência entre os seus discursos e práticas. Assim, o veganismo como um modo de vida pode ser percebido como a expressão de uma visão de mundo que vai de encontro com práticas sociais, hábitos e crenças relacionadas à exploração dos animais para fins humanos. Portanto, em virtude da exigência de uma coerência constante entre as suas práticas e discursos, eles também se defrontam com diferentes dilemas, que

parecem colocar à prova suas convicções e ainda demonstram alguns limites claros do seu modo de vida vegano.

Por fim, levando em conta que as definições realizadas sobre a última fase do processo de conversão, que implica também uma atitude de intervenção social, que em última instância significa um projeto político e de reforma social que busca libertar os animais das diferentes formas de exploração, essas dimensões serão exploradas a seguir. Nesses termos, nas próximas seções serão discutidos os desdobramentos do processo de conversão que são relacionados às dimensões do modo de vida e à pluralidade dos repertórios e estratégias do consumo contestatório vegano. Cabe ainda ressaltar que a última fase do processo de conversão, a desfiliação, não foi abordada em face de nenhum dos entrevistados se enquadrar em tal situação.

### **3.2. Modo de vida e a pluralidade dos repertórios e estratégias do consumo contestatório vegano**

Conforme discutido nas seções anteriores a conversão ao veganismo implica a adoção de um modo de vida orientado pela rejeição ao consumo de produtos e serviços relacionados com a exploração animal. Dessa forma, esse modo de vida materializa nas práticas de seus adeptos uma visão de mundo que faz uma crítica frontal à legitimação da utilização dos animais para fins humanos. Nesses termos, em conexão com os seus valores centrais, o modo de vida vegano articula diferentes estratégias e repertórios relacionados ao consumo contestatório. Conforme discutido, esse modo de vida tem como um de seus pressupostos centrais a necessidade de alinhamento de seus valores, princípios e discursos com as práticas corriqueiras de consumo, como é o caso da alimentação, implicando, portanto, uma consistência moral entre as crenças e motivações desses atores e sua vida cotidiana.

Em face disso, é possível retomar algumas das discussões realizadas no capítulo anterior para pensar, em uma primeira dimensão, como esse modo de vida e suas práticas de consumo contestatório podem ser percebidas como uma forma de posicionamento e ação política por parte dos atores entrevistados. Assim, com base nas discussões sobre as modificações políticas contemporâneas, que culminam na ascensão e reconhecimento (político) de formas mais individualizadas de expressão e ação política, a *lifestyle politics*, nos termos de Bennett (1998; 2004) pode-se discutir sobre como o consumo contestatório vegano expressa modificações nas formas de engajamento contemporâneas, na medida em que os seus atores se utilizam da esfera da vida privada para expressar e agir politicamente em prol de uma causa. Em virtude disso, trata-se de formas de agir que articulam de diferentes formas as esferas pública e privada, como é o caso, por exemplo, das tentativas de interferências nos mercados e na sociedade civil, pela crítica e recusa individual do consumo de produtos que são orientadas ou informadas por visões de mundo e gramáticas da ação relacionadas às causas ambientais, sociais e políticas, como é o caso das iniciativas já mencionadas, (*Slow Food*, de alimentação orgânica, eco-rotulagem, campanhas para o consumo crítico), que podem ser descritas como de consumo contestatório.

Com base nesses pressupostos, e no que foi discutido na seção precedente, a conversão ao veganismo implica a percepção, por parte dos atores, que as suas práticas são posicionamentos políticos e morais frente à exploração dos animais. Dessa forma, seguindo a abordagem teórica da sociologia pragmática, parte-se das considerações e reflexões dos atores sobre as formas de agir que são características do veganismo e seu modo de vida. Portanto, busca-se perceber como eles articulam os seus valores e princípios na forma de uma pluralidade de práticas e repertórios. Para isso, no que segue será discutido como os atores compreendem as ações relacionadas ao seu modo de vida como formas de agir politicamente.

### **3.2.1. O modo de vida vegano como uma forma de ação política e comprometimento com a causa animal**

De acordo com o que já foi previamente indicado, o veganismo implica a conformação de um modo de vida que vai se traduzir, principalmente, na forma de um consumo engajado, o consumo contestatório vegano. Dito isso, uma de suas dimensões fundamentais diz respeito à sua forma de engajamento que se expressa principalmente através do que foi definido como *lifestyle politics* (BENNETT, 1998; 2004).

Desse modo, com base na discussão sobre a ampliação das formas de participação e ação política no cenário contemporâneo, e a ascensão de formas mais individualizadas de engajamento, focaliza-se inicialmente como os veganos entrevistados percebem a dimensão política das suas práticas e posteriormente, como eles articulam as dimensões pública e privada para a sua causa. Portanto, com base nas percepções dos atores sobre as suas práticas, busca-se problematizar como esta forma de engajamento expressa mudanças mais amplas no cenário político contemporâneo, que se traduzem na ascensão de formas de ação política mais individualizadas e personalizadas relacionadas a modos ou estilos de vida.

Além disso, pode-se considerar que a ascensão do consumo contestatório como repertório de uma ação política individualizada expressa mudanças em pelo menos duas dimensões da atuação política: de um lado, ele expressa uma mudança no sentido da transformação social, que deixa de ser um processo sistêmico que se impõe aos indivíduos, para ser um processo produzido a partir do cotidiano, com base escolhas reflexivas dos indivíduos; de outro lado, ele indica uma mudança na estratégia da transformação social, que deixa de ser um macro processo produzido pelas disputas políticas na esfera pública, para ser um conjunto de micros processos de transformação a partir das práticas cotidianas na esfera privada.

Conforme foi discutido, o processo de conversão ao veganismo implica a

adoção de um novo modo de vida baseado em uma visão de mundo que considera que os animais não devem ser utilizados de nenhuma forma para fins humanos. Em face disso, esse modo de engajamento implica a mudança de hábitos e práticas em relação aos animais. A conversão a esse modo de vida, motivada, principalmente, por questões morais e éticas, confirma a utilização da esfera privada como um espaço para um posicionamento político ao que se considera injusto em relação aos animais. Em face disso, com base nas definições realizadas, esse modo de engajamento se enquadra no conceito de *lifestyle politics*, e denota que os atores adotam um novo modo de vida como uma forma de comprometimento cotidiano com essa causa, e ainda como um imperativo moral de coerência entre os seus discursos e suas práticas.

Nesse sentido é possível questionar e analisar como os veganos entrevistados percebem o processo de politização de suas práticas e discursos relacionados ao veganismo e como eles compreendem as dimensões políticas dessa forma de engajamento que se expressa através da conversão a um modo de vida comprometido com os valores e visões de mundo que alicerçam o veganismo. Quando questionados se consideram o veganismo como uma forma de ação política, a maior parte dos veganos ouvidos respondeu de forma afirmativa:

Pra mim absolutamente todos os nossos atos, feitos fora de quatro paredes são políticos. É eu acho muito estranhas as pessoas que tentam se eximir das suas responsabilidades políticas, dizendo que a vida delas, que elas não pensam em políticas na vida delas, porque quando elas escolhem o que elas estão comprando, elas estão fazendo política, quando elas decidem aonde elas vão morar, estão fazendo política, tipo, não tem nada que a gente faça que não seja política. E o veganismo não está fora disso (...). Aí a gente volta, para aquela parte que a gente estava conversando antes, assim, de que o veganismo está passando por uma transformação muito grande e que, acho que é um pouco complicado tentar restringir ele a uma ideia, a uma vertente, concepção assim. Mas, se a gente pensar na política de uma maneira mais convencional, assim, tipo, estrutura

política, e desconsiderar, o que pra mim na verdade, é mais política do que qualquer coisa, que são aquelas atitudes do dia a dia. É, eu acredito que o veganismo, por si só, ele questiona, estruturas, que estão extremamente ligadas com o que a gente chama de direita política, né. A gente sabe que Latifúndio, e direita, tem uma ligação muito forte, a postura de igrejas e relação a esses grandes proprietários de terra, é uma coisa historicamente muito forte. É, eu acho que na verdade o veganismo é uma quebra de privilégios, ele é um questionamento de privilégios, e se ele é um questionamento de privilégios, pra mim logicamente ele deveria ter um viés esquerdista político. Por outro lado, como eu disse, não é todo mundo que vai levar tão a fundo tudo isso e vai simplesmente acreditar que, “tá eu sou contra a exploração animal, tipo esses caras aí, que querem invadir terras, são um bando de vagabundo”, não importa que as terras que os caras querem invadir (...) só tem gado. Se tem, né. O que importa é que “são uns vagabundos, tentando ocupar”. É, eu já não tenho mais (...) já não consigo dizer que existe uma unanimidade em relação a isso, unanimidade em relação ao veganismo, mas pra mim essencialmente, é isso assim, veganismo é um questionamento de privilégios, e esse questionamento de privilégios devem ser estendidos à todos os tipos de privilégios (Diego).

Claro, eu acho que toda a manifestação nossa, toda escolha, toda ação, ela é política né. Não política no sentido de política partidária assim, mas política no sentido mais amplo, as escolhas que você faz, elas tem impacto real assim, no seu entorno, né. As pessoas com quem você convive, e eu acho que isso tem um poder transformador assim, muito grande, né. Você pode realmente mudar a realidade assim, né. E proporcionar reflexões que sejam transformadoras assim, né, a partir do veganismo. Que pode ser atingido por lados diferentes assim, a gente pode iniciar uma discussão por, ah por aspectos diferentes dessa questão, mas eu acho que total assim, é muito, é uma escolha política e com impactos políticos também

(Marília).

Like I was saying before, I think when you vote with your money, that's a way of being politically engaged, when you are active and talk about it, that's a way of trying to change and when you question laws, sign petitions, go down in the streets to make the rules, right now, change the way that they are doing things, it's a form of political action, I am not sure it's the same as like, politics, the way we know them today, it's not the same (..) Yes, it would, because if all the decisions that we make every day, like, if we can consider the political action, yes in every day, you are making a political action, so I guess it's a form of politics in the everyday life (Camile).

Com base nesses relatos encontramos definições sobre a ação política que convergem para a interpretação realizada por uma parte significativa da literatura sobre o consumo contestatório e os novos modos de engajamento compreendidos a partir do conceito de *lifestyle politics* que destacam que uma faceta marcante dessas novas formas é uma visão ampliada, por parte dos atores sociais, sobre as atividades que são entendidas como ação política (STOLLE; MICHELETTI, 2013). Dessa forma, as falas dos entrevistados evidenciam uma visão mais ampliada do sentido da ação política, que passa a não ser associada somente com as formas institucionalizadas, ou através das formas de ação coletiva características dos movimentos sociais.

Assim, esses atores compreendem que tanto a adesão ao veganismo como um modo de vida, como as demais práticas relacionadas ao consumo contestatório, como é o caso das escolhas diárias de consumo, possuem uma dimensão política, visto que estão orientadas por diferentes valores e objetivos que articulam as suas decisões cotidianas de consumo, orientam modos de vida, com vistas à intervenção em problemas e questões públicas. No caso do veganismo, parece claro que os seus adeptos consideram que as suas ações privadas tem uma dimensão política na medida em que são orientadas por uma visão de mundo que se opõe à exploração animal e que ademais não podem ser dissociadas de suas ações práticas.



Em face disso, em consonância com os autores que consideram que a dimensão motivacional ou intencional é fundamental para a compreensão desses novos modos de participação, que tem como uma de suas características centrais a sua lógica mais individualizada da ação (DE MOOR, 2017; HAENFLER; JOHNSON; JONES, 2012; STOLLE; MICHELETTI, 2013; VAN DETH, 2014), bem como com a orientação metodológica da sociologia pragmática, de se levar o que os atores dizem sobre o que fazem a sério, percebe-se que os veganos entrevistados compreendem as suas práticas com um forte sentido político.

Não obstante, foi possível perceber algumas diferenças entre as compreensões de alguns veganos e veganas entrevistados, que fazem parte de grupos organizados e são membros ativos, daqueles que não fazem parte desses grupos ou que participam de forma esporádica em manifestações ou eventos promovidos por tais grupos:

Nem todas, que eu vejo assim, muitas ficam muito restritas a uma questão individual mesmo né. E aí é complicado tu dizer o que elas tem que fazer né, porque daqui a pouco tu vai estar invadindo uma questão que a pessoa tem a característica de (...) ela é introspectiva e tal, tu querer que ela se engaje é complicado. Mas eu vejo que (...) eu conheço assim, do meu círculo de relacionamentos, poucas são engajadas assim, de um modo mais coletivo, sabe. Ou umas tem um engajamento mais em rede social. De repente elas pensam que ali pode estar fazendo algo mais coletivo. Enfim, é um modo de pensar né, mas acho que o ativismo, ele tem que ir para a rua também. Ele é mais do que uma coisa (...) a internet é uma ferramenta, mas acho que tem mais ferramentas que também são importantes nessa (...) nesses eventos de rua sabe, para chamar a atenção e tal. Acho que é bem importante. Então, resumindo é menor um público ativo, engajado assim, em entidades e tal, do que o não ativo (Paulo).

Com certeza, sempre lembrando, o veganismo que eu falo, como ação política, ele é o veganismo da libertação animal, o abolicionismo prático, esse é uma forma de ação política. O outro

veganismo que a gente trata como estilo de vida ou apenas o consumo, ele é uma sinalização econômica, claro, em algum momento a consequência se torna política ou se une até o pragmático, uma hora ele se une, uma hora ele vai chegar, por exemplo, na assembleia legislativa e vai dizer ó, tem um mercado aqui, como o *foie gras*, o pessoal não está consumindo aqui mais, o que está rolando, aí tu chega com o pragmatismo e vai dizer, olá senhor deputado, olha aqui a gama de pessoas que nós temos atrás, e olha o mercado vegano, acaba, mas é mais rápido chegar pelo lobby do pragmatismo abolicionista, e isso que eu gosto de falar, enquanto movimento político, ele é um movimento político, eu posso citar vários exemplos, teve o último agora que foi o sacrifício de animais, que foi uma grande guerra que a gente teve, a gente perdeu a batalha, por enquanto, porque envolvia, a gente estava além de uma luta sobre veganismo, era muito além, a gente chegou ao absurdo do discurso sobre veganismo ser tão, quase que inconsciente dentro desse antropocentrismo, que teve grupos que nos condenaram por defender o projeto de lei para acabar com o sacrifício de animais, a gente teve isso, o sentimento que eu tive é de não ter onde me segurar, eu não conseguia mais (Fabrício).

Estes relatos demonstram que alguns veganos entrevistados que fazem parte de grupos enfatizam que o ativismo organizado é fundamental para o entendimento do veganismo como uma forma de ação política. Dessa forma, essa percepção é compartilhada por alguns entrevistados que afirmam que somente a adoção do veganismo como um modo de vida seria insuficiente para os fins da libertação animal. Portanto, uma parte desses entrevistados considera que esse modo de vida eventualmente poderia se tornar político, mas que a essência do ativismo vegano estaria mais relacionada com o ativismo coletivo e organizado.

Nesses termos, a percepção desses atores alinha-se à compreensão de que o veganismo pode ser compreendido como um repertório importante da luta pelos direitos animais, bem como uma parte fundamental da identidade dos militantes

dessa causa (FERRIGNO, 2012; FRANCO, 2015; FREEMAN, 2010; PEREIRA, 2014), e por outro lado, aponta para o entendimento de que ele sozinho, como um modo de vida, não é percebido como uma forma de ativismo e ação política por alguns indivíduos. Não obstante, esta percepção é compartilhada por uma pequena fração dos veganos engajados em grupos organizados.

Dessa forma, a maior parte dos veganos que fazem parte de grupos organizados, em consonância com aqueles que não integram grupos, consideram o veganismo como uma forma de ativismo e ação política que se baseia, principalmente, em uma postura individual coerente com a não exploração dos animais e que ainda se constitui como uma solução para o problema identificado. Assim, apesar de alguns dos veganos engajados em grupos enfatizarem a necessidade de uma articulação do veganismo através de ações coletivas, principalmente para a sua divulgação como um fundamento importante da luta pelos direitos animais, a maior parte dos veganos ouvidos percebe o veganismo como uma forma de ativismo cotidiano:

Ah, eu acho que o fato de tu ser vegano já é um ativismo. Porque tu está envolvendo um boicote, tu está envolvendo uma série de coisas. Mas eu acho que a gente está num momento em que a causa ainda precisa ser propagada. Muita gente não conhece. Muita gente já conhece. Eu converso com pessoas. Assim, antigamente eu não dizia que eu era vegana porque ninguém sabia o que era. Então eu dizia: eu sou vegetariana e tal. Aí as pessoas já entendem né. Hoje em dia eu digo que sou vegetariana, né, para a pessoa poder entender e aí ao longo da conversa eu vou dizendo: mas eu não como ovos. Daí a pessoa mesmo me diz: não, mas então tu é vegana. Então já existe um conhecimento, né. Existem ainda pessoas que não sabem o que é veganismo. Mas a coisa está crescendo. Então, para essas pessoas que não fazem nem ideia do que seja, eu acho que o papel do ativismo é importante. Essa coisa de tu ir para a rua, segurar cartazes, ir em manifestação. Isso é importante. Tem gente que não considera isso importante também:

ah, eu prefiro me resguardar e tal. Mas eu acho que isso é importante nesse momento (Fernanda).

Definitely, I can't speak for all vegans, I just speak for myself, but acknowledging that, for example, when I think of my switch from pesctarian to vegan, why it is a political action, it's because whether it stay itself or society in their inner politics has hidden a lot of information that seems obvious now, but they hidden this information in a way (...) so it's a political action, the same to the government, these industries need to be more transparent, we want to know what the animals are going thru, we want to know if they are suffering or not, we want to know that we can choose alternatives, it's definitely a political action, especially when you see that animals right activists who try to rescue animals, for example, rescuing animals from a fur farm, animals are bred in terrible conditions, they come and see cages, to free these animals, it's something that we will all probably do, without realize the legal consequences, we want to help others, we will like to save animals. If we saw a few puppies in a small cage we want to open up the cage and set them free, but if an activist do that, to animals that are used for profit, they are accused for being terrorists, in many occasions they went to jail, four years, only because they tried to free animals that whose bodies are just flash and skin, are used for profit (Beatrice).

Bom, começando como a gente fala da boca pra dentro, começando pela alimentação, começando com o uso de cosméticos não testados em animais com nada de origem animal, não usar couro, o básico digamos que um vegano já boicota no seu dia-a-dia já é o início do ativismo, porque já é um posicionamento político, o ato de comer já é um ato político, quando tu senta aqui e opta eu não vou comer hoje uma carne, digamos, que no estabelecimento onde a gente está vendesse carne. O fato de eu não comer carne, já estou me posicionando politicamente, estou indo contra o status quo, que 90% das pessoas diriam sim pra carne e acharia natural, é um

posicionamento político muito válido, e eu acho que aí começa o ativismo, e dele vai, que nem eu te falei, alguns anos atrás, não sei quantos anos atrás, mas desde que eu me tornei vegano, eu ainda pensava mais talvez na empatia com os animais e me colocava no lugar do outro ser e a compaixão, hoje em dia talvez eu penso mais no posicionamento político e ético né, eu penso mais na ética, então assim, eu considero que as pessoas podem evoluir, elas podem começar no prato, começar hoje e dizer que hoje não vai colocar qualquer produto de origem animal aqui, eu posso até ter uma sapato de couro que eu vou usar até acabar, até rasgar, mas a partir de hoje eu não comprando nada de origem animal eu tô fazendo um baita posicionamento político, um baita boicote, porém como eu falei que tudo evolui, porque o meu posicionamento mudou também né, que era uma coisa mais compassiva, hoje em dia é mais ético político, as pessoas evoluem, então o ativismo pode evoluir amanhã depois eu posso além de não comer carne e derivados, não comprar nada de derivados, eu posso também fazer uma ativismo maior, buscar assinaturas pra um projeto de lei, então fazer eventos, encabeçar eventos, distribuir alimentos para uma coisa mais voltada para o veganismo né, mostrando que a gente pode alimentar moradores de rua e ajudar o próximo sem explorar animais, são ferramentas que a gente vai maturando né (Leonardo).

Com base nesses extratos, bem como em outros trechos de entrevistas já citados, é possível perceber algumas das características centrais dessa forma de ação política marcada pela utilização de um modo de vida, como a sua lógica individualizada e a sua pluralidade de repertórios e estratégias. Nas seções seguintes estas dimensões serão discutidas em maior detalhe e por fim serão contrastadas com as lógicas mais coletivas e os repertórios dos movimentos relacionados ao consumo contestatório do passado.

### 3.2.2. Engajamento via modo de vida e articulação da esfera privada e pública

De acordo com o que foi discutido no capítulo precedente, uma das características centrais da *lifestyle politics* diz respeito a um processo de crescente personalização e individualização da ação política. Nesses termos, a vida cotidiana passa a ser percebida pelos indivíduos como um locus para a ação política de diferentes formas, como é o caso das escolhas de consumo e adoção de modos de vida e projetos orientados por questões éticas, políticas e morais. Portanto, a *lifestyle politics*, em contraste com as formas tradicionais de participação, se relaciona diretamente com a consideração, por parte dos atores sociais, de que suas práticas, posturas e decisões individuais têm implicações globais e coletivas (GIDDENS, 1991; BENNETT, 1998, 2004; MICHELETTI, 2003; STOLLE E MICHELETTI, 2013; DE MOOR, 2017; HAENFLER; JOHNSON; JONES, 2012; HAYDU; KADANOFF, 2010; MAURER, 2002).

Em face disso, um dos pilares que parece sustentar esse modo de engajamento é relacionado à conformação da ação com base nas noções de auto atribuição de responsabilidade (PORTILHO, 2010) e/ou tomada de responsabilidade política individualizada (*individualized political responsibility-taking*) (STOLLE; MICHELETTI, 2013). Esses conceitos traduzem a compreensão de que os atores sociais envolvidos nessas novas formas de engajamento são em parte guiados por uma reflexão ou entendimento sobre a responsabilidade individual perante os problemas sociais, políticos e ambientais.

De acordo com Portilho (2009), que investigou os processos de politização e ambientalização<sup>49</sup> do consumo, é possível compreender a noção de auto atribuição

---

49 De acordo com a autora "Através de um processo de politização e ambientalização do consumo (PORTILHO, 2005), o interesse pela esfera pública e a ação política passam a ser vividas também através de certas práticas de consumo, muitas vezes em detrimento das formas tradicionais de participação (partidos políticos, sindicatos, eleições, manifestações, movimentos sociais institucionalizados etc.). Temos, como consequência, a construção de uma nova categoria – o "consumidor responsável" – que manifesta grande envolvimento com a questão ambiental, se auto identifica como um ator social importante e se auto atribui responsabilidades e deveres com relação à mesma" (PORTILHO, 2009. p. 212).

de responsabilidade com base na categoria de “consumidor responsável” que manifesta um envolvimento profundo com a questão ambiental e se auto identifica como um ator importante, ao mesmo tempo que e se auto atribui responsabilidades e deveres com relação à mesma. Nesse sentido, a autora considera que a auto atribuição de responsabilidades é vivida como uma forma de ação política na esfera privada, e seguindo a compreensão de Giddens (1996), considera que ela “pode ser compreendida como consequência de alguns fatores que têm transformado práticas locais e experiências sociais nas últimas quatro ou cinco décadas, como a globalização, a destradicionalização e a reflexividade social” (p.211).

De forma semelhante, Stolle e Micheletti (2013) identificam a ascensão de diferentes modos de participação que tem como traço em comum a característica de que os indivíduos passam a assumir, de forma individual, responsabilidades políticas. Dessa maneira, as autoras citam diferentes exemplos que demonstram que os indivíduos passam a ser convocados, de forma individualizada, para assumir responsabilidades políticas: esse é o caso dos discursos relacionados ao consumo contestatório que contestam os padrões de consumo característicos dos países avançados, da economia de mercado, e/ou denunciam os seus efeitos negativos no meio ambiente e propõem práticas de anticonsumo e modos de vida alternativos às lógicas de consumo prevalecentes, eventos como a Massa Crítica e a *World Naked Bike Ride*, que incentivam os indivíduos à utilização das bicicletas como meio de transporte e protesto contra a cultura do automóvel e seus impactos sociais e ambientais negativos. Além desses exemplos, pode-se verificar a lógica da tomada de responsabilidade política individualizada em temas relacionados às questões locais e globais que não recebem uma resposta suficiente dos governos, que incluem a imigração, racismo, questões identitárias, valores familiares e livros escolares, entre outros.

Assim, conforme as autoras, estes exemplos, em sua diversidade, indicam que a ideia de responsabilidade política individualizada atravessa muitas das novas formas de participação não hierárquicas, informais e que se desenvolvem fora do campo político institucionalizado e, por fim, ainda questionam a tese de uma

retração da participação nas democracias ocidentais:

What these examples, as diverse in approach, commitment, and political message as they are, have in common is aware and informed citizens fed up with governmental inaction taking responsibility into their own hands. They use a variety of methods to express their political views, values, and demands and to take action and develop mobilization tools to perhaps even involve other people. During the past decades, many developments have taken place in the political participation repertoires in advanced industrialized democracies. Growing numbers of citizens are participating in the extra-parliamentary realm, in non-hierarchical and informal movement-inspired networks, in so-called checkbook organizations, and in a variety of lifestyle politics that concern global human rights and global common-pool resources but also local problems. These innovations in the political participation repertoires call into question the widely accepted thesis that citizens are not very interested in participating in Western democratic politics (Pharr and Putnam 2000, Putnam 2002, 2000). A large number of these additional action repertoires include the idea of individualized responsibility-taking (STOLLE; MICHELETTI, 2013, p. 32).

Com base nessas noções, é possível perceber e discutir, no caso aqui focalizado, como os veganos e veganas ouvidas consideram o veganismo e o seu modo de vida como uma forma de auto atribuição de responsabilidade ou de uma responsabilidade política individualizada. Essa noção é fundamental, portanto, para pensar sobre como esses atores articulam as dimensões pública e privada para suas ações através do engajamento individual. Conforme já foi discutido, os atores entrevistados consideram o veganismo como um modo de vida informado por valores, por uma visão de mundo, que defende o fim da exploração animal, e como uma forma de ação política. Desse modo, eles parecem demonstrar claramente que suas posturas e práticas são percebidas nos termos de uma auto responsabilização em relação aos animais:

Eu acho que pra mim, o que foi a questão chave, foi me dar conta de que eu não estava fazendo um sacrifício, né. Porque durante esse processo todo, conversando com pessoas, enfim, conhecidas, família, as pessoas sempre diziam "nossa mas é tão difícil ser vegetariana, é tão difícil ser vegana, eu gosto muito de comer carne, eu não conseguiria", as pessoas colocam isso, como se fosse um sacrifício, né, você deixa de comer alguma coisa, você deixa de usufruir de um prazer que é muito grande pra você. E eu acho que



pra mim, essa foi, o ponto chave assim, foi entender essa transformação de que na verdade não era um sacrifício, né. Eu estava deixando de comer carne, não porque eu não gostava de comer carne, mas porque isso causava um mal muito maior, que pra mim, era muito difícil de arcar com essa responsabilidade, né, por esse mal que eu causava ou que eu ajudava a causar. Então entender que não era um sacrifício pra mim me tornar vegetariana ou vegana, foi o ponto chave assim, né, pra essa mudança (Marília).

I think if you believe that if you are vegan for reducing animal suffering and reducing animal exploitation, then you must also militate for other contexts, not using animals, for example, I don't only promote like a diet, not using in cosmetics and everything, but the reason why this is important, is because animals are sentient, and even animals that are not sentient, to give them the benefits of the doubt, because they suffer just as us and I see that they are equals to us, so I do not wish to harm them in any ways (...) (Camile).

De acordo com Stolle e Micheletti (2013) o papel da responsabilidade política individualizada na conformação de novos modos de ação política e na expansão de repertórios para participação é central. Portanto, é possível discutir tanto sobre como essa noção é importante para esses novos modos de ação que se utilizam de espaços privados para interferência na esfera pública, bem como para a realização de um contraste com as formas de participação “convencionais”.

Os extratos das entrevistas acima demonstram que os atores não parecem enxergar fronteiras fixas entre os espaços privados da ação e a esfera pública. Assim, eles compreendem que suas práticas privadas têm impactos globais e, portanto, assumem que a adoção de um modo de vida vegano e as suas práticas “individuais” têm alguma eficácia para a resolução da questão animal. Portanto, o papel da responsabilidade política individualizada parece ser fundamental para a articulação de práticas e discursos aparentemente privados com questões e pautas globais e públicas.

Por outro lado, é possível perceber que não se trata apenas de uma auto atribuição de responsabilidade no sentido estrito, visto que as diferentes organizações e grupos de ativistas que atuam em prol dos direitos animais e do veganismo utilizam essa noção como uma estratégia importante para o convencimento sobre a adoção do veganismo como uma forma de posição ética e política "individual" em relação à questão animal. A título de exemplo, as imagens (peças gráficas do grupo VEDDAS – Vegetarianismo Ético, Defesa dos Direitos Animais e Sociedade, figura 3 e 4) abaixo demonstram isso:



Figura 3. Fonte: VEDDAS (2017).

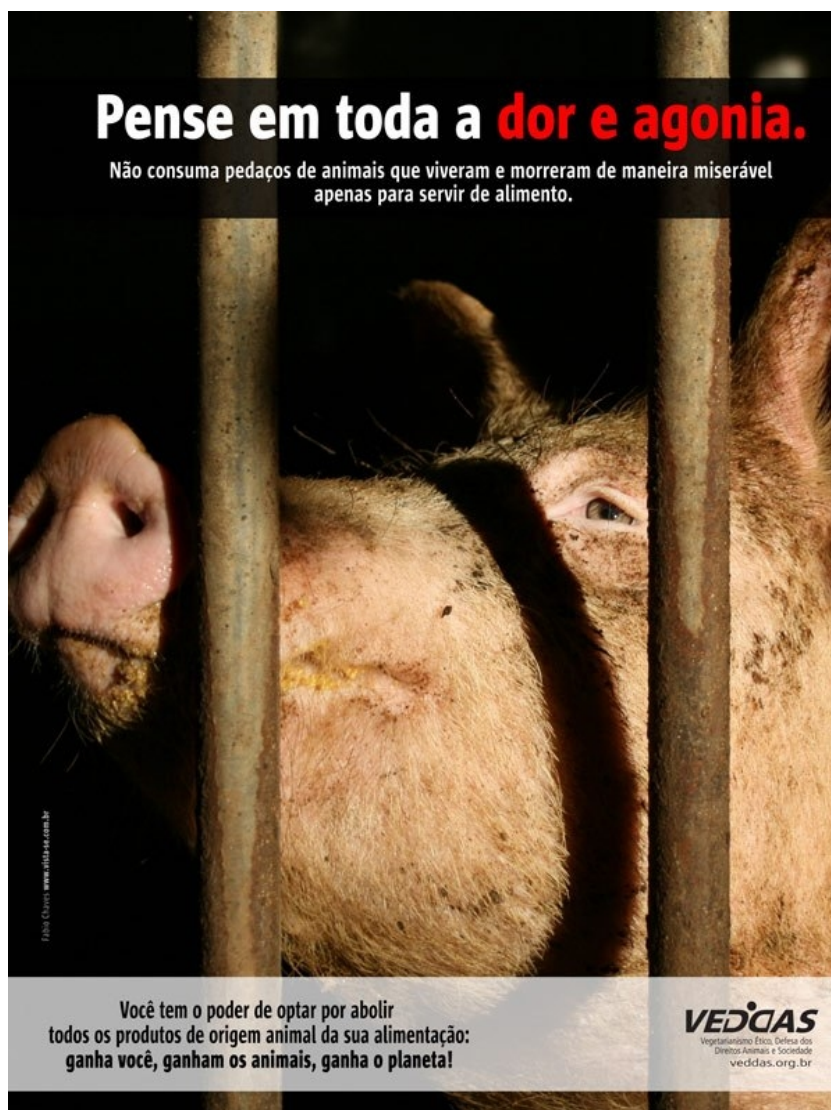


Figura 4. Fonte: VEDDAS (2017).

Nesse sentido, as organizações e grupos organizados em prol da causa animal incentivam, de forma estratégica, os indivíduos a assumirem responsabilidades de forma individual, principalmente incentivando a abolir da alimentação e do vestuário os produtos de origem animal. É possível perceber, por exemplo, com base na seguinte frase presente nessas peças: “Você tem o poder de optar por abolir todos os produtos de origem animal da sua alimentação (...)” o destaque ao poder individual de “optar por abolir” e, com isso, transformar a

realidade. Nesses termos, pode-se notar a noção de que a mudança social é produzida pelo somatório de ações individualizadas no âmbito privado. Assim, enquanto que a ação política “tradicional” segue a lógica de “mudar o mundo (as leis, as instituições, o sistema) para que as pessoas mudem”, a lógica da “responsabilidade política individualizada” é distinta: postula-se que “as pessoas mudam e o mundo muda”.

Essa questão já foi percebida por Maurer (2002). De acordo com a autora, que investigou o movimento vegetariano/vegano, esse movimento como um todo busca promover mudanças sociais e culturais que se baseiam no incentivo de mudanças individuais para atingir os seus objetivos. Isso fica patenteado, por exemplo, em um folheto (vegano) de divulgação citado pela autora: “Fundamental change will come one person at a time, as awareness and understanding grows [sic] and attitudes and outlook are expanded.” (MAURER, 2002, p. 115).

De forma semelhante, Micheletti e Stolle (2010) consideram que as organizações de direitos animais se utilizam amplamente dessa estratégia para a sua causa, assim elas promovem o vegetarianismo e o veganismo através do enquadramento moral de um consumo livre de crueldade. Portanto, essas organizações buscam promover estilos de vida livres de crueldade, principalmente através da conversão ao veganismo. Para isso, elas oferecem informações por meio de materiais, vídeos, estatísticas e eventos que buscam sensibilizar as pessoas para a sua causa:

They provide scientific facts, statistics, information in the form of events, links, and videos on farm animal treatment in industrialized agriculture. They formulate more emotionally charged visual and verbal sensitizing messages as “political wake-up calls” to convince consumers to reconsider their personal food choices. Their factual information and sensitizing campaigns dramatize the role of the individual as a responsible agent in industrialized agriculture. The goal is to create “pangs of guilt” that lead to the modification of values and attitudes about eating meat and eggs and, for animal rights organizations, the use of animals for human consumption in general. They hope that this sensitizing mobilization will lead individuals to craft their own personal ethical compass and use the ethical guidance that they provide to put their values and attitudes into motion. This is how they attempt to create consistency of values, attitudes, and actions at the individual level (MICHELETTI; STOLLE, 2010, p. 133).

Portanto, parece claro que a noção de responsabilidade política individualizada constitui-se como um aspecto preponderante tanto para as organizações e grupos que buscam convencer seus interlocutores em favor dos animais, quanto para os indivíduos que se sentem responsáveis pelos animais e consideram que seus atos tem consequências para a vida desses seres. Assim, essas organizações contribuem para os indivíduos assumirem responsabilidades de forma individual em relação aos animais e até eventualmente facilitar o seu engajamento em ações coletivas. É possível perceber isso no extrato abaixo:

Eu conheci o veganismo como eu acho que a maioria do pessoal, pelo menos de Porto Alegre, que foi através, acho que do Brasil, que foi através das redes sociais, no caso o Orkut, bem naquela época ali, começou em 2004, e daí que formou as redes né, então a gente começou a falar com pessoas do Rio de Janeiro, por exemplo, pessoas que hoje tu vê nas redes atuais, no Facebook, e elas se tornaram alguma coisa, dentro do movimento também, do direito e tudo, outros saíram, não permaneceram no movimento, mas foi através do Orkut, e no Orkut, só que para mim cada pessoa teve uma experiência, pra mim ela foi um tanto curiosa, porque eu me deparei com aquela imagem da ALF, que é o homem encapuzado com um coelho, e aquilo me chamou a atenção porque eu já estava, digamos assim, pré disposto, porque eu já ajudava ONGs de cães e gatos, daí eu comecei a ir a fundo, pesquisar, bom se você ama uns porque come outros e dali eu fui, e não deu uma semana, eu já estava fazendo panfletagem na redenção, então isso entrou muito rápido na minha vida e foi uma convicção que eu tive, foi algo que já rondava a minha ideia, essa incoerência moral (Fabrício).

Nesse sentido, a despeito desse trabalho não focalizar sobre as estratégias dos grupos organizados em prol da causa dos direitos animais, é possível afirmar, concordando com Dubuisson-Quelier (2015), que essas organizações tem um papel importante<sup>50</sup> na conformação da noção da figura do indivíduo-consumidor como um

---

50 Para maiores detalhes consultar Dubuisson-Quelier (2015).

agente que deve assumir responsabilidades por suas atitudes e práticas, bem como incentivam fortemente a adoção de modos de vida sintonizados com os valores que alicerçam a causa animal (MAURER, 2002). De outra parte, de forma mais geral, como já foi afirmado, a responsabilização dos indivíduos parece ser um traço comum dos novos modos de engajamento, principalmente os caracterizados como *lifestyle politics*.

Em face disso, é possível fazer um contraste com os movimentos que no passado se utilizaram do consumo como uma estratégia política, principalmente com base nesse aspecto central relacionado à responsabilidade política individualizada, visto que ela parece ser a base sobre a qual é possível articular as ações privadas dos atores, com a dimensão pública e do bem comum.

Conforme já foi discutido no capítulo anterior, diferentes autores percebem diferenças qualitativas entre os diversos casos históricos relacionados ao consumo contestatório, e as suas manifestações contemporâneas. Esse é o caso de Micheletti (2002, 2003), que considera que o consumo contestatório hoje envolve uma diversidade maior de atores e temas, bem como pela articulação de questões globais através da esfera privada. Em face disso, as diferentes iniciativas, já referidas, que são expressões do consumo contestatório hoje, são em menor medida relacionadas às ações coletivas e mais orientadas para formas de engajamento individualizadas, principalmente por meio de práticas cotidianas de *buycotting* e boicote. Dessa forma, a *lifestyle politics* é um exemplo claro dessas diferenças, demonstrando a centralidade da noção de responsabilidade política individualizada para as experiências contemporâneas de engajamento via consumo.

Nesses termos, a responsabilidade política individualizada constitui-se como uma dimensão importante das diferenças qualitativas entre a *lifestyle politics* e os exemplos históricos relacionados ao consumo contestatório abordados no capítulo anterior, na medida em que essas experiências, conforme discutido, eram mais vinculadas a lutas e ações coletivas (TRENTMANN, 2001; HAYDU; KADANOFF, 2010). Esse foi o caso da utilização de estratégias via consumo pelos movimentos

associativos, de mulheres, pelos movimentos contra o apartheid, de consumidores, entre outros exemplos. Nesses casos históricos, a responsabilização política recaía, portanto, muito mais sobre a coletividade e tinha menor incidência sobre os indivíduos.

No que segue, é abordada a pluralidade dos repertórios do consumo contestatório vegano. Desse modo, busca-se descrever, a partir das compreensões dos atores sobre as suas práticas, quais são os principais repertórios utilizados, como eles percebem as suas possibilidades e limitações, para, por fim, contrastar com os casos históricos relacionados ao consumo contestatório previamente referidos.

### **3.2.3. Boicotes e *buycotts***

Conforme preliminarmente apontado, o consumo contestatório vegano é baseado em um conjunto de práticas e repertórios plurais. Sua dimensão principal está relacionada com a conversão a um modo de vida que materializa um posicionamento e ação política baseado no princípio de não exploração animal e expressa um modo de engajamento compreendido como *lifestyle politics*. Este modo de vida “vegano” implica, inicialmente, por parte de seus adeptos dois repertórios básicos, o boicote, marcado pela rejeição ao consumo de qualquer produto ou serviço relacionado à exploração animal e o *buycott*, que significa a opção por produtos e serviços alinhados com os valores de não exploração animal.

O boicote constitui-se, portanto, como um repertório básico do veganismo e ao mesmo tempo relaciona-se diretamente com o próprio conceito do veganismo, visto que o mesmo supõe que seus adeptos aderem a um modo de vida que tem como uma de suas premissas básicas a exclusão, na medida do possível e praticável, de todas as formas de exploração dos animais para os diversos fins humanos, conforme a definição já citada da Vegan Society. Dessa forma, conforme

exposto nos diversos trechos de entrevistas citados, a maior parte dos veganos compartilha essa perspectiva e define o veganismo como um modo de vida que busca eliminar o sofrimento animal, principalmente pelo boicote aos produtos derivados dos animais. Os trechos a seguir reforçam essa ideia:

É pra mim, o veganismo é a não exploração de nenhuma maneira dos animais. O não uso (...). Acho que é a não exploração dos animais, de nenhuma forma, sabe, porque tipo o vegetariano, eu considero que explora, bah, eu ainda vou usar o couro, eu acho que é a não exploração (Fabiana).

O veganismo no meu entendimento, ele é um movimento de boicote à indústria da crueldade, um movimento de boicote, acima de tudo é um movimento de boicote, porque a gente pode pensar, alguns vão dizer, ele é um estilo de vida, eu acho que ele ainda é mais que um estilo de vida, não é nem uma convicção, mas tu tem que trabalhar a tua mente vinte e quatro horas por dia, porque a gente vive em um mundo especista, então vai chegar o teu colega de escritório, o teu amigo, e vai dizer, bom tu quer um bolo, então tu já tem que estar incorporado com aquela ideia de que não, ou tu tem que estar tranquilo com a ideia de que o teu colega vai ter que saber que tu é uma pessoa, que nem eu gosto de falar, que tem uma intolerância moral em relação aos ingredientes de origem animal (Fabrício).

Com base nesses trechos reafirma-se que o boicote é um repertório e requisito básico do veganismo. Nesse sentido, ele traduz críticas às diversas formas de exploração dos animais, principalmente relacionadas à sua utilização para alimentação, que parece ser a crítica mais recorrente. Desse modo, conforme pode-se depreender das falas dos atores, ele significa uma forte crítica às diferentes indústrias e práticas econômicas baseadas na utilização de animais, percebidas como “indústrias da crueldade”, nas palavras de alguns entrevistados. Isso denota, novamente, um processo de grande politização de hábitos corriqueiros, que passam a ser significados pelos atores como formas de posicionamento político, através do boicote a empresas, produtos e serviços implicados na exploração animal.



Este tipo de boicote, que se caracteriza por uma rejeição constante aos produtos e serviços que se utilizam de animais, tem a singularidade de ser um boicote “sem prazo” para terminar. Dessa forma, diferentemente dos boicotes históricos citados no capítulo anterior, como é o caso dos movimentos antiescravagistas, dos movimentos de consumidores, do movimento pela independência norte-americana e indiana, entre outros, que se utilizavam dos boicotes como uma estratégia política para suas lutas e que o suspendiam quando os seus objetivos eram alcançados (DUBUISSON-QUELLIER, 2009), o boicote realizado pelos veganos não supõe uma suspensão e, além disso, não tem um opositor definido e sim a uma pluralidade de atores (MICHELETTI; STOLLE, 2010). Desta forma, seria possível pensar uma espécie de boicote difuso, visto que, de forma geral, não se direciona para um ator singular, mas ao conjunto de atores e práticas econômicas e sociais associadas à exploração dos animais.

Nesses termos, não obstante ser possível observar a aderência dos adeptos do veganismo em campanhas de boicotes específicos às empresas que realizam testes em animais (PETA, 2017), como é o caso das fabricantes de cosméticos, e a compreensão da sua eficácia, o boicote vegano parece estar mais associado a um imperativo moral de não utilizar nenhum produto ou serviço relacionado à exploração animal e menos como uma estratégia de luta política. Os relatos a seguir evidenciam essa compreensão:

Veganism it's basically the sense of not eating or not using anything that is animal related. For the three reasons people do that, for health, environmental and for animal welfare (Sylvie).

Para mim é a tentativa, né, de tu eliminar a exploração animal da tua vida, de não colaborar com a exploração animal, e eu acho que é uma tentativa porque a gente é tão dependente dos animais, na indústria, e enfim, tem tanta coisa que a gente não sabe, no processo de fabricação das coisas que a gente consome, não só de alimentos, mas de objetos, que se tu está inserido no meio urbano é praticamente impossível tu ser cem por cento vegano, mas isso não

quer dizer que tu não vai fazer tudo que está ao teu alcance, então uma coisa que é muito básica e muito possível é não comer nada de origem animal, mas veganismo não se restringe a isso né, por exemplo, não usar couro, não usar cera de abelha, e a gente está sempre discutindo entre os veganos, dando novas informações, tipo ah, tal marca por exemplo diz que não tem nada de origem animal, mas tem a vitamina D que é de origem animal no leite de soja (...) Para mim o veganismo é isso, seria uma filosofia de vida né, de tu tentar adequar as tuas atitudes na tua vida, de maneira que tu não explore outros seres (Luciana).

Portanto, o boicote como um imperativo moral representa um aspecto importante do engajamento e conversão ao veganismo, e é um dos repertórios que traduzem uma transformação da vida pessoal dos seus adeptos com base em uma visão de mundo baseada nos princípios do que pode ser concebido como uma ética animalista (FRANCO, 2015). Dessa forma, o boicote aos produtos, serviços e práticas relacionadas à exploração animal tem um papel fundamental nesse processo e materializa nas práticas desses atores o seu comprometimento com essa causa, além de ser um aspecto identitário importante.

Conforme já apontado, o boicote aos produtos derivados de animais é então uma pré-condição básica para a aderência ao veganismo. Em virtude disso, o boicote cotidiano também pode ser percebido como uma prova do comprometimento desses atores com essa causa:

Como boicote, com as empresas, como questão de escolha, até como imposição pessoal, assim, tipo, eu não participo dessa merda que vocês fazem, eu sou bem orgulhosa, assim, tipo, eu não vou fazer isso que vocês fazem, de sair por ai matando, sabe, porque é morte, não importa, é assassinato sim. Não é de uma pessoa, mas é um assassinato. Então no momento que tu coloca sou vegano, as pessoas já olham, de uma maneira, sabe. E tem gente que se incomoda muito. Tem pessoas que admiram né, e eu acho legal, isso de tipo, admiro de uma maneira, não é um convencimento, tipo

assim, tem uma vaidadezinha, não vou negar sabe, porque é humano da gente, "que legal sou vegana", mas tipo, é uma forma de tu, como que eu vou dizer, é uma questão política de tu usar isso como uma defesa dos animais. Tu é a tua bandeira, sabe. No momento que tu diz "sou vegano" tu é a tua própria bandeira, a pessoa olha e "ah tá aquele ali é o que não come, não usa nada, ai que legal sabe" (Fabiana).

Da mesma forma, possíveis deslizes, como é o caso, por exemplo, da utilização de vestimentas, ou o consumo de alimentos derivados de animais, entre outras formas, são entendidos como práticas que deslegitimam o veganismo ao mesmo tempo em que desqualificam o indivíduo enquanto vegano:

Como eu te disse, isso vem de novo com o que eu falei né, o ativismo vegano, acho que vem desde, por exemplo, vou dar um exemplo meu agora tá, uma coisa que eu não concordo que eu estou fazendo, eu tenho coisas que eu comprava que eu decidi que vou usar até terminar porque estavam em casa, tipo, eu tô usando um sapato dessa marca, e essa marca testa em animais, sabe, então quer dizer, eu tô indo né contra o que eu acredito, mas eu decidi que vou usar tudo o que eu tenho até jogar no lixo e depois só vou comprar, só vou adquirir coisas, entendeu, acho assim, eu mesma assim tenho a atitude, por isso eu te falei quando tu perguntou tu se considera vegana, eu me considero a caminho até hoje do veganismo, até em função disso, de coisas que as vezes, eu me considero uma pessoa que eu tenho consciência, mas eu acho que falha em algumas coisas, muitas coisas, entendeu, que não poderia falhar (Carolina).

Todo vegano é vegetariano estrito, mas nem todo vegetariano estrito é vegano, o que acontece, eu considero que o vegetariano hoje pra mim é o vegetariano estrito, eu já falo que ele tem que abolir tudo de origem animal, porque eu chamo de ovo lacto a pessoa que ainda não é vegetariana porque pra mim vegetariana ele só se alimenta de

vegetais e não come lácteos, nem ovos, não come derivados, então o que acontece, o vegetariano que é o vegetariano estrito, ele da dieta dele ele abole carnes, ovos, lácteos, mel e todos os derivados, porém, não necessariamente esse vegetariano estrito ele é um vegano, porque se ele continuar usando couro ele pode muito bem não comer ovo, não tomar leite, não comer carne, mas ele pode usar couro, então ele não é um vegano, ele pode de repente usar um produto testado em animal, então ele não é vegano, então o vegano, todo o vegano é vegetariano estrito porque a dieta do vegano é a do vegetariano estrito, mas nem todo vegetariano estrito é um vegano, e o vegano, digamos que ele amplie esse boicote, ele aprende a boicotar as comidas, digamos assim, os produtos consumíveis, de alimentos de origem animal ele também expande isso pra couro, lã, seda, então digamos que ele, o veganismo, é realmente algo mais complexo, e é um posicionamento político, vegetarianismo estrito as vezes se o cara só é vegetariano estrito e não é vegano ele pode ser só por dieta mesmo, por isso que as vezes comumente as pessoas confundem veganismo com dieta, veganismo não é dieta, o caso já foi considerado num dia uma filosofia de vida e hoje em dia eu diria que não dá pra considerar mais filosofia de vida, é um imperativo ético, se tu quer andar conforme tua ética tu vai ter que ser vegano (Leonardo).

Por fim, é possível retomar a questão do boicote enquanto estratégia para o veganismo. Não obstante o boicote no caso em questão estar mais relacionado como um imperativo moral e condição básica para a configuração de um modo de vida vegano, os atores também consideram que ele pode se constituir como uma forma de ação com alguma eficiência para a causa à qual eles estão engajados:

Yes, because it's a boycott, we are boycotting an industry, a way of life that we don't like and the government and the lobbies are really into the dairy and meat too, but, yeah, if more people go vegan, then the government won't have the choice to stop investing in dairy because it won't be bring any money (Brigitte).

Yes, because any dollar that you spend is political action, any money spent anywhere is supporting the supply chain that you get products and you are supporting the people who works to made all the parts that went into it. Wherever suffering or not suffering that is involved, you at the end of the day as a consumer are deciding who gets to be a producer, because if you don't consume then they can't produce, so I believe that's your ultimately responsibility as a consumer is to make the choices that benefit not just you, but society as a whole (Paul).

Ah, eu acho, eu considero, que o boicote, né, que é o que a gente faz na real. As pessoas não entendem muito isso. Ah, mas tu vai deixar de comprar, do que adianta né, as pessoas dizem. Não, mas o boicote é um ato político, né. Eu acredito nisso. E quem está trabalhando, por exemplo, eu na minha loja vendo produtos de empresas que não são veganas. Tem muitas empresas veganas, mas alguns não são. Alguns ainda são ovo-lacto, ou ovo-vegetarianos. E a gente que está ali né. No dia a dia de compra e venda desses produtos, a gente vê que o boicote funciona sim! Tem empresas que quando a gente começou, há um ano atrás, tinha uma listagem igual em número de produtos de ovo-vegetarianos e veganos. Hoje em dia aquela lista de ovo-vegetarianos quase não existe e a de veganos aumentou. Ou seja, a procura por produtos veganos aumentou, a procura por produtos com ovo diminuiu e eles sentiram isso. Empresário nenhum vai investir em produto que não vende, né. E assim, algumas empresas já mandaram comunicado para a gente que a partir daquela data só serão veganos. Então é claro que o boicote funciona. As pessoas talvez não conseguem enxergar que nas pequenas empresas ele vai funcionar mais rápido do que numa multinacional. Isso é óbvio. A Nestlé não vai virar vegana do dia para a noite. Mas se todo mundo começar a boicotar, né, produtos testados, eu acho que já faz uma tremenda diferença. Então eu tenho essa parte de fazer um ativismo mesmo com quem não é vegano, para boicotar empresas que testam em animais. Porque já é (...) já ajuda a causa de alguma forma. Então pra mim é

isso. Então pra mim é isso, o boicote é uma questão política também (Fernanda).

Sim, com certeza, e é uma forma de ação bastante marcante, tanto pelo exemplo e por mostrar possibilidades para outras pessoas, quanto pela forma como a gente se relaciona com a sociedade no sentido de fazer as nossas compras, não essa empresa não está agindo certo, eu não vou comprar né, então se a gente for pensar que mais pessoas fizessem isso, ou essas empresas vão à falência ou elas vão ter que mudar, então é uma ação política, a gente está boicotando as indústrias, as empresas que agem em desacordo com os nossos ideais filosóficos. Então eu acho que enquanto mais veganos existirem, as empresas vão ter que prestar atenção nisso, vão ter que mudar a forma de agir, então é um trabalho formiguinha porque não tem outra forma, é um trabalho cotidiano que a gente só pode mudar nós mesmos, a gente não pode mudar o mundo sem mudar nós mesmos, então a gente muda a nossa forma de agir e assiste dia a dia esse movimento crescer, porque ele é, isso sim é bem claro né, como esse movimento está crescendo e espero que a partir desse maior número de adeptos, então mais dinheiro né, em termos que a empresa pensa é o lucro né, então mais dinheiro, então tá nós estamos vendo que mais dinheiro tá indo para outra coisa, então elas vão ter que prestar atenção e mudar a forma de agir, então ele é absolutamente político (Mariana).

Com base nesses depoimentos é possível perceber que uma parte significativa dos entrevistados considera que o boicote aos produtos de origem animal tem uma eficácia econômica, no sentido de sinalizar e pressionar as empresas, mas que, contudo, é dependente do crescimento do número de adeptos do veganismo. Dessa forma, muito veganos entrevistados demonstram uma relativa confiança nos mecanismos de mercado como uma estratégia para a causa animal. Portanto, é possível identificar justificações<sup>51</sup> que se remetem aos valores e lógicas

---

51 Essas justificações serão discutidas no próximo capítulo de forma aprofundada de modo a localizar as grandezas que as legitimam.

associadas ao mundo econômico. Essa dimensão será retomada no próximo capítulo para a discussão das justificações, como é o caso da crença na viabilidade do boicote e do *buycott*, que podem ser modelizadas com base em uma grandeza mercantil.

Já em relação ao *buycott* ele também se configura como um repertório fundamental do consumo contestatório vegano. Nesses termos, em sintonia com o que já foi discutido sobre a importância da prática de boicote para a composição do modo de vida vegano, o *buycott* é compreendido pelos atores como uma parte importante de suas rotinas e significa a escolha de produtos e serviços alinhados com a sua visão de mundo. Dessa maneira, as suas escolhas por produtos que não estão implicados com práticas de exploração animal demonstram um consumo engajado, moralmente e politicamente orientado. Assim, a maior parte dos entrevistados percebe que as suas escolhas do que consumir tem um forte significado político:

I think veganism is sort of more, every decision you make to consume something is a political decision, in our world now is definitely and living in the west, everything you choose to consume has some political implication whether you know or not, lot of people even don't know or don't care in a way for, they just want to make their comfortable decisions because make them happy, living in a bubble, but ultimately, outside the bubble, is probably pay a price or even sugar that we had, the way sugar is, everything we decide to consume has some (level) of political decision. Ultimately you have to be informed as consumers and I think making ethical decisions as much as we can and veganism definitely falls under that category as well, because making vegan choices also informs a lot of things that I choose to consume, but beyond that, there is other choices to make as well, because just choosing to consume things that are not animal products and I can still consuming things that may cause suffering of animals or may cause suffering of humans (Mary).

Eu acho que toda escolha que uma pessoa faz é política, não só por

essa questão que eu falei antes do poder de consumidor, onde tu está colocando o teu dinheiro tu está legitimando determinadas coisas, mas tu está criando uma demanda, tu está discutindo com as pessoas, tu está ampliando ideias e exigindo inclusive na esfera pública, ou em questão de legislação, as pessoas hoje em dia estão exigindo que os rótulos digam que tem coisa de origem animal né, então eu acho que é uma questão política sim, principalmente quando tu relaciona a exploração animal com o capitalismo, por exemplo (Luciana).

Nesse sentido, os entrevistados compartilham a noção de que as suas escolhas no mercado por produtos compreendidos como livres de crueldade e exploração animal também expressam a coerência e comprometimento com os animais e a causa vegana, nos termos do que já foi discutido. Portanto, em sintonia com o repertório do boicote, a prática do *buycotting* tem uma significação muito importante na conformação da identidade. Além disso, este repertório requer uma atenção diária sobre o que se está consumindo:

Obviously there is food, so basically is checking how things are made, sometimes you will be surprised, recently I notice that the things that I was eating, weren't vegan, there is like lactose in it, or something like that, so I stopped eating them. I think it's always a work in progress, it's looking from everything too close, in my car, I've refuse to have an update, because it include a leather dashboard, so to have the Acura (car) that I wanted, I have to have the leather dashboard, so I refuse it, so it's everything, like from beauty products, hygiene products, everything, cleaning products in my house, making sure that they are not tested on animals and also dealing with people around, it's just a little bit of leather, it's just a little bit of, yeah but the animal still have to die to get that. A lot of misunderstanding or not wanting to understand, from people (Sylvie).

Besides diet choices when you are thinking about food consumption, being a vegan it's just being aware of how all of your actions from



products you use, when you are brushing your teeth, to the shower products, entertainment like zoos, which are very much a place where animals are taking from their nature habitats forced into, in more of a captive prison for our entertainment, similar happens in film, another sense it's being aware, like I said of animals used in laboratories for experimentation, especially when includes unnecessary, so vegan will try to avoid products that are tested on animals (Beatrice).

Noutro sentido, esse repertório, assim como o repertório de boicote, evidencia que uma parte significativa dos atores considera que ele poderia contribuir como uma estratégia para a eliminação do sofrimento animal, principalmente por meio dos mecanismos do mercado. Assim, eles entendem que as suas escolhas podem induzir as empresas a diminuir a utilização de animais para finalidades econômicas.

Entretanto, uma parte significativa dos entrevistados considera que ambos os repertórios tem limitações como uma estratégia para a disseminação do veganismo. Em face disso, as práticas de *buycotts* realizadas por esses atores indicam uma ênfase maior na necessidade de uma coerência em relação ao modo de vida adotado. Portanto, os atores consideram que apesar de suas possibilidades enquanto estratégias para a disseminação do veganismo, ambos repertórios tem claras limitações:

Sim, assim, eu penso assim, o veganismo pacifista, ele é um veganismo muito válido, é um veganismo ótimo, porque só de tu boicotar a marca, só de no teu prato, no teu dia-a-dia tu não usar coisas testados, não usar couro é uma ferramenta muito boa e a longo prazo isso pode ter um baita (grande) de um efeito, quanto mais as pessoas aderirem, mais as empresas vão ter prejuízo (...), porém a ideia da exploração vai continuar, então o que que eu acho que o veganismo seria ideal como ferramenta política, seria tu tentar buscar leis para os animais, direitos dos animais sendo uma prática, além do boicote, então por exemplo assim, tu pensar no veganismo, como por exemplo tu, algum deputado que hoje em dia no Brasil tá começando a se formar, mas algum deputado que pensa em acabar

com os rodeios, tu vai lá e tenta fazer um ativismo buscar assinaturas para que o pessoal faça um abaixo assinado e crie uma lei para acabar com os rodeios, daqui a pouco tem uma lei para considerar os animais, alguns países como a França já conseguiu para considerar pessoas não humanas, também a gente fazer, ir para cima a gente tentar fazer, então assim, porque talvez o veganismo mais passivo, seja o veganismo que vai dar muito certo para o mercado, para o capitalismo talvez empresas vão desenvolver produtos veganos pra nós porque ela viu que ela tá tendo muito prejuízo porque muitos veganos boicotam produtos com carnes e derivados e daqui a pouco a empresa grande x lá, vai lá e faz produtos veganos, isso é muito válido porque ela perdeu muita grana, porque os veganos boicotaram, e ela vai ganhar com produto vegano, mas a mentalidade da exploração continua, os animais vão continuar sendo explorados e até que isso tenha um efeito realmente grande vai demorar muito, efeito rebote, então a ferramenta política do veganismo para mim seria um veganismo mais ativo, o ativismo (...) (Leonardo).

Apesar de esse entendimento estar mais associado aos veganos que fazem parte de grupos ou organizações que militam pela causa animal, uma parte considerável dos entrevistados percebe alguns limites desses repertórios, principalmente relacionado ao longo prazo para alcançar o objetivo almejado, que seria o fim de qualquer exploração animal, conforme é possível perceber no trecho acima citado. Não obstante, conforme será discutido mais adiante, as justificações que fazem referência às lógicas de mercado podem ser percebidas como argumentos importantes na defesa da viabilidade do veganismo e do mercado como um espaço de disputa. Por fim, pode-se afirmar que da mesma forma como o repertório do boicote, os *buycotts* realizados pelos veganos demonstram que, de forma distinta dos casos históricos já abordados, eles são percebidos mais como repertórios cotidianos de engajamento implicados com um modo de vida, sendo menos orientados por organizações formais, nos termos, por exemplo, dos movimentos de trabalhadores e de consumidores do passado.

### 3.2.4. Disseminação do veganismo via redes sociais e redes sociais digitais

De acordo com o que foi previamente apontado na descrição do processo de conversão, a fase da confissão implica também uma atitude de intervenção no meio social no qual os atores estão inscritos. Dessa forma, nessa seção atenta-se para, além dos repertórios já discutidos, como os veganos entrevistados buscam divulgar o veganismo através de suas redes de sociabilidade.

Em sintonia com os repertórios precedentes, discute-se como eles buscam, através do seu cotidiano, disseminar o veganismo como um modo de vida livre da exploração e crueldade animal. Portanto, considera-se a atitude de intervenção social por meio da divulgação do veganismo e o seu modo de vida como uma dimensão igualmente importante da expressão do modo de engajamento concebido como *lifestyle politics*.

De acordo com Bennett (1998, 2004) uma das facetas mais marcantes da ascensão da *lifestyle politics* refere-se à dimensão da vida cotidiana, onde é possível observar, por exemplo, um crescente interesse dos indivíduos em viver de acordo com determinados valores e causas, como é aqui o caso da orientação em relação à causa animal. Dessa forma, os indivíduos se utilizam dos espaços aparentemente privados para a expressão de seus posicionamentos, bem como se utilizam desses espaços para a disseminação de diferentes causas através de redes de sociabilidade.

Nesses termos, em consonância com a noção de que o processo de conversão, em sua etapa de confissão, também implica uma postura ativa dos seus adeptos no sentido de buscarem intervir no meio em que estão inscritos, no caso estudado os veganos ouvidos se utilizam de duas dimensões básicas para isso. Elas se referem à divulgação do veganismo por meio de redes de sociabilidade presenciais e mediadas pela internet, esta última principalmente caracterizada pela

utilização de redes sociais digitais.

A primeira dimensão diz respeito, portanto, à divulgação do veganismo através das suas redes de sociabilidade presenciais, principalmente do círculo de amigos e familiares. Desse modo, eles se utilizam dos espaços de convivência para a disseminação das ideias relacionadas ao veganismo, bem como para a exposição do seu modo de vida com o intuito de demonstrar a sua viabilidade. Pode-se perceber isso nas falas dos veganos e veganas entrevistados:

Eu acho que a principal estratégia é através de algum conhecido, é o vegano se infiltrar na sociedade, é trazer essa possibilidade para dentro, para pessoas conhecidas, eu acho que isso é o principal, porque daí a pessoa que vai ter uma afinidade vai começar a questionar e vai começar a conhecer. É só para quem tem afinidade né, claro, porque as outras formas elas normalmente podem ser vistas como agressivas ou a pessoa vai desprezar já, sem nem querer ver, nem querer assistir a um documentário, porque a pessoa não vai sentar para assistir um documentário se ela não conhece ninguém que apresente, ela não vai ah tá, então agora vou assistir um documentário, eu como carne, mas eu vou assistir o documentário, isso não vai acontecer né, então eu acho que a principal estratégia é ir se infiltrando nos grupos sociais assim, a partir de conhecidos e claro muita informação na internet né, para a gente desmascarar muita mentira que é trazida pela indústria, eu acho que a informação tem que estar disponível para quem quiser acessar e as pessoas vão acessando conforme ouvirem falar desse tema, ah tem um vegano, e a pessoa ah vamos ver o que é isso, aí busca na internet, porque tem um conhecido, eu acredito que seja a forma mais eficaz de disseminar né, essa ideia, essa proposta, essa filosofia (Mariana).

Nesse sentido, é possível perceber que os veganos concebem essa atitude de divulgação do veganismo como uma forma de ação que busca “se infiltrar na sociedade” com vistas a disseminar esse modo de vida e os seus valores. Tal

percepção vai ao encontro dos achados de Maurer (2002) que indicam que a compreensão partilhada pelos integrantes do “movimento vegano” considera que uma forma possível de produzir mudanças globais, com vistas à diminuição do sofrimento animal, seria através das mudanças individuais. Assim, esses atores enfatizam a necessidade de espalhar “a mensagem vegana” e “mudar as pessoas”. Dessa forma, é perceptível que os atores consideram que estas estratégias são eminentemente políticas e constituem uma forma importante do ativismo vegano:

(...) I think you are doing activism if you are speaking about it with your friends and family, if you are like not in the closed, still speaking about it and if you are incorporating, if you are trying changing your ideas about animals and your relationship with them, and this means, things like, you are, you already have a vegan diet, you also are volunteering at a shelter or you are choosing to not have pets, you are not going to horseback riding, and you, like, are transforming the symbolic relationship with animals, but and you know I think that is vegan activism to give up flyers in the campus, it's vegan activism to, you know, like have demonstration or trying to change laws. I think it's activism to do animal Liberation thing, I think it's good I think it's a wide spectrum and I like don't put (...) I think it's strategy something I think they all are like a continuum, like I would to consider, you know, the person in high school given vegan flyers someone who's saving animal in fires (Michelle).

Tais relatos evidenciam alguns traços das modificações descritas por diferentes autores que consideram que seria possível perceber uma ampliação de sentido e compreensão das atividades percebidas como políticas (BENNETT, 2004; ELIASOPH; LICHTERMAN, 2010; NORRIS, 2002; STOLLE; MICHELETTI, 2013; VAN DETH, 2014). No caso aqui abordado, percebe-se que os atores concebem que o veganismo (como um modo de vida) significa a utilização de diferentes repertórios, que em sua maior parte denotam uma forma de ativismo mais pessoal e individualizada. Assim, as falas acima deixam claro que eles percebem que a difusão do veganismo por meio de redes interpessoais configura-se como um repertório

importante e como uma forma de ativismo “cotidiano”.

Portanto, pode-se afirmar que esse repertório alinha-se de forma direta com a conceituação de *lifestyle politics* utilizada, sendo uma dimensão importante desse modo de participação e engajamento. Nesses termos, os atores ouvidos consideram que o fato de ser vegano já constituiria uma forma de ativismo na medida em que as pessoas do seu círculo de convivência entram em contato com os valores do veganismo:

Ah, eu acho que o fato de tu ser vegano já é um ativismo. Porque tu está envolvendo um boicote, tu está envolvendo uma série de coisas. Mas eu acho que a gente está num momento em que a causa ainda precisa ser propagada. Muita gente não conhece. Muita gente já conhece. Eu converso com pessoas. Assim, antigamente eu não dizia que eu era vegana porque ninguém sabia o que era. Então eu dizia: eu sou vegetariana e tal. Aí as pessoas já entendem né. Hoje em dia eu digo que sou vegetariana, né, para a pessoa poder entender e aí ao longo da conversa eu vou dizendo: mas eu não como ovos. Daí a pessoa mesmo me diz: não, mas então tu é vegana (Fernanda).

Além disso, pode-se observar que os atores se utilizam desse repertório de acordo com a situação na qual eles estão inscritos. Assim, eles buscam adequar os seus discursos em face do interlocutor e do contexto da situação. Pode-se observar tal avaliação no trecho da entrevista abaixo:

I think, in some ways that's made vegans sort of self-conscious, maybe not as willing some of them to talk about it, openly Mary and I are both very conscious when we are talking to people about not seem too preaching and not seem to force (...) but I think knowing the right social context in which you can bring it up, knowing the appropriate time where you can talk to non-vegans, about element of what they are talking, you might finding a vegan point of reference that you can introduce in the conversation, that doesn't feel forced,

doesn't feel judgmental, harsh, I think that's a little bit of activism we can practice every week, a little bit, anyway, and even just to trying expand minds (...) you can sort of presented in a way were they have to maybe reflect, without necessarily judging them or telling that they are wrong, I'm just saying, have you ever thought about from this perspective, what you saying could be constructed virtual, depending on your audience might work or might completely flat, I think having the, knowing the situation in which you get away talking about veganism in a way that are preaching and annoying, that comes with time, we definitely both are in a way (...) conversations before we thought, oh god, this is the complete wrong way to do this, you will just you gonna alienate people, even though the messages ultimately we believe and there is some methods of delivering that can be constructive and encouraging, as opposed to really sort of a military stick and confrontational, and I thinks that's something which comes, it's a individual choice you learn the best way to try to have conversations with people (Derick).

Com base nesse trecho, bem como nos anteriores, é perceptível que os atores articulam diferentes estratégias discursivas para abordar a questão do veganismo com pessoas não veganas. Tais estratégias discursivas evidenciam a tentativa de divulgar o veganismo de uma forma que não denote que eles estão acusando ou confrontando as pessoas em relação aos seus hábitos que implicam a exploração animal ou mesmo pregando o veganismo em um sentido religioso. Em face disso, fica patenteado que esses atores mobilizam diferentes argumentos, na forma de justificações<sup>52</sup>, de forma estratégica, com vistas ao convencimento dos seus interlocutores.

De outra parte, em consonância com o que já foi previamente discutido, pode-se observar que os veganos ouvidos têm uma compreensão plural das práticas que podem ser percebidas como de ativismo “vegano”. Tal entendimento aponta para a consideração de distintas formas de ativismo, desde a utilização de redes

---

<sup>52</sup> Essas operações serão detalhadas no próximo capítulo, quando serão modelizadas as justificações mobilizadas pelos atores.

interpessoais, até a participação eventual em protestos e o engajamento em grupos organizados. Não obstante, pode-se afirmar que os veganos não engajados em grupos organizados tem uma tendência maior a considerar o ativismo vegano dentro do quadro dos repertórios relacionados com a *lifestyle politics*. Os depoimentos a seguir ilustram esse entendimento:

Eu acho que toda ação concreta ou abstrata é uma forma de ativismo, o cara que tem um restaurante é um baita de um ativista, um restaurante vegano, seja com nome vegano ou não, ele é um excelente ativista, pra mim um dos maiores ativistas, quem faz uma produção intelectual, (...) o cara que é filósofo, o antropólogo, o biólogo, médico, é um baita ativista, porque a gente tem uma produção muito pequena, quem nós somos, como nós somos, qual é a nossa cara, identidade, está tudo muito assim sabe. Precisa isso, mas isso dentro e fora da academia, então existe o ativismo teórico, abstrato, filosófico e existe o ativismo prático, existe o ativismo de rua, existe aquele ativismo que é o pé na porta, existe o ativismo de ação direta, existe o ativismo jurídico, eu acho que qualquer coisa que faça em prol do veganismo é ativismo (Renato).

That varies a lot, even myself, I like to post things to bring aware spot issues, it's not, we don't even, the funny thing is about being vegan, when comes animal issues, we don't need to try to convince anyone, you just show them the truth, and they have their own understanding, so that's a lot of information, it's just people spreading information about the industry, and all types of exploitation, like I said, in amusement, in laboratories, in fashion or in food, you just showing the realities, and then people make their own understanding (Beatrice).

Em sintonia com a utilização das redes de sociabilidade como um repertório para esse modo de ativismo, é possível perceber a utilização pelos atores de redes de sociabilidade digitais, por meio, principalmente da internet e redes sociais (digitais) para a divulgação do veganismo. A maior parte dos entrevistados relatou



que utiliza, principalmente, a rede social Facebook para buscar disseminar o veganismo para a sua rede de contatos (amigos). Dessa maneira, eles utilizam essa rede social digital para compartilhar conteúdos, pesquisas, imagens e peças gráficas relacionadas à causa animal e ao veganismo:

Yes, it's really important to share veganism, also because it's so fast, like, if I find, like I found your study, on Facebook, and then via vegan festival of Montreal, and then I shared it with my friends and I don't know if anyone answered, you know took maybe one minute to see that those shared and then right to you to say, well I am interested on your study, so yes, I think that is a very good of sharing it, and it's very important because it gets the attention of people, and then they start to asking questions, and I think that one starting asking me the right questions you have no really other choice to do (Amelie).

Eu já participei de algumas coisas e conheço pessoas que são bem engajadas, por exemplo, em levar informações para as pessoas, para mim isso é um ativismo, é tu não simplesmente fazer as tuas escolhas, mas tomar atitudes que façam com que as outras pessoas tenham acesso a essas ideias também né, que em por exemplo, tem gente que monta banquinha no centro no final de semana, ou que distribui DVDs, que distribuem folhetos, o move o ativismo, digamos assim é mais a nível de conversar com as pessoas, entende, como eu convivo com muita gente diferente, e muitas pessoas que não conhecem direito o veganismo, toda a refeição que que preciso fazer no trabalho acaba surgindo esse assunto, então eu faço digamos um ativismo disfarçado, porque eu vou conversando com as pessoas e introduzindo certas ideias, fazendo certos questionamentos, né, no meu perfil, no Facebook, por exemplo, eu estou sempre compartilhando coisas (Luciana).

I do it all the time, I feel like half of my Facebook posts are something due with rescued farm animals, vegan recipes or something to do, and I think it's great because everyone posts things on social media

that they feel are interesting, they express themselves and it's a very clear way to send out what it is they find important, what matters to you and I think if you are a person who is social, put themselves out there people, you know, they want to know more about you, by consequence they will want to know more about veganism because it's ingrained in human (...) if you're vegan (Paul).

Em face disso, a segunda dimensão do repertório relacionado à divulgação do veganismo através de redes de sociabilidade “digitais”, principalmente através de redes sociais, configura-se como uma dimensão não menos importante. O papel da internet tem sido destacado pela literatura que discute a emergência de novos modos de participação, em especial relacionados com a *lifestyle politics*. Desse modo, a internet tem sido percebida como uma estrutura de mobilização importante para esses modos de engajamento mais individualizados (BENNETT; SEGERBERG, 2012; SHIRKY, 2008; STOLLE; MICHELETTI, 2013).

Tal é a importância conferida ao papel da internet na conformação desses modos de engajamento mais “fluídos e individualizados”, bem como nos processos relacionados à possibilidade de conformação de novas estruturas de mobilização para a ação coletiva contemporânea, que Bennett e Segerberg (2012) propõem a ascensão de uma nova lógica de engajamento, a ação conectiva (*connective action*). Em face disso, seria possível considerar que os processos de engajamento passam a ser orientados por pelo menos duas lógicas:

We propose that more fully understanding contemporary large-scale networks of contentious action involves distinguishing between at least two logics of action that may be in play: the familiar logic of collective action and the less familiar logic of connective action. Doing so in turn allows us to discern three ideal action types, of which one is characterized by the familiar logic of collective action, and other two types involve more personalized action formations that differ in terms of whether formal organizations are more or less central in enabling a connective communication logic (BENNETT; SEGERBERG, 2012, p. 743).

Nesse sentido, os autores partem e compartilham da percepção de um processo crescente de fragmentação e individualização que estaria a ocorrer nas

sociedades industrializadas a partir da década de 1970, que ao seu turno, tem impactado os processos de engajamento político (GIDDENS, 1996; BECK, 1997; BENNETT, 1998). Tal compreensão, aqui discutida com base no conceito de *lifestyle politics*, aponta igualmente que esse processo de individualização resulta, de acordo com Bennett e Segerberg (2012), em um engajamento com a política como uma expressão de desejos pessoais e estilos de vida.

A identificação por parte dos autores da ascensão de uma lógica da ação conectiva relaciona-se, portanto, com a percepção de que as organizações formais estariam perdendo o controle sobre indivíduos na medida em que os vínculos estabelecidos por meio de suas estruturas organizativas estariam sendo substituídos, pelos menos em parte, por redes de sociabilidade fluídas, de larga escala, que são mediadas através de tecnologias digitais. Assim, essa lógica implica que as redes de sociabilidade digitais conformam novas formas de engajamento, tanto para as organizações, quanto por modos de engajamento que prescindem delas. Dessa maneira, na medida em que essa lógica não requer um forte controle organizacional ou a construção simbólica de um "nós", ela implica, de acordo com os autores, uma dinâmica própria e uma análise em seus próprios termos (BENNETT; SEGERBERG, 2012).

Com base nessa ótica, a despeito da presente tese não focalizar, de forma específica, o possível impacto dessa lógica de ação no ativismo vegano, a ação conectiva configura-se como uma chave explicativa pertinente para a discussão de como os atores utilizam e consideram a importância das redes de sociabilidade digitais para a disseminação do veganismo e o seu modo de vida. A maior parte dos atores entrevistados considera que a internet é uma ferramenta e estrutura fundamental para a disseminação do veganismo, dos seus valores e modo de vida. Dessa forma, os veganos e veganas ouvidos em ambos os países destacam a importância dessa tecnologia para essa causa:

I think it's crucially important, absolutely. it's a big thing that prevented veganism from having as much attention as could have. I don't think

that social networks, technology necessarily makes it mainstream, I think means that creates avenues for a connection, can be exploited to make it more like mainstream, but I didn't think that has to be. I think it's crucially important primarily the way that any subculture is depend on like finding each other, communication, initial contact, all these things, and also like replication of norms. It's important, there are a percentage, a tiny fraction of one percent, vegan in United States, but like, very well connected, lot every know each other, it's weird, I think it's crucially important (Michelle).

Hoje é essencial né, se existe um lugar onde nós somos poderosos é na internet, o poder do veganismo é muito grande, mas daí é uma coisa meio elitista, claro que é, tem uma pesquisa que fala que a classe C e D usam muito a internet para entretenimento, a classe A e B usa mais a internet para conhecer, se expressar e interagir. Então nós interagimos muito bem, essa capacidade de interagir, essa capacidade de acabar crescendo e ter um poder muito grande acaba, às vezes, não refletindo na sociedade né, a sociedade parece muito mais vegana na internet do que é na prática (Renato).

I think it's really good, the Internet will be good for advertising anything, because, first at the screen you can just start a social media content, if you are a bit trendy, a bit following or (could) be an influencer, for sure a lot of people will follow you and will agree with your ideas, maybe not for the good reason, but who cares, as long it helps (Rose).

Portanto, é visível que esses atores consideram as possibilidades da utilização dessa tecnologia para a ampliação do alcance dos valores e práticas do veganismo. Pode-se perceber também na fala dos entrevistados (principalmente aqueles engajados em organizações) a valorização da internet, nos termos da referida capacidade dessa tecnologia enquanto uma estrutura para mobilização, visto que eles a compreendem como uma forma barata e eficaz de divulgação, de mobilização e articulação:

Olha, eu acho que nos últimos tempos o veganismo tem se beneficiado muito com a parte de ativismo em redes sociais. Porque é uma causa ainda que não envolve muita grana, digamos assim. A gente não tem nenhuma ONG mega, hiper vegana que tenha grana, como o Greenpeace, por exemplo, como né, Sea Shephard. (...) então assim, a gente não tem muita grana para investir em ativismo. Então a busca é por meios que propaguem né, o veganismo, e que não custem, que não tenha um custo alto, né. Então assim, por exemplo, aqui em Porto Alegre tem a Feira Vegana, né, que eu considero uma forma de ativismo. A gente está organizando um ciclo de palestras agora. Volta e meia a gente tem algum evento, né, de manifestação, alguma coisa assim. São essas formas mais baratas, digamos assim, né. Eu acho que a gente não está muito longe do que é praticado no resto do mundo, pelo que eu posso acompanhar, assim, né. A gente tem, o mesmo tipo de manifestação que acontece aqui acontece na França, acontece lá na China. Então eu acho que a gente não está muito atrás dos outros. Mas realmente não existe uma grana investida na causa, né, infelizmente a gente não tem isso (Fernanda).

I think it's crucial, it's a major part, because the Internet it's a major part about everything now, it's very accessible to the list and class of people that I have access to, I think it's very wide spread and easy to spread the message, it's a cheap way, doesn't cost money to push a subject, like some subjects will be just pushed themselves, because the way that they are read in the topic, (...). I believe that the Internet it's very important in these issues, because they allowed a lot, more sharing a lot, more viewing and, yes, it's more like a mass media, it's very important (Camile).

Em face disso, os entrevistados consideram que essa é uma forma que tem sido muito utilizada para disseminar o veganismo, bem como seria um dos pilares do seu crescimento. Ademais, para ressaltar e buscar provar essa eficiência, alguns atores recorrem à própria trajetória para demonstrar a importância da internet e das

redes sociais digitais para adesão ao veganismo:

Fundamental, sim. E de outras ideias libertárias também, se não fosse a internet eu não seria feminista, nem anarquista, nem vegana, porque eu não convivia naturalmente com pessoas assim, entendeu? Eu sempre convivi com pessoas muito convencionais, então essas ideias só vieram para mim, porque eram, não sei da onde que veio esse interesse, mas eu tinha, e daí a internet dá possibilidades de entrar em contato com pessoas que tu nunca conhecerias pessoalmente, sabe (Luciana).

I think helps a lot of people going vegan, like me, it helped me a lot, but also in one of my class we saw a lot of studies about, it was an interaction course, like individual interaction, something like that, and we saw a lot of studies saying that as soon as it anonymous, it will get, like even there's your name in Facebook still kind of anonymous, you will go back to your group and it's really like dividing the groups, so people listen less on Internet because they go like, my group, your group, so my group is right your group is wrong, and I also do that with veganism, but I think it's ok for some people, but like, if we argue with someone like on TV or article we won't change anything (Brigitte).

Pode-se também perceber que os atores se utilizam de certas estratégias para o compartilhamento de conteúdo<sup>53</sup> via redes sociais digitais. Com o intento de conferir uma certa visibilidade para os conteúdos postados que tratam da questão animal e do veganismo, os atores afirmaram que utilizam uma estratégia de compartilhamento constante, mas não massiva, para evitar bloqueios de “amigos” na

---

53 Em sintonia com o que já foi discutido sobre o papel das organizações em relação à conformação da responsabilidade política individualizada, é possível ressaltar que as organizações e grupos militantes da causa animal se utilizam amplamente dessas tecnologias para disseminar o veganismo (MICHELETTI; STOLLE, 2010). Em consequência disso, é possível estabelecer uma conexão entre as formas de ativismo coletivas em prol do veganismo e dos direitos animais e os repertórios da *lifestyle politics*. Tal conexão é percebida na medida em que os atores, mesmo não estando engajados formalmente, se engajam no compartilhamento, por exemplo, de peças gráficas, conforme já referido, que muitas vezes são produzidas por grupos de ativistas e organizações.

rede, que se sentiriam ofendidos ou desgostosos com esse tipo de conteúdo:

(...) no Facebook, por exemplo, eu estou sempre compartilhando coisas, mas eu tenho um cuidado, claro eu sou uma pessoa que tem múltiplos interesses né, mas, por exemplo, tem pessoas que discordam de mim em várias coisas, mas que elas gostam das coisas engraçadas que eu posto, mas para elas verem essas coisas elas estão vendo as outras também, então eu procuro manter *posts* variados, para as pessoas continuarem me seguindo e acabarem absorvendo, como se diz, passivamente, essas informações, entende? Porque tu vai colocando uma reportagem aqui, uma coisinha ali, uma charge ali, e quando tu vê tu vai acostumando as pessoas com essas ideias (...) fazia isso sem querer, mas quando eu percebi que tinha pessoas, principalmente nessa questão política, que divergem muito de mim, mas elas continuavam me seguindo, porque quando eu postava alguma coisa engraçada, uma coisa assim, as pessoas comentavam ou curtiam, então essas pessoas estão vendo as coisas que eu posto né, e daí eu comecei a perceber isso como uma estratégia, vou publicar coisas variadas, porque aí se eu publicar só coisas sobre o veganismo as pessoas iam começar a me cortar, me bloquear, e não iriam ter acesso a coisas que eu quero que elas vejam, sabe? Então eu tendo *posts* variados, eu mantenho elas, entre aspas, como uma audiência, sabe, e acabo introduzindo essas ideias para elas, de alguma forma (Luciana).

I am always posting things or any issue of oppression I try to post things and share things just to really bring awareness, because I think we are all people trying to do the best we can, we just don't know, there is a lot of information that's it's not showed to us (...) animal right issues, I regularly share that, I try to share other things too (Beatrice).

Yes, every day, at least one or two links. I feel like if I don't do it, the message does get spread. But I think people don't read them that much anymore, but I am happy even now someone will tell me, I

never really like your content, I never really press like, but I am really interested in what you are posting, I've changed, like sometimes not just veganism, environmental issues, I've changed my ways of doing things since I saw this, so that encourages me to keep doing this every day, so, yeas I do share a lot of content and talk about it with a lot of people (Camile).

Portanto, pode-se ressaltar que os veganos ouvidos buscam, através das redes sociais digitais, divulgar, de forma estratégica, o veganismo dentro do seu círculo de amizades “virtuais”. Nessa perspectiva, os atores ouvidos indicam que as redes sociais digitais têm desempenhado um papel importante para a disseminação do veganismo, de forma semelhante às redes de sociabilidade presenciais. Assim, apesar de suas diferenças, a lógica de tentar mudar “uma pessoa por vez”, de forma individual, é a mesma.



#### **4. Críticas e justificações do consumo contestatório vegano: novos valores em ascensão?**

As gramáticas da ação do consumo contestatório vegano apontam para a utilização de críticas e justificações que podem ser entendidas, inicialmente, dentro das lógicas do interesse geral (ordem cívica), do mercado, da eficiência do mundo industrial e por fim das lógicas relacionadas à conservação do meio ambiente e dos discursos críticos às lógicas prevalentes de produção e consumo capitalistas.

Retomando a noção de que no curso das situações de disputa os atores devem se justificar, se explicar com vistas a fazer valer os seus pontos de vista, tornando os seus argumentos aceitáveis para os seus interlocutores (NACHI, 2009), as operações críticas focalizadas apontam para a necessidade das críticas construídas fundamentarem-se em ordens de grandeza estabelecidas. Portanto, levando em conta que os atores são confrontados a diferentes mundos ou ordens de grandeza das quais provam a realidade e a justiça em relação às suas formas de se engajar, bem como são submetidos a coerções ecológicas fortes, mesmo possuindo certa margem de manobra (CEFAÏ, 2009, p. 15), estes atores devem “estar em posição de justificar-se, quer dizer, de clarear os pontos de apoio normativos que a fundamentam” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 27).

Conforme será demonstrado, com vistas a construir críticas que podem ser legitimadas socialmente com base em diferentes ordens de grandeza, ou seja, em diferentes gramáticas sobre o bem comum partilhadas socialmente, os atores lançam críticas e justificam o seu engajamento no veganismo por meio de argumentos que consideram a inadequação em termos sociais, econômicos, mercantis e ambientais da exploração dos animais para fins humanos e o veganismo como uma alternativa que, para além da questão animal, tenderia a contribuir de forma positiva nestas questões. Em virtude disso, inicialmente busca-se discutir como os atores realizam estas críticas com base nas ordens de grandeza já consolidadas, com vistas a legitimar socialmente o veganismo, na medida em que

estas já estão cristalizadas e portanto podem ser utilizadas como justificações e críticas fortes.

Compreende-se que tais justificações e críticas são utilizadas na medida em que os argumentos alicerçados com base nos ideais animalistas ainda carecem de uma ampla legitimação social e, portanto, não encontram ainda um terreno firme o suficiente em termos do compartilhamento de seus valores centrais, de modo que os atores buscam então argumentos que podem ser percebidos como robustos para justificar o veganismo e criticar o que consideram injusto, ineficiente ou inadequado nos termos de ordens de grandeza já estabelecidas, de valores comuns que podem ser defendidos, e que possibilitam, portanto, as próprias operações de crítica e justificação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999). Assim essas operações de crítica contam com determinados princípios comuns compartilhados socialmente com vistas a torná-las mais robustas. Compreende-se que através da utilização de justificações alicerçadas em gramáticas da ação já legitimadas, seria possível o estabelecimento de compromissos não somente entre elas, mas com uma ordem de grandeza em ascensão fundamentada nos princípios da ética animalista e suas condições de possibilidade, como será demonstrado mais adiante, ou seja, daqueles princípios e valores que buscam ampliar a noção da comunidade moral, de forma a englobar os animais (FREEMAN, 2010).

Desse modo, a primeira parte do presente capítulo tem como objetivo discutir as justificações e críticas relacionadas ao consumo contestatório vegano que são mobilizadas dentro das ordens de grandeza já consolidadas, como é o caso da grandeza mercantil, industrial, cívica e ambiental ou ecológica, nos termos de Boltanski e Thévenot (1991). Portanto, nessa primeira parte do capítulo focaliza-se como os atores articulam críticas e justificações em defesa do veganismo com base em diferentes ordens de grandeza estabelecidas e como eles acionam diferentes provas e dispositivos para as suas argumentações. Portanto, nessa primeira parte discute-se como os atores mobilizam, por exemplo, justificações com base nas lógicas de mercado, bem como constroem seus argumentos por meio de críticas e compromissos estabelecidos com outras ordens de grandeza, como é o caso da

ordem cívica, industrial e ambiental.

Portanto, o objetivo é demonstrar a possibilidade de conformação do veganismo dentro das *cités* já estabelecidas, para mais adiante problematizar as possibilidades de ascensão de uma *cité* animalista que articula as justificações centrais do consumo contestatório vegano. Portanto, compreende-se que as justificações e críticas que estão baseadas nas grandezas já legitimadas são articuladas de forma estratégica para o convencimento dos seus interlocutores, ao passo que as justificações centrais, que implicam uma profunda adesão normativa, são articuladas através de uma nova gramática em ascensão.

Por esse motivo, na segunda parte do capítulo abordam-se as gramáticas do consumo contestatório vegano que tem como um de seus pressupostos centrais a noção da consideração moral em relação aos animais que, ao seu turno, resulta em um alargamento do que se compreende como comunidade moral. Esse pressuposto deságua ainda em diferentes implicações e críticas sobre os modos pelos quais nos relacionamos com os animais, desde o caráter antropocêntrico e exploratório que orienta historicamente as relações entre humanidade e animais, até as práticas mais mezinhas que de alguma forma estão relacionadas com a ideia de exploração animal. Nesses termos, a ideia de libertação animal, ou seja, de libertar os animais da exploração humana em suas diversas formas ascende como um imperativo moral comum às diferentes manifestações e práticas relacionadas com a causa animal que compartilham a ideia de contestação de qualquer forma de exploração animal, entre elas o veganismo.

Nesse sentido, na segunda parte do presente capítulo discute-se a possibilidade de ascensão de uma grandeza animalista. A ascensão dessa *cité* pode ser percebida como a formação de uma nova ordem de grandeza baseada em valores que, através de um longo processo histórico, tem questionado de diferentes formas a nossa relação com os animais. Assim, ela é o resultado de um processo de sensibilização moral (THOMAS, 2010) em relação aos animais que pode ser percebido de diferentes maneiras, desde a ascensão de políticas de bem estar

animal, que passaram a incluir diretrizes éticas para o tratamento dos animais destinados à pecuária, de forma a minimizar os possíveis sofrimentos durante o processo de criação e abate, até as leis que têm sido aprovadas em muitos países modificando o estatuto dos animais de coisas para seres sencientes ou seres vivos, como é o caso Alemanha, Áustria, Suíça, França e Portugal<sup>54</sup>.

Em virtude disso, busca-se problematizar a possibilidade de ascensão de uma nova ordem de grandeza com base em princípios relacionados aos valores sociais que têm questionado as diferentes formas de exploração dos animais pela humanidade e sua legitimação. Assim, trata-se de discutir se esses valores - que se traduzem em lutas contra a exploração dos animais, em termos do que seria justo e correto em relação aos seres que não se enquadrariam nos termos de humanidade comum - podem ser modelizados na forma de uma nova gramática em ascensão. Conforme será discutido, parte-se de um questionamento e discussão sobre a possibilidade de ascensão de uma ordem de grandeza ecológica, que em parte poderia compartilhar alguns princípios ou colocar em questão determinados pressupostos do regime de justificação, como é o caso do pressuposto de humanidade em comum, para então problematizar a possibilidade de uma ordem de grandeza animalista através da qual os veganos entrevistados fundamentam suas justificações e críticas à exploração animal.

---

54 Para maiores informações consultar:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/12/internacional/1513066545\\_704063.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/12/internacional/1513066545_704063.html)

## Parte 1

### 4.1. Justificações e críticas baseadas na lógica mercantil

De acordo com Boltanski e Thévenot (1991; 1999), os argumentos envolvendo justificações relativas à ordem mercantil baseiam-se fundamentalmente no preço ou valor econômico de bens e serviços em um mercado competitivo. De acordo com eles, a ordem de grandeza mercantil não deve ser confundida com a esfera das relações econômicas, visto que para os autores as ações econômicas são alicerçadas em pelo menos duas formas de coordenação, sendo uma pelo mercado e outra por meio de uma ordem industrial. Desse modo, cada uma dessas ordens irá servir de apoio a uma prova de realidade distinta. Nesses termos, se qualificam como argumentos e justificações mercantis aquelas que tratam de diversos bens ou serviços disponíveis nos mercados.

Com base nessa compreensão, a presente pesquisa identifica as justificações e críticas com base em uma gramática mercantil como aquelas que se utilizam das lógicas e valores compartilhados sobre as práticas e discursos sobre o veganismo em referência ao mercado. Não obstante o presente capítulo (e esta seção) não discutir as formas pelas quais as justificações e críticas se traduzem em ações em termos estritos (ver capítulo 3), será discutido como os atores se utilizam, por exemplo, de justificações que fazem referência às práticas de *buycott* e boicote, para justificar seu engajamento nas práticas de consumo contestatório vegano. Cabe ressaltar, que em diferença ao capítulo precedente, no qual as práticas de boicote e *buycott* foram descritas e discutidas enquanto repertórios básicos do consumo contestatório, na presente seção são discutidos os valores que o sustentam enquanto práticas. Desse modo, atenta-se para os valores e argumentos relacionados à ordem de grandeza mercantil que servem de sustentáculo normativo às suas práticas e discursos sobre o veganismo.

Uma primeira dimensão das justificações com base nos princípios e valores

da ordem mercantil pode ser encontrada nos argumentos dos participantes que compreendem os mecanismos do mercado como propulsores e meios de intervenção para diminuir e buscar o fim da exploração animal. Nesse sentido, uma parte significativa dos veganos entrevistados, tanto no Brasil, quanto no Canadá, com maior ênfase no segundo país, percebem e justificam as práticas de boicote à produtos derivados da exploração animal e *buycott*, como uma importante dimensão do consumo contestatório vegano:

Yes, because you are essentially boycotting that dairy and meat products, it's a form of contestation, you just say that this doesn't represent my values and eventually I am going to say well maybe there is a problem, maybe we should just hear their mouth, you know, like Ben and Jerry's, you know there is one vegan who obviously (...) less and less demand for ice cream, then Ben and Jerry released vegan ice cream, but I think that if people have said no correctly, like dairy is bad, dairy should be banned, everything, if you just say that is for lactose intolerance, they will put just lactose free ice cream, they realize that it's not lactose, it's dairy, so they started to have a range of ice cream that are vegan, I think that, I didn't have tried in advance, so I couldn't say it's good or not, but I think that's it's a move, there is even a restaurant at griffin town called colocs, and it was a lot of meat and like poutines and stuff, and then they have a brunch that is vegan now, and it just opened, so I think that more and more places like stores and cafés, they start to realize that there are people who would like to, like potential customers, and I think that, it's sad to say, but it's led by money, you know that you can get that person's money if you just tweak some things and they're gonna change, but if you give your money to like café A because they have vegan products then you stop going to café B because they don't, then café B will probably realize that they should also have vegan options and then you just brought the movement and you protest everything, like you vote with your money, it's a form of protest (Amelie).

É principalmente através desse retorno né, a empresa pensa no

lucro, basicamente o que uma empresa enxerga é o retorno sobre o capital investido que ela tem, e se os consumidores né, sempre vai ter um público alvo, consumidor dela, for vegano, quanto mais vegano tiver, mais as empresas vão enxergar e mais vão se adequar para atingir esse público (Mariana).

Geração de demanda então? (Felipe)

Sim, através dessa, eu enxergo dessa forma as empresas não vão conseguir empurrar nada né, as empresas não funcionam assim, empurrando, quer dizer, até funciona, mas eu acho que é porque as pessoas não são conscientes né, elas conseguem empurrar porque as pessoas, ah tá, tão me empurrando ah que bom, né, consomem aquilo, não são ativas, vamos dizer assim, então uma empresa só consegue empurrar produto quando o consumidor é passivo, então a partir do momento que as pessoas são ativas, que elas sejam veganas, sejam conscientes, as empresas vão ter que se adequar a essa realidade né, então a influencia é bastante massiva (Mariana).

Cem por cento, não só, quanto mais veganos nos tivermos, mais vai baratear, como a produção ela é muito, toda a produção é muito mais barata, não tem como não influenciar. Hoje o arroz integral, eu vou falar uma coisa que qualquer um poderia entender, hoje o arroz integral é mais caro que o branco, em qualquer lugar tu pode averiguar esse preço, mas o arroz polido passa por muito mais processos, gasta muito mais energia para ficar assim, e perde massa, então o arroz integral tem mais massa e menos trabalho, mas custa mais caro porque tem menos demanda, essa é a lógica né, do capitalismo, menos demanda é mais caro, não interessa se ela é mais barato para produzir, para fazer, enquanto a gente tiver menos veganos, a comida vegana é mais cara, quando tiverem dez sorveterias veganas, se tiver uma muito cara, ninguém vai, porque tem outras dez, simples assim. Aumentando a quantidade de veganos, aumenta a demanda, diminui a oferta de alguns produtos que ainda são caros, e não são tantos assim, são pouquíssimos

produtos que são muito mais caros, os embutidos, algumas coisas, alguns derivados, alguns queijos, mas a grande maioria da alimentação, ela tem o preço igual ou mais barato. Então no final das contas a gente acaba comendo mais barato, eu realmente acredito nisso, a nossa comida é mais barata, cosméticos ainda podem ser mais caros, algumas roupas podem ser mais caras, ou difíceis de encontrar. Mas se tu souber onde procurar e como procurar, elas acabam ficando até mais baratas. A produção vegana é uma produção mais limpa, ela é uma produção mais justa, ela envolve, se tu pensar vegano *stricto sensu*, a libertação humana, a não exploração humana. Eu já ouvi vegano dizendo, cara, eu não como açúcar porque o açúcar vem de mão de obra escrava humana, meu que massa que tu consegue pensar na redução do açúcar como isso, eu não consigo, mas procuro comprar um açúcar orgânico porque eu sei que uma das questões do orgânico é não explorar mão de obra humana também, então quanto mais o pensamento vegano evoluir, sem explorar humano nem animal, tu não aceitando a exploração de um outro ser humano, tu muda a economia e gera um impacto gigante, porque a nossa economia gira em torno da exploração, humana e não humana (Renato).

Os dois primeiros extratos, que se referem às entrevistas realizadas no Canadá e bem como os extratos das entrevistas seguintes, realizadas no Brasil, demonstram uma primeira dimensão das justificações baseadas na ordem de grandeza mercantil observadas em uma parte significativa das entrevistas realizadas nos dois contextos. A utilização desses argumentos evidenciam que os atores consideram que as práticas de consumo veganas, seja através do boicote consciente de produtos derivados da exploração animal, ou do fomento à compra de produtos veganos, são uma parte importante do veganismo, tanto em termos mercadológicos estritos relacionados à geração de demanda ou à falta dela, quanto em relação à uma atitude política e um posicionamento moral guiado por valores relacionados com questões ambientais, sociais e principalmente, conforme será discutido mais adiante, com os valores centrais do veganismo relacionados à uma



ordem ou ética animalista.

Nesse sentido, os argumentos utilizados referenciam-se na noção do mercado como um espaço de disputa onde é possível interferir em favor do veganismo através de seus próprios mecanismos (do mercado). No caso dos veganos entrevistados no Canadá, uma das provas oferecidas em relação à eficácia das práticas de boicote e *buycott* diz respeito tanto ao crescimento de empresas veganas no contexto desse país, quanto em relação às empresas que produzem produtos de origem animal, como é o caso da empresa de sorvetes mencionada pela entrevistada, que devido à pressão dos consumidores e/ou à percepção de uma oportunidade de negócio lançou sorvetes veganos. Em virtude disso, é perceptível que as justificações utilizadas pelos atores estão ancoradas em valores que consideram os mercados tanto como um espaço de uma luta simbólica (SASSATELLI, 2004) através de uma compra orientada por “valores veganos”, quanto pela viabilidade econômica do veganismo, que estaria crescendo e demonstrando seu sucesso em mercados competitivos. Não obstante este tipo de justificações estarem presentes em ambos os casos estudados, no caso do Brasil observa-se uma menor confiança nesses mecanismos de mercado, na medida em que alguns entrevistados são mais reticentes em relação às suas lógicas de funcionamento<sup>55</sup>:

Olha, eu acho que pode (interferência do veganismo no mercado), mas eu acho que sinceramente, eu acho que essa lógica do mercado é uma parada que é tão contraditória ao veganismo, quanto a exploração animal em si. Na minha concepção é muito importante que as pessoas que já são veganas, se dessem conta, de que esse modelo mercadológico, ele é insustentável e ele representa...tipo não adianta substituir a origem animal por um substituto porque ele vai continuar gerando problemas sabe, e então ...Eu acho que...eu gostaria de imaginar um novo mercado, sabe (Diego).

---

55 Esse ponto será retomado mais adiante através das críticas realizadas às lógicas do mercado com base na ordem cívica e animalista.

Em outra dimensão, argumentos relacionados à ordem mercantil são mobilizados para responder às críticas percebidas, por parte dos veganos, de que o custo econômico para a adoção do veganismo seria um entrave ou de que o veganismo seria possível somente para as camadas mais economicamente favorecidas da população. Através da mobilização desses argumentos, os veganos ouvidos buscam provar que através dos mecanismos da concorrência e geração de demanda seria possível diminuir os preços dos produtos “veganos”, tornando o veganismo praticável por qualquer classe social.

Além disso, foi possível perceber diversas justificações com base nas afirmações de que seria um engano afirmar que o custo financeiro de ser vegano seria um impeditivo. Assim, em diversas entrevistas foi possível observar a utilização de argumentos que associam o veganismo como um modo de vida mais barato, mais “limpo” e eficiente, visto que a produção animal seria dispendiosa economicamente e que por fim gera produtos caros ou que em alguns casos só seriam mais baratos do que os produtos veganos similares em virtude da escala de produção. Nessa questão foi possível notar uma diferença em relação à uma justificação em relação ao preço nos contextos estudados, sendo mais presente no Brasil e menos no Canadá. Tal diferença pode ser pensada em termos tanto do maior desenvolvimento mercadológico do contexto canadense, que potencialmente favorece a compra de produtos industrializados “veganos” por preços mais acessíveis, quanto da diferença entre o poder de compra entre os dois países<sup>56</sup>.

De outra parte, partindo da consideração de que o veganismo seria um modo de vida mais barato, mais “limpo” e eficiente, é possível perceber os compromissos estabelecidos, nos termos de Boltanski e Thévenot (1991), entre as justificações que fazem referência à ordem de grandeza mercantil, com argumentos relativos à eficiência e impactos ambientais do veganismo, denotando, portanto, uma construção argumentativa que associa as justificações baseadas na lógica mercantil

---

56 De acordo com dados do Banco Mundial (THE WORLD BANK, 2017) pode-se inferir que o poder de compra dos canadenses é significativamente maior que o dos brasileiros. O PIB per capita canadense no ano de 2016 foi de 42,183.3 (milhares de dólares americanos) e o brasileiro foi de 8,649.9. Para maiores informações consultar: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.CD?view=chart>

com as grandezas industrial e ambiental (*cit e verte*).

#### **4.2. Justifica es e críticas baseadas nas lógicas de eficiência técnica e econômica**

Nos termos de Boltanski e Thévenot (1991, 1999) as justifica es que fazem referência   ordem de grandeza industrial são caracterizadas pela lógica da eficiência e produtividade. Assim, com base na obra de Saint-Simon, os autores extraíram o princípio superior ou de equivalência que indica a grandeza com base na eficiência. Nesses termos, na grandeza industrial são grandes e bem qualificadas as pessoas, coisas e processos que são percebidos como eficientes/produtivos e as justifica es articuladas através da mensura o, dos métodos, estatísticas, padrões, etc.

Em sintonia com a compreensão de Thévenot, Moody e Lafaye (2000) esta categoria de justifica es   baseada no constructo da ordem de grandeza industrial de Boltanski Thévenot (1991), mas aqui os argumentos que se enquadram nessa ordem não são limitados ao setor industrial. Em virtude disso, de forma distinta dos argumentos e justifica es relacionadas   ordem mercantil, que se remetem principalmente às lógicas do preço e da competi o, as justifica es relacionadas   ordem industrial são baseadas na eficiência dos investimentos e as suas provas são vinculadas   eficiência econômica, planejamento, expertise (competência científica ou técnica) e crescimento a longo prazo.

Com base nessas defini es foi possível identificar as justifica es do consumo contestat rio veganos relacionadas   grandeza industrial. Conforme já foi exposto preliminarmente em referência ao compromisso estabelecido entre as grandezas mercantil e industrial, a ideia da maior eficiência do veganismo em rela o a aspectos econômicos se mostrou presente nas justifica es dos veganos nos dois contexto estudados. Dessa forma, uma grande parte dos entrevistados

considera que o veganismo está relacionado com práticas econômicas mais eficientes para a alocação de recursos escassos. Os extratos de entrevistas a seguir evidenciam estas justificações:

Na questão ambiental, sim. Eu acho que tá muito inter-relacionado, um dos motivos é porque realmente a indústria da carne ela tem uma degradação muito maior do meio ambiente né, tanto a produção de co2, para uma vaca né, a degradação das florestas para fazer pasto e também o consumo de água que é infinitamente maior para produzir qualquer carne, então a gente vai ter que criar um animal né, uma vaca, por tantos anos em um hectare ou dar ração, essa ração também poderia estar sendo consumida por pessoas né, milho, então ele tem um custo ambiental altíssimo, então partindo desse princípio que as pessoas se tornem, que a gente tenha uma sociedade mais vegana, também o bem, essa questão vai ser inteiramente abrangida e vai ser, a terra vai suportar mais pessoas né, sendo vegetariano, vegano, então está totalmente interligado esses dois (Mariana).

I think one of the easy ways, it's a sort of first reach, if you can eliminate our waste of resources, to feed a protein source, one protein source and kill that protein source and eaten. If we just go directly for the plant based source of protein and plant based source of nurturing, you save this huge amount of resources that's necessary to first grow the plant and then grow the animal on that plant, so there is a sort of easy logic to just how much water and how much energy is used to grow the animals that we exploit and if you take that from the equation as well as all the shipping of those live animals, all the ways to take all of that industry, the one we say the non-vegan industry part of it, if we take that out, it's clear that we will have huge environmental impacts (...) (Derick).

Esses extratos, assim como outros já apresentados na seção anterior, evidenciam um lugar importante nas justificações dos atores entrevistados da noção

de que o veganismo promove uma forma de produção, principalmente em relação à produção de alimentos, mais eficiente na alocação de recursos finitos, como a água e o solo, em comparação com a pecuária. Assim, os veganos justificam o seu engajamento ao veganismo devido também à sua eficiência energética, visto que, de acordo com os entrevistados, a produção de alimentos sem o emprego de animais seria mais eficiente por não utilizar, para a produção de carne, leite e derivados, grãos e outros alimentos vegetais que poderiam ser destinados para a alimentação de seres humanos.

Desse modo, as justificações utilizadas pelos veganos entrevistados buscam legitimar o veganismo em termos de sua maior eficiência na produção de alimentos, lançando mão de provas e críticas que demonstram a ineficiência da produção animal. Dessa forma, por meio da utilização de dados divulgados em estudos realizados ou encomendados por instituições internacionais como a Food And Agriculture Organization of The United Nations (FAO/ONU), *World Wide Fund for Nature* (WWF), Greenpeace, os veganos buscam legitimar o veganismo em termos de sua maior eficiência e ao mesmo tempo criticar o emprego de animais para a alimentação humana.

Assim, de forma direta ou indireta os atores se reportam às conclusões de estudos como o realizado pela FAO/ONU (2013) que apontam, por exemplo, que o aumento da demanda por carne, principalmente nos países emergentes, tem aumentado a demanda por cereais para a utilização na ração animal, que já chega a 35%. Nesse sentido, é possível salientar que não obstante esse estudo da FAO busque apontar soluções para melhorar a eficiência da pecuária através de novas estratégias e técnicas de produção e manejo, os atores habilmente se utilizam de alguns dados, como o mencionado, para justificar que o veganismo seria a melhor opção em termos de eficiência na utilização de recursos, e não por meio da melhoria das práticas da pecuária. Ao seu turno, isso deságua, como será demonstrado com maior profundidade mais adiante, na realização de fortes críticas ao setor da pecuária sob o enfoque econômico, ambiental, social e ético.

Em relação às semelhanças e diferenças entre os modos de justificação dos entrevistados no Brasil e Canadá, foi possível observar que em ambos os casos os argumentos em defesa do veganismo com base na noção de eficiência e alocação racional de recursos, relativos à grandeza industrial, estão presentes de forma similar em ambos os casos. Tanto nas falas dos entrevistados no Brasil, quanto no Canadá, foi possível perceber argumentos semelhantes em relação à ordem de grandeza industrial, contudo foi possível perceber algumas diferenças entre os compromissos construídos entre as diferentes ordens de grandeza.

Conforme já foi apontado, os compromissos estabelecidos entre as ordens de grandeza industrial, mercantil e ambiental são um traço em comum aos entrevistados nos dois países, não obstante, foi possível observar uma diferença no estabelecimento de um compromisso entre a ordem industrial e a cívica. O estabelecimento desse compromisso foi perceptível nos dois países, mas com maior ênfase no caso dos entrevistados brasileiros. Nesse sentido, são utilizadas justificações que associam o veganismo como uma estratégia que pode ser mais eficiente na alocação de recursos, bem como poderia operar em uma lógica distinta da produção na pecuária percebida como exploratória em termos sociais:

(...) primeiramente eu desmontaria a questão desse desnível social que tem nas grandes corporações assim, frigorífico, que tem trabalho escravo, tu vê que sempre tem. Por exemplo, agora chegou os haitianos, eles vão tudo para frigoríficos, claro que tem as construtoras e tal, mas existe essa indústria da carne né, os reis da soja, por exemplo, a soja é pro gado, então eu acho que desmontaria isso ai. Não vou dizer que os veganos salvariam o mundo, que seria todo mundo santinho, mas acho que desmontaria essa questão da pecuária, que é o que provoca o desmatamento, né. Eu acho que o mal do mundo é a carne né, provoca desmatamento, que provoca uma séria de questões ambientais. E eu acho que começaria por ai. Ai eu não sei se, pelo lado natureba eu não vejo muito. O pessoal tem muitas iniciativas boas assim, mas eu não entendo muito isso. Eu não vejo o veganismo por esse lado. Mas eu acho que pela

questão de não comer carne, acho que terminaria com essas grandes empresas de consumo de carne e pouparia os animais, que acho que é uma grande coisa e acho que as pessoas teriam mais consciência assim sabe (Fabiana).

As convergências nas justificações entre as lógicas argumentativas relacionadas às ordens industrial e cívica podem ser relacionadas inicialmente à denúncia e crítica social ao modelo de produção (da pecuária), que teria um caráter eminentemente exploratório em diferentes dimensões: da natureza, dos recursos naturais, dos animais e por fim dos seres humanos. Esta última dimensão é a que inicialmente colide com os fundamentos basilares do mundo cívico, a igualdade, a solidariedade e o bem comum na forma dos direitos civis.

Em virtude disso, as argumentações evidenciam que os atores propõem uma conciliação, um compromisso destas diferentes ordens por meio do incentivo à produção “vegana”, que estaria alinhada com valores opostos às lógicas da pecuária, ao buscar romper com qualquer tipo de exploração, inclusive a humana. Assim, seria possível suspender o conflito entre as lógicas industrial e cívica através de um compromisso mediado pela não exploração de animais e humanos e a utilização eficiente dos recursos naturais e econômicos. Compreende-se que as diferenças entre os dois contextos em relação ao estabelecimento desse compromisso estão relacionadas mais a aspectos da configuração dos direitos trabalhistas e condições de trabalho precarizado, visto que diversas pesquisas<sup>57</sup> já apontaram as péssimas condições dos trabalhadores da pecuária no caso brasileiro, do que possíveis diferenças qualitativas em relação à força e composição de valores cívicos nos dois contextos, conforme será discutido na próxima seção.

---

57 Para maiores detalhes consultar Giongo *et. al* (2017).

### **4.3. Justificações e críticas baseadas na noção do interesse geral e solidariedade**

As gramáticas que governam os engajamentos dos veganos entrevistados também apontam para a constituição de argumentos e posicionamentos críticos baseados nas noções do interesse coletivo e solidariedade que dizem respeito à grandeza cívica, nos termos de Boltanski e Thévenot (1991; 1999). Com base no Contrato Social de Rousseau os autores modelizaram uma gramática que tem como pressuposto básico o interesse coletivo ou vontade geral. Nessa ordem de grandeza são grandes aqueles que abandonam os seus interesses particulares com vistas ao bem comum. Dessa forma, essa grandeza cívica vai se contrapor às lógicas relacionadas à grandeza doméstica, onde o imperativo está relacionado às dependências pessoais. Em face disso, na ordem de grandeza cívica o acento é colocado nos seres coletivos e não individuais e os seres humanos são percebidos como relevantes por meio da coletividade à qual fazem parte ou à qual representam. Assim, não obstante o bem comum ser um pressuposto básico para todas as ordens, a ordem cívica tem como especificidade a busca do bem comum através de uma lógica coletiva que pressupõe um regime de solidariedade entre as pessoas.

Com base nessas definições foi possível identificar justificações baseadas nas lógicas e imperativos relacionados à ordem de grandeza cívica. Conforme previamente discutido, foram identificadas justificações e compromissos relacionados com outras ordens, como a industrial e ambiental. Em face disso, os argumentos e críticas construídos com base no interesse geral e solidariedade buscam associar a potencial maior eficiência do veganismo como um fator importante para o bem estar coletivo, visto que teoricamente a adoção de uma alimentação vegana poderia ser um fator que contribuiria para uma melhor distribuição de alimentos, ao passo que a pecuária seria um dos desencadeadores desse equilíbrio ao demandar uma grande quantidade de alimentos para a criação de animais, que poderiam ser destinadas às pessoas, principalmente nos países onde a fome ainda é um problema persistente.



Em conexão com estas críticas, muitos veganos entrevistados constroem críticas às formas de produção que seriam alicerçadas com base na desigualdade de poder e exploração. Assim, eles justificam o veganismo em termos de solidariedade e interesse coletivo ao vincular a exploração animal à exploração humana. Somados aos anteriores, os seguintes extratos de entrevistas são exemplos dessas justificações:

Exactly, like I said, the best part, the best change in me when I became more involved with animal activism, veganism, I was just questioning everything, and a lot of questioning of how everything was produced, from animals use, to the farmers I was supposed to deal with, and when it comes to animal agriculture, we know that a lot, a lot of workers specially working at slaughter houses are working in terrible conditions, most of them are immigrants and have threats of being deported if they speak out about that issues, I read an article that spoke about people working for fourteen, fifteen hours and having to wear dippers, because they are not allowed to use the washroom, we are talking about feces on the floor, blood in the floor, in the U.S., but I really, I don't want to you to get the idea that's any different here, I think we like to think that Canada is this beautiful developed country, I think it is in many levels, but I think we can't ignore that there is a lot of things that are hidden from us. When I think, for example, this morning I have a friend who is animal activist and also vegan, she posted about sexual slavery and human traffic, for me it's very clear that most people I know who become vegan, are very aware of all forms of oppression, constantly acting to bring awareness about the issues and fight against in any way it's possible (Beatrice).

Ele é bem completo nesse sentido porque ele abrange questões filosóficas, de dieta, e também de espiritualidade e até político, porque uma vez que tu também não compactua com o modelo exploratório, que ele é exploratório animal e também humano, porque as cadeias produtoras elas fazem a exploração do trabalhador

também né, jornadas de trabalho, há uma semana atrás foram três frigoríficos da JBS só aqui no Rio Grande do Sul que foram interditados por insalubridade e então quando uma economia se fundamenta só no lucro, ela esquece ela esquece essas questões de valorização do ser humano, que dirá de um animal que eles nem julgam como um sujeito de direito né, tu rompe com toda uma estrutura, e isso é bastante legal mesmo, a gente vai descobrindo várias coisas que, nossa o veganismo é um movimento que abrange muita coisa (Roberto).

Estas justificações relacionadas às noções de interesse geral e solidariedade indicam que uma parte da gramática do consumo contestatório vegano caracteriza-se por argumentos que buscam construir “pontes” entre diferentes causas, como é o caso das lutas relacionadas aos direitos humanos e a causa animal e vegana através da noção de não exploração. Dessa forma, conforme já apontado por outras pesquisas (CELKA, 2012; FERRIGNO, 2012), os veganos buscam, de diferentes formas, estabelecer aproximações entre a exploração humana e animal por meio de uma crítica social que aborda desde críticas diretas às indústrias de produção animal, como é o caso das críticas de que além de explorarem animais também exploram pessoas, que são submetidas à condições degradantes de trabalho, até utilização de analogias que buscam associar as diversas formas de discriminação contra pessoas, como é o caso do racismo e sexismo, com o especismo.

Essas últimas justificações, conforme será discutido com maior profundidade mais adiante, buscam estabelecer aproximações e comparações entre a exploração e preconceitos em relação a humanos e a exploração e preconceitos contra os animais, e indicam a tentativa de inscrever os animais no círculo de consideração e obrigação moral historicamente limitado aos seres humanos. Apesar do avanço perceptível em diversos contextos de uma extensão da noção de direitos aos animais, principalmente para aqueles que historicamente se situam em um local privilegiado em termos de consideração moral (THOMAS, 2010), como é o caso dos animais de estimação, parece visível, ainda, a grande dificuldade do

estabelecimento de críticas fortes, nos termos da sociologia pragmática, somente a partir das lógicas gramaticais que dizem respeito à uma ordem cívica que não parece conceder lugar, por exemplo, à noção de solidariedade para aqueles seres que não estão inscritos na noção de humanidade.

Dessa forma, conforme será discutido, se por um lado essas críticas indicam um potencial estabelecimento de um compromisso entre a ordem cívica e uma ordem de grandeza em ascensão, que seria o caso de uma ordem animalista, estes argumentos também requerem o estabelecimento de rompimentos e críticas com a ordem cívica na medida em que reconfiguram a própria noção de solidariedade e bem comum, em termos que podem ser entendidos como pós-humanitários.

Por outro ângulo, as críticas e justificações também evidenciam discursos que contestam não somente a exploração de animais e pessoas em diferentes processos de produção, principalmente relacionados à pecuária, mas que também se dirigem à composição e lógica de funcionamento característico dos grandes conglomerados empresariais transnacionais, como os extratos abaixo evidenciam:

Sim, no início, é que eu vejo o veganismo como um iceberg, fazendo uma comparação, tem muita coisa por trás né, tem muita coisa que a gente vai absorvendo com o passar do tempo, a gente vai se tornando vegetariana, vai se tornando vegana, e vai vendo, vai enxergando o mundo com outros olhos (...) vejo como uma atitude política mesmo, porque tem muita coisa a gente vai entrando em contato do que é a indústria alimentícia, o que é a indústria farmacêutica, como está a estruturação econômica e política e social do nosso, na verdade de todo o planeta, do Brasil especificamente, como age a Monsanto, como que eles tem os produtores na mão e os consumidores também, o que que eles fazem, então eu acho que a gente vai indo pelo vegetarianismo/veganismo mas a gente vai abrindo uma visão nova da realidade (Mariana).

Sim, basicamente por essa questão de ir contra grandes corporações que tem uma visão de lucro rápido, imediato e a qualquer preço, né,

então passando por questões ambientais, de libertação ambiental, esse estudo todo de impacto ambiental, e também que dirá né, direito animal e nem mesmo direito humano nas questões trabalhistas né, de jornada, de direitos, a gente sabe que muitos fazem uso ainda de trabalho escravo né, então quando tu propõe um modelo que desapega desse tipo de exploração, é um comportamento político também, porque daí tu está valorizando uma cadeia produtiva como essa dos orgânicos, que são aqueles pequenos produtores e que não se renderam à Monsanto, como teve a marcha na semana passada, que é a transgenia, e é o uso de pesticidas, muito dos nossos produtores hoje só terem liberação de crédito para a produção agrícola com tanto que leve o pulverizador junto né, então, sim, é uma contestação política no momento que tu valoriza esses, eu costumo até dizer que são heróis, da resistência de fazer o pequeno cultivo agroecológico, então (Isadora).

Tais relatos traduzem gramáticas que orientam as críticas destes atores em direção a mercados e empresas percebidos como prejudiciais em termos sociais e ambientais. Nesse sentido, é possível perceber uma clara conexão dos discursos dos veganos ouvidos com os com diferentes movimentos de consumo contestatório. Como é o caso daqueles que ganharam corpo a partir dos protestos que ocorreram em Seattle no ano de 1999 contra a OMC e aglutinaram diferentes movimentos e pautas relacionadas ao consumo contestatório, como os movimentos contra a globalização, os movimentos críticos aos padrões de consumo do chamado norte global, movimentos ambientais, entre outros (SASSATELLI, 2006).

Neste sentido, o veganismo e suas práticas e discursos sobre o consumo aproximam-se de movimentos sociais críticos aos padrões de operação de empresas transnacionais do ramo da agropecuária, por exemplo, como é o caso das empresas que desenvolveram os organismos geneticamente modificados (OGM). Portanto, não é surpresa que os atores entrevistados relacionem o veganismo com demandas e críticas que contestam e desafiam os padrões de funcionamento dos mercados, como as propostas de comércio justo, *slow food* e movimentos de

economia solidária, que buscam modificar os padrões de produção e consumo hegemônicos, pautando-os a partir de diferentes valores e compreensões sobre suas relações com aspectos sociais, ambientais e políticos (WILKINSON, 2007; GENDRON ET AL, 2006; COLOMÉ E MAYER, 2016, CLARKE ET AL, 2008; GOODMAN, 2004; LE VELLY, 2004). Desta maneira, é perceptível o estabelecimento de compromissos entre as ordens de grandeza cívica e ambiental. Assim, esses argumentos evidenciam o compartilhamento de gramáticas críticas aos mercados transnacionais com movimentos sociais e iniciativas que enfatizam o caráter ético-moral das relações e trocas econômicas, na medida em que expressam em suas diretrizes conceitos sobre justiça, equidade e poder.

De acordo com o que já foi referido anteriormente, as justificações baseadas na ordem de grandeza cívica foram percebidas de forma similar nos dois casos estudados, Brasil e Canadá. Postula-se que não obstante as possíveis diferenças internas dos dois países, principalmente no que se refere a valores relacionados à solidariedade e participação coletiva - visto que por um lado o Canadá se aproxima da noção sociológica marshaliana de uma cidadania homogênea<sup>58</sup>, na medida em que a formação da cidadania nesse país seguiu a tradição oriunda da Inglaterra, de cessão de direitos segundo responsabilidade securitária dos agentes, bem como herdou a tradição francesa do *solidarisme de l'action assistenciale*, presente em suas instituições na província de Quebec (NETO, 2005) e por outro lado a realidade brasileira que seria caracterizada por uma frágil e incipiente sociedade civil e pela estadania<sup>59</sup> (CARVALHO, 2002) - as semelhanças nas justificações focalizadas devem-se ao núcleo comum das gramáticas do consumo contestatório vegano.

Desse modo, pondera-se que as operações críticas nos dois contextos são

---

58 A cidadania homogênea seria aquela conquistada por meio de sucessivos e aditivos direitos civis, sociais e políticos no contexto das sociedades ocidentais (MARSHALL, 1967).

59 De acordo com Carvalho (2002) O Brasil é marcado por uma "cidadania" tutelada pelo estado. Conforme o autor na medida em que "os poucos direitos civis conquistados não puderam ser postos a serviço dos direitos políticos", assim, predominaram, por um lado "a total rejeição do Estado proposta pelos anarquistas; de outro, a estreita cooperação defendida pelos "amarelos". Em nenhum dos casos se forjava a cidadania política. A tradição de maior persistência acabou sendo a que buscava melhorias por meio de aliança com o Estado, por meio de contato direto com os poderes públicos. Tal atitude seria mais bem caracterizada como "estadania" (p.221).

informadas tanto através dos valores relacionados ao veganismo que transcendem os contextos nacionais, quanto por meio da sua articulação e proximidade com outros movimentos de crítica relacionados ao consumo contestatório. Dessa forma, não obstante as possíveis diferenças em relação aos compromissos estabelecidos entre as grandezas nos dois contextos estudados, a mobilização de justificações cívicas foi um traço comum das entrevistas realizadas nos dois países.

#### **4.4. Justificações e críticas baseadas na preocupação ambiental**

Em conexão com as críticas e justificações precedentes, é possível discutir a utilização de argumentos relacionados à uma grandeza ambiental ou ecológica, na esteira da proposta de Lafaye e Thévenot (1993). Os autores identificam a ascensão de uma gramática que foge ao modelo inicial proposto por Boltanski e Thévenot (1991) e diz respeito às justificações que fazem referência à problemática ecológica e que estariam sendo cada vez mais acionadas a partir do final da década de 1970.

Dessa forma, em consonância com o fortalecimento e ampliação dos movimentos ambientalistas e os diversos conflitos que envolvem coletivos e indivíduos em relação à problemática ambiental, os autores percebem a crescente legitimação dos argumentos alicerçados em princípios ecológicos e por fim, a sua conformação no modelo de *cit  *. Al  m disso, a literatura sobre o tema deixa claro que a crise ambiental foi posta nos termos de um problema social. Assim, a noção de ambientalização<sup>60</sup> dos conflitos sociais, por exemplo, denota uma construção

<sup>60</sup> Conforme Acselrad (2010) a noção de ambientalização "pode designar tanto o processo de adoção de um discurso ambiental gen  rico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar pr  ticas institucionais, pol  ticas, cient  ficas etc. Sua pertin  ncia te  rica ganha, por  m, for  a particular na possibilidade de caracterizar processos de ambientalização espec  ficos a determinados lugares, contextos e momentos hist  ricos.    por meio desses processos que novos fen  menos v  o sendo constru  dos e expostos    esfera p  blica, assim como velhos fen  menos s  o renomeados como "ambientais", e um esfor  o de unificação engloba-os sob a chancela da "proteção ao meio ambiente". Disputas de legitimidade instauram-se, concomitantemente, na busca de caracterizar as diferentes pr  ticas como ambientalmente benignas ou danosas. Nessas disputas em que diferentes atores sociais ambientalizam seus discursos, a  oes coletivas s  o esbo  adas na constituição de conflitos sociais incidentes sobre esses novos objetos, seja questionando os padr  es t  cnicos de apropriação do

histórica semelhante a outros problemas entendidos sob os termos de “industrialização” ou “proletarização”. Tais termos são percebidos como processos históricos de construção de interiorização dessas questões pelas pessoas e grupos. No caso da ambientalização, essa interiorização vai se traduzir na questão ambiental como um problema público. Portanto, a problemática ambiental passa a ser uma nova fonte de legitimidade e de argumentação para as lutas sociais (FLEURY, 2013; LOPES, 2006; FUKS, 1998; ACSELRAD, 2010).

De outra parte, pode-se afirmar que a identificação da ascensão e possível consolidação da gramática ambiental modelizada com base no modelo do regime de justificação de Boltanski e Thévenot (1991) têm gerado debates sobre diferentes aspectos e implicações relativas ao seu reconhecimento enquanto uma nova e sétima *cité*<sup>61</sup>. Lafaye e Thévenot (1993) apontam questões importantes<sup>62</sup>, como   o caso da questão do bem comum e a possibilidade da conforma o de uma comunidade (moral) que transborda a no o de humanidade. Na medida em que essa grandeza passaria a invocar uma infinidade de seres que são implicados nas discussões sobre o que   justo, como seria o caso dos diversos conflitos que emergem e tratam, por exemplo, de espécies de animais em vias de extin o, como   o caso das baleias, golfinhos, tigres, entre outras espécies da fauna e flora ameaçadas, ela abriria uma problematiza o crucial sobre a no o do bem comum dentro do regime de justifica o e seus limites.

Não obstante as diversas questões suscitadas pela conforma o de uma grandeza ecológica, que serão retomadas e discutidas em maior profundidade mais adiante para pensar a ascensão de uma grandeza animalista, parte-se do pressuposto de que essa grandeza pode ser pensada nos termos de uma nova ordem dentro do regime de justifica o, visto que tem sido utilizada pelos atores de

---

território e seus recursos, seja contestando a distribui o de poder sobre eles” (p.103).

61 Para maiores detalhes ver Latour (1998).

62 Godard (1990) já havia problematizado algumas possibilidades e limites da ascensão de uma grandeza ecológica, bem como questionado se essa *cité* seria uma grandeza “verdadeira”. Posteriormente, Latour (1998) também problematiza a possibilidade de forma o de uma grandeza ecológica e os problemas relativos   hierarquia dos seres nessa *cité*, bem como a questão da integra o e conflitos com as demais grandezas, principalmente sobre a questão do bem comum.

forma legítima, principalmente no contexto das últimas décadas, que é marcado pela consolidação da crise ambiental. Dessa forma, segue-se a compreensão de Thévenot, Moody e Lafaye (2000), que consideram que essa grandeza refere-se às justificações que são alicerçadas com base em princípios e noções relacionadas ao ambientalismo, tais como: ecologicamente correto, não poluente, recursos renováveis, limpo, sustentável, em harmonia com a natureza, entre outras. Nesse sentido, as ações são legítimas e os seres e entidades “grandes” quando eles se baseiam ou refletem os princípios do ambientalismo. Em virtude disso, as justificações alicerçadas na lógica ambiental consideram que o bem comum da humanidade deve ser norteado pela preocupação e sensibilidade em relação às questões ambientais e as consequências da ação humana, levando em conta, portanto, a proteção e conservação dos recursos naturais com vistas às gerações futuras:

Justifications based on environmentalism consider the general good of humanity to be advanced through a sensitivity to environmental issues and consequences, protection of wilderness, stewardship of environmental resources, and cultivation of various attachments to nature, the land, or the wild. Strictly green arguments, beyond the level of integrating the environment into other sorts of non-green justifications, posit a unique type of dependency which assumes more than simply a spatial interaction of humanity with the natural world, but also a temporal extension of humanity by way of an implicit or explicit reference to future generations (THÉVENOT; MOODY; LAFAYE, 2000, p. 257).

Portanto, é possível perceber que essa grandeza tem como um de seus pressupostos fundamentais a noção de dependência da humanidade em relação ao meio ambiente, o que vai legitimar, ao seu turno, as justificações dessa ordem. Dessa forma, as justificações ecológicas podem ser generalizáveis e legitimadas na medida em que estão pautadas pelos interesses coletivos, que se traduzem, por exemplo, de forma direta ou indireta, na preservação da natureza com vistas ao bem estar das futuras gerações. Nesses termos, é perceptível a importância dessa gramática nas justificações relacionadas ao consumo contestatório vegano. Dessa forma, estão presentes nas falas dos entrevistados, de ambos os países, justificações que remetem à constituição de uma *city* verde ou ambiental:



Felipe: #1 Do you mentioned the environmental issues, so in your view can veganism contribute to solving environmental problems? #

Yes, absolutely, because of animal consumption mainly, because if we start using what we feed to the animals, just because of that ration, vegetable protein, animal protein, if we just eat the vegetable, instead of feeding to an animal to eat it's flash latter on, then less grains will be used, you know all the numbers, right, for methane gas, and also because of what we were speaking about earlier, if you open up your mind to veganism, you also open up, you also expands your awareness, like social awareness and empathy and if you aren't already sensitive to the environmental cause, I hope it will open at one's mind to exterminating also their environmental impacts. I hope that people will start, for example, composting, even if that's not directly related to veganism, I hope that veganism will bring the consciousness (Camile).

Eu acho que é (...) pra mim não é só possível, pra mim é fato, isso acontece. Em que escala que isso esta acontecendo, é que talvez seja discutível assim, mas a gente sabe que o impacto do consumo, das paradas de origem animal, ele tem um impacto ambiental muito grande, assim como tem um impacto social muito grande e cada vez que você tenta mudar isso, você esta tentando restabelecer outros contatos, outras maneiras né. Tem uma frase que durante muito tempo foi minha, meu motor assim, um negócio pra fazer eu não desanimar. Eu lembro (...) quando eu falava uma vez que tipo, 20% das pessoas consomem 80% dos recursos né, e eu acredito que boa parte das pessoas aderem o veganismo, estão dentro dessa faixa dos 20%. Então, apesar que eu gostaria muito que 1% da população mais rica, a que tem mais poder fosse vegana e tivesse divulgando isso, e eu também gostaria muito que a maior parte da população que tem uma renda mais baixa também fosse vegana, e a gente sabe que tem possibilidade disso, melhor até economicamente

inclusive, eu gostaria que eles fossem também, mas como essa mudança é tão mais complexa e tão mais difícil, certa forma eu me conformo um pouco que essa frase seja verdadeira, assim, que tipo se 20% da população tá consumindo, consome 80% dos recursos, e nós fazemos parte desse 20% da população então a nossa mudança é muito mais significativa do que a gente imagina (Diego).

I think, like, in the bigger picture, I think that veganism could save the planet because if you think about it, like the amount of grains that are used to feed livestock, ok, if you just like don't have livestock, like raise corn and soy, whatever and just feed to everybody on earth we could, actually feed the all earth population, so you could end for then and there is also products, territories that are used for livestock and if all of that would be just like plants no one will actually care about those territories, so I think will be more peaceful. I think veganism could really change the world for the best and will be a lot less pollution and less water waste and so on. I think that people who live in villages that are very polluted because you always put polluted industries in villages, people don't care about those people anyway, if you first care about those people in second of all take out those industries, then they would live a great life, in the long run (Amelie).

Estes exemplos reforçam a possibilidade da configuração de uma gramática moral que diz respeito à *cit* ambiental e os compromissos estabelecidos com as ordens de grandeza mercantil, industrial e cívica. Conforme já foi previamente discutido, as justificações ambientais utilizadas pelos atores buscam legitimar o veganismo através da demonstração de diferentes argumentos e provas para demonstrar que ele seria uma forma mais correta de relacionamento com a natureza, na medida em que seria um modo de vida com menor impacto ambiental.

Em face disso, as justificações ecológicas operam em duas dimensões. Em uma primeira dimensão ela estabelece, de acordo com o que já foi apontado, compromissos entre essas diferentes ordens, e em uma segunda dimensão ela indica rompimentos com as *cit*s mencionadas a partir de críticas às demais ordens,

principalmente aquelas que se aproximam dos termos das críticas de uma ecologia profunda<sup>63</sup>. Assim, é possível notar justificações que articulam lógicas ambientais e mercantis através da possibilidade de intervenção na questão ambiental por meio do boicote aos produtos da pecuária e o incentivo à produção de alimentos “veganos” sem origem na exploração animal. Em sintonia, os atores também articulam justificações ambientais e industriais através da possibilidade da maior eficiência da produção vegana, visto que ela que ocasionaria um menor dispêndio de recursos naturais e ainda com argumentos cívicos que associam o veganismo como um modo de vida que poderia reduzir os impactos ambientais da ação humana e contribuir para o bem comum, principalmente relacionado às gerações futuras. Os extratos de entrevistas a seguir evidenciam essas justificações que foram percebidas como argumentos comuns e presentes na maioria das entrevistas realizadas nos dois países focalizados:

(...) mas acho que o veganismo contribui muito com o ambientalismo também, até porque a gente sabe que a pecuária no Brasil né, a Amazônia é o quintal para o gado, os pecuaristas vão pra Amazônia destroem quanta área verde lá né, matam milhares de hectares lá, queimam tudo, botam fogo pra poder plantar soja pra que alimente o gado, engraçado que muita dessa soja que poderia servir de alimento para as pessoas acabam indo pra ração animal né, então a questão ambiental é bem forte né, a pecuária devasta muito a Amazônia, o gado seria praga, o pecuarista seria a praga da Amazônia, então seria uma coisa também que realmente evitando comer carne, derivados sendo vegano também faria um bem para o meio ambiente, mas como eu falei sempre com ressalvas porque

---

63 O termo, cunhado em 1972 pelo filósofo norueguês Arne Naess, enfatiza um contraste entre ecologia profunda e "ecologia superficial". A ecologia superficial se traduziria em políticas ambientais reformistas que estão preocupadas principalmente com problemas, como o esgotamento de recursos e a poluição, que têm efeitos negativos no bem-estar e na afluência das populações humanas no mundo desenvolvido. Essas políticas superficiais tentam reformar a atividade humana em relação ao meio ambiente sem provocar uma mudança sistemática no comportamento, atitudes ou instituições humanas. A ecologia profunda, por outro lado, ofereceria uma crítica normativa da atividade e das instituições humanas e buscaria uma mudança fundamental na visão de mundo dominante e na estrutura social da modernidade (KATZ E ROTHENBERG, 2000).

daqui a pouco lança uma técnica que não devasta tanto assim, de reaproveitamento do solo, alguma coisa assim, assim com pra saúde, não adianta dizer que sou vegano por saúde daqui a pouco o cara é onívoro e consegue ser saudável também né, então (Leonardo).

Acho que a questão da pecuária. né acho que as vezes a gente valoriza, é aquela história, ah desliga a água da torneira, tá e quanto tu gasta de água na pecuária, sabe? E quando eu soube, quando eu fiquei sabendo sobre isso, eu disse como eu gostaria de ser (vegana) antes, entendeu? E daí claro, é muito mais fácil tu ouvir o que esta no jornal, ali, que está mais divulgado né, tá mais fácil, tem mais acesso nesse sentido, a gente acaba deixando essa questão da pecuária de lado. O quanto que tem que alimentar os animais para todo esse incentivo aí para os frigoríficos (Márcia).

Definitely, I mean, recently the UN published that the pollution and the climate change is caused by animal agriculture, is greater than all of transportation, so it's evident that attributing a vegan life style, specially vegan diet, will be very beneficial to solving climate change (...) even with a changing all of of transportation energy sources to alternative and renewable sources, wouldn't be good enough as if we are to not stop eating meat and consuming animal products, so I think if people adopt vegan diet, it would be an incredible step towards slowing climate change, I think that, most all environmentalists acknowledges and the ones that don't, it's usually because they have issues with governments or lobbying, it's usually a money issue that inhibits or funding issue that inhibits them for being vocal about that, because a lot of, you know, when you think of the dairy and meat industry, these are massive industries, so that will be the problem, but yes, definitely adopting a vegan life style will be very beneficial to the environment (Beatrice).

Dessa forma, em consonância com Thévenot, Moody e Lafaye (2000) que observaram compromissos estabelecidos no âmbito das disputas ambientais estudadas no caso da França e dos Estados Unidos, os compromissos entre diferentes ordens de grandeza para a justificação das práticas de consumo contestatório vegano evidenciam como os atores focalizados mobilizam argumentos e provas, em face de determinada situação, na busca de convencer os seus opositores.

Assim, eles se utilizam de provas, como é o caso do relatório sobre os impactos ambientais da pecuária, intitulado *Livestock's Long Shadow*, produzido pela FAO/ONU (2006) sobre os impactos globais da pecuária relacionados à geração de gases que contribuem para o efeito estufa, ou no caso brasileiro dos estudos e relatórios que indicam que a pecuária<sup>64</sup> é a atividade que mais contribui para a devastação da Amazônia (GREENPEACE, 2009). Essas provas utilizadas pelos veganos ouvidos também apontam para a importância de organizações que fazem lutas em favor da causa animal e em prol do veganismo na conformação das justificações ecológicas, visto que organizações como a PETA, Mercy for Animals, a Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), entre outros grupos organizados, repercutem os estudos mencionados em suas campanhas em favor do veganismo, oferecendo “argumentos ambientais” concisos por meio de infográficos e imagens<sup>65</sup> veiculados principalmente através da internet. Dessa forma, mesmo não se reportando de forma direta aos estudos, os veganos utilizam-se dessas informações como provas da eficiência do veganismo na alocação de recursos e geração de menores impactos ambientais. Portanto, o aparato das justificações ambientais indica que os atores empreendem críticas, principalmente aos impactos ambientais causados pela pecuária, e percebem que o veganismo poderia contribuir para minimizar a crise ambiental.

Em consonância, alguns veganos ouvidos consideram que o veganismo

---

64 De acordo com o Greenpeace a “indústria da pecuária na Amazônia brasileira é o maior vetor de desmatamento do mundo, responsável por um em cada oito hectares destruídos globalmente” (2009, p.3).

65 Anexos 1 e 2.

está estreitamente ligado à causa ambiental, sendo impossível dissociar o veganismo dessa causa. Desse modo, uma postura vegana implicaria, por exemplo, a consideração daquelas práticas mais prosaicas de consumo que de alguma forma podem ameaçar ou causar algum tipo de prejuízo aos animais. Seria o caso, por exemplo, do descarte de materiais plásticos que podem causar danos a diferentes espécies animais:

Mas eu penso assim também que, eu, talvez uma sequência que eu vejo do aprofundamento do veganismo, eu denomino de ecoveganismo, que seria assim ó, tu tentar conciliar a questão ambiental com a questão dos animais. Mas essa questão ambiental que eu falo está ligada aos animais, vou dar um exemplo assim: tu, as vezes tu é um cara "bah eu sou vegano, to de paz e amor com os bichos, beleza, não cometo nenhuma atitude, ao menos de escolha pessoal", mas quando, por exemplo, eu não me preocupo com a descarga da minha casa, dos banheiros, quando eu puxo lá né, que os excrementos vão ir lá para a rede de esgoto e vai parar lá no Guaíba, vai parar lá no Rio dos Sinos, vai parar lá no Gravataí e tal e consequência disso, aquela puxada de descarga ali sabe, somando com as demais pode gerar uma mortandade de peixes que vai matar centenas e até milhares de peixes no rio. E esses animais, esses peixes lá, também tem seu direito e coisa, e eu vou estar entrando em contradição, então aí vai ser uma questão ecoveganista. Uma outra questão é, se o vegano não estiver preocupado com os resíduos que ele gera na sua casa, por exemplo os seus descartes, de separar o lixo por exemplo né e tal, pode acontecer, se ele não tiver aquele: bah, sacolinha eu consumo adoidado sacolinha. Mas se ele não tiver a preocupação de que na sua cidade haja uma triagem, uma coleta de lixo bacana que evite que estes plásticos vão parar no sistema hídrico que lá pelas tantas vai para o oceano, que lá daqui a pouco tem uma tartaruga marinha comendo saquinho plástico que pode ter vindo da tua casa. Tu foi no mercado, comprou sacolinha muito bacana, né, foi para o caminhão do lixo, levou e não sei por

que cargas d'água foi parar na sarjeta, foi parar não sei a onde. Foi pro Guaíba, foi parar na Lagoa dos Patos e foi lá pro Oceano Atlântico, e aí? Então é uma questão, uma postura ecoveganista, tu está indo além. Um exemplo também na questão do lixo (Paulo).

Estas justificações e compromissos estabelecidos indicam que a questão ambiental é uma parte importante das justificações dos veganos ouvidos. Tais justificações foram mobilizadas e estão presentes em grande parte das críticas e argumentações em defesa do veganismo quando os atores entrevistados buscam criticar as diferentes implicações ambientais da exploração dos animais pela humanidade e sua contrariedade. Portanto, eles utilizam argumentos e críticas que buscam evidenciar o veganismo como uma saída para a crise ambiental, como por exemplo, no que toca à dieta alimentar vegana, percebida como a mais correta em termos ambientais, que seria de baixo impacto ambiental, mais sustentável e que por fim deságua em críticas ao caráter antropocêntrico e predatório que permeiam e dão sustentação à exploração animal.

Desse modo, essas justificações, que estão presentes nos discursos dos praticantes do veganismo<sup>66</sup> e ressaltam a configuração e ascensão de uma grandeza ambiental, demonstram, por outro ângulo, a realização de críticas que seriam associadas à “ecologia profunda”, que engloba a plena consideração dos seres não humanos. Assim, a comunidade de referência necessária para a avaliação do bem comum seria estendida e deixaria de ser definida por uma humanidade comum (LAFAYE; THÉVENOT, 1993).

Nesse sentido, conforme será discutido mais adiante, é possível perceber uma estreita conexão entre determinados pressupostos das justificações ambientais baseadas em uma “ecologia profunda”, com aquelas que foram modelizadas nesse trabalho como uma gramática animalista. Essa gramática centraliza as justificações

---

66 Esta associação entre o veganismo e a questão ambiental também foi percebida na pesquisa de Pereira (2014), que investigou a construção de distintas formas de enquadramento interpretativo de ativistas do movimento dos direitos animais. O autor (2014, p.79) considera que a questão ambiental, que foi percebida em discursos de parte dos ativistas entrevistados, “pode ser vista como parte integrante e necessária da defesa dos direitos animais, ou seja, como moldura ideológica” (2014, p.79).

consideradas fundamentais do veganismo e que estão relacionadas aos ideais de uma “ética animalista”, que serão abordados a seguir. Desse modo, é possível afirmar que as justificativas ecológicas ocupam um lugar importante para a legitimação do veganismo e suas práticas, bem como indicam possibilidades de profundas modificações acerca da noção de bem comum, compartilhando, dessa forma, alguns princípios que parecem fundamentais para a ascensão de uma “grandeza animalista”.



## Parte 2

### 4.5. Justificações baseadas em uma grandeza animalista?

Conforme discutido na seção precedente, é possível modelizar uma parte considerável das gramáticas do consumo contestatório vegano nas ordens de grandeza já estabilizadas, com base nas formas de bem comum disponíveis. Não obstante, conforme será discutido nessa seção, e preliminarmente já apontado, uma parte considerável e fundamental dessas gramáticas não podem ser modelizadas nos termos e princípios das grandezas referidas e poderiam ser pensadas como a ascensão de uma nova ordem de grandeza baseada em um princípio superior comum próprio. Em face disso, a possibilidade de ascensão do que será entendido como uma grandeza animalista será problematizada. Para isso, será retomada a discussão sobre alguns aspectos importantes relacionados à ascensão de novas *cités*, em especial algumas convergências e pontos em comum com a ascensão de uma grandeza ecológica.

Desse modo, no que se segue, serão discutidos alguns pressupostos fundamentais relacionadas à ascensão de novas ordens de grandeza com base na gramática da justificação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991) para posteriormente pensar sobre a possibilidade de configuração e modelização de uma nova gramática da ação, na forma de uma ordem de grandeza, que orienta as justificações e engajamentos dos atores nas práticas e discursos do consumo contestatório vegano. Assim, serão expostos os princípios basilares dessa nova ordem de grandeza, com base na obra *Libertação Animal* de Peter Singer e na obra *Jaulas Vazias* e *The Case for Animal Rights* de Tom Regan, que contém algumas das ideias centrais do movimento contemporâneo da causa animal e de onde o veganismo extrai alguns de seus princípios básicos.

A escolha desses autores deve-se não só a sua importância enquanto

criadores de alguns dos conceitos básicos utilizados pela causa animal, mas também à presença de seus argumentos centrais nas falas dos entrevistados, de forma direta ou indireta. Dessa forma, inspirado no processo de modelização das *cités* de Boltanski e Thévenot, foram retirados dessas obras alguns princípios básicos para a modelização de uma grandeza animalista. Nesse sentido, nesse processo foram observados alguns fundamentos essenciais, bem como explorados os seus limites e contingências, visto que, o caso em questão, possibilita discussões sobre o que seriam os limites da humanidade comum e a possibilidade de uma ampliação daqueles seres que estão inscritos nesse conceito e suas consequências para a definição das esferas da política e da justiça.

#### **4.5.1. Condições de possibilidade da conformação de uma grandeza animalista dentro do regime de justificação**

Lafaye e Thévenot (1993) investigaram a possibilidade da ascensão de uma grandeza ecológica. Partindo do diagnóstico da ascensão de diversas questões relacionadas à problemática ambiental, os autores examinaram a possível integração dos princípios da ecologia nas ordens de justificação já existentes, e a possibilidade da emergência de uma nova *cité*. Assim, os autores realizam o questionamento da matriz comum a tais ordens e a base que ela oferece para as críticas e justificações relacionadas à questão ambiental. Dessa forma, os autores buscaram perceber a possibilidade das justificações relacionadas com as ordens de grandeza já estabelecidas englobarem as justificações ambientais, a possibilidade da conformação de uma *cité* ecológica e ainda os seus possíveis limites dentro do modelo de *cité* elaborado por Boltanski e Thévenot (1991).

Apesar de as conclusões dos autores nessa investigação deixarem em aberto a questão central sobre a ascensão de uma nova grandeza (ecológica) dentro desse modelo de *cité*, é possível extrair alguns pontos e reflexões muito pertinentes que servirão para pensar a ascensão de uma grandeza animalista. Conforme Lafaye e

Thévenot (1993) os argumentos ecológicos podem ser moldados nas ordens de grandeza já estabelecidas. Com base na pluralidade dos princípios que norteiam as diferentes *cités* seria possível cogitar que essas grandezas fornecem o aparato justificativo utilizado pelos atores envolvidos nas disputas ambientais. Uma das consequências disso seria a absorção das demandas ambientais pelas *cités* existentes, assim, por exemplo, seria possível reduzir a incompatibilidade entre interesses opostos, como os relacionados ao desenvolvimento e à preservação em termos de eficiência técnica. Em face disso, seria possível considerar uma internalização das preocupações ecológicas pelas *cités* existentes.

Não obstante, os autores demonstram que as questões ecológicas transbordam as *cités* existentes e sugerem que os argumentos ecológicos engendram uma nova ordem de grandeza. Esses elementos são relacionados à diversas críticas e justificações que não estão contidas nas *cités* já estabilizadas e que colocam em questão suas insuficiências e contestam a sua legitimidade, nas palavras dos autores:

Nombre de justifications prennent appui sur la thématique de l'environnement, non seulement en vue de pointer les défauts et les insuffisances des autres modes d'évaluation, mais aussi pour contester leur légitimité à assurer le bien commun et jeter le discrédit sur leur capacité d'évaluation (LAFAYE; THÉVENOT, 1993, p. 511).

Desse modo, a causa ambiental também suscita críticas aos princípios e ordens de justificação estabilizadas, bem como estabelece, por outro lado, um vínculo político próprio para fundamentar um acordo legítimo, ou seja, possui um princípio superior comum específico. Assim, por exemplo, o princípio de eficiência da ordem de grandeza industrial, que é fundado em relação com a noção de progresso técnico, pode ser criticado com base em uma grandeza ecológica que vai contestar o modo de produção industrial e suas consequências com base na ideia da defesa dos ecossistemas.

Nesses termos, a ascensão de uma grandeza ecológica seria o resultado de um processo que lançou a questão ambiental ao centro do debate político, não

podendo mais ser ignorada e mediada somente nos termos das grandezas já existentes. Essa autonomização, conforme já discutido, coloca a consideração ambiental e os princípios da ecologia como uma nova ordem de grandeza autônoma, o que possibilita a crítica às demais ordens e a legitimação dos seus argumentos.

Além disso, conforme Lafaye e Thévenot (1993), o modo de avaliação com base no interesse geral, que é o princípio da ação pública não é ignorada pela crítica ecológica na medida em que, em grande parte das situações, as estruturas institucionais são percebidas como impotentes diante da complexidade dos problemas relacionados à crise ambiental, entre outros pontos<sup>67</sup> citados pelos autores que são relacionados aos pressupostos das demais *cités* que seriam objetos de críticas com base na grandeza ambiental. Em face disso, os autores consideram que essa nova *cité* poderia engendrar uma nova noção de bem comum capaz de incorporar tais críticas. Esse é um ponto fundamental, que, como será demonstrado, é crucial para pensar sobre a possibilidade de ascensão de uma grandeza ecológica e de uma grandeza animalista, visto que ele implica a possibilidade de uma extensão da comunidade de referência para além da humanidade e suas consequências para a definição do bem comum.

Conforme os autores, a invocação da natureza conduz a um processo de alargamento da lista dos seres que são implicados na questão da justiça. Seria possível visualizar uma parte desse processo em conflitos nos quais diferentes associações relacionadas à causa ambiental não estão a defender pessoas ou coletividades, mas se colocam como porta-vozes de animais e plantas, generalizados como espécies ou entidades compósitas, como os biótopos. Nesse sentido, é levantada a questão da dignidade dos seres não humanos. Apesar de a possibilidade da defesa dos seres não humanos ser compatibilizada com os interesses da comunidade humana, os argumentos ecológicos, relacionados, principalmente com uma “ecologia profunda”, implicariam que se leve em conta a totalidade dos seres não humanos. Assim, a “comunidade de referência necessária

---

<sup>67</sup> Para mais detalhes ver Lafaye e Thévenot (1993).

para a avaliação do bem comum é, portanto, estendida e deixa de ser definida por uma humanidade comum.”<sup>68</sup> (LAFAYE; THÉVENOT, 1993, p. 517).

Nesse sentido, é possível realizar o questionamento sobre a possibilidade de ascensão de uma *cité ambiental*, e de uma *cité animalista* e, por fim, a conformação de suas críticas dentro do regime de justificação, visto que um de seus pressupostos básicos diz respeito   humanidade comum. Nessa dimensão,   seguro afirmar que tanto a ascensão de uma grandeza ecológica, quanto a ascensão de uma grandeza animalista compartilham alguns pressupostos em comum, como   o caso da necessidade de uma ampliação da comunidade moral, bem como a questão de que as pessoas envolvidas nas causas ambientais e animais serem os porta-vozes de seres não humanos, ou ainda das diferentes críticas em relação   exploração, em termos de recursos naturais ou em relação aos animais.

Nesses termos, conforme será discutido, as justificações que sustentam os engajamentos dos atores nas práticas e discursos do consumo contestat rio vegano apontam para a ascensão de uma configuração gramatical, na forma de uma nova ordem de grandeza, que tem como um de seus pressupostos básicos a problematização dos seres implicados com a noção de justiça e dignidade. Em face disso, para pensar a possibilidade dessa ascensão   preciso discutir se o regime de justificação comporta tal ampliação dos seres implicados na justiça, para além dos seres humanos.

O trabalho realizado por Franco (2015), que investigou as lutas políticas de defensores de animais que buscam o fim da exploração de animais e para que eles sejam incluídos na mesma comunidade moral que os humanos, sendo considerados como sujeitos de direitos, aborda essa questão. A investigação focaliza, em específico, as mobilizações realizadas por professores/pesquisadores e membros do ministério público engajados na elaboração da  tica e do direito animalista. Nestes termos, a autora parte da consideração de que os defensores, ao lutar politicamente pela causa animal, inauguram uma situação crítica e pretendem encerrá-la através

---

68 Tradução livre realizada pelo autor.

do acionamento de dispositivos que demonstrem que os interesses dos animais são violados:

Nesse caso, o uso dos animais é denunciado porque não atende aos seus próprios interesses, portanto, não atende ao bem comum. Mas conforme essa perspectiva, observamos a existência de uma profunda transformação em relação a moral, uma vez que os animais são pensados como sujeitos implicados com a justiça. O bem comum, conforme a crítica dos defensores, não se restringe apenas aos humanos, mas tem sua fronteira ampliada para representar também os animais (FRANCO, 2015, p. 17).

De acordo com a autora, o encerramento do momento crítico dessa situação requer o estabelecimento de uma nova perspectiva que possa refutar a consideração de que a moral diz respeito de forma exclusiva aos seres humanos. Nesse sentido, as críticas realizadas pelos defensores estudados pela autora apontam para a necessidade de um alargamento das fronteiras do que compreendemos como bem comum, de forma a incluir os animais, e ainda contam com as disposições básicas da moralidade para o convencimento dos seus interlocutores para agir com responsabilidade perante a vida dos animais.

Em consonância, com base na perspectiva teórica e metodológica da presente tese, é possível conceber inicialmente que a questão da legitimação dos argumentos da causa animal se defronta com um problema central, que diz respeito à falta de uma condição básica para a operação dentro do regime de justificação, qual seja, a questão da humanidade comum. De acordo com Boltanski e Thévenot (1999) quando os atores estão envolvidos na crítica eles devem ser dotados da habilidade de se transportar de uma dada forma de justificação (ordem de grandeza) à outra, com os mesmos requisitos. Dessa forma, a tentativa dos autores de tornar explícitos tais requisitos, que são compartilhados pelas diferentes ordens, deu origem à noção de um modelo comum (*modele de cité*) que é compartilhado por todas as ordens de grandeza.

Esse modelo explica a possibilidade de deslocamento de uma ordem de grandeza à outra, bem como a construção de compromissos entres elas. Ao centro

do modelo estão presentes duas condições ou imperativos<sup>69</sup> básicos: o primeiro diz respeito à condição de humanidade comum, já o segundo é a condição de ordem. A presença dessas condições vai, por sua vez, produzir uma tensão, visto que por um lado as pessoas são iguais em seu pertencimento à humanidade e por outro (e ao mesmo tempo) são postas dentro de uma hierarquia, de acordo com uma determinada ordem de grandeza (BOLTANSKI, 2011). Em face disso, nesse modelo, a distinção entre pessoas - que aponta para os seres humanos em seus estados antes de qualquer forma de qualificação - e estados de pessoas - que se fazem referência ao processo de qualificação - é fundamental. Ao seu turno, uma concepção na qual os estados de pessoas e a sua grandeza ou importância são definitivos, estaria em desacordo com o princípio de humanidade comum. Desse modo, o momento crítico seria, precisamente, o momento em que uma discordância acerca do estado de grandeza das pessoas se manifesta (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999).

Nesses termos, tanto a ascensão de uma grandeza animalista, quanto a ascensão de uma grandeza ecológica, transbordariam o modelo do regime de justificação, visto que a inserção de seres que não são humanos no círculo de consideração moral implica, nos termos de Lafaye e Thévenot (1993), que a comunidade de referência para a definição e avaliação deixa de ser definida em termos de uma humanidade comum. Alguns caminhos seriam possíveis para equacionar essa questão. Um deles seria a possibilidade de essas causas engendrarem ou serem conformadas por um outro regime da ação que não se enquadra na noção de regime de justificação.

Dessa forma, seria possível pensar que a causa animal se inscreve em um regime de humanização (FRANCO, 2015). De acordo com a autora a questão da comum humanidade e da dignidade daqueles que fazem parte da comunidade humana não opera de forma absoluta na medida em que, por um lado, é possível perceber a inclusão de seres não humanos na comunidade humana e, por outro, constatar que nem todos os seres humanos estariam inclusos em um regime de

---

69 No original *constraints*.

justificação ou humanização. Freire (2010), tratando da questão da criminalidade no Rio de Janeiro, identifica a existência de um regime de desumanização que exclui determinados seres humanos de acordo com a classe e cor, evidenciando a existência de vidas humanas “matáveis”.

Por outro lado, Franco (2015) identifica a existência de um regime de humanização que inclui determinados animais, como é o caso dos animais domésticos, no círculo de consideração moral e que, além disso, seria o regime no qual operam os defensores dos animais que buscam ampliar essa consideração para os animais de produção. Dito isso, é possível identificar que a questão da humanidade em comum não é uma fronteira rígida e absoluta, e que pode, por um lado, excluir seres humanos através de um processo de desumanização e, por outro, incluir determinados animais no círculo moral através de um processo de humanização.

Não obstante ser possível discutir e identificar os regimes de violência ou de paz, onde as ações não necessitam ser justificadas, estamos a considerar a possibilidade de ascensão de uma gramática (na forma de *cité*) que opera dentro do regime de justificação, o qual, parte da construção moderna sobre o valor inerente e socialmente reconhecido da vida humana, que funda o vínculo político, no qual as ações dos sujeitos reclamam por justificações. Portanto, o presente trabalho considera que alguns fatos apontam que tanto os argumentos ecológicos, quanto os animalistas, podem ser pensados na forma de gramáticas, nos termos do regime de justificação, na medida em que as ações e discursos dos atores envolvidos implicam a contestação e a crítica. Portanto, compreende-se, seguindo, Boltanski e Thévenot (1991), que a exigência de justificação está relacionada de forma indissociável com a possibilidade de crítica.

O ponto fundamental a respeito da comunidade de referência pode ser equacionado seguindo alguns apontamentos realizados por Lafaye e Thévenot (1993). De acordo com os autores, com base na análise dos argumentos ecológicos com relação à dignidade das diferentes espécies de animais, uma de suas



elaborações refere-se à ampliação dos direitos aos animais, de forma que a linguagem da justiça e da moralidade é preservada e alcança esses seres. A mais antiga dessas extensões pode ser percebida em relação aos animais domésticos que em muitos países, como o Brasil, são protegidos na forma da lei tendo determinados direitos. Isso, por si só, é algo notável, visto que demonstra a existência de um processo concreto dessa ampliação do círculo moral. No entanto, este caso não permitiria qualificar as relações com todos os animais, visto que, no caso da extensão dos direitos aos animais domésticos, ela está relacionada às relações de confiança mútuas entre esses e os seres humanos, e que, além disso, baseia-se em uma simetria que os distingue claramente dos humanos. O quadro moral do utilitarismo, por outro lado, ofereceria esta possibilidade devido à pressuposição de equivalência básica relacionada às capacidades comuns de sentir prazer e dor:

Cependant cet ordre de grandeur ne permet pas de qualifier les relations avec tous les animaux. Le cadre moral de l'utilitarisme offre, en revanche, cette possibilité en raison de l'équivalence qu'il suppose dans l'agrégation des plaisirs et des peines sur une communauté d'agents. Suivant la suggestion de Bentham, Singer a développé cette version élargie de l'utilitarisme en s'élevant contre le speciesism qui favorise indûment les intérêts de l'espèce humaine (Singer, 1975). L'extension de la communauté représentée au-delà des personnes humaines peut être supportée par des précédents, le monde du droit étant déjà peuplé de personnalités juridiques qui n'ont pas forme humaine et qui détiennent néanmoins des droits (LAFAYE; THÉVENOT, 1993, p. 517).

Nesse sentido, seria possível o estabelecimento de um pressuposto básico de equivalência com base na capacidade de sentiência comum aos seres humanos e aos animais e a crítica à sua exploração com base em um preconceito fundamental que é o especismo. Conforme será discutido, esses conceitos são uma parte fundamental dos princípios que estruturam a conformação de uma *city* animalista, visto que possibilitam que a questão animal seja traduzida em termos de justiça. Por outro lado, conforme os autores indicam, a noção de um rompimento crucial relacionado à extensão da comunidade moral, para além dos seres humanos, pode ser problematizada na medida em que é possível observar que o “mundo do direito” já está povoado de personalidades jurídicas que não têm forma humana e,

no entanto, possuem direitos, como é o caso tanto dos animais domésticos, quanto de pessoas jurídicas, na forma, por exemplo, de empresas.

#### **4.5.2. As metafísicas políticas da gramática animalista**

Conforme já foi discutido no capítulo anterior, a visão de mundo que confere sustentação ao modo de vida e engajamento ao veganismo é caracterizada por uma nova percepção sobre os animais e a relação da humanidade com os mesmos. Nesses termos, conforme preliminarmente apontado, essa visão de mundo é informada em seus elementos centrais por noções e princípios da filosofia animalista, principalmente relacionados às obras de Peter Singer e Tom Regan (*Libertação Animal* e *The Case for Animal Rights*, respectivamente). Assim, em consonância com as pesquisas já referidas sobre os movimentos de direitos animais que indicam a centralidade dos argumentos da filosofia animalista para esses movimentos, a presente pesquisa entende que os argumentos elaborados por esses filósofos não só fornecem os seus fundamentos centrais, mas materializam a ascensão de um novo sistema de valores que vai orientar as diferentes dimensões e faces dos distintos movimentos e modos de vida que são relacionados com a causa dos direitos animais, como é o caso do veganismo.

Além disso, compreende-se que tais obras expressam profundas modificações sociais sobre o estatuto dos animais e sobre as formas pelas quais historicamente as relações entre a humanidade e os animais se desenvolveram. Dessa forma, essas obras podem ser percebidas como um “sinal dos tempos”, visto que aglutinam e avançam sobre um conjunto de reflexões e novas percepções sobre os animais que vem se desenvolvendo, principalmente nos últimos três séculos (THOMAS, 2010). De outra parte, essas obras são reconhecidas como duas das mais importantes e influentes contribuições filosóficas sobre a questão animal e inauguram uma nova fase para a luta pelos direitos animais (ROWLANDS, 2009).

Com base nessas compreensões, seria possível pensar que tais autores fornecem as bases metafísicas fundamentais para pensar a possibilidade da ascensão de uma gramática animalista, na forma de uma  *cité* , que orienta as justificações dos atores comprometidos com o veganismo. De acordo com o que já foi apontado, diferentes pesquisas (FERRIGNO, 2012; VILELA, 2013; CELKA, 2012; PEREIRA, 2014; FRANCO, 2015) já demonstraram a importância desses autores na formação e consolidação de uma ética animalista que fornece os argumentos fundamentais, principalmente para os movimentos de direitos animais. Não obstante, a importância desses autores é aqui pensada de forma relativamente diferente. Essas obras são pensadas aqui, nos termos de Boltanski e Thévenot (1991), como os repositórios de metafísicas políticas que irão informar um quadro de referência comum por meio do qual os atores se orientam e passam a legitimar os seus discursos e ações. Com base no que já foi exposto, a ideia da conformação de uma  *cité*  animalista é relacionada a um imperativo de justificação que exige dos atores o recurso a argumentos legítimos. Assim, na medida em que as grandezas existentes não são suficientes para dar suporte às críticas e justificações dos atores, seria possível considerar a ascensão de uma nova gramática que passa a subsidiar as pretensões de justiça relacionadas, nesse caso, à causa animal.

Nesses termos, a ascensão de uma grandeza animalista é percebida nesse trabalho como resultado de um longo processo histórico de problematização da questão animal que culmina, na década de 1970, na conformação de fortes argumentos e críticas sobre a necessidade de estender a consideração moral aos animais e cessar com a sua exploração para fins humanos.

A obra de Singer intitulada  *Libertação Animal* , publicada pela primeira vez em 1975, é percebida como um marco importante ao fornecer as bases filosóficas dos movimentos contemporâneos que lutam pela causa animal (ROWLANDS, 2009). Por outro lado, ela pode ser percebida como uma obra que foi gestada em um contexto social marcado pela crescente reflexão acadêmica sobre as possíveis questões éticas e morais ligadas ao relacionamento entre a humanidade e os animais. Destaca-se o fato de que o livro surgiu a partir da resenha realizada por

Singer da obra *Animals, Men and Moral* (GODLOVITCH ET AL, 1973). Dessa forma, a obra de Singer também pode ser considerada como fruto de uma crescente preocupação, social e acadêmica, sobre a questão animal, sendo, portanto, relacionada com o longo processo de sensibilização em relação aos animais descrito por Thomas (2010).

Não obstante as críticas e problematizações realizadas posteriormente por outros filósofos<sup>70</sup> e membros da causa animal a alguns pressupostos da filosofia utilitarista de Singer, essa obra pode ser percebida como o pilar fundamental da crítica animalista e representa a ascensão de um novo sistema de valores que tem como ponto central a necessidade de consideração moral dos animais. Assim, essa obra inaugura uma nova concepção moral sobre os animais e provoca uma ruptura na forma pela qual historicamente os animais são tratados, tanto em termos acadêmicos, quanto em relação à legitimação da sua exploração para fins humanos.

Singer (2013) inicia a sua obra a partir da discussão sobre a questão da igualdade humana para demonstrar as razões pelas quais o princípio ético ao qual ela está baseada exige que se estenda a mesma consideração aos animais. Desse modo, o autor parte de uma discussão sobre a igualdade e luta de grupos humanos por direitos, para demonstrar que de forma semelhante aos preconceitos contra humanos, que culminavam em uma diferença na consideração de suas necessidades e interesses, o preconceito contra outras espécies permite a desconsideração dos seus interesses.

Portanto, o autor considera que as diferenças físicas ou da capacidade de raciocínio não podem constituir o parâmetro para a consideração moral dos seres humanos e não humanos. Em face disso, de forma análoga ao racismo e o sexismo, Singer (2013) considera que a exploração dos animais pela humanidade é baseada em um preconceito fundamental, o especismo. O especismo, de acordo com o autor, significa o preconceito ou atitude tendenciosa de alguém em favor dos interesses de membros da sua própria espécie, contra os de outras.

---

70 Para maior detalhamento consultar Rowlands (2009).

Dessa forma, da mesma maneira que o princípio da igualdade não permite que as diferenças factuais de capacidade entre duas pessoas possam justificar distinta consideração dos seus interesses, as diferenças entre os seres humanos e os animais de outras espécies também não são um critério válido para isso. Portanto, a consideração dos interesses alheios não depende das capacidades diferenciais em relação a outrem, mas das suas próprias características e capacidades.

Seguindo Jeremy Bentham, que colocou a questão nos seguintes termos: “A questão não é: “eles são capazes de raciocinar?”, nem “São capazes de falar? “, mas, sim “Eles são capazes de sofrer? “” (BENTHAM apud SINGER, 2013, p.12). Singer (2013) considera que a capacidade de sofrer e de sentir prazer (senciência) é um pré-requisito fundamental para um ser ter algum interesse. Dessa forma, os animais, ao possuírem tais capacidades, devem ter os seus interesses levados em conta, visto que esse pré-requisito, de sentiência, é ao mesmo tempo uma condição necessária e suficiente, na medida em que no mínimo eles possuem o interesse de não sofrer. Em face disso, para o autor, esse é o critério fundamental para a observação dos seres que devem ter seus interesses levados em conta:

Se um ser sofre, não pode haver justificativa moral para deixar de levar em conta esse sofrimento. Não importa a natureza do ser; o princípio da igualdade requer que seu sofrimento seja considerado da mesma maneira como o são os sofrimentos semelhantes – na medida em que comparações aproximadas possam ser feitas – de qualquer outro ser. Caso um ser não seja capaz de sofrer, de sentir prazer ou felicidade, nada há a ser levado em conta. Portanto, o limite da sentiência (usando o termo como uma redução conveniente, talvez não estritamente precisa, para a capacidade de sofrer/ou experimentar prazer) é a única fronteira defensável de preocupação com os interesses alheios (SINGER, 2013, p.14).

Nestes termos, de acordo com o autor, é possível o estabelecimento de uma igualdade fundamental entre os animais e a humanidade, que é a capacidade de sentiência. Dessa forma, essa igualdade básica que transcende a espécie humana pode ser pensada como o princípio básico de equivalência entre os seres inscritos na comunidade moral. Nesse sentido, o estabelecimento desse princípio pode ser entendido, conforme já apontado, como o fundamento e princípio básico de uma

gramática animalista nos termos de uma *crité*.

Regan (1983; 1985) parte de uma posição semelhante a de Singer, que é a capacidade dos animais de experimentarem sofrimento e prazer. Contudo, de forma diferente de Singer, que aborda a questão pela via da ética utilitarista, Regan aborda a questão animal pela via dos direitos. Assim, em diferença a Singer, que considera que os seres humanos e os animais não possuem exatamente o mesmo valor, visto que só os seres humanos teriam a capacidade de planejar o futuro e sofrer por antecipação à morte, denotando a possibilidade de um maior sofrimento, Regan (1985) atribui um valor igual a ambos.

Portanto, Regan considera que os seres humanos e os animais possuem similaridades, sendo a mais crucial e básica, a noção de que ambos são sujeitos de uma vida e por isso possuem valor igual e inerente. Dessa forma, a definição de direitos é fundamentada pela noção de que da mesma forma que os humanos, os animais também devem ser percebidos como sujeitos de uma vida, com um valor inerente:

We are each of us the experiencing subject of a life, a conscious creature having an individual welfare that has importance to us whatever our usefulness to others. We want and prefer things, believe and feel things, recall and expect things. And all these dimensions of our life, including our pleasure and pain, our enjoyment and suffering, our satisfaction and frustration, our continued existence or our untimely death-all make a difference to the quality of our life as lived, as experienced, by us as individuals. As the same is true of those animals that concern us (the ones that are eaten and trapped, for example), they too must be viewed as the experiencing subjects of a life, with inherent value of their own (REGAN, 1985, p. 342).

O alicerce fundamental de sua posição em defesa dos animais é, portanto, a noção de que eles são sujeitos de uma vida. Isso implica que os animais devem ser protegidos. Com base nesse pressuposto fundamental, o autor considera que, assim como os humanos, eles devem ser alcançados pela justiça. Isso significa que a única saída é a consideração de que os animais também são sujeitos de direitos. Para o autor, a noção de direitos animais é uma ideia simples, visto que em um nível elementar, significa apenas que os animais têm o direito de serem tratados com

respeito. Por outro lado, de acordo com Regan, a noção de direitos animais é uma ideia profunda porque suas implicações têm amplas consequências, visto que isso implica que devemos “parar de criá-los por causa de sua carne. Vamos ter de parar de matá-los por causa de sua pele. Vamos ter de parar de treiná-los para que nos divirtam. Vamos ter de parar de usá-los em pesquisas científicas” (REGAN, 2006, p. 12).

Tais exemplos, de acordo com o autor, compartilham a mesma lógica moral de como os humanos exploram os animais. Dessa forma, Regan considera que o reconhecimento dos direitos animais requer a abolição animal e não a reforma:

Ser bondoso com os animais não é suficiente. Evitar a crueldade não é suficiente. Independentemente de os explorarmos para nossa alimentação, abrigo, diversão ou aprendizado, a verdade dos direitos animais requer jaulas vazias, e não jaulas e não jaulas mais espaçosas (REGAN, 2006, p. 12).

Nesse sentido, a ideia de direitos animais postulada por Regan é fundamental enquanto uma metafísica política que vai informar a argumentação daqueles que, se colocando em defesa dos animais, defendem a abolição da exploração animal enquanto uma obrigação moral. Não obstante as diferenças entre Singer e Regan, visto que a filosofia utilitarista na qual o primeiro se insere pode admitir a utilização de animais em algumas situações, a partir do cálculo relativo à maior geração de felicidade para os envolvidos (enquanto coletividade), e a compreensão do segundo, que é derivada da doutrina dos direitos naturais, que não admite essa possibilidade, pode-se conceber que suas obras não concorrem no princípio fundamental relacionado à necessidade de consideração moral dos animais em face de serem seres sencientes.

Portanto, com base nessas obras dos referidos autores da filosofia animalista, é possível extrair os princípios fundamentais que passam a legitimar as críticas e justificações dos atores em relação ao veganismo. O princípio básico de equivalência entre os seres (ou princípio superior comum) pode ser compreendido como o de senciência. Dessa forma, esse é o princípio básico que vai definir os

seres inscritos nesse mundo. Assim, a igualdade entre os seres é definida pela capacidade de sentir dor e prazer. O bem comum nessa *cité* diz respeito, portanto, não somente   humanidade, mas incorpora em sua no o de bem comum todos os seres dotados de consciência.

Contudo, seguindo a no o de Singer (2013), não se supõe que todos os seres inscritos na mesma comunidade moral são dotados da mesma capacidade para agência e julgamento, em termos de moralidade. Assim, da mesma forma que uma criança na sua primeira infância não possui capacidade<sup>71</sup> de julgamento moral (mas está inscrita no círculo de considera o moral), os animais, de forma geral, não são considerados como agentes morais, mas passam a ser incluídos na esfera de considera o moral. Disso deriva a compreensão de como as duas condi es básicas da *cité* são equacionadas na *cité* animalista. O imperativo que diz respeito   humanidade em comum   reconfigurado para dar abrigo a todos os seres sencientes, que compartilham as capacidades fundamentais de sentir dor e prazer, indicando uma expansão da fronteira da humanidade e a desconstru o da linha divisória cartesiana entre humanidade e animalidade. Já o imperativo que diz respeito ao princípio de ordem, no qual a possibilidade de hierarquizar os seres de acordo com a sua grandeza, seguiria inalterado, visto que só podem ser hierarquizados, como grandes ou pequenos, os seres dotados de capacidade de agência moral.

#### **4.5.3. Momentos críticos: Críticas e compromissos com as ordens estabilizadas**

De acordo com o que já foi previamente apontado, o veganismo e as lutas correlatas pelos direitos animais compartilham a problematiza o dos seres implicados com a justiça e o bem comum. Dessa forma, a defesa (política) do fim da explora o animal, e para que eles sejam incluídos na mesma comunidade moral

---

71 No sentido de uma capacidade de julgamento moral plenamente desenvolvida, em compara o a uma pessoa adulta.



que os seres humanos, inaugura um momento crítico que pode ser encerrado por meio da utilização de provas e acionamento de dispositivos que demonstrem a violação dos interesses dos animais.

Nesse sentido, é possível demonstrar e discutir as críticas realizadas pelos veganos ouvidos relacionadas a esse momento crítico e como elas se dirigem às diferentes lógicas que fundamentam as *cités* já estabilizadas. Levando com conta que a ascensão de uma nova ordem de grandeza é também relacionada com a impossibilidade da incorporação das críticas pelas ordens estabilizadas, sendo possível a sua fundação em uma lógica diversa das demais, pode-se problematizar as críticas dirigidas a tais grandezas e demonstrar a sua especificidade em termos do estabelecimento de um vínculo político novo, na forma de um princípio superior comum próprio.

As críticas relacionadas ao consumo contestatório vegano são orientadas e legitimadas, conforme será exposto, por meio de alguns dos princípios fundamentais da filosofia animalista anteriormente discutidos e pela articulação de provas que visam fundamentá-las. Dessa forma, no que segue, serão focalizadas as principais críticas construídas a partir de uma *cité* animalista direcionadas às grandezas mercantil, industrial, cívica e ambiental.

Nesta ótica, um ponto relevante observado nas falas dos entrevistados sobre suas vivências e percepções relacionadas ao veganismo, diz respeito à contestação dos valores e convenções sociais que legitimam a exploração dos animais pela humanidade para diversos fins, principalmente econômicos:

É exatamente a nossa cultura antropocêntrica, né, ela sempre, seja do ponto de vista religioso, seja do ponto de vista filosófico, ela colocou sempre o homem como o centro né, os interesses humanos acima de qualquer situação. Mas do ponto de vista do planeta a espécie humana chegou bem depois dos animais aqui né, e olha o estrago que já fez né. Então eu penso que os animais hoje são, pegando uma cronologia né, da questão de escravos né, os

indígenas, os negros né, a questão racista, a questão do sexismo, das mulheres também historicamente, enfim, colocadas em um plano inferior na condição de uma sociedade machista. Então eu acho que os animais são as próximas vítimas a serem libertadas dessa situação histórica, antropocêntrica que escravizou né, os animais e eles serem tratados como objeto, como mercadoria e tal né (Paulo).

Essas críticas evidenciam como os veganos ouvidos em ambos os países, Brasil e Canadá, articulam em seus argumentos os princípios da filosofia animalista na forma de dispositivos, como é o caso da noção de especismo, ao realizarem analogias a outros processos entendidos como similares, que possibilitam a exploração e objetificação dos seres a eles submetidos, tal como o racismo e sexismo. Dessa maneira, os atores se utilizam dessa noção e dispositivo para criticar a exploração dos animais para fins econômicos.

Diferentes autores têm discutido sobre a questão da expansão dos limites da mercantilização admitidos pelas sociedades, sendo que alguns exemplos podem ser destacados, como é o caso das práticas de cuidado, de direitos sociais, na área da saúde, dos relacionamentos, especialmente na área da reprodução humana (ZELIZER, 2010; STEINER, 2004). Contudo, no caso em lume, os adeptos do veganismo entrevistados, ao contestarem moralmente a utilização dos animais para fins econômicos, materializam em suas práticas e falas uma tendência oposta ao alargamento das práticas sociais e esferas da vida que passam a ser objeto de mercantilização.

Portanto, ao condenarem moralmente a exploração de animais com base no especismo e ao defenderem que estes também devem ter os seus interesses respeitados, principalmente de estarem vivos e não sofrerem, os adeptos do veganismo buscam colocar limites morais para os processos de objetificação atinentes à transformação dos animais em produtos à disposição nos mercados:

(...) because just thinking about cosmetics, something like that, I mean funny rabbits, adorable funny rabbits, get their eyes out of their

heads and people know that's happened, it's not something like (...) that's awful, terrible, that's horrible and then will go buy anyway, so the cuteness, they see and say, oh what cute little piglet and then they go into, you know, one fine pig, and they all killed and eaten, so cutenesses it's part of it, but it's nice to look at, but we objectify them and not really, we objectify animals in a extreme point, it's a, makes easy to do whenever we want, like they are just objects for our amusement, for your consumption, to uses as a test subject, to do research, I think animals rights, for me veganism and animal rights are, I can't never separate the two, I mean, there are many vegans who are vegans for health reasons, but for me animal rights is such a huge part of it. A big part (Mary).

Nestes termos, as provas apresentadas para respaldar a incorreção das práticas mercantis que se utilizam animais são relacionadas principalmente à noção da senciência. A noção de senciência configura-se, conforme já definido, como um princípio de equivalência ou de justiça dessa *cité*. Esse princípio, que é fundamentado em uma simetria entre os humanos e animais, em relação às capacidades de sofrimento, por sua vez foi criado tendo por base o conhecimento científico que atesta que os animais podem sofrer e sentir prazer de forma análoga aos seres humanos (SINGER, 2013). Dessa forma, além de constituir um princípio básico, ele também é articulado como uma prova científica (dispositivo) nas justificações e críticas realizadas pelos veganos na defesa da causa animal:

Bom, eu bem objetivamente, então, é a questão da não violência e da compaixão, é realmente um entendimento de que o animal também é um ser vivo, pesquisas que já revelam não só a senciência, como até níveis de consciência dos animais, claro que eu sou do ponto de vista que mesmo que eles não pensassem, mas eles sentem e sofrem então eles também são dignos de direito né, e a gente acabou por identificar que um porco, uma vaca, uma galinha, é diferente de um cão e de um gato, e na verdade em estrutura são mamíferos, animais com as mesmas estruturas né, então a gente tem uma capacidade de identificação, o animal doméstico, é humano

isso de separar por categorias, mas na verdade todos pertencem ao mesmo reino e tem as mesmas condições e características né, e aí respeitar isso (Isadora).

Em sintonia às críticas que buscam interditar a legitimação social relacionada à utilização de animais nos mercados e sua transformação em mercadorias, os veganos entrevistados percebem que as lógicas da eficiência industrial pelo aumento de escala são responsáveis em larga medida pela acentuação das diferentes formas de exploração animal. Dessa forma, é possível perceber a formulação de críticas contra as lógicas de uma *city* industrial:

Yes, I think further on that one of the things we talked about, the huge problem with large corporations in factory farm, when we go back 200 years and we imagine a farm, it was nothing like we see in that scale today, usually a family that was trying to feed themselves, they had a bunch of kids who are helping around and trying make sure that the harvest came in or that the animals are well taken care of it, that could be a self-sustainable (...) and they made some sale or some bartering for other food, but that was basically the goal and, so when we see how easily the idea of a power structure, like huge amounts of money and a sort of corporate skeleton, a power and the ability to be able to get stale to have the resources that we see now in factory farming and to see how perverted is the original concept of small farm have now been when you stretch them to these huge scales where animals are born and die in a small cage, barely big as they are, they never get to experience anything beyond this idea of being processed. To me there are so many parallels between that and how we have things like institutionalized racism, institutionalized sexism where we might have started off with the idea that had really good intention in the beginning, but when the interest of capital moving into to this situation and the idea of peace and shareholders there is any cost start to become a more and more a thing (...) the ethical side just goes in the in the trash basket, I think it's clear to see that level of exploiting animals is not something that is unique to those industries,

it's almost to be expected because we can see the same exploitation of women and public culture we can see the same exploitation of the poor and people who are struggling every day, to me, as Mary says it's really hard to open your eyes to one type of suffering and oppression and imagine you somehow getting a free pass to ignore the rest, because they are all fighting the same struggle in a lot of ways (Derick).

É possível observar que tais críticas também apontam semelhanças entre as diferentes formas de exploração relacionadas ao mundo industrial, como é o caso da exploração humana e animal. Nesse sentido, pode-se perceber o estabelecimento de um compromisso entre a grandeza cívica e a grandeza animalista para as críticas à lógica industrial na medida em que os atores compreendem que tais lógicas, que preconizam a eficiência, medida através dos números da produção, são relacionadas à exploração dos animais e das pessoas. Nesses termos, conforme pode ser percebido nas entrevistas, esse compromisso também proporciona a realização de críticas às lógicas mercantis, onde a noção de lucro tem um lugar importante (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Desse modo, eles percebem o capitalismo e as lógicas a ele relacionadas (grandezas mercantil e industrial) como sinônimos de exploração, que ao fim, seriam incongruentes com a defesa dos animais:

I feel that veganism is like a continuum of a political philosophy interested in equality and production of anarchism, free from exploitation, liberation on personal and social level, I feel like every issues of social inequality can be mix to not compare, I think compare oppressions in that way, but I feel like they're all included in a larger criticism of systems of power, in the same way that I will criticize capitalism and patriarchy, and racism and classicism and all these things I would put those in a continuum of power unbalances and power inequalities in system of exploitation in a society that marginalize who do not have power. I feel there is, do you read a Bob Torres book? He speak things like animals as a class, I think having a

class analysis has to include animals and it something that seems like a portrait, because you compare humans to animals, but in only something that is offensive when you have a really speciesism mindset and I don't actually find there is a lot of things that are really different of my want to be feed and sleep and have safety and all these things (Michelle).

O mundo vegano é um mundo que não aceita o capitalismo, o capitalismo, ele é inimigo do veganismo, porque a gente está contra a exploração, e a exploração está na essência do capitalismo, então como vai ser esse mundo vegano, como é esse mundo que um vegano imagina, ou pode imaginar, eu não sei como é, sabe, mas ele é um lugar que para o humano e para o não humano ele é melhor, o que está nas costas da minha jaqueta é libertação animal é libertação humana (Renato).

Contudo, o compromisso estabelecido entre a ordem de grandeza cívica e a animalista não é suficiente para articular uma das críticas centrais realizadas pelos veganos ouvidos, que diz respeito ao tipo de preconceito já referido, o especismo, que possibilita a legitimação da exploração dos animais, sua objetificação e consequente mercadorização. Pode-se conceber que o compromisso entre a ordem cívica e a animalista é realizado com a finalidade de estabelecer alguns pressupostos comuns relacionados à exploração humana e animal, não obstante, ele não permite a crítica mais profunda sobre a incorreção moral da exploração dos animais em virtude de sua exclusão da comunidade de referência, nos termos da primeira ordem. Em face disso, a sciência enquanto princípio de equivalência básico é um suporte (dispositivo) fundamental para a configuração de uma noção de bem comum que vai incluir os animais e proporcionar argumentos e provas para a denúncia da sua exploração nos termos de justiça. Desse modo, o mundo do direito é criticado por chancelar a utilização dos animais como propriedade e não observar que eles teriam direitos básicos de forma similar aos seres humanos:

Hoje, *stricto sensu*, os animais aqui no Brasil são objetos, são

coisas, então não tem diferença nenhuma entre uma vaca, uma baleia ou uma cadeira, se a cadeira for tua tu pega a cadeira e quebra, se a vaca for tua tu pega a vaca a mata, a única diferença que a lei exige é que tu mate ela com o mínimo de dor possível, salvo em questões religiosas, então o abate kosher, eu não vou nem entrar em questão, são outras questões, mas vamos falar em kosher que fica tranquilo, no abate kosher o sangue tem que jorrar x metros de distância, então existe um abatedor automático que fica girando, girando e decepando o cérebro, a cabeça de cabritos e o sangue tem que voar a 3 ou 4 metros de distância, tem um cara que fica medindo a distância para ver se o sangue foi espirrado na direção x, isso é um absurdo (...) Enquanto os animais não forem tratados como sujeitos de direitos, eles são objetos (Renato).

Esses argumentos evidenciam críticas às lógicas de uma grandeza cívica na medida em que o bem comum não inclui os animais e esses continuam a não ser sujeitos de direitos. Assim, os veganos ouvidos buscam demonstrar que a situação dos animais e o seu estatuto enquanto objetos ou propriedade é uma dimensão importante que possibilita a sua exploração. De acordo com esses trechos de entrevistas, depreende-se que esses atores consideram que a mudança de perspectiva jurídica sobre os animais é fundamental para a modificação da situação dos mesmos. Em virtude disso, a busca pela ampliação da comunidade moral passa necessariamente pela crítica ao sistema jurídico, que apesar da proteção que oferece em alguns países para determinados animais, como é o caso dos animais domésticos no Brasil, na opinião dos atores ouvidos sustenta a exploração dos animais:

Like I said, anyone who went vegan for an ethical or moral perspective does it because they recognize that, like human animals, all other animals species also feel pain and suffering, and they believe that they want to eliminate that suffering, they see them as individuals, a value and they don't want to contribute to the suffering. So vegans, when it comes to animal rights, they are just trying to

reduce suffering from a political level, as we know in society today everyone feels more comfortable in a society versus out of society, because they feel that the laws protect them, of course there is a lot of improvements should be made, but humans in general are protected under the law in developed countries, however animals are not, I mean I don't need to get in details about law with you, but there is very little protection for animals under the law, and even when there is because of the societal mentality about animals, judges will barely prosecute anyone for abusing an animal, even if all of the evidence is clear, they just don't see the animals as nearly as valuable as the humans, so they are not balancing the cases as they should be. So a lot of vegans focus on animal rights because they want the legal system to acknowledge that animals are individuals that can suffer and acknowledge that we should be trying to minimize the suffering as much as possible and that's why vegans usually advocate for animal rights (Beatrice).

Desse modo, as justificações dos atores evidenciam a centralidade da noção de direitos animais na gramática animalista e a consideração da inadequação ou falta de legislação para a proteção dos animais. Portanto, a construção dos animais como sujeitos de direitos é um fundamento dos mais centrais nas críticas dos atores. Dessa maneira, é fundamental atentar para a constituição do senso de justiça dos atores, ou melhor, do seu senso de injustiça, nos termos de Boltanski (2011).

Por meio da referência à senciência dos seres que são explorados, os atores justificam a injustiça da situação dos animais e denunciam o caráter antropocêntrico do direito. Com efeito, os atores buscam denunciar a situação dos animais como uma injustiça que só começará a ser reparada no momento que o (novo) estatuto dos animais for reconhecido juridicamente. Entretanto, ao se depararem com a realidade posta, os atores consideram, em sua maioria, a necessidade das políticas percebidas como bem estaristas, que seriam em *prima facie* não relacionadas com a gramática animalista, em virtude do seu viés antropocêntrico. Pode-se perceber tais argumentos no trecho abaixo:



Eu acredito que o veganismo, a principal vertente é pensando na questão dos direitos animais, a questão jurídica, modificar a legislação, dentro do possível, ir modificando alguma coisa né, tentando trazer o bem estar animal para o nosso abrigo jurídico da sociedade, então eu acho que o veganismo tem também essa bandeira né, uma das bandeiras principais, mas acontece muito aos poucos porque ainda é uma minoria, então o que que dá para fazer hoje? Bom o que dá para fazer na sociedade atual é que o matadouro tenha um processo indolor, então a lei vai ser essa, como minoria da sociedade a gente vai, acho que indo aos poucos nessa questão, mas eu acho que mesmo assim tem que ser atuante e fiscalizatório, então eu acho que demora muito tempo para ser como o vegano acreditaria, então é um processo muito lento, de muitas gerações, mas na sociedade atual a gente pode ver o bem estar animal e o direito relacionado aos animais dessa forma, então os animais domésticos, a gente pode ter um, mais cuidado com o bem estar, que hoje já se pede que tenha prisão para essas pessoas né, que na legislação eu acredito que até tenha pena de prisão, mas normalmente vira penas alternativas, então fazer essa pressão política para que a lei seja cumprida, então é também, deve ser atuante nesse sentido (Mariana).

Em face disso, é perceptível uma dissonância entre a realidade posta em termos da legislação e a própria realidade concreta e as expectativas morais em referência à libertação animal por parte dos atores. Por isso, uma grande parte dos veganos e veganas entrevistados demonstra uma atitude pragmática e revela que, não obstante a libertação ou abolição dos animais ser o ideal, as políticas bem estaristas<sup>72</sup> seriam um mal necessário, visto que seria impossível a libertação dos animais num curto espaço de tempo:

---

72 As políticas bem estaristas dizem respeito à aprovação de leis e melhorias de práticas para o incremento do bem estar dos animais de produção (FERRIGNO, 2012).

Eu sou muito assim de fazer comparações né. E na questão histórica tem umas questões semelhantes assim. Eu vejo que assim como a escravatura não se deu o rompimento imediato, foi todo um, teve que ter umas quebras de paradigmas, de regras aso poucos. No Brasil aqui tivemos a lei do Sexagenário, a lei do Ventre Livre, enfim a proibição do comércio escravista e tal, mas assim, conforme o ambiente que se tivesse, se tu fosse querer decretar (o fim) a escravidão de uma hora para outra, ela não ia se sustentar, né, então há quem diga que isso que eu estou falando agora na realidade vai parecer que daí, falando em leis bem-estabilistas né, que se vai então continuar com o bem-estabilismo com essas leis mais brandas que vão melhorar o recinto, que vão melhorar um pouco mais e não vão parar com o coisa. Mas eu penso que não. Eu acho que tudo é um processo. É inevitável nós passarmos por uma questão bem-estabilista como um processo inicial, aí depois que o ambiente fica propício então, tu muda as coisas. A lei da questão dos animais em circo. Nós em São Leopoldo tinha uma (...) foi uma das primeiras cidades no Brasil a ter uma lei proibindo a entrada de animais em circos aqui. Então os circos vinham de outros lugares, paravam nas cidades vizinhas, os animais eram deixados lá, acampados e o circo se instalava na cidade (...) Hoje a lei é nacional, depois alguns estados foram fazendo e tal. Mas se naquele período eu pusesse uma lei assim: agora está proibido e tal. Não ia vingar, não ia ser aprovado, não ia se sustentar. Então por isso que eu digo assim, as coisas vão num processo que é gradativo, mas que já está acontecendo (Paulo).

I think we should tend to be abolitionist, but I also think that welfare has it's potential, because that is what got me, and what I find, reaching out to my friends and family, so to animal rights must be pushed to the extreme in an ideal context, but we can also mellow it down, to make it accessible, at the beginning, so veganism has, I guess, two ways of doing it, I tend to adopt one and another, depending on the person that I am talking to. So I adapt my strategies of discussion, so for me the animal rights is a part of who I am now

and I include everything I do, so it's really the basis of my veganism (Camile).

Com base nesses relatos depreende-se a utilização de estratégias para as justificações dos atores em relação ao veganismo. Portanto, de acordo com a situação, os atores irão mobilizar argumentos relativos às diferentes ordens de grandeza, como é o caso de uma grandeza cívica ou animalista. Assim, em consonância com os achados de Pereira (2014), fica evidente que os atores adotam estratégias argumentativas, mobilizando as justificações tidas como mais adequadas ou eficazes em face da situação para o convencimento dos seus interlocutores e para a justificação de determinadas posições ou ações que poderiam ser percebidas como incongruentes com as lógicas da grandeza animalista.

Já em relação às críticas direcionadas às lógicas da grandeza ambiental, pode-se perceber, inicialmente, que uma parte dos atores ouvidos rejeita a associação direta do veganismo com a causa ambiental. De forma diversa das demais justificações e críticas referidas, essa postura foi percebida de forma mais presente entre os entrevistados brasileiros que participam em grupos relacionados aos direitos animais:

Acho que a principal é a preocupação com a abolição da escravidão animal, é o ponto principal. Eu não concordo com essa abordagem de que, do veganismo pelo meio ambiente e pela saúde. Não concordo com isso. Eu defendo que é pelos direitos dos animais. Claro que a gente sabe através de pesquisas e dados que o não consumo de carne beneficia o meio ambiente, beneficia a saúde. O leite é um veneno e tal por livros publicados como o da Sônia Felipe e tal. Mas eu acho que a motivação principal são os animais. Não colocaria eles em segundo ou terceiro plano. O plano principal do veganismo para mim são os animais (Fernanda).

Essa crítica indica a busca por uma dissociação da causa ambiental, principalmente relacionada às justificações para a conversão ao veganismo. Tal entendimento considera que, assim como a motivação pela saúde, a motivação pela

questão ambiental não seria adequada por retirar o foco da luta para a libertação dos animais. Portanto, tais justificações são desqualificadas como motivações não autênticas na medida em que não denotam uma preocupação específica com os animais. Em face disso, não obstante esses atores utilizarem as justificações ambientais em certas situações, de forma estratégica, eles parecem não as considerarem como motivos legítimos para a adesão ao veganismo.

Além disso, é possível perceber que alguns entrevistados consideram que os argumentos ambientais (entre outros) poderiam apresentar pontos fracos, como é o caso daqueles que afirmam, por exemplo, que esses argumentos estariam 'sobrecarregando' o veganismo ao implicar em suas práticas diferentes demandas que seriam, em parte, estranhas à causa animal. Pode-se visualizar isso no extrato abaixo:

O problema, é que tu só está colocando peso em cima das costas do veganismo, o veganismo além de resolver um abacaxi gigante que é a exploração animal no mundo, nós ainda temos que acabar com o capitalismo e resolver o problema de não sei o que e também a palestina e também todo mundo tem que tomar suco verde e tudo tem que ser orgânico, é muita coisa (...) (Maurício).

Por fim, é perceptível a realização de críticas, por parte de alguns veganos, às lógicas da eficiência e a sua articulação com a ecologia. Dessa forma, eles tecem críticas em relação à possibilidade de um equacionamento dos problemas ambientais relacionados à pecuária, por exemplo, que se utilizando de novas tecnologias aumentam a sua eficiência e minimizam os impactos negativos de sua produção. Assim, os atores também se mostram reticentes às justificações do veganismo como saída para a crise ambiental:

Eu acho que assim, muito, muito, principalmente assim se tu for um vegano que tenta impactar minimamente né, sobre o meio ambiente, e tenta se alimentar de forma mais natural, por exemplo, quem consome mais orgânicos e produtos mais naturais ele já tá ajudando

muito o meio ambiente, de maneira ecológica e ambiental, muito mais do que uma pessoa onívora, como eu te falei, quando tu for fazer a pergunta sobre motivações, eu quis dizer que assim, o cara pode ser um ambientalista que come churrasco, por incrível que pareça pode ser, claro que a chance de tu comer o teu churrasco e impactar muito mais o meio ambiente é muito maior do que a de um vegano, porém, o ambientalismo não pode ser assim uma questão que consiga te provar que o veganismo deve ser adotado, como eu falei acho que a ética é inabalável, acho que teria que ser a motivação, até porque a pecuária hoje em dia os caras já estão aumentando muitas espécies de manejo de que tu não empobreça o solo, de que tu causa o mínimo, então sempre há uma maneira de driblar o impacto ambiental (Leonardo).

Em face disso, percebe-se que apesar das justificações relacionadas à defesa do veganismo como um modo de vida que poderia contribuir para a minimização da crise ambiental, conforme discutido na primeira parte do capítulo, os atores parecem utilizar tais justificações de forma mais estratégica e menos normativa.

#### **4.5.4. Modelização da grandeza animalista**

Nos capítulos e seções precedentes já foram abordados, direta ou indiretamente, várias dimensões fundamentais do núcleo gramatical da grandeza animalista. No capítulo terceiro foi discutido como a adoção do veganismo significa a conversão a um modo de vida que pressupõe uma nova visão de mundo que passa a contestar a exploração de animais para diferentes finalidades.

Portanto, os veganos ouvidos demonstram um comprometimento com valores e princípios que buscam reconfigurar a relação entre humanidade e os animais. De acordo com o que foi discutido, o veganismo e a conversão a esse modo de vida são percebidos pelos atores ouvidos como posicionamentos morais e

políticos em favor da libertação dos animais. Assim, utilizando-se de repertórios plurais, eles buscam demonstrar o seu comprometimento com a causa animal e interferir de diferentes formas para o fim da exploração animal.

Já na primeira parte do presente capítulo foi demonstrado que uma parte considerável das críticas e justificações veganas pode ser conformada nas gramáticas existentes. Não obstante, conforme foi discutido na seção anterior, uma parte fundamental das críticas relacionadas à grandeza animalista não pode ser contida ou incorporada pelas grandezas estabilizadas, o que denota a especificidade do vínculo político e da noção de bem comum da grandeza animalista. Nesses termos, no que se segue, é realizada a modelização da grandeza animalista de acordo com os requisitos ou categorias propostas por Boltanski e Thévenot (1991) para a formação de uma *cité* e o seu mundo correspondente.

Mas, antes de avançar, é preciso considerar que tais categorias devem ser percebidas como uma extensão ao plano concreto da axiomática das *cit s* contida na proposta de Boltanski e Thévenot (1991). Essa axiomática é composta de seis axiomas principais: o primeiro axioma (a1) é o princípio de comum humanidade dos membros da *cité*. Ele supõe uma equivalência fundamental entre esses membros e identifica as pessoas susceptíveis de participar de um acordo. Já o segundo axioma   o princípio de dessemelhança (a2). Ele   destinado a excluir o estado de  den relacionado ao primeiro axioma, onde todas as pessoas estariam em uma condição de plena igualdade (todos seriam grandes), permitindo a existência de diferenças entre eles, em relação a pelo menos dois estados: estado de grande e estado de pequeno.

O terceiro axioma   o princípio de comum dignidade (a3). De acordo com os autores, esse axioma   fundamental para a compatibilização dos dois axiomas precedentes, visto que eles conferem a possibilidade de todos os membros da *cité* acederem a todos os estados de grandeza, sendo, portanto, dignos para tal. Já o quarto axioma   o princípio de ordem (a4). Ele supõe que as disputas só podem ser encerradas quando os estados são ordenados. Assim, essa ordem   necessária

para a coordenação das ações e das justificações. Portanto, ela exprime uma escala de valor dos bens e da felicidade relacionada ao estado de grandeza, e cria uma tensão com o primeiro axioma. Nesse sentido, os dois últimos axiomas referidos funcionam como um contrapeso, visto que possibilitam a hierarquização dos seres e a sua ordenação, tendo em conta o princípio superior comum que orienta cada  *cité*  (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991).

O quinto axioma é a fórmula de investimento (a5). Tendo em conta a tensão referida entre o primeiro axioma (a1) e o quarto axioma (a4), a fórmula de investimento equaciona essa questão ao exigir que para ascender ao estado de grande se faz necessário um sacrifício ou investimento. Assim, esse axioma suprime a tensão entre a comum humanidade e a ordem dos seus estados. Por fim, o último axioma é o bem comum (a6). Esse axioma também tem um papel estabilizador ao exigir que, para a ascensão ao estado de grande, é necessário se levar em conta o bem comum. Dessa forma, só é considerado como grande, aquele que ascende através da fórmula de investimento e de forma não egoística (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991).

Nesses termos, seguindo o modelo proposto por Boltanski e Thévenot, a seguir tais axiomas são discutidos em maior profundidade em sua extensão ao plano concreto. Assim, esses axiomas se traduzem em sua extensão no plano concreto na forma de categorias que servem para descrever e modelizar o mundo correspondente a cada  *cité* . Portanto, a seguir o mundo animalista é modelizado a partir das categorias propostas pelos autores.

#### 4.5.4.1. Princípio de julgamento e hierarquia dos seres no mundo animalista

##### *Princípio superior comum*

De acordo com o que foi previamente definido, a *cité* animalista tem como princípio superior comum a no ção de sencien cia. Portanto, esse   o princípio de coordena o básico que determina a equivalência entre os seres inscritos nesse mundo e a avalia o dos seus estados de grandeza. Além disso, essa no ção previamente teorizada   a base sobre a qual se assentam as justifica es fundamentais do veganismo e que possibilita a forma o de uma nova compreensão sobre o estatuto moral dos animais.

No mundo animalista esse princípio superior se traduz em uma convenço   qual as pessoas se referem para estabelecer um acordo. Portanto,   em referência a esse princípio que as pessoas podem coabitar um mundo comum, e que vai definir a no o de justiça e do bem comum entre esses seres. Nesses termos, a sencien cia   o princípio que vai orientar os julgamentos e acordos, qualifica es dos atores, sendo os mesmos avaliados em rela o   observa o desse princípio. Assim,   possível considerar que os atores são avaliados conforme o grau de responsabilidade com que agem em rela o aos seres dotados de sencien cia. Nos extratos que seguem   possível perceber a centralidade dessa no o:

O ser humano   bastante utilitarista né, eu acho que ele   utilitarista nas rela es entre as pessoas, ele   utilitarista nas rela es entre as coisas, e ele   utilitarista em rela o aos animais. Acho que essas analogias que têm, dos ismos, racismo, sexismo, e especismo são extremamente felizes em descrever essa mudança, porque para mim   muito isso, tipo tem estruturas onde você considera, onde determinados indivíduos se consideram uma raça, uma espécie e um gênero superior, um grupo n , superior aos demais e v  os outros como instrumentos utilitários. E a gente começa a ampliar a gama de seres em comum a nós, a partir que o cara começa a identificar a



mulher como um ser com os mesmos direitos, depois ele consegue enxergar uma pessoa que tem a aparência física muito, bem diferente da dele, como do mesmo grupo e aí no veganismo você amplia isso a todos os seres sencientes, né. E é isso, toda vez que alguém me pergunta "porque que eu não como isso, ou não uso aquilo?" eu falo, tipo olha, se fosse, por exemplo, se me perguntam "porque que você não toma leite?", olha, se a minha irmã teve filho, faz pouco tempo, ela estava amamentando, se alguém chegasse na casa dela, colocasse um negócio no pescoço dela, puxasse pro lado de fora e apertasse o seio dela para pegar o leite para beber, o meu cunhado matava o cara, porque se aceita com uma vaca? Então basicamente é isso na minha concepção, tipo, essa ampliação do nós, do que somos nós (Diego).

A questão ética tem que ser ampliada. A ética para com os humanos, as pessoas têm um discurso muito politicamente correto, muito bacana sobre isso. "Não, mas eu sou um cara ético e não sei o que, eu sou a favor de todas as liberdades do ser humano, de todas as opções de vida e tal". Mas e a ética mais ampla que está ligada aos animais? Que são semelhantes a nós em todos os aspectos mais relevantes. Na capacidade de sofrer, enfim capacidade de sentir, de almejar felicidade, de ter liberdade e tal. Tudo isso é uma bagagem psíquica e até fisiológica semelhante entre todas as espécies. Então não tem essa coisa de (...) não tem uma espécie privilegiada que foi (...) que está acima de outra. Isso aí é arbitrário, cadeia alimentar, topo da cadeia, isso tudo são conceitos arbitrários. Então tu tem que desconstruir todo esse discurso né, que até então foi pregado aí durante séculos. Então realmente os animais são as próximas vítimas a serem libertadas desse discurso de escravos né, de opressão que nós humanos imputamos a eles (Paulo).

De outra parte, o estabelecimento de uma nova cité, e sua extensão na forma de um mundo, requerem que o princípio superior comum - na forma de uma convenção que a fundamenta - seja legítimo. Boltanski e Thévenot (1991) advertem

que para a constituição de uma grandeza, o princípio superior comum deve estar baseado em um valor legítimo, que não permita qualificações dos seres com base em uma hierarquia dos seus estados, visto que elas são incompatíveis com a exigência de comum dignidade. Assim, princípios relacionados com a eugenia, por exemplo, são ilegítimos e não podem estabelecer uma ordem de grandeza (legítima):

Un ordre supporté par une valeur illégitime n'est donc pas fondé en toute généralité, tant que sa compatibilité avec le principe de commune humanité n'a pas été établie. C'est précisément à cette tâche que s'est vouée la philosophie politique, lorsqu'elle s'est employée à distinguer, de l'ensemble des valeurs qui ont cours et qui sont relatives aux personnes et à leurs goffits, les grandeurs justifiées sur lesquelles peuvent converger les jugements dans la cité. A titre d'exemple de valeur illégitime, nous nous arrêterons un moment sur les hiérarchies reposant sur des inégalités raciales et, plus généralement, biologiques. Le développement de l'eugénisme a donné lieu à l'élaboration d'une telle «valeur sociale» (civic worth selon les propres termes de Galton) destinée à évaluer l'état de «citoyen capable» (serviceable citizen). L'axiome de commune humanité n'est pas vérifié puisque les dotations des personnes sont irrémédiablement inégales au moment de la naissance (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991, p. 104).

Em virtude desse imperativo de legitimidade, essa nova gramática é estreitamente relacionada com a grandeza cívica, e nesse sentido, parte dos mesmos requisitos morais e políticos compartilhados pelas demais ordens de grandeza - a humanidade é o grupo de referência para a avaliação do bem comum - mas propõe uma extensão da comunidade de referência para incluir os animais. Dessa forma, a ascensão dessa grandeza significa uma revisão fundamental, que diz respeito a uma mudança profunda na compreensão dos seres implicados com a justiça. Em face disso, o princípio de senciência é a noção fundamental que permite cumprir a primeira exigência para a formação de uma nova *cité*, que passa então a balizar o bem comum e sua posterior tradução para o mundo correspondente de forma legítima.

Conforme já discutido, esse princípio permite o estabelecimento de uma equivalência fundamental entre os seres que passam a integrar o círculo de consideração moral. Em virtude disso, a articulação desse princípio pelos veganos

ouvidos denota a tentativa de uma recomposição da antítese moderna entre humanos e animais (THOMAS, 2010; INGOLD, 1994). Dessa forma, eles buscam, com base nesse princípio superior comum, justificar o veganismo como um modo de vida que percebe uma simetria ou igualdade básica entre os seres humanos e os animais:

According to my view veganism is a life style choice that comes from a change of perspective of animals, including ourselves and the treatment of all living beings, in essence it's the understanding that all living beings are sentient beings and a value as individuals, and so should be treated as individuals, in a similar to the way that we see other human animals as individuals. (...) the point of veganism is to reduce suffering, so a saying is whether, it's not can I think, can I reason, it's can I suffer and that's how you treat every living being according to can they suffer and minimizing their suffering (Beatrice).

### *Estados de Grandeza*

Essa categoria diz respeito ao estado de grandeza das pessoas inscritas nesse mundo. Conforme Nachi (2009), ela trata da definição dos estados de grandeza das pessoas, em referência, principalmente, ao estado de grande. No mundo animalista, conforme já definido, o princípio de equivalência é a senciência, em face disso, o engrandecimento é relacionado ao agir com responsabilidade perante os seres sencientes. Portanto, o grande nesse mundo vai ser a pessoa que age em concordância com esse princípio. Assim, aqueles que se convertem ao modo de vida vegano em prol do fim da exploração animal são percebidos como os grandes nesse mundo.

A conversão ao veganismo se constitui como um critério fundamental para ascensão a essa condição, visto que ela significa uma profunda adesão normativa aos princípios da grandeza animalista, que se materializa na forma de práticas.

Assim, por exemplo, um ativista dos direitos animais<sup>73</sup> que não é vegano não pode ascender a essa condição, visto que é percebido como alguém que carrega uma incoerência fundamental na medida em que, apesar de se engajar em favor dos animais, continua a explorá-los através de suas práticas. Esse é o mesmo caso das pessoas que aderem ao vegetarianismo em favor dos animais, mas continuam consumindo outros produtos relacionados pelos veganos à exploração animal.

A grandeza no mundo animalista é, portanto, vinculada ao ajustamento da ação das pessoas de acordo com os ideais da ética animalista, principalmente aqueles relacionados com a noção de libertação dos animais da exploração injusta a eles infligida. Dessa forma, os grandes são aqueles que encarnam esses valores e não compactuam com a exploração animal, se engajando em um modo de vida que significa, conforme já discutido, uma aderência a tais valores na forma de um comprometimento constante, em suas práticas mais cotidianas e prosaicas. Assim, para o engrandecimento dos sujeitos é imprescindível uma constante articulação de ideais morais com os seus atos e práticas. Os grandes serão então medidos pela coerência entre os seus discursos em favor dos animais e suas atitudes e práticas que implicam a não exploração animal:

O veganismo é a luta pelos direitos dos animais, é uma luta pela equidade para que nós podemos pelo menos tornar os animais seres merecedores de direitos, que até então enquanto tu não abraça o veganismo, enquanto tu não se torna vegano, tu tá ignorando isso, e eu enquanto ovo lactista, eu ignorava isso (Leonardo).

Para mim o vegano não usa nada de origem animal, mas tem gente assim que usa mel e acha que é ser vegano (Fabiana).

Pode-se perceber, portanto, que o ajustamento do senso moral dos sujeitos ao senso natural é fundamental para o estabelecimento da grandeza dos seres. Tal exigência explica, pelo menos em parte, a forte coloração moral implicada nos

<sup>73</sup> Por outro lado, é possível cogitar que um vegano e ativista encarnaria de forma ideal a condição de grandeza nesse mundo, visto que além de aderir a esse modo de vida como um comprometimento com a causa animal, realiza um “esforço extra” ao se dedicar a luta pela libertação animal por meio de ações coletivas.

juízos nesse mundo. Em razão disso, todo o ato que seja percebido como relacionado à exploração animal, ou que evidencie uma contaminação de lógicas alheias, de outros mundos e suas *cités*, como do mundo mercantil, por meio de uma injunção justificativa, desqualifica o seu autor do estado de grande. Nesses termos, exige-se dos grandes desse mundo um ajustamento com os princípios que guiam esse mundo nos seus próprios termos.

Mas, além disso, o estado de grande nesse mundo requer que eles (os grandes) dêem o exemplo e sejam capazes de demonstrar, através de seus discursos e atos, que o seu modo de vida está a serviço do bem comum, que passa a incluir os animais. Dessa forma, o grande deve ser capaz de demonstrar a correção moral de suas escolhas e práticas, de forma a possibilitar a atenção à causa animal e engajar outros. O grande então é capaz de despertar admiração por sua conduta em favor dos animais e tornar atrativo o veganismo para os seus interlocutores. Isso pode ser feito através da demonstração da viabilidade do veganismo e da sua correção em termos éticos e morais. Portanto, os grandes devem ser capazes de articular provas e dispositivos que evidenciam não somente as suas razões, mas a motivação política que os guia em defesa dos animais. Implica-se nesse mundo, uma vinculação constante entre escolhas, práticas e a mobilização em nome da causa animal.

De outra parte, aqueles que agem em desacordo com os princípios e valores que orientam esse mundo são percebidos como pequenos. Os pequenos podem ser percebidos como aqueles veganos que cometem deslizes ou desvios em suas atitudes ou os vegetarianos e demais pessoas, visto que continuam a utilizar produtos de origem animal, e, portanto, não agem de forma coerente com o imperativo desse mundo. Dessa forma, é possível considerar que estes serão os pequenos nesse mundo. Os relatos abaixo suportam a essa compreensão:

(...) no mínimo tu tem que viver conforme esses ditames do talebã (veganismo) como diz um amigo meu, não tem como escapar disso, se não tu não é vegano, tem gente que se arrota como vegano, mas

não é, então é uma coisa assim tipo, olha, se tu concordar com isso, e se tu te auto declarar, tu vai ter que viver dessa maneira, rico, pobre, de gravata ou de chinelo de dedo tu vai ter que viver dessa maneira, fora disso não é, então se tu está no meio termo, é relutante, mas acho que isso até tem pouco, tem uns casos anedóticos que a gente sabe, os veganos que comem peixe, ovos, é anedota como tem em todos os lugares, entendeu, tem um cara que fala, ah mas faz bem (Maurício).

Ah, eu acho que a gente vive ainda, sei lá, eu acho que a gente ainda tá bem incipiente assim, nessa questão (de direitos animais), têm muitos defensores de animais, muitos protetores de gatos e cães, mas que ao mesmo tempo são pessoas que continuam comendo carne, consumindo produtos de origem animal, ou continuam consumindo carnes né. Que veem uma linha bem clara, né, entre animais domésticos e outros animais (Marília).

Além disso, podem ser percebidos como pequenos aqueles que, apesar de terem adotado o veganismo, não o fizeram em razão dos animais. Esse é o caso daqueles que adotam o veganismo somente por questões de saúde, visto que seriam motivados estritamente por razões pessoais, sem nenhuma referência ao bem comum do mundo animalista.

Em consonância, a decadência desse mundo (e de sua *cit* correspondente) é relacionada aos comportamentos e atitudes inadequadas em função dos valores que o orientam (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Dessa maneira, eles dizem respeito, sobretudo, aos comportamentos, que subvertem os aspectos e princípios mais fundamentais da *cit* animalista. Esse seria o caso, por exemplo, de atitudes que denotam a visão dos animais como objetos ou mercadorias, visto que se opõem diretamente à ideia de que os animais seriam detentores de direitos e assim não poderiam ser objetificados. Outro exemplo seria a possibilidade de incorporação do próprio veganismo nos termos do mercado, sua transformação em um nicho (de mercado) desvinculado de uma luta política, esvaziado, portanto, de seu sentido.

Pode-se depreender tal compreensão da fala de alguns entrevistados:

Eu acho que a gente precisa tomar o cuidado para que ele não se torne só mais um nicho (de mercado) de consumo, né. Bom então tá, agora eu sou vegano, e tenho que fazer coisas veganas, eu vou em restaurantes veganos, eu consumo produtos industrializados que são veganos, essa marca é legal, essa também, e não sei o que (...) daí a gente cria todo um aparato assim de consumo, que acaba se tornando mais importante que a razão real, da gente ter feito essa escolha na nossa vida, né (...) tem gente que adora ir no supermercado ficar descobrindo produtos veganos, assim, né, tipo coisas que não são feitas com ingredientes (veganos) porque as vezes é mais barato né, mas acho que é muito além disso. Não é ficar tipo um vídeo game, que tu vai tentando achar coisinhas e "uau", olha só, quantas opções eu tenho, né", é muito mais do que isso. E acho que é uma das questões que a gente precisa tomar cuidado, assim, para não se tornar só mais um monte de gente, mais um monte de consumidor de um nicho diferente (Marília).

Em consequência disso, compreende-se que o estado de pequenez seria relacionado a comportamentos individuais inadequados, julgados como incongruentes com os princípios do mundo animalista e por outro lado, a decadência é percebida como a subversão do mundo animalista através da interferência de princípios estranhos a esta grandeza. Assim, lógicas e princípios que não reconhecem o estatuto dos animais como seres sencientes e detentores de direitos devem ser denunciadas como estranhas a esse mundo em face da ameaça ao projeto de libertação animal.

Em síntese, as pessoas nesse mundo são avaliadas conforme o seu engajamento e coerência de suas ações em relação aos seres sencientes, assim aqueles que desconsideram os interesses desses seres e reproduzem o preconceito do especismo são percebidos como pequenos, já aqueles que lutam em favor dos animais e aderem a um modo de vida alinhado com a ideia de não gerar sofrimento

a esses seres e pela busca de sua libertação serão os grandes.

### *Repertórios dos sujeitos e objetos*

Os julgamentos dos sujeitos e dos seus estados, bem como a compreensão e a descrição do que é valorizado em cada mundo, apoia-se, segundo Boltanski e Thévenot (1991) em categorias de coisas (repertórios de objetos e dispositivos) e de pessoas (repertórios de sujeitos). Dessa forma, estes repertórios são articulados nas diferentes situações às quais os atores se deparam para o estabelecimento das grandezas das pessoas, nas palavras dos autores:

Dans chaque monde, les répertoires des objets et des dispositifs sont inégalement développés. Lorsque les objets, ou leur combinaison dans des dispositifs plus compliqués, sont agencés avec des sujets, dans des situations qui se tiennent, on peut dire qu'ils contribuent à objectiver la grandeur des personnes. Les objets peuvent être tous traités comme des équipements ou appareils de la grandeur, qu'ils soient règlements, diplômes, codes, outils, bâtiments, machines, etc. Dans le monde de l'inspiration, les appareils sont difficilement séparables des personnes dont le corps propre constitue pratiquement le seul équipement à leur disposition. La distinction entre le caractère matériel ou immatériel de l'équipement, souvent sous-jacente à l'opposition entre le symbolique et le non-symbolique, n'est pas ici une propriété fondamentale (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991, p. 179).

Nesse sentido, pode-se perceber que cada gramática ou grandeza que orienta a ação dos sujeitos vai informar os diferentes repertórios percebidos como legítimos e adequados à cada mundo. Portanto, a presença de um determinado vocabulário gramatical vai remeter à determinada ordem de grandeza em específico, ou seja, a “presença dessas categorias de coisas, seres, qualidades ou ações numa argumentação é índice do registro justificativo no qual se situa o locutor” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 140). Assim, o repertório dos sujeitos e dos objetos no mundo industrial pode ser identificado pela observação da referência a “engenheiros”, “técnicos”, “especialistas” e respectivamente, a “instrumentos”, “métodos” e “medidas”, entre outros termos.

No que concerne ao mundo animalista, pode-se identificar, com base no que já foi discutido nos capítulos precedentes, os seguintes repertórios de sujeitos:



“veganos”, “abolicionistas”, “militantes ou ativistas dos direitos animais”, “vegetarianos”. Estes repertórios de sujeitos apontam para aqueles que encarnam os valores da *city* correspondente ao mundo animalista. Assim, por exemplo, o “vegano” e “ativista dos direitos animais” são os sujeitos que melhor encarnam tais valores, enquanto o “vegetariano” ainda seria o pequeno nesse mundo por portar contradições em sua condição.

Já no que diz respeito aos repertórios dos objetos e dispositivos acionados pelos atores no mundo animalista, pode-se identificar aqueles que são utilizados, principalmente, para sustentar a justificação da inclusão dos animais no círculo de consideração moral, bem como para demonstrar a coerência com o não sofrimento dos mesmos.

Dessa forma, levando em conta que o princípio superior comum é a *senciência*, são mobilizados objetos e dispositivos que materializem a responsabilidade perante os animais e suas capacidades, bem como para a sua defesa. Portanto, podem ser enunciados os seguintes objetos e dispositivos: “ciência”, “pesquisas”, “compaixão”, “consideração”, “responsabilidade”, “produtos veganos”, “anti-especismo”, “livre de crueldade”, “livre de sofrimento”, “alimentos veganos”, “empresas veganas”, entre outros. Estes objetos e dispositivos habitam o mundo animalista e plasmam os valores desse mundo. É possível perceber através das entrevistas realizadas a sua mobilização, na maior parte das justificações, em defesa do veganismo e dos animais. Por fim, o termo “direitos animais” é o dispositivo central desse mundo, visto que ele plasma a luta por justiça em favor dos animais, nas palavras dos atores ouvidos:

I first, I best say, I think all vegans know that we created this large and pink pig and we created this not wild cows, those races were totally linked, breed by humans, even the chicken, you will never find that kind of chicken in the wild, we kind play god and then, oh my god we are polluting (...) we should just stop right now all the production of meat and letting those animals live a nice life and stop eating animals, because they are totally, they are adapting to their

environment, so they were nice where they are, but now if you take this large pink pig, it will not live today in the wild, that's normal because it never been there, and it didn't adapt itself through years, I think animals have this right (...) cannot like breed, be breed for being killed after, it's just a nonsense and animals should have a political and legal status as humans, and that should be punished in the same way when you harassing, or killing another human, It think that is not such thing as a scale, like when you say I am not a dog or I am not a bitch, they deserve the same (...) I think the only difficult in that is define that they cannot defend themselves in the way we can understand it, so it will be really complicated to advocate all those rights, to understand this reality. I think at first stop breeding them, to killing them, and stop changing the nature of those animals will be a really good step in respecting their rights to be what they are (Rose).

Acho necessário, assim, esse movimento de pessoas pensando sobre o direito dos animais, porque afinal de contas somos as únicas pessoas que podemos fazer isso por eles. Eles não têm voz para se defenderem ou para, exigir respeito, enfim (...) eu acho que o papel primordial assim, do veganismo na questão dos direitos dos animais, é fazer valer a máxima de que eles tem direitos né, a habitar livremente esse espaço aqui quanto como a gente, né. É de criar políticas e medidas assim para assegurar o bem estar deles assim, eu acho que é isso (Marília).

#### **4.5.4.2. Definição da natureza do mundo animalista**

##### *Dignidade das pessoas*

Para a estabilização de uma  *cité*  e o seu mundo correspondente, é fundamental a definição de sua natureza (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). Nesse sentido, o sentido de justiça entre os

grandes e os pequenos só é possível se todas as pessoas tenham a capacidade de um dia serem grandes. Em face disso, é somente por meio da definição de sua natureza (antropológica) comum, que todos podem ter as condições de ascender aos estados superiores. Portanto, é a dignidade das pessoas que irá remeter a esta dimensão em cada mundo e é ela que constitui a igualdade e aponta “as propriedades humanas naturais que dão a todos as mesmas oportunidades de tornar-se grandes, desde que façam o que é preciso, sobretudo os sacrifícios<sup>74</sup> associados” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 160).

Por meio dessas definições, pode-se enunciar sobre a *dignidade das pessoas*<sup>75</sup> no mundo animalista, bem como a sua natureza. No mundo animalista os animais e a humanidade são percebidos em uma simetria, conforme já discutido, com base na noção da senciência. Ela implica que esses seres (humanos e não humanos) compartilham as capacidades de sentir prazer e dor. Contudo, os seres humanos compartilham entre si o senso de justiça (igualdade), que ao seu turno, é uma das bases sobre a qual a metafísica política da *cité* animalista assenta os seus alicerces:

Se um ser sofre, não pode haver justificativa moral para deixar de levar em conta esse sofrimento. Não importa a natureza do ser; o princípio da igualdade requer que o seu sofrimento seja considerado da mesma maneira como o são os sofrimentos semelhantes – na medida em que compara es aproximadas possam ser feitas – de qualquer outro ser. Caso um ser não seja capaz de sofrer, de sentir prazer ou felicidade, nada h a a ser levado em conta. Portanto, o limite da senciência (usando o termo como uma redu o conveniente, talvez não estritamente precisa, para a capacidade de sofrer e/ou experimentar prazer)   a única fronteira defensável de preocupa o com os interesses alheios. Demarcar essa fronteira com outras características, tais como inteligência ou racionalidade, seria fazê-lo de maneira arbitrária. Por que não escolher alguma outra característica, como a cor da pele? (SINGER, 2013, p.14)

---

74 Conforme a fórmula de investimento.

75 Terceiro axioma da *cité*.

### *Figura harmoniosa da ordem natural*

Com base na compreensão do compartilhamento desse senso de justiça e do processo de racionalização compartilhado pela humanidade, todas as pessoas nesse mundo são dignas de ascender à condição de grandes ao assumir um compromisso com a justiça em favor dos animais. Denota-se então, que nesse mundo, tal senso moral é percebido como universal aos homens e mulheres.

A figura harmoniosa da ordem natural seria, portanto, a transformação social através do veganismo para libertação animal. Na medida em que o veganismo é compreendido como um sinônimo e um prognóstico para a libertação animal, a figura de uma sociedade ideal, onde não haja exploração animal, onde eles tenham os seus direitos respeitados, implica a noção de uma sociedade vegana:

Sim, porque hoje o animal, a visão comum, é como um servo do homem. Então é uma visão totalmente antropocentrista né, que vê o, a gente enxerga a sociedade humana e enxerga os recursos naturais como para serem usados a nosso bel prazer, como for melhor para o próprio homem e o meio ambiente só interessa quando o resultado final dessa degradação afetar o próprio homem, enquanto não está afetando ninguém tá preocupado. Agora a gente chega em um ponto que afeta o próprio homem, que além de tudo é estúpido, a nossa visão é estúpida porque é antropocentrista mas ela é imediatista né, então a nossa visão é de muito curto prazo e antropocentrista. E a partir do momento que você consegue enxergar não só os animais, mas todo o meio ambiente e o homem integrado nesse ambiente você vai mudar essa relação superior, inferior para o animal para uma relação de co-existência no mesmo planeta e as pessoas vão prestar atenção nas necessidades desses animais né, não é só a necessidade alimentar, de água, não é só estar vivo, é a necessidade que ele tem de sol, de ficar em um ambiente que é o natural dele, então essa relação muda totalmente pelo veganismo, a gente não se sente superior, a gente tenta fazer com que a gente seja o mais igual possível, então por mais que a lei, que seja uma lei feita por

humanos né, que nessa sociedade mais vegana, em uma sociedade hipotética mais vegana seria pensando no bem estar deles e não egoisticamente apenas no bem estar humano e isso muda toda a forma de agir, né (Mariana).

### *Relação natural entre os seres*

Por fim, a definição da antropologia desse mundo, em consonância com o seu princípio comum, vai informar a *relação natural entre os seres*. De acordo com Nachi (2009), os atores devem concordar com as grandezas dos sujeitos e objetos que eles estão em contato, conforme as relações de equivalência e ordem que fundam cada cidade. Dessa forma, os atores devem ajustar as suas ações de acordo com o princípio superior comum referente ao mundo em questão.

O modo principal de relação no mundo animalista é a responsabilidade. Em face disso, o repertório de categorias verbais desse mundo irá expressar as formas de ação percebidas como legítimas frente ao princípio superior de ter responsabilidade e levar em consideração o *status* dos animais enquanto seres sencientes e detentores de direitos. Desse modo, com base nas entrevistas, as categorias verbais e expressões que expressam isso no mundo animalista são as seguintes: “virar vegano”, “libertar”, “conscientizar”, “lutar pelos animais”, “não explorar”, “não matar”, “não causar sofrimento”, entre outras.

Nesses termos, pode-se perceber que a noção de responsabilidade articula as ações dos sujeitos em favor dos animais e o princípio da senciência. Portanto, a enunciação das categorias verbais indicadas nas justificações das ações dos sujeitos informa a relação natural entre os seres no mundo animalista. É possível depreender isso das diferentes falas dos atores já citadas sobre as suas motivações para aderir ao veganismo, bem como as ações e repertórios do consumo constestatório vegano.

#### 4.5.4.3. Justiça no mundo animalista

Com base nos elementos da gramática do mundo animalista discutidos até o momento, foi possível identificar o princípio superior comum que orienta os julgamentos dos atores nesse mundo, e o estabelecimento de equivalências e hierarquias entre eles. Portanto, pode-se observar como os princípios da metafísica política da *cité* animalista são ajustados nesse mundo para qualificar as pessoas e coisas, de modo a definir o seu estado de grande ou pequeno. Além disso, ainda foi possível perceber as linhas gerais da natureza do mundo animalista e a defini o da dignidade das pessoas, com vistas ao potencial de todas as pessoas ascenderem, de igual maneira, aos estágios superiores de grandeza do mundo animalista.

Entretanto, de acordo com Boltanski e Thévenot (1991) para a *cité* e o seu mundo correspondente serem robustos em face às críticas calcadas no sentido de justiça, cada grandeza específica deve ser orientada para o bem comum e submeter-se às provas e injun es. Nesses termos, os seus princípios e equivalências devem ser postos   prova, nos termos do bem comum, os grandes avaliados em rela o com o bem que possibilitem para os pequenos, e ainda os sacrifícios relacionados   ascensão   condi o de grande.

##### *Rela o de grandeza*

Com base nesse entendimento, pode-se proceder   elucida o da rela o de grandeza. De acordo com Nachi (2009), ela designa a natureza da rela o entre os grandes e os pequenos, e em especial o modo pelo qual o estado de grande, ao contribuir para o bem comum, cont m o estado de pequeno. No mundo doméstico, por exemplo, o pai (estado de grande) proporciona prote o e educa o aos filhos (estado de pequeno), que devem respeitá-lo e ser obedientes, visto que isso   para o seu bem. Já no mundo cívico,   através da representa o política que o eleito, por meio do voto universal, representa todos os pequenos e colabora para o seu bem.

No mundo animalista, a relação entre os grandes e os pequenos é norteadada pelo aprendizado e aceitação das críticas que os grandes realizam em relação aos comportamentos incoerentes dos pequenos. Os veganos, e em especial os veganos ativistas, conforme demonstrado, buscam criticar e demonstrar as razões pelas quais, por exemplo, somente ser vegetariano não basta para agir com justiça em relação aos animais.

Assim, eles criticam, de diferentes formas, as incoerências dos vegetarianos (que o são em razão dos animais) para o seu bem, para buscar impulsionar o seu processo de ascensão ao estado de grandes pela adoção do veganismo. Dessa forma, os veganos ativistas encarnam muito bem a figura de grandes nesse mundo, visto que ao lutar em defesa dos animais e em favor da adoção do veganismo, eles se empenham também para que os pequenos, ao tornarem-se veganos, tornem-se “grandes”.

Adicionalmente, em face do bem comum nesse mundo não abarcar somente os seres humanos, mas também os animais, é essencial a noção de que os “grandes”, aqueles que se tornam veganos em defesa dos animais, o fazem não por motivações individuais, mas em nome do bem comum desse mundo. Os grandes, portanto, ascendem porque estão a lutar pelo bem comum, visto que lutam pelo fim da exploração animal e representam os demais veganos.

#### *Fórmula de investimento*

De acordo com Boltanski e Thévenot (1991), a fórmula de investimento é uma condição essencial para o equilíbrio da *cité*, visto que ao ligar o acesso ao estado de grande a um determinado sacrifício, as pessoas devem fazer “um investimento”, para poder ascender a tal condição. Portanto, a ascensão ao estado de grande tem um “preço” que as pessoas têm de pagar, somente assim elas serão merecedoras da sua condição de grandes. Além disso, esse sacrifício   realizado em nome do bem comum, por isso, aqueles que sacrificam os seus próprios interesses em nome

do bem geral serão merecedores da condição de grandes à qual foram alçados.

No mundo animalista é possível pensar, com base no que já foi discutido nos capítulos e seções precedentes, que a sua fórmula de investimento está intrinsecamente relacionada com a adoção do veganismo como um modo de vida. De acordo com o que já foi analisado, o processo de conversão ao veganismo implica uma adesão normativa profunda a uma nova visão de mundo que contesta a exploração dos animais e o seu próprio estatuto moral.

Nesse sentido, conforme já discutido, ele significa profundas transformações na vida daqueles que se convertem ao veganismo. Em sintonia com o que foi demonstrado, esse processo vai impactar na constituição do *self*, nas relações com as pessoas, na revisão de práticas corriqueiras de alimentação e vestuário, entre outras. Portanto, parece claro que esse processo traz um custo, que não é pequeno, para aqueles que adotam o veganismo como um modo de vida:

Yes, absolutely, because it's really restraining I will say most for the job, because when I have to go meet a client for, like lunch, it's really complicated because I am always like, can we go in an Asian or Indian place, because is way more easy for me to find something, so but when they, we go to, like I have a birthday, when it was at Duluth, its like a sea food, steak, it's really U.S, this kind of place, and they have a vegetarian plate, and it is rice, one stick of veggie and that's it, twenty four dollars, like, what, anyway, I was really, like oh my god, it's nothing, and it's costs fifteen bucks to the others and they have like a steak, shrimp, a big plate, and this really small plate with rice and veggies, sometimes is really restraining, and sometimes people say, I don't want to go in a vegan place again, can we go to my place, it's kind, they feel that they make a sacrifice for us, so we have to make sacrifice for them, and I, no, if you are allergic to peanuts I will not say, let's go to I am always ok, but can we just choose place where we can both find something you like, and we can just forget breakfast and brunch, except in the vegans exclusive restaurants, because there is eggs and milk everywhere, breakfast is really hard,



for sure it's restraining because we are a minority and I just don't want to think about being in a suburb, just like forget it, I will never go out to find out (Rose).

Esse investimento, através da conversão a esse modo de vida, significa uma renúncia às diferentes práticas e tradições que têm implicações na vida social dos indivíduos. A renúncia a muitas tradições alimentares<sup>76</sup> que têm na carne sua centralidade, ou que empregam outros alimentos de origem animal é um traço marcante. Não obstante muitos veganos afirmem que a abstenção do consumo de alimentos de origem animal não é um esforço, sendo o mínimo a ser feito, é evidente que a renúncia a todo tipo de alimento que contenha algum ingrediente de origem animal requer um alto grau de comprometimento e adesão normativa à causa em questão, em face da quase omnipresença desses alimentos em diversas culturas (FLANDRIN; MONTANARI, 1998). Além disso, conforme discutido, esse processo também impacta as relações sociais dos atores, principalmente em relação ao núcleo de sociabilidade primária.

A conversão ao modo de vida vegano, constitui, portanto, a fórmula de investimento requerida dos grandes desse mundo. Ficou patenteado nas diversas entrevistas realizadas, cujos trechos já foram citados, que a conversão ao veganismo é um requisito crucial para a consideração de que determinada pessoa está realmente comprometida com a libertação animal. Nesse sentido, a conversão ao veganismo como um modo de vida também denota a diluição das fronteiras entre o público e o privado, visto que, para ascender à condição de grandes nesse mundo, as pessoas têm de transformar profundamente os seus modos de vida em nome da causa animal, em uma espécie de engajamento total. Cada escolha passa a ser balizada pela luta política que objetiva a libertação dos animais, o ato de consumir adquire um novo status e passa a qualificar as pessoas.

---

76 A renúncia aos “prazeres da carne” em relação à alimentação parece ser um dos aspectos mais visíveis. No caso do Brasil, em especial no estado mais setentrional, a importância do churrasco é muito relevante simbolicamente na cultura alimentar local (MACIEL, 2005).

*Provas modelo, modo de expressão do julgamento e forma da evidência*

As provas modelo também constituem uma dimensão importante e necessária para a realização das exigências de justiça e à sua inserção no âmbito das relações cotidianas. São situações em que são reveladas com nitidez as grandezas das pessoas e dos objetos, nas palavras de Boltanski e Thévenot: “L'épreuve modele, ou grand moment, est une situation qui se tient, préparée pour l'épreuve, dont l'issue est donc incertaine, et dans laquelle un dispositif pur, particulièrement consistant, se trouve engagé (1991, p.181).

Desse modo, as provas modelo são fundamentais para a definição das grandezas das pessoas em momentos ou situações de incerteza sobre o seu estado. Portanto, qualquer desacordo sobre uma grandeza reivindicada só poderá ser equacionado através da passagem por uma prova orientada para a mensuração dos estados de grandeza. Assim, as provas modelo consistem em um momento de tensão onde os atores podem demonstrar o seus estados de grandeza. Além disso, as provas modelo proporcionam a renovação das grandezas, na medida em que, levando em conta a não vinculação definitiva dos estados de grandeza das pessoas, ela pode revelar suas mudanças de estados (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

O modo de expressão do julgamento caracteriza a maneira, singular em cada *catégorie*, de se marcar a sanção da prova. Esse modo de expressão, de acordo com Boltanski e Thévenot (1991) caracteriza, portanto, a forma de manifestação do princípio superior comum. Já a forma da evidência pode ser descrita como a modalidade de conhecimento próprio de cada mundo. Nesses termos, essas categorias objetivam discernir as “*as qualidades e os atos das pessoas que participem de uma prova.*” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 159).

Com base nessas definições, as provas modelo do mundo animalista são relacionadas às diversas situações que dizem respeito à vivência do modo de vida vegano. Portanto, as provas consistem em demonstrar uma constante coerência dos seus princípios e o seu ajustamento à causa da libertação animal. Dessa forma, pode-se pensar sobre as diversas situações às quais os veganos são postos à prova

e devem demonstrar sua grandeza e dignidade. Tais situações são fortemente vinculadas à consistência na vivência do modo de vida vegano:

É acho que uma coisa que eu queria que ficasse bem claro assim, mesmo, na entrevista, é que para mim o veganismo esta intrínseco em tudo que eu faço. É, tipo, eu não tenho, apesar de rolar muito esse negócio de ter casos específicos de violação dos direitos dos animais, mais escandalosos, digamos assim, porque, claro, nesse minuto que a gente tá conversando quanto tipo de violação dos direitos dos animais está acontecendo? Antes de eu terminar uma palavra, antes de eu terminar uma sentença. É muito difícil a gente, é eu acho que boa parte das informações em geral, em relação ao veganismo, na minha concepção, são, meio sensacionalistas assim, porque estão levando em consideração, tipo determinadas espécies e desconsiderando outras, que estão sendo tão torturadas quanto, durante anos, anos e anos. Tipo eu acho bárbaro o que acontece com os golfinhos no Japão, e na Noruega. Mas para mim não é diferente com o que tá acontecendo aqui no interior do estado e abastecendo os açougues e as pessoas comem carne, sabe? eu quero que aquilo pare, mas eu quero que isso pare também (Diego).

Então assim eu acho que é um estilo de vida mesmo que é bem importante, mas como eu digo, não pode cair apenas numa espécie de rótulo, uma espécie de manto e tal como, é como que nem aquela estão do como o hábito não faz o monge né, então não basta o sujeito vestir-se com o hábito lá e ter uma conduta que daqui há pouco vai depor contra. Né, então bah, tá, botei o coisa agora sou um religioso da ordem tal (...) sou franciscano capuchinho, estou salvo. E aí de repente tu tem uma conduta que, não pode ser contraditória. Então eu acho que tu tem que tentar assim, como é que eu vou dizer, ter coerência mínima em algumas coisas né (Paulo).

No mundo animalista o julgamento é realizado com base nas atitudes e ações dos sujeitos em relação ao princípio da senciência. Desse modo, os

juulgamentos estão estreitamente vinculados com a avaliação dos discursos e práticas que integram o modo de vida vegano. Assim, os sujeitos desse mundo são avaliados a partir de diversas situações que podem expor incoerências do seu modo de vida. Portanto, manter-se firme às convicções relacionadas ao modo de vida vegano frente à diferentes situações vividas pelos sujeitos que podem desafiá-los, constitui-se como uma provação crucial. As situações que dizem respeito à alimentação parecem ilustrar bem isso. Um jantar entre amigos, por exemplo, pode constituir-se em um momento de prova. Mesmo sentindo fome, o vegano ou vegana não poderá consumir nada de origem animal ao custo de ser avaliado como pequeno nesse mundo. A ingestão de “uma simples” fatia de pizza pode se constituir em um momento que poderá destituí-lo de sua condição de grande.

Contudo, devido a este mundo ainda não estar estabilizado, os julgamentos das provas podem conter exceções relacionadas a momentos aos quais os sujeitos não detêm controle. São os momentos limite, aos quais já nos referimos. Seriam situações às quais existe a impossibilidade concreta da recusa ao objeto ou ação impura nos termos do mundo animalista. Esse parece ser o caso da utilização de medicamentos testados em animais que são indispensáveis para a manutenção da vida dos sujeitos.

Esse recurso pode ser pensado em relação ao que Boltanski e Thévenot (1991) afirmam em relação às *cités* como construções típicas ideais, na forma de quadros de referências comuns aos quais os atores recorrem para justificar as suas ações. Assim, na medida em que é impossível perceber tais gramáticas em sua pureza ideal, essa questão pode ser percebida como o ajustamento<sup>77</sup> realizado pelos atores dos princípios da metafísica animalista ao mundo concreto.

Por fim, a forma de evidência do mundo animalista pode ser pensada em uma dupla dimensão. A primeira dimensão é relacionada ao conhecimento teórico que informa, direta ou indiretamente, as ações dos sujeitos para a defesa dos animais.

---

77 Além disso, é possível perceber esse ajustamento na própria definição do veganismo da The Vegan Society, a qual pode ser percebida também nas falas dos atores que enfatizam o veganismo como modo de vida que busca excluir, *na medida do possível e praticável*, todas as formas de exploração e crueldade dos animais para diferentes propósitos.

Assim, tais conhecimentos são essenciais para desvendar as diferentes formas pelas quais os animais são explorados. Dessa forma, esses conhecimentos teóricos vão informar quais as práticas, produtos e atividades estão implicados com o sofrimento dos animais. Tais conhecimentos irão informar, portanto, a qualificação e o julgamento dos sujeitos, seres e objetos do mundo animalista.

Já a segunda dimensão da forma de evidência do mundo animalista diz respeito à dimensão do conhecimento sobre as práticas dos sujeitos. Esse conhecimento se constrói e se apoia nas suas vivências relacionadas ao modo de vida vegano. Em virtude disso, essa dimensão relaciona-se ao conhecimento gerado sobre como viver no mundo como um vegano ou vegana, ou seja, a partir de suas experiências. A fala a seguir ilustra essas duas dimensões (conhecimento teórico e prático) da forma de evidência:

Para mim o veganismo é comportamento, então tu adotou um comportamento que leva a exclusão no máximo possível buscando um absoluto, buscando a perfeição, vai tentar sempre o máximo possível, diminuir uso, abuso, exploração, dor, sofrimento, e ser abolicionista e anti-especista que eu acredito que um vegano deva ser os dois, se tu busca isso tu é um vegano, em qual grau tu vai conseguir executar isso depende do teu conhecimento, do que é uso, abuso, exploração, dor, sofrimento, especismo, e abolicionismo, então depende de conhecimento e isso tu recebe com o tempo, por isso um vegano se forma, tu com o teu conhecimento com o teu estudo, com as tuas conversas, interações sociais, tu vai polindo o que tu pensa sobre o veganismo e com o tempo tu vai, de certa forma, progredindo né, não vou dizer vamos indo porque tá parecendo que existe um grau de evolução do veganismo, não é isso, mas tu progride a tua forma de pensar, conforme tu vai progredir a tal forma de pensar tu usa ou deixa de usar determinadas coisas para evitar que elas tenham uma consequência e impacto em outros seres, basicamente é isso (Renato).

Por outro ângulo, esse conhecimento é relacionado às práticas, repertórios e

estratégias que buscam colocar fim à exploração dos animais e ampliar o alcance do veganismo pela conquista de novos adeptos. Conforme discutido no capítulo terceiro, o consumo contestatório vegano é composto de diferentes repertórios, como o boicote, *buycott* e utilização de redes de sociabilidade para a divulgação do veganismo. Assim, o julgamento das ações e qualidades dos atores envolvidos em uma prova é informado por essa dupla dimensão, de evidências teóricas e práticas. Portanto, o conhecimento no mundo animalista está vinculado fundamentalmente à relação entre a teoria e a prática, visto que ela é essencial para a conformação do agir nesse mundo.

## Conclusão

Com base na análise que foi desenvolvida nos capítulos precedentes, objetiva-se, à guisa de conclusão da presente tese, a retomada, sistematização e discussão das respostas obtidas ao problema que orientou a construção da pesquisa: *As práticas de consumo realizadas pelos adeptos do veganismo são compreendidas por eles enquanto ações de cunho político frente à exploração dos animais. Estas ações, compreendidas sob o conceito de consumo contestatório vegano, indicam mudanças de forma e de conteúdo da ação política no cenário contemporâneo? No que se refere à forma, em que medida o consumo contestatório vegano pode ser interpretado como expressão da ascensão de uma *lifestyle politics*? No que se refere ao conteúdo, questiona-se, quais são as gramáticas do consumo contestatório vegano? Em que medida elas expressam inovações nas gramáticas da ação para os processos de engajamento e expandem a lista dos seres implicados com a justiça e o bem comum?*

A partir desse problema de pesquisa, o presente trabalho buscou, sob a orientação teórica e metodológica da sociologia pragmática, compreender como o consumo contestatório vegano pode indicar mudanças na forma e no conteúdo da ação política contemporânea. Nesse sentido, seguindo as orientações dessa perspectiva sociológica, de se levar a sério o que os atores dizem sobre o que fazem e quando criticam o que consideram injusto (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999), buscou-se reconstruir o processo de conversão ao veganismo como um modo de vida, com o intento de, a partir das justificações dos atores focalizados, compreender as suas motivações para a adesão ao veganismo.

Assim, com base na noção de conversão de Gooren (2012), foram analisadas as diferentes etapas desse processo de conversão, com vistas a perceber como ele poderia ser interpretado como um modo de engajamento entendido aqui sob os termos de uma *lifestyle politics*. Portanto, optou-se pela adaptação de um modelo que foi inicialmente pensado para a compreensão do processo de conversão

religiosa, para a análise do processo de engajamento e conversão ao veganismo, visto as suas características de um engajamento mais individualizado que prescinde da identificação e inserção organizativa.

Compreende-se que a orientação teórico-metodológica adotada pela presente pesquisa, bem como a adaptação do modelo de análise de conversão de Gooren foram profícuas para a investigação desse processo em termos morais. Dessa forma, conforme foi discutido, a análise desse processo de conversão indica que ele é fortemente marcado por um processo de racionalização dos atores sobre a situação dos animais. Em face disso, observou-se que esse processo de conversão é relacionado a duas questões morais centrais: a culminação da noção de um dever moral para com os animais que sofrem e a ideia de um imperativo moral de coerência na vida cotidiana através do seu alinhamento com determinados valores.

Além disso, a perspectiva adotada contribuiu para demonstrar que essas questões morais, que se em parte são relacionadas a um processo de racionalização e reflexão, de outra parte também se relacionam, de forma não binária ou oposta, à sentimentos morais e emoções. Seguindo a ótica de Fassin (2012), ficou demonstrado que os sentimentos morais, compreendidos como as emoções que direcionam a atenção dos atores ao sofrimento dos outros, que no presente caso são os animais, impulsionam um processo de solidarização que os fazem agir em prol dos animais.

Nesses termos, foi demonstrado que a adesão ao veganismo denota um processo de conversão a um novo modo de vida que é baseado em um sistema de valores fortemente vinculado com a causa política da libertação animal. Em face disso, ficou patenteado nas entrevistas a compreensão dos veganos e veganas ouvidos, sobre a motivação política que engendra a conversão ao veganismo. Trata-se da conjugação de um compromisso moralmente e politicamente informado que visa a não exploração dos animais. Conforme foi discutido, esse processo significa uma profunda revisão dos diferentes hábitos e práticas que são percebidos pelos atores como associados à exploração animal. Tal mudança tem diversas implicações



na vida dos adeptos do veganismo, principalmente em relação à adoção de um conjunto de práticas e discursos em defesa dos animais que passam a nortear uma grande parte de suas vidas, bem como em termos de sociabilidade.

Nesse sentido, a descrição de todas as etapas desse processo foi fundamental para a compreensão adequada de como os atores passam a ressignificar e politizar as suas diferentes práticas de consumo e o seu modo de vida. Assim, uma das características da conversão ao veganismo como um modo de vida é a articulação de diferentes repertórios relacionados ao consumo contestatório para a intervenção política em favor dos animais. Com base nessa compreensão, foi possível perceber como o consumo contestatório vegano expressa, em relação à sua forma, a ascensão de uma *lifestyle politics* no cenário político contemporâneo.

Consideramos que as análises efetuadas, com base nas entrevistas realizadas no Brasil e Canadá, possibilitaram um olhar detalhado sobre esse modo de engajamento percebido como *lifestyle politics* (BENNETT, 1998). Conforme foi demonstrado ao longo do trabalho, as justificações relacionadas ao processo de conversão ao veganismo, e a sua articulação através de diferentes repertórios foi um traço comum aos entrevistados nos dois países. Apesar da presente pesquisa não se enquadrar como uma investigação comparativa, consideramos que os dados demonstram que a ascensão de formas mais individualizadas de ação política parece ser um traço comum aos dois contextos estudados. Nesse sentido, foi possível observar que, no caso do consumo contestatório vegano, os atores em ambos os contextos percebem o modo de vida vegano, bem como a sua articulação pelos repertórios de boicote, *buycott* e disseminação do veganismo por meio de redes sociais (presenciais e digitais), como uma forma de intervenção política em favor da não exploração animal que se utiliza, principalmente, de ações a partir da esfera privada.

Em face disso, observou-se que um dos pilares centrais que confere sustentação a esse modo de engajamento mais individualizado, caracterizado como *lifestyle politics*, diz respeito à noção de responsabilidade política individualizada. No

caso aqui focalizado, ficou claro que os veganos e veganas entrevistados percebem o veganismo e o seu modo de vida como uma forma de auto responsabilização política frente ao sofrimento animal. Assim, eles adotam um novo modo de vida como uma forma de engajamento cotidiano em defesa dos animais.

Logo, a noção de uma responsabilidade política individualizada possibilitou a compreensão de como os atores articulam as suas ações individuais com a dimensão da esfera pública, na medida em que eles passam a utilizar o seu modo de vida e as decisões sobre o que consumir, como uma estratégia para se realizar uma mudança política em escala global em relação à causa à qual estão engajados. De outra parte, ficou evidenciado que as organizações e grupos atribuem aos indivíduos um papel central para a luta contra a exploração animal ao convocá-los, por exemplo, a “optar por abolir todos os produtos de origem animal da alimentação (...)”. Restou claro, conforme já afirmado, que de forma diferente da política “tradicional”, que segue a lógica de primeiro mudar as leis, as instituições, o sistema, “de mudar o mundo para que as pessoas mudem”, a lógica da responsabilidade política individualizada é de que “as pessoas mudam e o mundo muda”.

Em virtude disso, e com base na análise sobre a pluralidade dos repertórios e estratégias do consumo contestatório vegano discutidos no terceiro capítulo, ficou demonstrado que ele expressa modificações nas formas de ação política no cenário contemporâneo, principalmente relacionadas ao seu caráter mais individual e personalizado de engajamento. Desse modo, o consumo contestatório vegano pode ser entendido como uma expressão da ascensão da *lifestyle politics* na medida em que os atores adotam o modo de vida vegano para expressar um posicionamento político e se valem de diferentes repertórios para a ação, que tem como base a utilização da esfera privada para agir em favor dos animais.

Já em relação à segunda parte do problema, que concerne ao conteúdo, a presente investigação questionou quais são as gramáticas do consumo contestatório vegano e discutiu em que medida elas expressam inovações nas gramáticas da ação para os processos de engajamento e expandem a lista dos seres implicados

com a justiça e o bem comum.

Nesses termos, o quarto capítulo do trabalho buscou analisar as gramáticas que orientam as justificações dos veganos e veganas entrevistados. De acordo com o que foi demonstrado, uma parte importante das justificações dos atores pode ser relacionada com algumas gramáticas já estabilizadas, nos termos das *cités*, conforme a proposição realizada por Boltanski e Thévenot (1991). Assim, ficou evidente que os atores entrevistados, ao justificarem o seu engajamento nas práticas de consumo contestatório vegano e o seu modo de vida correspondente, se utilizam das ordens de grandezas já estabilizadas para defenderem o fim da exploração animal e realizarem críticas ao que se considera injusto.

Nota-se, portanto, a mobilização por parte dos atores de gramáticas já estabilizadas para construir críticas que podem ser legitimadas socialmente. Assim, foi observado que os atores lançam críticas e justificam o seu engajamento no veganismo através de argumentos que consideram a inadequação da exploração animal em termos sociais, econômicos, mercantis e ambientais.

Em relação à grandeza mercantil, ficou demonstrado que os atores se valem de argumentos que valorizam os mecanismos de mercado para a sua causa. Assim, os atores buscam justificar as práticas de boicote a produtos de origem animal e de *buycotting* como uma dimensão relevante do consumo contestatório vegano. Dessa maneira, os atores concebem esses repertórios na forma de dispositivos para defender a viabilidade do veganismo, bem como o próprio mercado como um espaço de crítica e disputa simbólica no qual é possível interferir politicamente e economicamente em favor dos animais. Assim, ficou evidenciado que os atores ouvidos se utilizam de justificações baseadas nas lógicas do mercado para defender o potencial do veganismo enquanto um sinal econômico para desincentivar práticas econômicas que exploram os animais, e por outro lado, incentivar as práticas econômicas percebidas como “veganas”, visto que não estão baseadas na utilização de animais.

No que concerne às justificações relacionadas a uma  *cité*  industrial, é

perceptível que os atores se utilizam de forma estratégica de argumentos que apelam para a maior eficiência do veganismo, principalmente em relação à alocação de recursos escassos. Em face disso, os atores entrevistados se baseiam em argumentos relacionados à ordem de grandeza industrial para criticar a ineficiência da produção pecuária. Com isso, eles justificam a defesa do veganismo como uma forma mais eficiente de alocação de recursos finitos, como a água e o solo, para a produção de alimentos. Portanto, ficou evidente que eles se utilizam de provas e dispositivos, como estudos e pesquisas, para justificar o veganismo e criticar a ineficiência das lógicas da produção animal.

Já em relação às justificações e críticas alicerçadas na ordem de grandeza cívica, ficou patenteado que os atores mobilizam argumentos para justificar o veganismo em termos de solidariedade e interesse coletivo. Desse modo, foi possível observar a configuração de compromissos com as ordens de grandeza industrial e ambiental para associar os benefícios da possível maior eficiência do veganismo na alocação de recursos, para os seres humanos. Além disso, os veganos ouvidos se valem de uma vinculação da exploração humana com a exploração animal para criticar, em termos de justiça, todas as formas de exploração. Portanto, eles se utilizam de justificações cívicas para estabelecer aproximações e simetrias entre a exploração humana e animal e ainda para associar as diversas formas de discriminação contra pessoas, como é o caso do racismo e sexismo, com o especismo.

De outra parte, foi possível identificar a mobilização de uma gramática ambiental para justificar as ações e práticas relacionadas com o consumo contestatório vegano. Desse modo, em consonância com a proposta de Lafaye e Thévenot (1993), é perceptível o acionamento de justificações e críticas calcadas em uma lógica ambiental. Portanto, restou evidente que os veganos e veganas ouvidas mobilizam diferentes argumentos e provas a fim de demonstrar que o veganismo e o modo de vida a ele associado seria uma forma mais correta de relacionamento com a natureza, visto que seria um modo de vida com menor impacto ambiental. Em sintonia, eles se utilizam de provas e dispositivos, como estudos realizados por

organizações como a FAO/ONU, para demonstrar os impactos negativos ao meio ambiente associados à produção pecuária. Assim, as justificativas ecológicas mobilizadas são uma parte relevante da gramática justificativa do consumo contestatório vegano e sustentam parte das críticas à exploração dos animais pela humanidade.

Contudo, conforme foi discutido, uma parte considerável e fundamental das gramáticas do consumo contestatório vegano não pode ser modelizada nos termos e princípios das grandezas referidas. Dessa forma, conforme foi discutido, o núcleo central da gramática do consumo contestatório vegano está associado com a possibilidade da ascensão de uma nova ordem de grandeza baseada em um princípio superior comum próprio.

Em face desse diagnóstico, buscou-se primeiramente discutir sobre as condições de possibilidade da conformação de uma grandeza animalista dentro do regime de justificação. Conforme foi demonstrado, o debate sobre a possibilidade de conformação de novas ordens de grandeza que requerem uma ampliação da comunidade moral, de forma a incluir animais não humanos, é bastante atual. Partindo da discussão relacionada sobre a possibilidade de modelização de uma grandeza ambiental dentro do regime de justificação realizada por Lafaye e Thévenot (1993), foram focalizadas algumas possíveis incompatibilidades entre o regime de justificação e a possibilidade de inclusão de seres não humanos no âmbito da esfera de consideração moral, visto que a comunidade de referência deixa de ser definida por uma humanidade comum.

Por outro lado, seguindo a compreensão dos autores, seria possível equacionar essa questão a partir dos aportes da filosofia utilitarista, em especial a partir do aporte de Singer (2013), por meio da pressuposição de equivalência básica relacionada à capacidade de sentir dor e prazer, que é compartilhada por humanos e pelos animais, a senciência. Nesses termos, e não por acaso, esse autor é considerado, conforme já referido, um dos precursores do moderno movimento pelos direitos animais e defensor do veganismo.

Desse modo, a segunda parte do quarto capítulo, foi dedicada à discussão das justificações, críticas e compromissos relacionados ao consumo contestatório vegano. Portanto, foram focalizadas as justificações que podem ser percebidas como cerne da gramática do consumo contestatório vegano, por evidenciar uma profunda adesão normativa com os princípios da ética animalista e posteriormente foi realizada a modelização de um mundo animalista, na esteira da proposta de Boltanski e Thévenot (1991).

De acordo com o que foi discutido, ficou patenteado a especificidade do vínculo político e o estabelecimento de críticas e justificações que escapam das ordens de grandeza já estabilizadas. Dessa maneira, foram demonstradas as diversas críticas às lógicas convencionais que legitimam a exploração dos animais pela humanidade. Uma das mais contundentes é em relação à sanção que o direito confere à exploração dos animais. Desse modo, através da mobilização da noção da *senciência*, os veganos constroem suas críticas e sustentam a necessidade da ampliação da comunidade moral e do bem comum, de forma a englobar os animais no intento de fazer cessar a sua exploração.

Com base nesse entendimento, se procedeu à modelização dessa gramática animalista a partir das categorias propostas por Boltanski e Thévenot (1991). Desta forma, foi modelizado o mundo animalista de acordo com os requisitos propostos pelos autores para a formação de uma *cité* e a sua extensão no plano concreto. Apesar das limitações desse empreendimento, visto o espaço relativamente enxuto a ele destinado na presente tese, pode-se considerar que a modelização realizada permite afirmar a possibilidade da ascensão de uma nova gramática moral que pode legitimar as lutas em favor dos animais.

A *senciência*, enquanto um princípio superior comum, parece contemplar os requisitos básicos para a constituição de uma nova *cité* e sua extensão no mundo. Ela indica, portanto, uma nova compreensão do bem comum que transborda os limites da humanidade. Em virtude disso, considera-se que aí reside a especificidade da gramática que confere sustentação ao consumo contestatório vegano, visto que

ela expressa inovações para os processos de engajamento ao expandir a lista dos seres implicados com a justiça e o bem comum. Ao seu turno, a possível ascensão de uma grandeza animalista não pode ser percebida como uma gramática que se liga de forma exclusiva ao veganismo, mas que, conforme foi discutido, oferece suporte, de forma mais geral, às diferentes expressões dos movimentos e modos de engajamento relacionados às lutas pelos direitos animais.

## Referências bibliográficas

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010.
- BARBOSA, L. **Juventudes e Gerações no Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: Editora Sulina e Globo Universidade, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARNES, S; KAASE, M. **Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies**. Beverley Hills: Sage, 1979.
- BARTHE, Y. et al. Sociologia pragmática: guia do usuário. **Sociologias**, v. 18, n. 41, p. 84–129, 2016.
- BAYLY, C. **Los orígenes de la swadeshi (industria doméstica)**: Telas y sociedad indú,1700-1930. In: APPADURAI, Arjun. **La vida social de las cosas**. México, D. F: Grijalbo, 1991.
- BECK, Ü. **A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva**. In: A.GIDDENS *et al.* Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BENNETT, L; ENTMAN, R. **Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy**. New York: Cambridge University Press, 2001.
- BENNETT, W. L. The uncivic culture: Communication, identity, and the rise of lifestyle politics. **PS - Political Science and Politics**, v. 31, n. 4, p. 741–761, 1998.
- BENNETT, W. L. Branded Political Communication: Lifestyle Politics, Logo Campaigns, and the Rise of Global Citizenship. In: MICHELETTI, M.; FOLLESDAL, A.; STOLLE, D. (Eds.). **Politics, Products, and Markets: Exploring Political Consumerism Past and Present**. New Jersey: Transaction Books, 2004.
- BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. The logic of connective action. **Communication & Society**, v. 15, n. 5, p. 739–768, 2012.
- BLAIS, A; GIDENGIL, E; NEVITTE, N; NADEAU, R. The Evolving Nature of Non-Voting: Evidence from Canada. **European Journal of Political Research**, v. 43, n.2, p. 221–36, 2004.



BOLTANSKI, L. **L'amour et la justice comme compétences**. Paris: Éditions Métailié, 1990.

BOLTANSKI, L. **On critique. A sociology of emancipation**. Cambridge: Polity Press, 2011.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo Espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. The sociology of critical capacity. **European Journal of Social Theory**, v. 2, n. 3, p. 359–377, 1999.

BRAGA, G. B.; FIÚZA, A. L. C.; REMOALDO, P. C. A. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. **Sociologias**, v. 19, n. 45, p. 348–374, 2017.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BREEN, T. . H. **The marketplace of revolution : how consumer politics shaped American independence**. New York: Oxford University Press, 2004.

BLUMLER, J; KAVANAGH, D. The Third Age of Political Communication: Influences and Features. **Political Communication**, v. 16, n. 3, p. 209-230, 1999.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

CARVALHO, J. M. DE. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 11–48, 2009.

CELKA, M. **L'Animalisme : enquête sociologique sur une idéologie et une pratique contemporaines des relations homme / animal**. [s.l.] Tese de doutorado. Université Paul Valéry - Montpellier III, 2012.

CHERRY, E. Veganism as a Cultural Movement: A Relational Approach. **Social**

**Movement Studies**, v. 5, n. 2, p. 155–170, 2006.

CLARKE, N. et al. The spaces and ethics of organic food. **Journal of Rural Studies**, 24, n. 3, p. 219-230, 2008.

COLOMÉ, F. L.; MAYER, R. Gramáticas da ação na economia solidária e a justificação das práticas de consumo. **Análise Social**, v. 220, n. li (3.º), p. 566–597, 2016.

COLOMÉ, F. L. **Gramáticas do consumo: eticidade e engajamento político no sul do Brasil**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Maria, 2013a.

COLOMÉ, F. L. Participação política via consumo: os vínculos históricos entre os movimentos associativos, cooperativos e de comércio justo e o consumerismo. **Otra Economía**, v. 7, n. 13, p. 121-132, 2013b.

CORRÊA, D. S.; DIAS, R. DE C. Crítica e os momentos críticos: de la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. **MANA**, v. 22, n. 1, p. 67–99, 2016.

CORCUFF, P. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru: EDUCS, 2001.

COSTA, S. Quase crítica: insuficiências da teoria da modernização reflexiva. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 16, n. 2, p. 73-100, 2004.

DALTON, R; SCARROW, S; CAIN, B. Advanced Democracies and the New Politics, **Journal of Democracy**, v. 15, n. 1, p. 124–38, 2004.

DALTON, R; WATTENBERG, M. **Parties Without Partisans**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DE MOOR, J. Lifestyle politics and the concept of political participation. **Acta Politica**, v. 52, n. 2, p. 179–197. 2017.

DENZIN, N, K; LINCOLN, Y, S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DODIER, N. Les appuis conventionnels de l'action. Eléments de pragmatique sociologique. **Réseaux**, v. 11, n. 62, p. 63–85, 1993.

DUBUISSON-QUELLIER, S. **La consommation engagée**. Paris: Presses de

Sciences Po, 2009a.

DUBUISSON-QUELLIER, S. Cible ou ressource. **Sociologie et sociétés**, v. 41, n. 2, p. 189-214, 2009b.

DUBUISSON-QUELLIER, S. From targets to recruits: The status of consumers within the political consumption movement. **International Journal of Consumer Studies**, v. 39, n. 5, p. 404–412, 2015.

ELIAS, N. **O processo civilizador**, vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

ELIASOPH, N. **Avoiding politics: How Americans produce apathy in everyday life**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ELIASOPH, N.; LICHTERMAN, P. Making Things Political. In: HALL, J. R.; GRINDSTAFF, L.; LO, M.-C. (Eds.). **Handbook of cultural Sociology**. London: Routledge, 2010.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Optimization of feed use efficiency in ruminant production systems**. (H. P. S. Makkar, D. Beever, Eds.). Optimization Of Feed Use Efficiency In Ruminant Production Systems. **Anais...**Roma: Food And Agriculture Organization Of The United Nations, 2013.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Livestock's Long Shadow: Environmental issues and options**. Roma: Food And Agriculture Organization Of The United Nations, 2006.

FASSIN, D. **Humanitarian Reason: A Moral History of the Present**. Berkeley: University of California Press, 2012.

FAVREAU, L. **Qu'est-ce que l'économie sociale?** Synthèse introductive. Montreal: Centre de recherche sur les pratiques et les politiques sociales, Université du Québec à Montréal, 2005.

FERRIGNO, M. V. **Veganismo e libertação animal: um estudo etnográfico**. [s.l.] Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas, 2012.

FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FLEURY, L.C. **Conflito Ambiental e Cosmopolíticas na Amazônia Brasileira: A Construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em Perspectiva**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

FOUCAULT, M. **De l'amitié comme mode de vie** (entrevista concedida a R. DE CECCATY, J. DANET, J. LE BITOUX), *Gai Pied*, no 25, abril 1981, pp. 38-39. Reproduzida no site <http://1libertaire.free.fr/MFoucault174.html>. Traduzida para o português por Wanderson Flor do Nascimento como “Da amizade como modo de vida”. Disponível em: <http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/amizade.pdf>

FOX, N.; WARD, K. You are what you eat? Vegetarianism, health and identity. In **Social Science and Medicine**. v. 66, n.2. p.85-95, 2008.

FRANCO, A. P. P. **Humanidade estendida: A construção dos animais como sujeito de direitos**. [s.l.] Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

FREIRE, J. Agir no regime de desumanização: Esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 3, n. 10, p. 119-142, 2010.

FREEMAN, C. P. Framing animal rights in the “go Veg” campaigns of U.S. animal rights organizations. **Society and Animals**, v. 18, n. 2, p. 163–182, 2010.

FREY, K. Capital social , comunidade e democracia. **Política & Sociedade**, v. 2, n.2, p. 175–187, 2003.

FUKS, M. Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro. **Dados**. v. 41, n. 1, 1998.

GARNER, R. Political science and animal studies. **Society & Animals**, v. 10, n. 4, p. 395–401, 2002.

GENDRON, C.; BISAILLON, V.; OTERO, A. The Institutionalization of Fair Trade: More than a Degraded Form of Social Action. **Les cahiers de la Chaire, collection recherche**, v. 12, n. 1, p. 1-38, 2006.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**. O futuro da política radical. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.

GIDDENS, A. **A vida em uma sociedade pós-tradicional**. In: A. GIDDENS et al. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIONGO, C. R.; MONTEIRO, J. K.; SOBROSA, G. M. R. Suinocultor: vivências de prazer e sofrimento no trabalho precário. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, p. 1–11, 2017.

GLICKMAN, L. B. **Buying power - A history of consumer activism in America**. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

GODARD, O. Environnement, modes de coordination et systèmes de légitimité: analyse de la catégorie de patrimoine naturel. **Revue économique**, v. 41, n. 2, p. 215-241, 1990.

GODLOVITCH, S., GODLOVITCH, R.; HARRIS, J. **Animals, men, and morals: an enquiry into the maltreatment of non-humans**. New York: Taplinger Pub. Co., 1973.

GOODMAN, M. K. Reading fair trade: political ecological imaginary and the moral economy of fair trade foods. **Political Geography**, v. 23, n. 7, p. 891–915, 2004.

GOOREN, H. **Religious Conversion and disaffiliation**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

GOODWIN, J.; JASPER, J.; POLLETTA, F. **Passionate Politics: Emotions and Social Movements**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

GREENEBAUM, J. Veganism, identity and the quest for Authenticity. **Food, Culture and Society**, v. 15, n. 1, p. 129–144, 2012.

GREENPEACE. **Farra do boi na amazônia**. Edição resumida. São Paulo, Greenpeace Brasil, 2009.

GROVES, J. M. Animal Rights and the Politics of Emotion: Folk Constructions of Emotion in the Animal Rights Movement. In: GOODWIN, J.; JASPER, J. M.; POLLETTA, F. (Eds.). **Passionate politics : emotions and social movements**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

GUIVANT, J. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 9, n. 116, p. 95-112, 2001.

GUNDELACH, P. Social Transformation and New Forms of Voluntary Associations. **Social Science Information**, v. 23, n. 6, p. 1049–1081, 1984.

HAENFLER, R.; JOHNSON, B.; JONES, E. Lifestyle Movements: Exploring the Intersection of Lifestyle and Social Movements. **Social Movement Studies**, v. 11, n. 1, p. 1–20, 2012.

HALKIER, B. Consequences of the politicization of consumption: the example of environmentally friendly consumption practices. **Journal of Environmental Policy and Planning**, v. 1, n. 1, p. 25–41, 1999.

HAYDU, J.; KADANOFF, D. Casing Political Consumerism. **Mobilization: An International Quarterly**, v. 15, n. 2, p. 159–177, 2010.

HERZOG, H. A. “The Movement Is My Life”: The Psychology of Animal Rights Activism. **Journal of Social Issues**, v. 49, n. 1, p. 103–119, 1993.

HERZOG, H. A.; GOLDEN, L. L. Moral emotions and social activism: The case of animal rights. **Journal of Social Issues**, v. 65, n. 3, p. 485–498, 2009.

HILTON, M. **Consumerism in Twentieth-century Britain**: the search for a historical movement. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HIRSCHMAN, A. **De consumidor a cidadão**: atividade privada e participação na vida pública. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HONNETH, A. **La lutte pour la reconnaissance**. Paris: Les Éditions du Cerf, 2003.

HUANG, R. **RQDA: R-based Qualitative Data Analysis**. R package version 0.2-8, 2016. Disponível para download em: <http://rqda.r-forge.r-project.org/>.

INSTITUTO IBOPE. **Dia Mundial do Vegetarianismo: 8% da população brasileira afirma ser adepta do estilo**, 2012. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/dia-mundial-do-vegetarianismo-8-da-populacao-brasileira-afirma-ser-adepta-ao-estilo.aspx>. Acesso em: 09/10/2017.

INGLEHART, R. **Modernization and Postmodernization, Cultural, Economic and Political change in 43 societies**. New Jersey: Princeton Press, 1997.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, Cultural Change, and Democracy**. The Human Development Sequence. New York: Cambridge, 2005.

INGOLD, T. **Humanity and Animality**. In Tim Ingold (ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*, London: Routledge, 1994.

JASPER, J. **The Art of Moral Protest. Culture, biography, and creativity in social movements**. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

KALOF, L.; DIETZ, T.; STERN; GUAGNANO, P. Social Psychological and Structural Influences on Vegetarian Beliefs. **Rural Sociology**, v. 64, n. 3, p. 500-511, 1999.

KATZ, A. L.; ROTHENBERG, D. **Beneath the surface: critical essays in the philosophy of deep ecology**. Cambridge: The MIT press, 2000.

LAFAYE, C.; THÉVENOT, L. Une justification écologique?: Conflits dans l'aménagement de la nature. **Revue Française de Sociologie**, v. 34, n. 4, p. 495–524, 1993.

LARSON, C.; KLOCK, K.; NRDREHAUG ASTROM, A.; HAUGEJORDEN, O.; JOHANSSON, G. Lifestyle-related characteristics of young low-meat consumers and omnivores in Sweden and Norway. **Journal of Adolescent Health**, v. 31, n.2, 190-198, 2002.

LATOUR, B. To modernise or ecologise? That is the question. In: CASTREE, N.; BAUM, B. (Eds.). . **Remaking Reality Nature at the millenium**. London: Routledge, 1998.

LEMIEUX, C. **Le devoir et la grâce**. Paris: Economica, 2009.

LE VELLY, R. **Le commerce équitable** : des échanges marchands contre le marché et dans le marché. Tese de doutorado, Université de Nantes, Nantes, 2004.

LITTLER, J. **Radical consumption**: shopping for change in contemporary culture. New York: Open University press, 2009.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006.

MACIEL, M. E. Patrimônio, tradição e tradicionalismo : o caso do gauchismo, no Rio Grande Do Sul. **Mneme Revista de humanidades**, v. 7, n. 18, p. 439–460, 2005.

McGOVERN, C, F. **Sold american**: Consumption and citizenship, 1890-1945. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MASCARENHAS, G. **O movimento do comércio justo e solidário no brasil**: entre a solidariedade e o mercado. Tese de doutorado. Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MAURER, D. **Vegetarianism. Movement or Moment?** Philadelphia: Temple University Press, 2002.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 17, p. 49-66, 1989.

MERCY FOR ANIMALS. **Veganismo**. 2017. Disponível em: <https://mercyforanimals.mx/acerca>. Acesso em: 02/03/2017.

MICHELETTI, M. Consumer Choice as Political Participation. **Statsvetenskaplig Tidskrift**, v. 105, n. 3, p.218-234 , 2002.

MICHELETTI, M. **Political virtue and shopping**: individuals, consumerism, and collective action. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

MICHELETTI, M.; STOLLE, D. Vegetarianism - A Lifestyle Politics? In: **Creative Participation. Responsibility-Taking in the Political World**. [s.l: s.n.]. p. 125–145, 2010.

MUNRO, L. **Confronting Cruelty - Moral Orthodoxy and the challenge of the animal rights movement**. Leiden/Boston: Brill, 2005.

NACHI, M. **Introduction à la sociologie pragmatique**. Paris : Armand Colin, 2006.

NACHI, M. **Introduction à la sociologie pragmatique**. Paris : Armand Colin (versão Kindle), 2009.

NETO, R. C. Canadá : a possibilidade de configurar uma cidadania congregativa para além dos direitos tradicionais. **Interfaces Brasil/Canadá**, v. 5, n. 5, p. 189–210, 2005.

NIELSEN. **Corporate Ethics and Fair Trading: A Nielsen Global Consumer Report**, Paper prepared for the Nielsen and the University of Oxford Environmental Change Institute, Oxford, UK. 2008. Disponível em: [http://se.nielsen.com/site/documents/ CSR Fairtrade global reportOctober08.pdf](http://se.nielsen.com/site/documents/CSR_Fairtrade_global_reportOctober08.pdf)



Acesso em 08/07/2017.

NORRIS, P. **Democratic Phoenix Reinventing Political Activism**. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 2002.

OXFORD DICTIONARIES. **Oxford dictionaries**. Disponível em: <http://oxforddictionaries.com/definition/english/consumerism?q=consumerism>. Acesso: 11/02/2017.

PASSY, F. **Social networks matter. But how?** In: DIANI, M; MCADAM, D (Eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

PEREIRA, M. M. **Enquadramento interpretativo, lógicas de ação e dinâmicas interativas: dilemas em interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia**. [s.l.] Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul., 2014.

PEOPLE FOR THE ETHICAL TREATMENT OF ANIMALS. **Beauty without bunnies**. 2017. Disponível em: <https://features.peta.org/cruelty-free-company-search/index.aspx>. Acesso em: 11/12/2017.

POLANYI, K. A. **Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 15, p. 199–224, 2009.

PORTILHO, F. Self-attribution of responsibility: consumers of organic foods in a certified street market in Rio de Janeiro, Brazil. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 14, n. 3, p. 549-565, 2010.

PUTNAM, R. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of democracy**, v. 6, n.1, p. 65- 78, 1995.

PUTNAM, R. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon and Schuster, 2000.

RAO, H.; MORRILL C.; ZALD, M. N. **Power Plays: How Social Movements and**

Collective Action Create New Organizational Forms. **Research in Organizational Behavior**, v. 22, p. 237–282, 2000.

REGAN, T. **The Case for Animal Rights**. Berkeley: University of California Press, 1983.

REGAN, T. The Case for Animal Rights. In: SINGER, P. (Ed.). **In Defence of Animals**. New York: Blackwell, 1985.

REGAN, T. **Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais**. Porto Alegre: Lugano, 2006.

ROWLANDS, M. **Animal Rights. Moral Theory and Practice**. London: Palgrave Macmillan, 2009.

RUBY, M. B.; HEINE, S. J. Meat, morals, and masculinity. **Appetite**, v. 56, n. 2, p. 447–450, 2011.

SANTOS, J. C. de Los. **Os 25 anos de retomada do cooperativismo de crédito brasileiro**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005.

SASSATELLI, R. **The political morality of food: Discourses, contestation and alternative consumption**. In: M. HARVEY; A. McMEEKIN; A. WARDE (org.), *Qualities of food*. Manchester: Manchester University Press, p. 176-207, 2004.

SASSATELLI, R. **Virtue, Responsibility and Consumer Choice**. In: F. TRENTMANN; J. BREWER (org.), *Consuming cultures global perspectives historical trajectories*, Oxford: Berg, 2006.

SASSATELLI, R. **Consumer culture**. History, theory and politics. London: Sage, 2007.

SCAMMELL, M . The Internet and Civic Engagement: The Age of the Citizen Consumer. **Political Communication**, v. 17, n. 4, p. 351-355, 2000.

SHERRY, C. J. **Animal rights: a reference handbook**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2009.

SHIRKY, C. **Here comes everybody The power of organizing without organizations**. London: Penguin books, 2008.

SINGER, P. **Libertação animal**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

SKOCPOL, T. **Diminished Democracy: from membership to management in American civic life.** Norman: University of Oklahoma Press, 2003.

SILVA, M. K.; RUSKOWSKI, B. DE O. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 1–32, 2016.

SOCIEDADE VEGETARIANA BRASILEIRA. **Meio ambiente.** 2017. Disponível em: <https://www.svb.org.br/vegetarianismo1/meio-ambiente>. Acesso em: 09/10/2017.

STEINER, P. A doação de órgãos: a lei, o mercado e as famílias. **Tempo Social**, V.16, n.2, p.101-128, 2004.

STOLLE, D.; MICHELETTI, M. **Political consumerism: Global responsibility in action.** New York: Cambridge University Press, 2013.

STOLLE, D; HOOGHE, M. Inaccurate, exceptional, one-sided or irrelevant? The debate about the alleged decline of social capital and civic engagement in Western Societies. **British Journal of Political Science**, v. 35, 149–167, 2004.

STOLLE, D; HOOGHE, M; MICHELETTI, M. Politics in the supermarket: political consumerism as a form of political participation. **International Political Science Review**, v. 26, n. 3, p. 245-269, 2005.

THÉVENOT, L.; MOODY, M.; LAFAYE, C. **Forms of valuing nature: arguments and modes of justification in French and American environmental disputes.** In: LAMONT, M; THÉVENOT, L. (org.). Rethinking comparative cultural sociology Repertoires of evaluation in France and the United States. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais.** São Paulo: Companhia das letras, 2010.

TRENTMANN, F. **Bread, Milk and Democracy: Consumption and Citizenship in Twentieth-Century Britain.** In: DAUNTON, M; HILTON, M. (org.), The Politics of Consumption Material Culture and Citizenship in Europe and America. Oxford: Berg, 2001.

THE VEGAN SOCIETY. **Definition of veganism.** 2018. Disponível em: <https://www.vegansociety.com/go-vegan/definition-veganism>. Acesso em: 10/01/2018.

THE WORLD BANK. **World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files**. GDP per capita. 2017. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.CD?view=chart>. Acesso em: 10/02/2018.

VANCOUVER HUMANE SOCIETY. **Almost 12 Million Canadians Now Vegetarian Or Trying To Eat Less Meat!**. 2015. Disponível em: <http://www.vancouverhumanesociety.bc.ca/almost-12-million-canadians-now-vegetarian-or-trying-to-eat-less-meat/>. Acesso em: 05/05/2016.

VANDENBERGUE, F. Construção e crítica na nova sociologia francesa. **Sociedade e Estado**. Brasília, V.21, n.2, p. 315-366, 2006.

VAN DETH, J. W. A conceptual map of political participation. **Acta Politica**, v. 49, n. 3, p. 349–367, 2014.

VARNER, G. **In Nature's Interests?** New York: Oxford University Press, 1998.

VEDDAS. **Banners Alimentação, Veganismo**. 2017. Disponível em: <http://veddas.org.br/banners-alimentacao-veganismo/>. Acesso em: 04/11/2017.

VEGETARIAN TIMES. **Vegetarianism in America**. 2008. Disponível em: <https://www.vegetariantimes.com/uncategorized/vegetarianism-in-america>. Acesso em: 07/09/2017.

VILELA, D. B. L. **Ativismo Vegano em Natal (RN): uma etnografia sobre mobilização política, alimentação ética e identidades**. Dissertação de mestrado. Programa De Pós-Graduação Em Antropologia Social Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte., 2013.

WATTENBERG, M. **Where Have All the Voters Gone?** Cambridge: Harvard University Press, 2002.

WERNECK, A. **O invento de Adão**; o papel do ato de dar uma desculpa na manutenção das relações sociais. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2009.

WILKINSON, J. Fair Trade: Dynamics and Dilemmas of a Market Oriented Global Social Movement. **Journal of Consumer Policy**, v. 30, n. 3, p. 219-239, 2007.

ZELIZER, V. **A economia do care**. Civitas, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 376-91, 2010.

## **Apêndice A**

### **Roteiro de Entrevista (português)**

1. Você poderia definir no seu entendimento o que é o veganismo.
2. Como você conheceu o veganismo?
3. Poderia descrever como foi o processo de adesão ao veganismo?
4. Quais as suas principais motivações?
5. Você poderia falar um pouco sobre o seu dia-a-dia sendo vegano?
6. Quais as mudanças mais perceptíveis que você destacaria em seu cotidiano?
7. Poderia falar sobre a relação com familiares e amigos depois da adoção do veganismo?
8. No seu cotidiano, você sente alguma dificuldade em ser vegano? Em quais momentos?
9. Você considera o veganismo como um estilo de vida, uma filosofia de vida?
10. O veganismo propõe uma mudança na forma do relacionamento entre a humanidade e os animais, você poderia falar um pouco sobre isso?
11. Você poderia falar um pouco sobre as possíveis mudanças sociais relacionadas ao veganismo?
12. Você poderia comentar sobre a questão do veganismo e do direito dos animais?
13. Você falou sobre a questão ambiental, você considera que através do veganismo é possível intervir nesta questão?
14. Quais outros temas você julga que se relacionam com o veganismo?
15. É possível pensar o veganismo como uma forma de ação política?
16. Como você percebe a forma e conteúdo do ativismo vegano?
17. Quais as práticas que podem ser percebidas como ativismo?
18. Como você percebe o componente político do veganismo?
19. Você faz parte de algum partido político, sindicato ou movimento social? Se sim,
20. poderia falar sobre as semelhanças e diferenças entre estas formas de
21. participação e ação política e o ativismo vegano ?
22. Quais as estratégias utilizadas pelo ativismo vegano?
23. Como você costuma se informar sobre temas relacionados ao veganismo?

24. Como você avalia as matérias e conteúdos sobre veganismo na mídia?
  25. Faz parte de algum grupo sobre veganismo na internet em redes sociais?
  26. Qual sua avaliação do papel da internet e das redes sociais para a divulgação do veganismo?
  27. Costuma participar de discussões-conversas sobre neste grupo?
  28. Como você avalia a oferta de produtos veganos no Brasil e na cidade em que você reside?
  29. Você considera que o veganismo pode influir no campo econômico?
  30. Através de quais meios e formas o veganismo poderia influir/modificar as relações econômicas?
  31. Você considera que a demanda por produtos veganos pode gerar um mercado baseado em produtos sem origem na exploração de animais?
  32. Quais as limitações?
  33. Qual a sua opinião sobre o consumo de produtos que não utilizam insumos de origem animal, mas que são produzidos por empresas que produzem também produtos de origem animal?
-

## **Apêndice B**

### **Roteiro de Entrevista (inglês)**

1. What is veganism in your view?
  2. How did you get interested in veganism?
  3. What are your main motivations to be a vegan?
  4. Could you speak a little about your everyday life of being a vegan? What does
  5. being a vegan include on a daily basis?
  6. What are the most noticeable changes that you like to highlight in your everyday since you have become a vegan?
  7. Were you able to discuss your change to veganism with your family and friends? In your everyday life, do you feel any difficulty being vegan? In which moments?
  8. Do you consider the veganism more as a lifestyle, or more a philosophy of life?
  9. Veganism proposes changes in the relationship between humans and animals; how do you view this relationship?
  10. Could you speak a little about the possible social changes related to veganism?
  11. Could you speak a little about the issue of veganism and animal rights?
  12. You mentioned the environmental issues, in your view, can veganism contribute to solving environmental problems?
  13. What other issues do you judge are related to veganism?
  14. In your opinion it is possible to consider veganism as a form of political action?
  15. How do you perceive the form and content of vegan activism?
  16. Which practices can be perceived as activism?
  17. How do you perceive the political component of veganism?
  18. Are you a member of political party, union or social movement?
  19. If yes, could you speak about the similarities and differences between being a member of a party, union or movement and vegan activism?
  20. What strategies are used by vegan activism?
  21. How do you usually get information on topics related to veganism?
  22. How do you evaluate the vegan content on the media?
  23. Are you a member of groups related to veganism on internet social networks?
-

24. How do you evaluate the role of the internet and social networks for advertising the idea of veganism?

25. Do you usually participate in discussions on veganism in these groups?

26. How do you evaluate the offer of vegan products in Canada and in the city where you live?

27. Do you think that veganism can influence the economic sphere?

---

28. Through which means can veganism influence or change economic relations?

29. Can the demand for vegan products generate a market based on products without animal exploitation?

30. What are the limits?

31. What is your opinion about the consumption of products which do not use animal raw materials, but which are produced by companies that also produce animal products?

---



**Apêndice C**

## Questionário Socioeconômico (Brasil)

Número da entrevista:

Gênero: Masculino ( ) Feminino ( ) outro ( )

Idade:

Faixa etária:

( ) menos de 20      ( ) 20 a 30      ( ) 30 a 40      ( ) 40 a 50      ( ) 50 a 60      ( )  
mais de 60

Escolaridade:

( ) Fundamental      ( ) Incompleto      ( ) Completo  
( ) Médio      ( ) Incompleto      ( ) Completo  
( ) Superior      ( ) Incompleto      ( ) Completo \_\_\_\_\_  
( ) Pós-graduação \_\_\_\_\_

Profissão/ Ocupação: \_\_\_\_\_ Religião ou credo: \_\_\_\_\_

Renda familiar: \_\_\_\_\_

( ) Até 1 salário mínimo.  
( ) Mais de 1 a 2 salários mínimos.  
( ) Mais de 2 a 3 salários mínimos.  
( ) Mais de 3 a 5 salários mínimos.  
( ) Mais de 5 a 10 salários mínimos.  
( ) Mais de 10 a 20 salários mínimos.  
( ) Mais de 20 salários mínimos.

Estado civil: ( ) solteiro      ( ) casado/união estável      ( ) separado/divorciado

Filhos: ( ) sim – quantos: \_\_\_\_\_ ( ) não

Tipo de moradia: ( ) Casa ( ) Apartamento ( ) Outro

Moradia: ( ) Própria ( ) Alugada ( ) Outro

Quantas pessoas moram na residência: ( )1 ( )2 ( )3 ( )4 ( ) mais de 4

**Apêndice D**

## Questionário Socioeconômico (Canadá)

Interview number:

Gender identity: Male ( ) Female ( ) other ( )

Age:

Which is your highest level of formal education?

- ( ) None
- ( ) Elementary and junior high school; Last completed year: \_\_\_\_\_
- ( ) High school incomplete
- ( ) High school complete
- ( ) Bachelors incomplete
- ( ) Bachelors complete
- ( ) Post-graduate \_\_\_\_\_

Occupation: \_\_\_\_\_ Religion or belief/creed: \_\_\_\_\_

Family income: \_\_\_\_\_

- ( ) Up to 1 minimum wage
- ( ) More than 1 to 2 minimum wages
- ( ) More than 2 to 3 minimum wages
- ( ) More than 3 to 5 minimum wages
- ( ) More than 5 to 10 minimum wages
- ( ) More than 10 to 20 minimum wages
- ( ) More than 20 minimum wages

Marital status: ( ) Not married ( ) Married/common law ( ) Divorced

Children: ( ) Yes – How many: \_\_\_\_\_ ( ) No

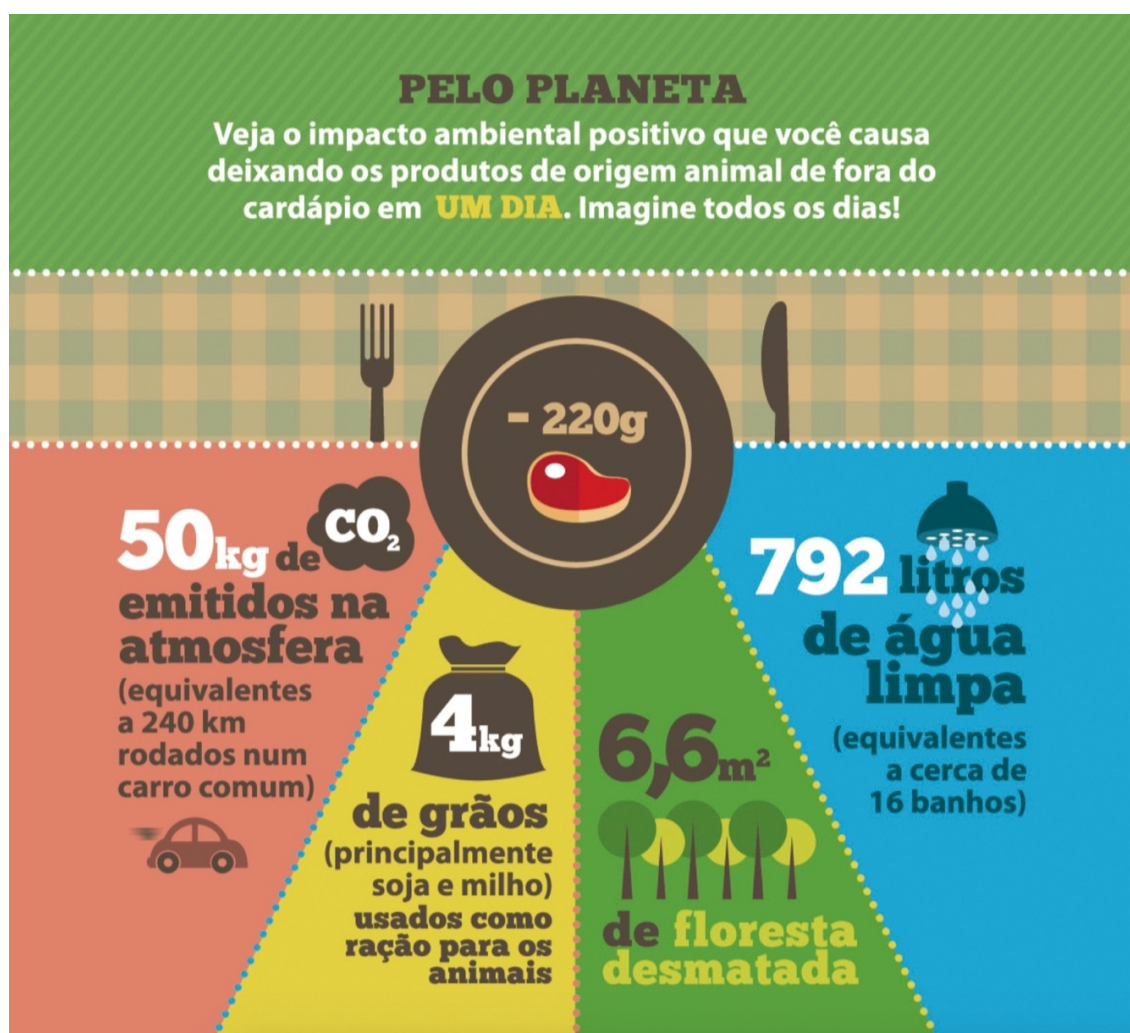
Dwelling: ( ) House ( ) Apartment/condo ( ) Other

Type of housing: ( ) Owner ( ) Rented ( ) Other

How many people live at your residence: ( )1 ( )2 ( )3 ( )4 ( ) More than 4

## Anexo 1

Peça gráfica da Sociedade Vegetariana Brasileira.



Fonte: SVB (2017).

## Anexo 2

Peça gráfica da Mercy for Animals.



Fonte: Mercy for Animals (2017).